

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

NINA SILVA NEVES

Trabalho e sexualidade em dois grupos de mulheres autônomas

São Paulo

2021

NINA SILVA NEVES

Trabalho e sexualidade em dois grupos de mulheres autônomas

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Filosofia pelo Programa de Pós-
graduação em Estudos Culturais.

Área de Concentração: Estudos Culturais

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Serroni
Perosa

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 - 4936

Neves, Nina Silva

Trabalho e sexualidade em dois grupos de mulheres autônomas / Nina Silva Neves ; orientadora, Graziela Serroni Perosa. – 2021.

206 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo
Versão corrigida

1. Mulheres - São Paulo (SP). 2. Trabalho. 3. Sexualidade. 4. Feminismo. I. Perosa, Graziela Serroni, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 305.40981611

Nome: NEVES, Nina Silva.

Título: Trabalho e sexualidade em dois grupos de mulheres autônomas

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais.

Área de Concentração: Estudos Culturais

Aprovado em: 13/08/2021

Banca Examinadora

Profa. Dra. Arlene Martinez Ricoldi Instituição: Ciências Sociais Aplicadas / UFABC

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Laura Oso Casas Instituição: Universidade da Coruña / UDC

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Régia Cristina de Oliveira Instituição: EACH / USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Em agradecimento aos que um dia me foram casa e já não pisam este chão,

Com todo meu amor:

Para minha vó Val,

Para meu tio Hereda.

Um lembrete do caminhar da vida no tempo de uma pesquisa.

Agradecimentos

Antes de mais nada, agradeço às minhas entrevistadas: mulheres que aceitaram compartilhar comigo suas histórias, fazer relatos de sua intimidade, me ofereceram generosamente seu tempo, sua atenção e suas experiências.

Agradeço às mulheres que vieram antes de mim nos feminismos, na academia, nas incontáveis lutas, que produziram o conhecimento e o universo em que me sustento hoje para tornar possível esta pesquisa.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Graziela Serroni Perosa, por todas as ricas contribuições e orientações, pela confiança no meu trabalho, pela compreensão nos momentos difíceis, por ‘alumiar’ o caminho e me possibilitar descobrir minha própria trilha.

Agradeço às professoras Arlene Ricoldi e Régia Oliveira, minha banca de qualificação, pelas valiosas observações e recomendações, de grande ajuda para que este trabalho tomasse corpo. Agradeço ao professor Màrius Domínguez Amorós e à colega Lara Campoli pela conversa que deflagrou a mudança de objeto na minha pesquisa e pelas essenciais sugestões posteriores. Ao professor Eduardo Restrepo, agradeço por sua fala apaixonada e apaixonante acerca dos estudos culturais, quando em visita ao nosso Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, ainda em 2015 (evento em que eu mesma tive meu primeiro contato com o Programa): não pude me sentir outra coisa que não *convocada* à pesquisa. Às queridas amigas Gabi e Adriana agradeço pelo compartilhamento e compreensão das angústias e soluções desse percurso acadêmico; a Aline, minha flor, pelo socorro com as planilhas. E agradeço à minha mãe e a Victor pelas cuidadosas, amorosas e essenciais leituras, revisões e escuta.

Agradeço às duas mães de quem tenho a honra, a felicidade e o orgulho de ser filha, minha mãe Lígia e minha vó Val; às mulheres da minha família, de laço consanguíneo ou “do coração”, como dizia minha vó, às minhas tias e primas: por me apresentarem formas diversas de existir. Vocês são minha motivação, minha referência e meu esteio, contorno e conteúdo.

Agradeço de todo coração às minhas amigas por suas maneiras próprias de serem companhia, apoio, inspiração, sabedoria, estímulo, carinho, cumplicidade, denego, brincadeira e acolhida. Obrigada por darem sentido e materialidade a cada um desses substantivos. Esta dissertação é muito para e por vocês.

Agradeço aos meus amigos, pela sorte de conviver com alguns homens que entendem, ou buscam entender, que os feminismos imaginam um mundo melhor também para

eles. Que possam ser companheiros verdadeiros nessa jornada conjunta.

Agradeço a Victor pelo amor e parceria em suas variadas expressões, pela disponibilidade para questionar, analisar e reconstruir, cotidianamente, nossos lugares de gênero. E por encontrarmos motivos para rir juntos todos os dias.

Agradeço ao meu pai, Pedro Roberto, e meus irmãos, Luca e Miguel, pelo carinho e pelo tanto que me ensinam – meu trabalho também é para que vocês possam ter outras possibilidades de serem homens.

Agradeço a Oscar, meu mais fiel e precioso companheiro, pelos momentos de inesperada descontração.

Agradeço aos meus grupos de amigos: da Pequenópolis e do Sartre, a fundação e referência de amizade, o afeto para onde sempre retorno; da Facom, meu lugar de pertencimento nas diferenças, de apoio e de trocas, inclusive – mas não só, ainda bem! – teóricas e intelectuais; do Caj e suas ramificações, com quem compartilho a vida de SP e as descobertas de construir novos caminhos honrando nossas raízes; do clubin, que ajudou a ver luz em tempos sombrios e teceu uma bonita rede de amizade; das meninas da biblioteca, pelos melhores papos de café e pela generosidade dos nossos laços; das minhas quengs, que me deram ombro, colo e riso quando isso não parecia possível, vos amo. Celebro e agradeço verdadeiramente por nossos encontros: vocês são respiro pr'alma, confete e serpentina, desprezioso alicerce, família da vida.

Agradeço à universidade pública, na figura da Universidade de São Paulo, e a todos/as funcionários/as que sustentam o funcionamento desta instituição fundamental, fértil e revolucionária.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001."

RESUMO

NEVES, Nina Silva. Trabalho e sexualidade em dois grupos de mulheres autônomas. 2021. 206f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Versão corrigida.

Ao longo de todo o século XX foram diversas as conquistas femininas em muitos países do mundo. A redução da fecundidade, o aumento da escolaridade e do emprego feminino e os novos arranjos familiares ampliaram as oportunidades de viver e de sobreviver fora do casamento. Apesar disso, desigualdades continuam a se desenvolver, sendo as atividades e o trabalho masculino e feminino desigualmente valorizados. Apoiada em um referencial teórico-metodológico fundamentado a partir dos estudos culturais, sociologia da sexualidade e perspectiva feminista, esta pesquisa teve como principal objetivo observar em que medida a profissionalização feminina, em dois grupos de mulheres socialmente distintos, teria efeitos sobre a experiência sexual. A questão investigada foi se e como as conquistas femininas na esfera pública estariam relacionadas à experiência da sexualidade de mulheres contemporâneas. Para tanto optou-se por observar a evolução de indicadores sociais disponíveis nas Séries Históricas e Estatísticas do IBGE que pudessem trazer informações sobre a magnitude dessas modificações sociais mais amplas, como a fecundidade, a escolaridade, o emprego e os arranjos familiares. Tais informações foram também observadas em relação com expressões dos feminismos no país. Em seguida, foi desenvolvido um estudo empírico e exploratório, realizado com dois grupos de mulheres autônomas participantes de grupos voltados para apoiar o empreendedorismo feminino. Foram realizadas vinte entrevistas individuais e semiestruturadas com mulheres dos dois grupos (10 de cada grupo), interrogando-as tanto sobre suas trajetórias educacionais e ocupacionais, como suas percepções e práticas sobre a sexualidade. Os achados foram tabulados em uma tabela que possibilitou sistematizar a caracterização dos grupos e das participantes por meio de subquadros e, posteriormente, foram tratados a partir de uma Análise de Correspondências Múltiplas, permitindo captar dimensões mais finas além daquelas esperadas para a variação da experiência segundo a classe social. Eles sugerem que a experiência e a percepção sobre a sexualidade, entre estas mulheres empreendedoras, dependem da classe social, mas também de outros fatores, como a idade e o estado civil.

Palavras-chave: Sexualidade. Trabalho. Mulher. Feminismos. Gênero.

ABSTRACT

NEVES, Nina Silva. Work and sexuality in two groups of autonomous women. 2021. 206f. Dissertation (Master's in Philosophy) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2021. Corrected version.

Throughout the 20th century there were several female achievements in many countries around the world. Fertility reduction, increases in female education and employment, and new family arrangements have expanded opportunities for living and surviving outside of marriage. Despite this, inequalities continue to exist, with male and female activities and work being unequally valued. Supported by a theoretical-methodological framework based on cultural studies, sociology of sexuality and a feminist perspective, this research aimed to observe how female professionalization would have effects on sexual experience, in two socially distinct groups of women. The question investigated was whether and how women's achievements in the public sphere would be related to the experience of sexuality among contemporary women. Therefore, we observed the evolution of social indicators available in the IBGE's Historical and Statistical Series that could provide information on the magnitude of these broader social changes, such as fertility, education, employment and family arrangements. Such information was also observed in relation to expressions of feminisms in the country. Then, an empirical and exploratory study was developed, carried out with two groups of autonomous women participating in groups aimed at supporting female entrepreneurship. Twenty semi-structured and individual interviews were carried out with women from both groups (10 from each group), questioning them both about their educational and occupational trajectories, as well as their perceptions and practices about sexuality. The findings were tabulated in a table that made it possible to systematize the characterization of the groups and participants through sub-frames and, later, they were treated from a Multiple Correspondence Analysis, allowing the capture of finer dimensions beyond those expected for the variation of the experience according to social class. The results suggests that the experience and perception of sexuality among women entrepreneurs depends on social class, but also on other factors such as age and marital status.

Keywords: Sexuality. Work. Women. Feminisms. Gender.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ESTUDOS CULTURAIS, FEMINISMO E SOCIOLOGIA DA SEXUALIDADE	29
1.1 ESTUDOS CULTURAIS: UM MODO DE TRABALHO.....	29
1.2 A SOCIOLOGIA DA SEXUALIDADE COMO FERRAMENTA DE PESQUISA	38
1.3 ALGUMAS NOTAS SOBRE O PAPEL DA PORNOGRAFIA	48
1.4 RADICALIZANDO CONTEXTOS	52
2 CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL E FEMINISMO À BRASILEIRA	57
2.1 ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO: BASES PARA UMA COMPREENSÃO DOS.....	59
SEUS EFEITOS SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA.....	59
2.1.1 MENINAS EDUCADAS: DE GUARDIÃS DO LAR AO MAGISTÉRIO	60
2.1.2 TRABALHO DE MULHER.....	64
2.1.3 RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E REMUNERAÇÃO.....	69
2.2 O NÓ ENTRE FECUNDIDADE, ECONOMIA DO CUIDADO, TRABALHO E ARRANJOS FAMILIARES	76
2.2.1 PESSOA DE REFERÊNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CHEFIA FAMILIAR FEMININA.....	83
2.3 EXPRESSÕES DE FEMINISMOS NO BRASIL.....	89
3 VIDA LABORAL E VIDA SEXUAL EM DOIS GRUPOS DE MULHERES EMPREENDEDORAS.....	100
3.1 AMESOL E GRUPO MULHERES DO BRASIL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	102
3.2 CONTROLE DOS CORPOS E EXERCÍCIO DA PESQUISA	110
3.2.1 “TER DINHEIRO É TER PODER, NÉ?” – O PRAZER DE TRABALHAR	112
3.2.2 “O SEXO TERMINA QUANDO ELE DIZ QUE NÃO VAI LAVAR A LOUÇA”	117
3.2.3 O ESPAÇO DA INDEPENDÊNCIA FEMININA: ESCOLARIDADE, RENDA, ESTADO CIVIL E VIDA SEXUAL	121
3.2.4 “NÃO É SEMPRE QUE OS ANJOS DIZEM AMÉM”: OBSERVAÇÕES SOBRE O PRAZER.....	128
3.3 OBSERVAÇÕES A PARTIR DA AUTONOMIA FINANCEIRA	132
CONCLUSÕES.....	139
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICE A – UM MERGULHO NO IBGE: SÉRIES HISTÓRICAS E ESTATÍSTICAS	152
APÊNDICE A – UM MERGULHO NO IBGE: SÉRIES HISTÓRICAS E ESTATÍSTICAS	154
APÊNDICE B – DADOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE.....	156
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	165
APÊNDICE D – QUADROS DE ENTREVISTADAS	171
QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO.....	171
QUADRO 2 – ESCOLARIDADE E TRABALHO	173

QUADRO 3 – VIDA FINANCEIRA.....	174
QUADRO 4 – VIDA DOMÉSTICA.....	176
QUADRO 5.1 – VIDA FAMILIAR.....	177
QUADRO 5.2 – VIDA FAMILIAR.....	178
QUADRO 6.1 – VIDA SEXUAL	179
QUADRO 6.2 – VIDA SEXUAL	180
QUADRO 6.3 – VIDA SEXUAL	181
QUADRO 6.4 – VIDA SEXUAL	182
APÊNDICE E – ENTREVISTADAS: RESPOSTAS ABERTAS	184
QUADRO 1 – TRABALHO.....	184
QUADRO 2 – FEMINISMO / PRAZER.....	188
QUADRO 3 – PRAZER	192
QUADRO 4.1 – RELAÇÕES SEXUAIS	196
QUADRO 4.2 – RELAÇÕES SEXUAIS	198
ANEXO 1 – TABELA RETRATO DAS DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA.....	201

O instinto me disse que mobilidade sexual é o mesmo que mobilidade social. Os homens tinham isso, mas as mulheres não.

Betty Dodson, 2010

A cultura popular é permeada pela ideia de que a variedade erótica é perigosa, doentia, depravada, e uma ameaça a tudo que existe, desde crianças pequenas até a segurança nacional.

Gayle Rubin, 2017

Introdução

Sempre que leio *sexualidade* ou *sexo* no título de um trabalho acadêmico é para logo depois me frustrar um pouco. Raramente eles estão falando em sexo de fato, em hábitos sexuais mas, sim, em identidade e expressão de gênero, ou sexo relativo ao binômio biológico masculino/feminino. Claro que essa é uma confusão, uma decepção, perfeitamente comum ao uso da linguagem. Por isso, aqui fica uma declaração de intenções: este trabalho quer falar do sexo em uso, da sexualidade verbalizada nos corpos e nos cotidianos, das relações que podem haver entre as expressões da sexualidade e a vida em sociedade. É válido mencionar também que não se trata de uma pesquisa de sexologia e não farei um inventário dos hábitos sexuais dos brasileiros – embora essa não seja má ideia! O que me interessa aqui é compreender a possível relação entre a sexualidade e a autonomia profissional feminina – e os aspectos sociais e culturais envolvidos neste processo.

Vinda de um contexto de trabalho com a temática feminista e tendo como alicerce o modo de trabalho dos estudos culturais, o encontro com a sociologia da sexualidade (BOZON, 2004) me permitiu elaborar as perguntas que me interessavam e passaram a conduzir este trabalho. Em um momento da história de diversas conquistas femininas, estamos mais livres também para dispor dos nossos corpos para o prazer sexual? Para exercer a sexualidade? Se somos financeiramente autônomas, se nos sentimos profissionalmente independentes, isso se reflete na maneira como lidamos com o sexo? E como os feminismos se articulam a estas questões?

A compreensão que se tem sobre a realidade geral da mulher ocidental em 2021 é de forte presença no mercado de trabalho, inclusive em cargos tradicionalmente masculinos, ainda que comumente ganhando menos que os homens na mesma função (no Brasil, 30% a menos, em média, do que homens com mesma idade e formação); em muitos lugares está em questionamento ou já superada a ideia da responsabilidade financeira pela família ser um papel masculino; a cada dia surgem novos produtos midiáticos e de consumo pessoal destinados ao público feminino; em muitos países há leis que punem a violência contra a mulher em suas variadas facetas (como violência doméstica, importunação sexual e feminicídio, para citar exemplos da legislação brasileira); está garantida a participação das mulheres na política por meio do voto (uma conquista instituída no Código Eleitoral Brasileiro apenas em 1932), apesar

de ainda haver poucas representantes na política institucional brasileira; discute-se largamente os direitos femininos conquistados e a serem conquistados. Os direitos sexuais e reprodutivos, no entanto, seguem sob uma penumbra de moralidade, seja religiosa ou não, inclusive no âmbito legal e político: apesar de uma a cada cinco mulheres brasileiras entre 18 e 39 anos já ter realizado ao menos um aborto na vida¹, o aborto segue sendo criminalizado, sujeitando as mulheres aos riscos que a ilegalidade implica. Não ter garantidos direitos relacionados à vida sexual acaba sendo um recado sobre não poder desfrutar da experiência sexual com autonomia e liberdade.

Em 8 de março de 2021 o Brasil se recusou a assinar uma declaração conjunta feita por mais de 50 países para marcar o Dia Internacional da Mulher no Conselho de Direitos Humanos da ONU, cujo texto pede pela proteção dos direitos das mulheres e por avanços em ações de igualdade de gênero. O Ministério das Relações Exteriores comunicou que o governo brasileiro não participou da declaração por conta de elementos “ambíguos” no texto proposto. “O governo brasileiro salienta a importância do reconhecimento, na declaração, de pautas salutaras em defesa da mulher, [...] como o reconhecimento do trabalho não remunerado e a necessidade de se combater a violência contra a mulher, em especial no período pandêmico. Entretanto, não apoia referências a termos e expressões ambíguas, tais como direitos sexuais e reprodutivos” disse o Itamaraty em nota². Se há algo que fica mais cristalino a cada dia sobre o atual governo federal (especialmente em tempos de pandemia de covid-19), é que se trata de um governo moralista e normativo, misógino, patriarcal e conservador.

Falar sobre autonomia e liberdade de mulheres, sobretudo no campo da sexualidade é, portanto, também, uma maneira de questionar e fazer resistência à construção de tais discursos retrógrados e conservadores (que tomaram força no país após a recessão econômica de 2015 e se articularam a uma crise política e social no ano seguinte, culminando no golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff, primeira e única mulher a ocupar tal cargo no Brasil). E este, de um ponto de vista dos estudos culturais, é um dos papéis da produção acadêmica.

¹ De acordo com o documento *Aborto: por que precisamos descriminalizar?*, Anis – Instituto de Bioética (2019),

² De acordo com notícia *Brasil fica fora de declaração conjunta com mais de 50 países pelo Dia Internacional da Mulher da ONU*, do G1: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/08/brasil-fica-de-fora-de-declaracao-conjunta-com-mais-de-50-paises-pelo-dia-internacional-da-mulher-na-onu.ghtml> Acesso em 8 de março de 2021.

Lá se vão mais de dez anos desde que defendi minha monografia de conclusão da graduação, intitulada *Pornografia Feminina: uma análise das disputas culturais e discursivas em torno do gênero filme pornográfico feminino*³. Na época, a pesquisa sobre pornografia feminina causou certo alvoroço, como falar de sexo costuma causar. Mas me surpreende que ainda hoje se mencione a pornografia feminina como algo novo ou, ao menos, inovador. Matérias, entrevistas, a mídia e as conversas denunciam isso. O que aponta também para o quanto o sexo e o prazer podem ser revolucionários. Especialmente o prazer feminino, já que ainda em 2021 ele não está dado pelo senso comum, é comumente deslegitimado, é questionável – enquanto o dos homens nunca foi: quem questiona *se* um homem pode ter um orgasmo durante uma relação sexual? Pensar em mulheres que buscam prazer sexual, que querem gozar, que *dizem* que gozam, no momento atual, me pareceu urgente. Falar da vida sexual de mulheres e do prazer feminino, também na academia, é uma maneira de pautar o tema e defender sua importância. De conquistar espaços.

A construção deste objeto de pesquisa, no entanto, nada teve de simples e por isso exponho os caminhos que me trouxeram até aqui.

Cresci ouvindo minha avó materna (Valdeth Portela da Silva, 17/11/1926 – 03/11/2019) contar a seguinte história: uma tia, que morava na vizinhança, um dia chegou na sua casa chateada, pois não tinha como pegar o bonde e ir ‘à cidade’, já que o marido havia saído sem deixar dinheiro para o transporte. Minha vó, então com 8 anos, diante daquela cena pensou “eu não quero depender de homem nenhum para pegar o bonde – e nem para viver! Então o que vou fazer? Vou ter que trabalhar... e para trabalhar, vou ter que estudar”. Era assim que ela contava a história de como se tornou professora. Como ela mesma sempre valorizou, justificadamente, o papel dos estudos na sua narrativa pessoal, sempre achei que essa era uma história sobre a educação, a escolaridade, até entender que não exatamente – ao menos para mim.

Somente depois de elaborar a primeira versão do projeto de pesquisa para ingresso no Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, me dei conta de certa influência deste relato. O projeto de então pretendia observar as transformações nas vidas das mulheres, em um contexto de forte expansão da escolarização feminina a partir da segunda metade do século XX,

³ NEVES, Nina. *Pornografia Feminina: uma análise das disputas culturais e discursivas em torno do gênero filme pornográfico feminino*. Monografia (graduação). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

considerando os percursos educacionais e as mudanças mais amplas que assim se operam. O esforço seria por aliar as disputas discursivas às transformações da representação e papel femininos na sociedade contemporânea por meio da relação com a educação como marcador da posição social, lugar de reprodução social e de aquisição de valor cultural, observando um grupo de mulheres na cidade de São Paulo. Eu buscava entender como os percursos escolares contribuem para as múltiplas dimensões da reinvenção da condição feminina.

No decorrer do primeiro ano do mestrado e influenciada pelas disciplinas que cursava, percebi que a história de minha vó que me inspirou é, antes de mais nada, sobre independência feminina. E essa percepção teve peso sobre a mudança do meu projeto de pesquisa inicial. Minha avó realizou o que planejou e tornou-se uma mulher independente, de fato, repetindo esse relato e inculcando estes valores primeiro à minha mãe e minhas tias e, depois, à minha geração. Com isso quero dizer que nesta família a independência das mulheres é vista como algo que precisa e deve ser conquistado, cuja conquista é viável – e se dá por meio da escolarização e profissionalização. A minha história, portanto, herda este acúmulo e, por isto, pôde seguir adiante.

Quando se trata de trajetórias de mestrado e doutorado, é sabido que não é incomum que o objeto de pesquisa seja alterado no desenrolar da própria pesquisa, mas não por isso este é um movimento simples. Retomar meu trabalho anterior ao mestrado foi de grande ajuda neste sentido e compôs um percurso que buscou considerar meus interesses e acúmulos anteriores.

Graduei-me em Comunicação com habilitação em jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Na Facom-UFBA é usual que se investigue um produto cultural (videoclipes, jornalismo, cinema, fotografia, produção literária e em quadrinhos, dentre outros) sob o ponto de vista dos estudos culturais para analisar um fenômeno social. Foi este tipo de trabalho que realizei na monografia de conclusão de curso: tratei sobre o contexto social, cultural e histórico que nos leva a produzir e consumir pornografia voltada para mulheres. O objetivo central era compreender como o gênero (gênero midiático, neste caso) pornográfico feminino é constituído a partir das relações entre disputas discursivas, práticas culturais de produção, circulação e consumo, contextos históricos específicos e elementos textuais dos filmes que fazem parte deste gênero. Partindo de uma construção hegemônica conhecida (a representação da mulher na pornografia masculina-hegemônica), pude analisar como se dá esta representação na pornografia dita feminina – utilizando o conceito de representação de acordo

com Stuart Hall (1997), que se baseia na noção de regime de verdade de Michel Foucault. A partir daí, analisei quatro produções para compreender quais elementos os tornam um filme pornográfico feminino/feminista, considerando a construção de gênero midiático de acordo com Jesús Martín-Barbero (2006) e Jason Mittel (2001). Fui interpelada pelo tema enquanto mulher, sujeito sexual, analista cultural – esta interpelação e os recortes por ela estabelecidos parecem não só possíveis como também inegáveis para o modo de investigação dos estudos culturais.

Este histórico, juntamente aos indícios presentes na primeira formulação do projeto de pesquisa de mestrado, apontaram para um interesse em ver a sexualidade no primeiro plano da investigação. Mas como eu faria isso? Neste ponto, e a partir de diversas conversas (trocas pelas quais sou imensamente grata), passei a elaborar as minhas novas questões.

Nos dias atuais vivemos em uma sociedade cuja lógica capitalista compõe condições em que ter poder passa por ter dinheiro (desde o sustento próprio ao valor simbólico do consumo). Isto se articula à divisão sexual do trabalho, arranjo da divisão social do trabalho em que as atividades produtivas, ditas masculinas, são valorizadas com diferente peso simbólico e diferente efeito material em relação às atividades reprodutivas, ditas femininas. Concomitantemente e numa relação imbricada com estes aspectos, herdamos uma história social de característica patriarcal, machista e racista em que, por longos anos, foi mais possível aos homens (não deixando de notar especificidades de raça e classe) acessar a escolaridade, o mercado de trabalho formal e, por consequência, os espaços de poder (sejam políticos institucionalizados ou simbólicos), a circulação nas cidades e as liberdades sexuais. Meu interesse passou a ser buscar entender se a partir de uma massiva conquista feminina destas esferas, ainda que em diferentes medidas, diante do acúmulo de diversos avanços e transformações e do questionamento feminista sobre as próprias lógicas que regem estes campos, tal movimento se tornaria visível também na experiência da sexualidade das mulheres contemporâneas. Para tanto, se faz fundamental compreender a formação e o compartilhamento desta história social e cultural, a situação atual da condição feminina no Brasil e a participação das mulheres como sujeitos formados por e formadores desta cultura. Considerando as diversas ferramentas passíveis de uso para o trabalho, contamos aqui com contextualizações históricas, análise de indicadores sociais, observações de campo, entrevistas, tabulação de resultados em tabelas e análise de correspondências múltiplas (ACM). Esta é a via que acreditei ser capaz de construir a trajetória necessária para, então, buscar verificar como funcionam tais aspectos nas vidas de mulheres entrevistadas.

Esta empreitada se apoia em um referencial teórico-metodológico fundamentado a partir dos estudos culturais, sociologia da sexualidade e teorias de gênero. A cultura, tal como os estudos culturais a considera, abrange mais do que aquilo que o senso comum chama de cultura. Ela é processo ativo, é campo em disputa, é constituidora de e constituída por costumes, é relação com política, economia, comunicação, educação, é valor e é valorada. Pensar cultura dessa maneira é pensá-la como um modo inteiro de vida (WILLIAMS, 1979), constituidora de sujeitos e coletivos. Tratar de quem é a mulher contemporânea é, numa compreensão que parte dos estudos culturais, pensar em como se constrói a representação desta mulher na cultura – considerando a cultura como produção e partilha de sentidos, uma maneira de entender as relações sociais (WILLIAMS, 1979).

Durante o processo de reelaboração do objeto de pesquisa, também o meu trabalho em uma organização feminista, especificamente em um projeto sobre empreendedorismo feminino, contribuiu para dada reconfiguração. Já que meu objetivo passava a ser investigar se e como a independência e autonomia financeiras por meio do trabalho, junto à exposição a discursos feministas, diante de um histórico de acesso feminino à educação, teriam efeito sobre as vidas sexuais das mulheres, esse encontro de interesses e experiências contribuiu para desenhar o *como* eu poderia buscar responder as perguntas que tinha.

Recupero aqui um conselho oferecido por Pierre Bourdieu no texto *Introdução a uma sociologia reflexiva* (1989a):

De fato, a ajuda mais decisiva, que a experiência permite que se dê ao investigador principiante, é a que consiste em incitá-lo a ter em consideração, na definição do seu projeto, as condições reais da realização, quer dizer, os meios, sobretudo em tempo e em competências específicas, de que ele dispõe (em especial, a natureza da sua experiência social, a formação que recebeu) e também as possibilidades de acesso a informadores e a informações, a documentos ou a fontes, etc. Muitas vezes, é só ao cabo de um verdadeiro trabalho de socioanálise que se pode realizar o casamento ideal de um investigador e do seu 'objeto', por meio de toda uma série de fases de sobreinvestimento e de desinvestimento (BOURDIEU, 1989a, p. 50).

Não cheguei a realizar tal trabalho de 'socioanálise', mas me parece que, de certa forma, talvez por um 'instinto de pesquisa', fui levada a aproveitar os recursos de que dispunha, terminando por seguir estas orientações.

Por ter trabalhado como jornalista por muitos anos com temáticas de gênero e trabalho, eu sabia que há em São Paulo – e no Brasil, de maneira geral – distintos grupos (autointitulados

feministas ou não) que reúnem mulheres empreendedoras⁴ de todos os segmentos. São grupos de mulheres economicamente independentes, ou que buscam capacitar as participantes neste sentido, com presença *online*, mas que também promovem encontros presenciais com o objetivo de formação e discussão de temas de interesse comum. Há os que agrupam dirigentes e líderes de grandes empresas, há os que congregam empreendedoras de negócios sociais ou do terceiro setor e há, ainda, os grupos formados com o propósito de ‘empoderar’ mulheres nas periferias da cidade por meio de autonomia financeira – é válido salientar que uma importante razão que leva as mulheres a empreenderem é a dificuldade de se manterem em postos de trabalho no mercado formal diante dos outros papéis que desempenham, como os de cuidado, situação que será melhor explorada no capítulo 2. Partir destes grupos me pareceu um bom caminho para lidar com as questões que eu propunha.

Desta maneira, busquei abordar dois destes grupos – um formado por líderes de grandes empresas (Grupo Mulheres do Brasil) e outro relacionado à economia solidária, que reúne mulheres periféricas⁵ (Associação de Mulheres e Economia Solidária – Amesol) – a seguir, detalharei como se deu a composição deste campo. Ao definir estes dois grupos como o campo da pesquisa, buscava criar uma condição que me permitiria observar como é vista, representada – ou calada – a sexualidade de mulheres empreendedoras com diferenças socioeconômicas, mas

⁴ De acordo com o SEBRAE/BA (2019), o empreendedorismo está comumente associado a grandes projetos e empresas quando visto por um viés masculino. Porém “o empreendedorismo feminino vai além do lucro e também está relacionado com empoderamento, com visibilidade, com reconhecimento, acolhimento e compartilhamento de informações” (SEBRAE/BA, 2019, p. 4). Assim, comumente os pequenos negócios femininos surgem da necessidade e em aliança com atividades que as mulheres já desenvolviam antes, como produção de alimentação, artesanato, sabonetes, etc. De todo modo, “todas as mulheres que têm negócios como esses são tão empreendedoras quanto as que abrem grandes negócios e startups” (SEBRA/BA, 2019, p. 4). É desta forma ampla que consideraremos mulheres empreendedoras neste trabalho.

⁵ O termo periferia ganhou visibilidade nos anos 1990, tendo começado a circular ainda na década de 1970, fosse no âmbito da igreja católica, das pesquisas acadêmicas, dos clubes de mães ou movimento punk (D'ANDREA, 2020). Entretanto, “nos anos 1980, o termo ainda não havia adquirido a positividade que o caracterizaria uma década depois” (D'ANDREA, 2020, p. 21), uma mudança de significado que se deu na década de 1990 a partir da publicização do termo pelo movimento hip-hop. Desde então, a construção do conceito de periferia, vem sendo utilizado e negociado no seu uso, seja pela própria população periférica ou por outras esferas. O conceito *sujeitas e sujeitos periféricos* foi proposto por D'Andrea em sua tese de doutorado (*A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*, 2013) e novamente explorado em artigo de 2020. “A percepção territorial que perpassa todas as experiências, mesmo quando díspares, é aqui conceituada como *consciência periférica*, engendrada e induzida por um processo social e histórico que colocou em relevo o debate sobre o território e produziu *sujeitas e sujeitos periféricos* capazes de entendimento de sua condição urbana e de uma prática política em prol do território, mesmo que as categorias de representação mobilizadas por essas sujeitas e por esses sujeitos não sejam necessariamente as mesmas” (D'ANDREA, 2020, p. 26). Feita esta contextualização, vale notar que para o meu trabalho, utilizo periferia em referência ao território social e geográfico.

ambas expostas a discursos feministas. O ponto em comum entre elas é o empreendedorismo como via de autonomia e ‘empoderamento’⁶. Eu poderia tentar entender, com as participantes, o que a independência financeira faz pela sexualidade das mulheres. O poder profissional e econômico produz algum efeito sobre a sexualidade? Para explorar tais relações por um viés de gênero, propus observar também a profissionalização e escolarização como indicadores da condição feminina. Buscar investigar como e se as transformações decorrentes da escolarização e profissionalização incidem sobre possíveis transformações na vida íntima (sexualidade e relações românticas) se mostrou como uma maneira de costurar minha trajetória e interesses.

Como se vê, a construção do objeto de pesquisa é de natureza complexa e demarcada não apenas por tempo cronológico, mas também por temporalidades individuais, subjetivas. Continuando com Bourdieu (1989a):

a construção do objeto — pelo menos na minha experiência de investigador — não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (BOURDIEU, 1989a, p. 26-27).

Válido, também, é notar que realizar uma pesquisa com *vontade* não significa, necessariamente, encontrar facilidade. Especialmente quando nos vemos mundialmente atravessados por uma pandemia – para além dos atravessamentos das vidas pessoais, que supõem-se acontecer ao longo deste intervalo de tempo.

⁶ Para Bila Sorj (2007, p. 1), este termo, “apesar das diferentes definições que comporta, vem sendo normalmente usado para designar a capacidade das mulheres de ganhar controle sobre suas decisões e recursos, tendo em vista ampliar os direitos das mulheres e promover a igualdade de gênero” ou ainda “como a valorização da autonomia e do autodesenvolvimento, o chamado empoderamento” (SORJ, 2011, p. 148). De acordo com Cecília Sardenberg (2006), apesar do conceito de empoderamento ter origens radicais – “ele surgiu da ‘praxis’ para a ‘teoria’, sendo utilizado primeiro por ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização” (SARDENBERG, 2006, p. 1) – atualmente vem sendo usado indiscriminadamente e adquirindo novos significados. Compreendendo que não há consenso sobre o que vem a ser empoderamento, Sardenberg destaca que de um ponto de vista feminista ele seria “o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação”, além de se tratar, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. “Mas para nós o objetivo maior do ‘empoderamento’ é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, 2006, p. 2). Em outro trabalho, Sardenberg (2016) aborda como o termo foi apropriado por organizações e governos para legitimar políticas e práticas que, de uma perspectiva feminista, estão longe de empoderar as mulheres, e utiliza, assim, a contraposição entre empoderamento liberal e empoderamento libertador.

Das condições de realização da pesquisa

Seguindo Bourdieu (1989a), é fundamental para definição de um projeto de pesquisa considerar as “condições reais de realização” da investigação. Isto é, acesso aos meios, ao tempo e às competências específicas caras ao trabalho em questão (como a natureza da experiência social do pesquisador e a formação que recebeu), assim como o acesso a informadores (entrevistadas, no meu caso) e informações. Guardadas aquelas situações que são impossíveis de prever ao longo do período de mestrado (como a partida de um familiar amado ou o caos generalizado causado por uma pandemia), foi isso o que busquei fazer ao delimitar os grupos pesquisados.

Em certo momento do processo de mudança de objeto desta dissertação, conheci, a partir de uma matéria do jornal *Le Monde* (MAZAURETTE, 2019), uma pesquisa sobre hábitos sexuais dos franceses intitulada *Em que pé está a vida sexual das francesas em 2019?*⁷ (tradução nossa para *Où en est la vie sexuelle des Françaises en 2019?*, IFOP, 2019). O texto da matéria relacionava os resultados sobre hábitos sexuais às origens sociais. De acordo com esse estudo, as francesas das classes sociais mais altas seriam as que mais se masturbam (85% das gestoras e profissões intelectuais, contra 61% das trabalhadoras de níveis operacionais) e que praticam mais carícias alternativas à penetração. Ter acesso às observações da matéria e ao relatório deste questionário foi um ponto de virada porque deu contorno mais claro aos meus interesses, além de contribuir para a elaboração do meu próprio questionário.

Ao definir minha pesquisa com o objetivo de observar as (possíveis) interações entre vida laboral (presença do trabalho e busca ou conquista de independência financeira) e vida sexual para mulheres, me pareceu fazer sentido lidar com grupos previamente formados. Ou seja, busquei grupos onde sabia que já existia um recorte de mulheres que trabalhavam e tinham (ou buscavam) independência financeira por meio dessa atividade laboral, além de uma exposição a discursos no sentido de autonomia e ‘empoderamento’. Tempos antes, por minha atividade profissional, tinha tomado conhecimento de alguns grupos voltados para mulheres empreendedoras no país, sejam aqueles que têm intenção de criar redes de contato entre mulheres já bem sucedidas à frente de suas empresas, sejam os que oferecem capacitação e impulso para quem está começando ou sejam, ainda, os que têm ambos os propósitos.

⁷ Estudo Ifop para ELLE, realizado por questionário online autoaplicável de 28 a 29 de janeiro de 2019 com uma amostra de 1.007 mulheres, representativas da população feminina com 18 anos ou mais que vive na França metropolitana.

Esta experiência me rendeu um lugar de onde partir: pré-selecionei quatro grupos, que já conhecia, tendo em consideração alguns critérios. Eles precisavam ter encontros presenciais acontecendo em São Paulo, cidade onde vivo e onde propus que se desenvolvesse a pesquisa, valorizar as conquistas femininas e veicular um discurso que me permitisse compreender a valorização da autonomia de suas participantes. Para tornar a pesquisa viável, era mais realista selecionar apenas dois desses grupos, que fossem diferentes entre si quanto ao público alvo, como já veremos. Explorei os *sites*, perfis em redes sociais e li matérias sobre cada um deles e assim selecionei o Grupo Mulheres do Brasil e a Amesol.

Elaborei um questionário (Apêndice C) dividido em quatro temas, além de uma identificação prévia: escolaridade e trabalho; vida financeira; família; vida privada e sexual. Por último, deixei algumas questões opinativas como um recurso para ouvir mais sobre como as entrevistadas pensam acerca de diversos temas. Desta maneira, busquei caracterizá-las a partir das temáticas também abordadas de acordo com os indicadores do IBGE selecionados para a compreensão da condição feminina no Brasil e analisados no segundo capítulo.

Minha proposta para a pesquisa empírica era frequentar as reuniões dos grupos a fim de observar os discursos que ali circulam e demais elementos que contribuem para a caracterização de cada um e, a partir desse contato, realizar entrevistas. A princípio, pensando em conseguir um maior número de respostas, considerei circular o questionário para todas as participantes disponíveis responderem individualmente e, em um segundo momento, fazer entrevistas em grupo com as respondentes do questionário que se disponibilizassem a aprofundar os assuntos. No decorrer da própria pesquisa e após os primeiros contatos, compreendi que mais factível e frutífero seria utilizar o questionário como um roteiro para entrevistas individuais, buscando driblar, assim, disparidades de instrução escolar (que poderiam ser entraves à leitura e interpretação das questões) e criar laços de confiança necessários para abordar temas da intimidade. Desta maneira, compreendi que um número representativo e possível, considerando o tempo de que dispunha e o ritmo de diferentes agendas a que este tipo de contato está submetido, seria de dez entrevistadas de cada grupo. As conversas, conduzidas pelo roteiro de perguntas, deveriam ser feitas em encontros presenciais e individuais com cada uma das mulheres que se dispusesse a responder minhas questões. Eu estava aberta a realizar um maior número de entrevistas se isso se revelasse necessário e possível no decorrer da pesquisa, mantendo o mesmo número de entrevistadas nos dois grupos.

Fiz um primeiro contato por *e-mail* com ambos os grupos em fevereiro de 2019, mas não obtendo um retorno a princípio, liguei e visitei presencialmente os dois. Abordei a Amesol indo a uma de suas feiras no Ponto de Economia Solidária no Butantã (logo falarei mais detalhadamente sobre elas) e, a partir daí, passei a frequentar as reuniões mensais, na sede da SOF – Sempre Viva Organização Feminista, em Pinheiros, entre setembro e novembro de 2019. O contato com o Grupo Mulheres do Brasil foi mais demorado e apenas depois de várias tentativas consegui, em outubro de 2019, marcar uma breve conversa com uma das representantes do grupo que me explicou a subdivisão interna em núcleos geográficos e comitês temáticos e indicou que eu fosse à uma reunião Portas Abertas, que acontece todos os meses para novas participantes na sede do grupo, no Paraíso, para depois frequentar o Comitê de Empreendedorismo. Logo retomarei as especificidades de organização de cada grupo.

Em ambos os casos, na primeira visita que fiz, me apresentei deixando claro meu ofício de pesquisadora e intenções de pesquisa e pedi que as participantes disponíveis para responder as entrevistas escrevessem seus dados para contato em uma lista. Expliquei que seus nomes reais seriam ocultados, que as conversas durariam entre 45 minutos e duas horas, a depender das respostas delas e do quanto quisessem falar, seriam gravadas, presenciais e individuais: eu me deslocaria até elas para um lugar de sua preferência, podendo ser em suas casas ou em um local público. Sugeri os Sescs, que estão espalhados por diferentes áreas da cidade, o que facilita o acesso, e costumam oferecer lugares possíveis para conversas com relativo conforto. Precisei repetir este procedimento de apresentação por mais uma reunião em cada grupo para obter um bom número de voluntárias.

Na Amesol, obtive uma lista de 20 mulheres disponíveis. De posse dos números de telefone, as abordei por mensagem via WhatsApp ou por ligação para marcar as entrevistas. Fiz contato com todas da lista: algumas desistiram durante as tentativas de encontro, outras não chegaram a me responder e outras disseram que haviam ido naquela única reunião em que nos conhecemos, mas já não frequentavam o grupo. Realizei as entrevistas entre outubro e dezembro de 2019 em diferentes Sescs ou durante as feiras onde elas expunham seus produtos, a pedido das entrevistadas. Frequentei as Feiras de Economia Solidária, no Ponto de Economia Solidária do Butantã, onde as participantes da Amesol comercializam seus produtos uma vez ao mês, e mais duas feiras onde as entrevistadas propuseram que nos encontrássemos.

Os encontros presenciais possibilitaram estabelecer um vínculo de confiança com as entrevistadas. Elas sabiam previamente do que tratariam minhas perguntas e estavam ali dispostas a responder – ou até felizes em responder. Uma delas chegou a me escrever por mensagem, no dia seguinte à nossa entrevista: “Fiquei bem aliviada de lhe contar meus pensamentos ocultos obrigada” (*sic*). A experiência como jornalista foi útil, aqui, por me oferecer a prática de perceber, pelas variações de entonação, expressão e postura, quando estou no caminho, ou não, para chegar às informações de que preciso, bem como sobre o cansaço da entrevistada e possibilidades de obter mais detalhes. Utilizando o questionário como um roteiro flexível, pude mudar ligeiramente a ordem das perguntas ou a forma de indagar de acordo com o desenrolar de cada entrevista. Houve também muito aprendizado ao longo da pesquisa, a sensação de que a cada entrevista eu conhecia melhor o próprio processo de pesquisar.

Já no Grupo Mulheres do Brasil, as reuniões do Comitê de Empreendedorismo não foram regulares nos últimos meses de 2019, por isso minha pesquisa de campo se restringiu, durante um bom tempo, às reuniões gerais abertas (estive em duas em 2019 e duas no começo de 2020), que costumam contar com grande número de participantes de todos os núcleos temáticos. Foi só em fevereiro de 2020 que o Comitê de Empreendedorismo voltou a se reunir, por meio do subgrupo Empreendedoras Maduras, direcionado às empreendedoras com mais de 50 anos, e então pude recolher quatro primeiros contatos para entrevistas. No início de março, em uma reunião do Comitê de Empreendedorismo, consegui mais duas voluntárias. Estava começando a marcar as entrevistas quando fomos coletivamente surpreendidos pela pandemia e todas as mudanças de vida que vieram junto com ela, como reclusão e isolamento social. Busquei manter contato mas, por meses, as voluntárias sequer retornavam as minhas mensagens. No fim de junho consegui fazer, de maneira remota, minha primeira entrevista do Grupo Mulheres do Brasil.

Se por um lado se perde algo da proximidade estabelecida numa entrevista presencial, por outro se ganha em elementos de observação. Por meio das entrevistas com uso de vídeo-chamada ‘entrei’ nas casas das minhas entrevistadas, vendo um pouco do seu cenário, da sua escolha de lugar e momento para falar comigo. Como não estavam ocorrendo as reuniões presenciais e eu não tinha acesso à ferramenta de conexão digital do Mulheres do Brasil (uma espécie de Facebook interno, ao qual solicitei acesso mais de uma vez, sem sucesso), pedi ajuda às entrevistadas na divulgação da necessidade de mais voluntárias para a pesquisa. Assim,

cheguei a mais quatro nomes e pude completar as dez entrevistas deste grupo em setembro de 2020.

Importante notar que se a ordem das entrevistas tivesse sido inversa, possivelmente eu encontraria entraves mais significativos para concluí-las, uma vez que as participantes da Amesol poderiam ter acesso menos facilitado a tecnologias como computadores e redes de wi-fi.

Concluídas as entrevistas, tabulei parte das respostas em uma extensa tabela (Apêndice D) que me permitiu observar resultados diversos, além de contribuir para sistematizar a caracterização dos grupos e indivíduos por meio de sub-quadros, como veremos ao longo do trabalho, especialmente no capítulo 3. A tabela também possibilitou processar as respostas em uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), mais uma ferramenta que oferece outra visão sobre os resultados e revela novas informações. Se na tabela eu trato os dados que tenho como pertencentes a dois grupos distintos, nos gráficos da ACM isso não necessariamente está representado assim, pois as respostas são inseridas como um conjunto. Ainda organizei as respostas abertas a perguntas-chave que selecionei em uma planilha (Apêndice E), de maneira a facilitar uma visão geral, a consulta e a revisão das histórias das entrevistadas. Tais análises compõem o capítulo 3 desta dissertação, onde apresento a pesquisa de campo e os achados das entrevistas.

Antes disso, no capítulo 2, apresento um panorama histórico da condição feminina no Brasil, considerando a escolarização e profissionalização das mulheres. Na sequência, trato da relação da economia do cuidado com os arranjos familiares, temas estes que também orientaram a elaboração do roteiro de perguntas das entrevistas. A abordagem destes assuntos é ilustrada pelos dados das Séries Históricas e Estatísticas do IBGE sobre os seguintes âmbitos das vidas das brasileiras: educação; mercado e força de trabalho; famílias e domicílios; população e demografia.

Estava prevista na reelaboração do meu projeto de pesquisa a utilização de dados estatísticos para compreender a condição feminina no Brasil atual mas, a princípio, a intenção era utilizar os indicadores como um apoio a este olhar panorâmico. No entanto, as disciplinas cursadas no desenrolar do mestrado têm influência sobre o andamento das pesquisas e este foi o caso aqui. Ao cursar a disciplina de Redação Científica (EAH5003), era importante ter resultados a partir de dados para executar as atividades propostas e foi assim que mergulhei na análise das

Séries Históricas e Estatísticas do IBGE que, por fim, me ofereceram um importante olhar sobre aspectos relacionados ao meu objeto de pesquisa.

Assim, a partir da seleção inicial dos temas, explorei os subtemas de interesse e as Séries Históricas e Estatísticas cadastradas sob cada um deles. Após esta seleção, foi compilada em um documento à parte (Apêndice B) a totalidade dos dados apresentados em quadros pelo próprio *site* do IBGE, a fim de observar o que eles demonstram sobre as transformações da condição feminina no Brasil, permitindo a elaboração de novos quadros resumidos segundo os interesses da minha pesquisa. Desta forma, a análise de dados que inicialmente se propunha mais curta e menos específica, acabou por se aprofundar – e felizmente, pois este exercício comparativo e relacional ofereceu uma possível contribuição ao observar mais detidamente o indicador “pessoa de referência da família”, o que considero uma das descobertas da pesquisa. Já o panorama histórico se apresenta como um recurso ao qual eu não poderia escapar em consideração às referências teórico-metodológicas que sustentam este trabalho.

Os marcos teórico-metodológicos sobre os quais o trabalho se encontra apoiado são apresentados no primeiro capítulo: os estudos culturais e a sociologia da sexualidade. Busco esclarecer do que trata o modo de trabalho dos estudos culturais e retomo a história dos estudos feministas neste viés de produção de conhecimento.

Depois apresento a sociologia da sexualidade, uma ‘aposta’, de acordo com o próprio Michel Bozon (2004). Foi em Bozon (2004) que encontrei pistas para observar as expressões da sexualidade em relação com a cultura e as vidas cotidianas. “As manifestações da sexualidade não são universais. [...] Na realidade, as principais diferenças estão ligadas à organização social das idades e do casamento, e ao sistema das relações entre os sexos” (BOZON, 2004, p. 152). Para o autor isso fica claro na manifestação da participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, por exemplo: considerando países mediterrâneos, menciona a separação tradicional da esfera das mulheres e da esfera dos homens, que faz com que elas participem menos deste mercado, ao mesmo tempo que há uma marcada diferença de idade para a iniciação sexual deles e delas. “Inversamente, os países nórdicos se caracterizam por uma convergência dos comportamentos de homens e mulheres nesses dois domínios” (BOZON, 2004 p. 152).

Este primeiro capítulo dialoga, simultaneamente, com as perspectivas abertas pelos estudos culturais e pela sociologia de Pierre Bourdieu (1989a), que permeiam toda esta dissertação.

Perspectiva de gênero

É válido ainda sinalizar que me é cara uma perspectiva de gênero, tal como sugere Joan Scott (1991), em que gênero deve ser compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções – e não como uma descrição objetiva de traços inerentes.

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero) (SCOTT, 1991, p. 22).

O uso de gênero como categoria analítica baseia-se em uma vasta literatura. Segundo Scott (1991) a gênese do seu uso buscou induzir uma noção relacional, uma vez que a produção dos estudos de gênero centrava-se sobre as mulheres de maneira focada e isolada (afinal, como compreender mulheres em um estudo inteiramente separado de homens?).

Portanto, no âmbito da produção acadêmica, a incorporação do termo “gênero” como substituto para o “estudo de mulheres” tem utilidade relacional para sugerir que a informação a respeito do universo feminino é necessariamente também informação sobre os homens, a produção de conhecimento sobre um implica no conhecimento do outro, consiste em mostrar que não existe um mundo das mulheres separado do mundo dos homens. “O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1991, p. 7). Para Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (2003), essa mudança de termos “favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino” (HEILBORN & SORJ, 2003, p. 187-188).

De acordo com Adriana Piscitelli (2004), a proposta feminista de utilização deste conceito, para além da ‘desnaturalização’ das diferenças entre homens e mulheres, também está preocupada em observar como as noções de masculinidade e feminilidade estão articuladas a outros aspectos, como classe social e raça, na produção das desigualdades de gênero. Isto é, no nascimento meninas e meninos são classificados de acordo com seus órgãos genitais, mas as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, mas de aprendizados que são

culturais, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social. Assim, é interessante pensar que se o esperado de uma mulher de classe alta no Brasil do início do século XX, por exemplo, era ser delicada, ficar restrita ao espaço doméstico, ter pouca educação formal, saber bordar e costurar, atualmente as expectativas já são outras, atreladas às transformações da condição feminina no país, que serão abordadas tanto na análise de indicadores do capítulo 2 quanto nas entrevistas apresentadas no capítulo 3. “Hoje em dia, ser mulher pode significar algo bem diferente, e varia muito de acordo com o lugar, a classe social, o momento histórico” (PISCITELLI, 2004, p. 124).

Sorj (2007) ressalta, ainda, que na acepção associada aos estudos de gênero feministas, “gênero se refere a um sistema de relações de poder fundado em padrões culturais institucionalizados, que diferem entre sociedades” (SORJ, 2007, p. 2). Desta forma, o sistema de gênero supõe a presença de hierarquias e relações de poder entre os atributos associados à masculinidade, que são valorizados, e os atributos associados à feminilidade (ou ao feminino), que são desvalorizados.

Um dos principais atributos do feminino, que tem uma abrangência quase universal, é a ideologia que associa o feminino à domesticidade e a subordinação. Certamente as mulheres têm sido o principal campo de operação dos atributos depreciados do feminino, mas não são apenas elas. Gays, travestis, transgêneros e outros homens que não correspondem ao padrão de masculinidade prevalecente são facilmente vistos como ‘femininos’ (SORJ, 2007, p. 2).

Aqui me parece válido pensar na compreensão de gênero enquanto formação discursiva. Stuart Hall (2001), valendo-se de Michel Foucault, parte da noção de ‘formação discursiva’ para demonstrar como o discurso torna uma representação historicamente possível. Por ‘formação discursiva’ entende-se um conjunto de discursos que fazem sentido a uma determinada época.

Desta maneira, compreendemos as representações como construções históricas.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade [...], diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1987, p. 43)

Há uma compreensão sobre o que é ser mulher que é construída historicamente. Ou seja, um conjunto de discursos coerentes compõe uma ‘formação discursiva’ sobre o assunto e reforça *uma* verdade sobre o ser feminino, *este* ‘regime de verdade’. Formações discursivas podem ser fluidas ao longo do tempo, ao mesmo tempo que razoavelmente coerentes num dado momento. Desta maneira, o que se entende por ser mulher, ainda que seja uma formação estável, é construído a partir de discursos como um processo dinâmico.

Em outras palavras, a representação do feminino está ligada tanto à estabilidade da compreensão dominante quanto à tensão da disputa de poder. É um regime de verdade que vem sendo construído ao longo do tempo, por meio de diversas formações discursivas. Os movimentos feministas, por exemplo, configuram-se como discursos políticos que promovem uma ruptura na compreensão dominante do feminino, colocando o próprio corpo da mulher como um espaço de disputa de poder. A construção e reconstrução do conceito de gênero também é uma maneira de entrar nesta disputa.

Desta forma, adotar uma perspectiva de gênero para este trabalho é o mesmo que dizer que considero as diversas disputas envolvidas na construção social e cultural do que é ser homem, mulher ou demais categorias de gênero, e que lido com o campo do gênero como zona de transformação, tensão e disputa. Feitas estas considerações, é importante notar que tratarei, no segundo capítulo, de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que costuma adotar a noção de sexo enquanto marca de características biológicas e não o conceito de gênero (que daria espaço para acolher as diversas identidades de gênero, por exemplo). Ainda que o IBGE adote a categorização baseada na sexagem biológica, a proposta do presente estudo é parte das discussões e questionamentos relativos aos estudos de gênero, estando uso dos dados, análises e discussões de acordo com tal perspectiva.

A relação feminina com o trabalho foi bastante estudada no contexto nacional (ABREU, HIRATA & LOMBARDI 2016; BAUDELLOT, 2003; BRUSCHINI, 1994, 2007; GUIMARÃES & BRITO, 2016; HEILBORN & SORJ, 2002) , inclusive a correlação do trabalho com as formações familiares (ALVES, CAVENAGHI & CARVALHO, 2017; BERQUÓ & CAVENAGHI, 2006, 2014; BERQUÓ & GARCIA, 2012; LAVINAS, 2006), no entanto a interação deste tema com a sexualidade das mulheres é uma relação ainda pouco explorada. É este o campo com o qual esta pesquisa pretende contribuir.

Cada vez ponho mais paixão no que digo, porque a única maneira hoje de fazer com que as pessoas sintam que tem algum valor o que você diz, é a convicção, a paixão. A paixão é contagiosa, não se deve pedir desculpas pela paixão.

Jesús Martín-Barbero, 2009

A sexualidade humana sempre dissimula em si outras coisas além dela mesma, ao mesmo tempo que se dissimula em outras coisas que não são ela.

Maurice Godelier, 2001

Compartilhar o gozo, seja ele físico, emocional, psíquico ou intelectual, cria uma ponte entre as pessoas que dele compartilham que pode ser a base para a compreensão de grande parte daquilo que elas não têm em comum, e ameniza a ameaça das suas diferenças.

Outra maneira importante por meio da qual a conexão com o erótico opera é ressaltar de forma franca e destemida a minha capacidade para o gozo. No modo como meu corpo se alonga com a música e se abre em resposta, ouvindo atentamente seus ritmos mais profundos, de maneira que todos os níveis da minha percepção também se abrem à experiência eroticamente satisfatória, seja dançando montando uma estante, escrevendo um poema, examinando uma ideia.

Essa autoconexão compartilhada é uma extensão do gozo que me sei capaz de sentir, um lembrete da minha capacidade de sentir. E esse saber profundo e insubstituível da minha capacidade para o gozo acaba por exigir que minha vida inteira seja vivida com a compreensão de que tal satisfação é possível, e de que ela não precisa ser chamada de *casamento*, nem de *deus*, nem de *vida eterna*.

Essa é uma das razões de o erótico ser tão temido e tão frequentemente restrito ao quarto, isso quando é reconhecido. Pois uma vez que começamos a sentir com intensidade todos os aspectos das nossas vidas, começamos a exigir de nós, e do que buscamos em nossas vidas, que estejamos todos de acordo com aquele gozo do qual nos sabemos capazes. Nosso conhecimento erótico nos empodera.

Audre Lorde, 2019

1 Estudos culturais, feminismo e sociologia da sexualidade

A interdisciplinaridade, característica do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, traz consigo uma abertura de horizontes que é bastante frutífera, mas que pode causar também certo atordoamento, é preciso pontuar. Interessante observar que os próprios Estudos Culturais Ingleses são construídos por metodologias e posições teóricas tão diversas que levaram Stuart Hall a caracterizar o trabalho desenvolvido pelo Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS) como *ruído teórico*, ou, para Itania Gomes (2004), uma *algazarra teórica* que “parece constituir a própria identidade dos Estudos Culturais enquanto um campo em permanente diálogo com os problemas suscitados por conjunturas históricas específicas” (GOMES, 2004, p. 104).

Como mencionado na introdução desta dissertação, venho do uso dos estudos culturais⁸ na Comunicação, onde fenômenos sociais costumam ser analisados por meio de produtos culturais (filmes, programas de televisão, literatura, gêneros musicais, para citar da maneira abrangente). Neste trabalho, e aproveitando as possibilidades abertas por localizar minha pesquisa no Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, busquei investigar um fenômeno social e cultural a partir dos atores nele envolvidos (mulheres profissionalmente autônomas), por meio de entrevistas e observações. Mas não só. Compor um certo ‘arsenal’ de trabalho, e nele confiar, não foi tarefa simples nem realizada sem conflito comigo mesma.

Espero, neste capítulo, ser capaz de esclarecer a minha adesão ao modo de trabalho dos estudos culturais, pois a escolha deste modo de investigação seguramente não é nem pode ser acidental. Retomo parte da história dos estudos culturais e sua relação com os estudos feministas para, na sequência, tratar das aproximações feitas com a sociologia da sexualidade.

1.1 Estudos culturais: um modo de trabalho

Uma das mais sintéticas explicações sobre os estudos culturais que encontro é de Stuart Hall (2003): “Os estudos culturais são uma formação discursiva⁹, no sentido foucaultiano do

⁸ Seguindo a grafia majoritariamente adotada nas referências que fundamentam este trabalho e o fato de não se tratar de uma disciplina, utilizo *estudos culturais* sem iniciais maiúsculas, sempre que me refiro a este modo de trabalho.

⁹ Stuart Hall (1997), valendo-se de Michel Foucault, parte da noção de ‘formação discursiva’ para demonstrar como o discurso torna uma representação historicamente possível. Por ‘formação discursiva’ entende-se um conjunto de discursos que fazem sentido em uma determinada época. Desta maneira, compreende-se as representações como

termo” (HALL, 2003, p. 200). Entendo que Hall diz isso sugerindo que os estudos culturais – por serem compostos de trabalhos de natureza múltipla e variada, por emergirem de uma diversidade de trajetórias localizadas no espaço e no tempo – são um fazer que se forja ao ser feito e está sujeito a constante mudança. “O trabalho teórico do Centre for Contemporary Cultural Studies era mais apropriadamente chamado de ‘ruído teórico’, sendo acompanhado por uma quantidade razoável de sentimentos negativos, discussões, ansiedades instáveis e silêncios irados” (HALL, 2003, p. 201). Esta colocação de Hall lembra, ainda, que cada modo de trabalho é em si um recorte que também disputa poder. Portanto, optar por determinadas perspectivas teórico-metodológicas é reforçar apostas epistemológicas e políticas.

A história dos estudos culturais já foi diversas vezes revisada¹⁰, mas ainda assim é fundamental trazer aqui uma versão desta trajetória.

Uma narrativa dominante sobre os estudos culturais entende seu marco inicial atrelado à criação do centro de pesquisa Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), na Universidade de Birmingham, Inglaterra, em 1964. O campo se organiza diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária no pós-guerra e das questões que passam a ser suscitadas, mudanças provocadas pela consolidação do capitalismo, o surgimento da comunicação de massas e seu embate com o cotidiano e a cultura.

Três obras conduzem e organizam os interesses iniciais deste grupo de teóricos: *The Uses of Literacy* (1957), de Richard Hoggart (um dos fundadores do CCCS), *Culture and Society* (1958) de Raymond Williams, e *The Making of the English Working Class* (1963) de Edward Palmer Thompson. Cada um à sua maneira, os autores estão interessados em compreender as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade a partir de suas formas culturais, instituições e práticas culturais, bem como suas relações com as mudanças sociais. Assim, eles trabalham “em torno do conceito de cultura atrelado às ideias de que a atividade humana faz parte de qualquer processo cultural, e que o contexto é um fator muito importante” (ARAÚJO, 2010, p.

construções históricas. “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade [...], diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 1987, p. 43).

¹⁰ Ver, por exemplo, os trabalhos de Carolina Santos Garcia de Araújo (2010), Claudia de Lima Costa (2014), Ana Carolina Escosteguy (1998), Thiago Emanuel Ferreira (2019), Itania Maria Mota Gomes (2000 e 2004), Stuart Hall (2003), Leonor Graciela Natansohn (2003), Eduardo Restrepo (2014).

14) – sendo o contexto importante para o próprio desenvolvimento dos estudos culturais, que se constituem desta maneira específica diante desta conjuntura específica.

Em primeira instância, o posicionamento do CCCS surge como reação a uma definição tradicional e erudita de cultura e de crítica cultural (COSTA, 2014). Hoggart (1957) busca compreender o processo de transformação da ‘cultura popular’ a partir da Revolução Industrial e do deslocamento da população das áreas rurais para as cidades, entendendo que valores ancestrais familiares não deixam de existir, mas são reapropriados e reorganizados em uma nova situação e um novo contexto. Ligado às letras, leva certa interdisciplinaridade aos estudos culturais e tem interesse também na comunicação de massas.

Thompson (1963), que é historiador, trata da classe operária inglesa não como um ‘produto’ surgido da Revolução industrial, mas como um fenômeno histórico, fruto de um processo ativo de construção de si mesma, baseada na experiência. Para entender a massa operária, centra suas pesquisas em fontes não-oficiais, entrevendo a vivência do próprio povo inglês (ARAÚJO, 2010).

Já Williams (1958), se propõe a entender as transformações no conceito de cultura entre 1780 e 1950. Para cumprir esta tarefa, ele assume que precisa compreender alguns conceitos-chave que formam um referencial no sistema de compreensão da cultura, como arte, democracia, indústria e classe.

Assim, estas três obras fundantes dos Estudos Culturais Ingleses têm ênfase nas relações humanas, na relação entre cultura e sociedade, interesse na ampliação do conceito de cultura, incorporando a compreensão da cultura como um modo inteiro de vida, insistindo na relação entre cultura e poder e nas formas de subordinação que resultam dessa interação.

Claudia de Lima Costa (2014) resume de maneira bastante clara este empreendimento:

Questionando a identificação de cultura com um conjunto de textos e práticas canônicos, tais autores consideravam a cultura (na acepção antropológica) como um conjunto de ‘textos vivos’ e artefatos culturais – ou seja, as maneiras pelas quais as pessoas dão sentido a suas vidas cotidianas e interpretam (e negociam ou subvertem) sua situação no mundo. Trabalhando no âmbito das práticas pedagógicas (alfabetização e educação de adultos), os autores buscavam formas para a democratização dessas práticas, bem como entender como os discursos das agências do governo e das instituições públicas (a mídia inclusa) articulam hegemonias que, por sua vez, são legitimadas pelas relações assimétricas de poder (COSTA, 2014, p. 80-81).

Cultura para os estudos culturais é processo, é o terreno onde se desenvolve a disputa pela hegemonia (WILLIAMS, 1979), onde se naturalizam e se representam as desigualdades sociais, é onde os grupos sociais vivem e se opõem aos constrangimentos dessa disputa. O

conceito de hegemonia é utilizado nos estudos culturais a partir de Antonio Gramsci, que repensa o processo de dominação social não através de elementos externos impostos, mas de um processo vivido por uma classe, que se reconhece e tensiona seus interesses, sendo assim dinâmico, estabelecido entre forças contrapostas, construído cotidianamente. Para Jesús Martín-Barbero, não *há* hegemonia, ela se faz e desfaz, “se refaz permanentemente num ‘processo vivido’, feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 104).

Vale deixar claro que ainda que os estudos culturais se debrucem sobre a cultura ou o cultural, isso não quer dizer que qualquer estudo sobre estes dois campos possa ser considerado estudos culturais. Segundo Eduardo Restrepo (2014), “Os estudos culturais difeririam dos estudos da cultura pela combinação de uma série de traços ou características que os configurariam como um projeto intelectual e político muito particular” (RESTREPO, 2014, p. 3, tradução nossa). Uma destas principais características dos estudos culturais é a compreensão da categoria de cultura “em sua relação mutuamente constitutiva com o poder, por isso falam de cultura-como-poder, mas também do poder-como-cultural” (RESTREPO, 2014, p. 3, tradução nossa).

Assim, pode-se entender os estudos culturais como uma proposta política, além de teórico-analítica, alinhada à esquerda. A história dos estudos culturais ingleses encontra-se entrelaçada com a trajetória da *New Left* (a Nova Esquerda, que emergiu em diversos países a partir da década de 1960), de alguns movimentos sociais (a exemplo da *Worker’s Educational Association* e *Campaign for Nuclear Disarmament*: Associação Educacional dos Trabalhadores e Campanha pelo Desarmamento Nuclear) e de publicações, como a *New Left Review* (revista acadêmica fundada em 1960), que surgiram como respostas políticas, transformando-se numa força motriz da cultura intelectual de esquerda. Portanto, os estudos culturais enquanto movimento intelectual, tiveram “um impacto teórico e político que foi além dos muros acadêmicos, pois, na Inglaterra, constituíram-se numa questão de militância e num compromisso com mudanças sociais radicais” (ESCOSTEGUY, 1998, p. 89).

Em contraposição à versão inglesa, dominante sobre história dos estudos culturais, afirma-se que em outras localidades e em outros momentos podem ser identificadas outras origens para tal trabalho. Jesús Martín-Barbero, pesquisador de comunicação e cultura, espanhol radicado na Colômbia desde 1963, é um dos que aponta estas outras origens. Em entrevista

concedida a Ellen Spielmann (1996), ele relata que, ao ter contato com os estudos culturais ingleses na década de 1970, se deparou com o estudo da classe operária que é, pela primeira vez, uma história da classe popular. “Não é uma história apenas de lutas políticas, mas de todo aquele processo cultural de dominação”, diz Martín-Barbero e, assim, dá-se conta, considerando seu trabalho e o de colegas latino-americanos, como Néstor García Canclini e Renato Ortiz: “Já havíamos feito estudos culturais muito antes desse rótulo aparecer” (SPIELMANN, 1996, p. 5, tradução nossa). O que leva a entender que estudos culturais é, antes de tudo, um *modo de trabalho*, composto por diversas práticas possíveis e orientado por determinados interesses.

O próprio Stuart Hall (2003), um dos fundadores do Centre for Contemporary Cultural Studies, do qual foi diretor de 1969 a 1979, afirma que não é simples determinar a origem dos estudos culturais.

Apesar de alguns de nós termos estado presentes quando os estudos culturais assumiram esse nome, eles não têm uma origem simples. Muito do trabalho do qual os estudos culturais surgiram já se encontrava presente, a meu ver, na obra de outros autores (HALL, 2003, p. 200).

Um trabalho sem garantias e com ‘vontade política’

Os estudos culturais se constituem como um pensamento não reducionista. Ou seja, que busca não reduzir as explicações sobre um objeto observado a uma variável ou aspecto analítico: não se detêm ao econômico, ao social, ao cultural, ao discursivo. Assim, a interdisciplinaridade surge como um esforço intelectual para ir além do reducionismo, se tornando “um convite a rearticular criativa e criticamente aqueles aspectos conceituais ou metodológicos de origens disciplinares múltiplas (ou até mesmo de campos transdisciplinares ou não disciplinares, como a teoria feminista)” (RESTREPO, 2014, p. 4, tradução nossa). Para Costa (2014), os estudos culturais seriam até mesmo *antidisciplinares*.

Desta maneira, a pesquisa aqui não é entendida como a simples “corroboração de perfeitas formulações teóricas definidas de antemão”, mas como a “árdua e honesta tarefa de compreender a especificidade e densidade do concreto em um exercício que implica uma conceituação necessária que não evita questionar os postulados teóricos a partir dos quais opera” (RESTREPO, p. 4, 2014, tradução nossa). É por isso que, seguindo Hall, os estudos culturais se constituem como um pensamento/trabalho sem garantias.

Como propõem uma compreensão de mundo não exclusivamente sob o ponto de vista da cultura, mas de especificidades das relações e lutas culturais, os estudos culturais ultrapassam a

esfera da cultura para adentrar, por exemplo, nas relações econômicas, nas estruturas da literatura e da organização social e no campo antropológico da vida cotidiana para uma decodificação da organização do poder (COSTA, 2014). Assim, tomam emprestadas metodologias de diversas áreas epistemológicas (semiótica, literatura, etnografia, economia política, comunicação, sociologia, psicanálise etc.), formando uma espécie de mosaico que não privilegia nenhuma disciplina ou metodologia em particular. “Convém recordar que as posições teóricas defendidas pelos estudos culturais sempre têm sido provisórias e refletem sua postura anticanônica”, pontua Costa (2014, p. 81).

Ela aponta, ainda, que é o *contexto* que definirá a abordagem metodológica e teórica a ser utilizada. No entanto, em concordância com o trabalho de Lawrence Grossberg, defende que o contexto deve ser entendido não apenas como pano de fundo de um fenômeno cultural, mas também como algo que faz parte das forças constitutivas desse fenômeno (COSTA, 2014). No caso da presente pesquisa, esta atenção se encontra na construção e reconstrução do objeto de investigação; na busca por compreender, por meio de um panorama histórico aliado a dados estatísticos, as transformações pelas quais passam aspectos definidores da condição feminina, me sabendo afetada e também sujeito destes processos; no questionamento das ferramentas utilizadas, vistas como produtos e produtoras deste contexto (a exemplo da produção de indicadores estatísticos acerca da condição feminina, como veremos no próximo capítulo). É não abrir mão, mas também não esquecer de levar em conta, meu lugar de sujeito político.

No entanto, o fato dos estudos culturais apostarem nas tensões, disputas e na pluralidade de conhecimentos e metodologias como critério de vitalidade intelectual não quer dizer que tudo caiba na sua competência. “Pluralidade não é o mesmo que ausência de critérios sobre sua própria especificidade. Também não é a falta de delineamento de um projeto intelectual que, por mais amplo que seja, não pode e não pretende abranger tudo” (RESTREPO, 2014, p. 2, tradução nossa).

Desta maneira, pode-se afirmar que os estudos culturais nunca são ‘somente’ estudos e não se circunscrevem à academia, são sempre algo mais. Costa defende que

através da inter-relação entre contexto, conhecimento e poder, os estudos culturais podem ser definidos como uma prática (denominada contextualismo radical) que ‘politiza a teoria e teoriza a política’ (Grossberg, 1997b, p. 253). Em outras palavras, os estudos culturais se recusam a definir a questão da adequação teórica em termos puramente epistemológicos (COSTA, 2014, p. 82).

Este aspecto está relacionado ao fato dos estudos culturais serem pensados como um projeto com aberta ‘vontade política’: querem transformar o mundo e consideram que, para tanto, o conhecimento e a teoria são importantes ferramentas e terrenos de disputa. No nosso caso específico, não posso deixar de observar que o Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais encontra-se justamente na USP Leste, um campus nascido de intensa, corajosa e necessária batalha¹¹, como sabemos, em articulação com demandas da população da Zona Leste de São Paulo.

Por outro lado, claro está que os estudos culturais não são o único campo que tem a ‘vontade política’ como seu propósito, mas é inconcebível trabalhar com estudos culturais abraçando modalidades de positivismo ou simplesmente produzir conhecimento desconectado do seu *para quê*, das dimensões políticas e éticas – e isso não como posterioridade ou exterioridade, mas como imanentes e sua razão de ser (RESTREPO, 2014). Quer dizer,

Apesar do projeto dos estudos culturais se caracterizar pela abertura, não se pode reduzir a um pluralismo simplista. Sim, recusa-se a ser uma grande narrativa ou um meta-discurso de qualquer espécie. Sim, consiste num projeto aberto ao desconhecido, ao que não se consegue ainda nomear. [...] No entanto, algo está *em jogo* nos estudos culturais de uma forma que, acho e espero, não é exatamente o caso em muitas outras importantes práticas críticas e intelectuais. [...] Em outras palavras, não entendo uma prática que tenta fazer uma diferença no mundo que não tenha alguns pontos de diferença ou distinção a definir e defender. Trata-se de posicionamentos, apesar de estes últimos não serem nem finais nem absolutos (HALL, 2003, p. 201-202).

Hall (2003) também valoriza a ‘mundanidade’ dos estudos culturais, fazendo referência a este termo de Edward Said: a mundanidade dos estudos culturais é a ‘sujeira’ do jogo semiótico, algo que está ‘bem mais embaixo’ do ‘ar límpido’ da textualidade e da teoria. O autor avalia que a cultura “irá sempre trabalhar através das suas textualidades — e, simultaneamente, essa textualidade nunca é suficiente. Nunca foi possível no campo teórico dos estudos culturais [...] dar conta teoricamente das relações da cultura e dos seus efeitos” (HALL, 2003, p. 212). Quer dizer, é preciso ir no que há para além do textual nos discursos – considerar que o discurso tem materialidade porque produz efeitos e consequências sobre as vidas das pessoas – e lidar com estas tensões. Enquanto intelectuais e críticos, como produzir efeitos reais no mundo em que vivemos? Para Hall, é isso que define os estudos culturais como projeto: manter questões políticas e teóricas numa tensão não resolvida permanente.

¹¹ Para mais informações, acessar o site da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH): <http://www5.each.usp.br/>.

No meu trabalho, isso também se expressa quando abordo os efeitos dos discursos feministas, na sua expressão histórica no Brasil e nos efeitos que tem na contemporaneidade, seja ao me debruçar sobre os amplos fenômenos históricos, possíveis de se observar à luz dos indicadores (capítulo 2), seja nas vidas das entrevistadas (capítulo 3).

Sob a direção de Hall (1969-1979), o trabalho dos estudos culturais britânicos no CCCS se afastaram um pouco do enfoque marxista da luta de classes para dedicar maior atenção às discussões sobre o colonialismo, o racismo, as migrações e os grupos étnicos, além do expressivo surgimento dos trabalhos feministas.

A irrupção feminista nos estudos culturais

Assim como em diversos países, nas décadas de 1960 e 1970, os questionamentos de pesquisadoras feministas¹² interferiram, movimentaram e abalaram a produção acadêmica no CCCS na Inglaterra. Também como em outros espaços, lá isso não aconteceu sem conflito e sem disputa. Não é pequeno nem secundário o papel dos estudos e das teóricas feministas nos estudos culturais: tudo se modifica a partir desse momento.

Para Hall (2003), o feminismo ‘arromba as janelas’, introduz uma ruptura e reorganiza o campo de maneiras bastante concretas. A proposição feminista do pessoal como político abre novos horizontes e é revolucionária em termos teóricos e práticos, causando mudança nos objetos de pesquisa e nas perspectivas dos estudos culturais – e nas estruturas do próprio CCCS. Mais do que um lema, ‘o pessoal é político’, falava de como a subordinação e a dominação estavam marcadas no próprio corpo (no ser mulher), excedendo assim os limites epistemológicos, indo além de categorias abstratas. As questões de gênero, sexualidade e raça se tornam centrais para a compreensão das relações de poder: há uma expansão radical e o próprio termo *poder*, que até então tinha sido fortemente desenvolvido dentro do arcabouço da noção do público, do domínio público, passa a ser repensado. De acordo com Costa (2014), por viverem uma certa existência à

¹² “No esforço de criação de uma narrativa histórica do movimento [feminista] tornou-se comum descrevê-lo como dividido em ‘ondas’, períodos mais ou menos delimitados no tempo e caracterizados por um tipo de concepção e prática política dominante” (SORJ, 2014, p. 435). Ainda que esta periodização do feminismo possa ser contestada, constitui certa tradição e tem sua utilidade, portanto adotarei uma perspectiva sobre ela no próximo capítulo. Neste capítulo, serão feitas algumas menções à ‘segunda onda’, que deve ser considerada da seguinte maneira: “deflagrada no bojo da contracultura dos anos 1960 e 1970, marca a consolidação do feminismo como movimento político e a produção teórica sobre a opressão feminina em diálogo com a militância política (Heilborn & Sorj, 1999). ‘Nosso corpo nos pertence’ e ‘o pessoal é político’ foram bandeiras desta fase, frequentemente rememorada como uma espécie de ‘época de ouro’ do feminismo” (SORJ, 2014, p. 436).

margem, as feministas puderam compreender melhor a pluridimensionalidade do poder e da dominação, o que também permitiu um maior entendimento das possibilidades de resistência.

Para Graciela Natansohn (2003), a questão do sujeito contribui à teorização feminista nos estudos culturais, ainda, na declaração do fim de qualquer ideia de um sujeito transcendental e universal que foi o ‘homem’, uma vez que a capacidade de criar hierarquias, significados e com isso, todo um aparelho de exclusão, relaciona-se a um atributo dos sujeitos masculinos, historicamente. É exemplar e anedótico o relato de Hall nesse sentido: quando o ‘arrombamento’ feminista acontece no CCCS (a publicação *Women Take Issue: Aspects of women’s subordination*, da Universidade de Birmingham em 1978, é um marco), todas as resistências, por mais insuspeitas que fossem, vêm à tona. “Aqui não há líderes, dizíamos naqueles tempos; estamos todos, estudantes e corpo docente, unidos na aprendizagem da prática dos estudos culturais”, conta Hall. “E, todavia, quando se chegava à questão da leitura curricular... Foi precisamente aí que descobri a natureza sexuada do poder” (HALL, 2003, p. 209).

Costa destaca as principais consequências da ‘inclusão’ feminista nos estudos culturais da seguinte maneira:

a valorização da esfera privada e das esferas públicas alternativas (estas mais frequentadas por mulheres, principalmente das “subculturas” de jovens adolescentes das classes trabalhadoras); o deslocamento da categoria de classe como mecanismo primário de dominação (o que abriria espaço para outros vetores de subordinação social); e maior preocupação com questões sobre subjetividade, identidade, sexualidade, desejo e emoção, possibilitando maior compreensão da dominação/subordinação em nível subjetivo (COSTA, 2014, p. 85).

Tratar como a subjetividade se constitui de formas contraditórias permitiu que as pesquisadoras compreendessem que as categorias da identidade estão sempre em uma complexa e conflitiva inter-relação com outras identidades e relações de poder. Por exemplo: “para uma trabalhadora negra lésbica, as categorias gênero, raça, classe e orientação sexual não constituem elementos homogêneos, mas derivam seus significados de outras categorias sociais” (COSTA, 2014, p. 85). É no encontro destes elementos em relação a um contexto e às forças que dele fazem parte que se constitui a subjetividade. Desta maneira, modifica-se a ‘base fundamental’ dos estudos culturais: ‘classe’ deixa de ser o conceito crítico central.

O encontro com os estudos feministas, levou, ainda, aos estudos de recepção dos meios de comunicação de massa, dando uma crescente atenção ao trabalho etnográfico. Entram em jogo o espaço doméstico (onde se dá o consumo dos meios) e as formas de poder que ali circulam e são disputadas. Ainda, ao tratar o consumo como uma atividade, uma produção, a recepção dos

meios de comunicação de massa passa a ser repensada para além da mera receptividade passiva, inerte, e sim relacionada com as diversas formas de poder. “Assim, os Estudos Culturais de cunho feminista tiveram o potencial de colocar em cena a politização da esfera social e evidenciar as teias invisíveis por onde também circula e se negocia o poder, no cotidiano” (NATANSOHN, 2003, p. 7). Em consonância a esta perspectiva de trabalho, expressões do poder no cotidiano e sua interação com relações de gênero foram abordadas nas entrevistas que conduzi e cujos meandros serão explorados no terceiro capítulo deste trabalho.

Mesmo diante de tantas transformações provocadas pela prática feminista, naquela entrevista de 1996 citada anteriormente, Martín-Barbero assinala que, à época, havia poucos estudos de gênero nos estudos culturais latino-americanos. Ainda que faça mais de vinte anos desde tal afirmação, me parece interessante concordar com o autor: toda a perspectiva de gênero é muito necessária.

Volto à teoria e à política, à política da teoria. Não a teoria como vontade de verdade, mas a teoria, como um conjunto de conhecimentos contestados, localizados e conjunturais, que têm de ser debatidos de um modo dialógico. Mas também como prática que pensa sempre a sua intervenção num mundo em que faria alguma diferença, em que surtiria algum efeito. Enfim, uma prática que entende a necessidade da modéstia intelectual (HALL, 2003, p. 217).

Assim, na minha (modesta) tentativa de encampar o que os estudos culturais propõem como trabalho, recorro a diversas contribuições teóricas e ferramentas metodológicas. Lancei um olhar sobre a sociologia da sexualidade a partir do meu próprio objeto de pesquisa: as relações (ou não) entre a sexualidade e o trabalho para mulheres autônomas de dois diferentes grupos de empreendedoras.

1.2 A sociologia da sexualidade como ferramenta de pesquisa

É somente a partir do estudo da definição social dos sexos que a sociologia se constitui plenamente como uma disciplina que trata de fenômenos sociais independentes de sua articulação com o mundo natural. Quem defende esta concepção é o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães (2016). De acordo com ele, o sexo, enquanto objeto sociológico, ainda encontra muita resistência em ser pensado de outro modo que o natural fora dos círculos familiarizados com a teoria feminista contemporânea – e apenas quando o sexo social é plenamente conceituado como relação de poder ele pode funcionar como instrumento de mudança (não por acaso, nota-se a

semelhança das costuras desta perspectiva com as relações entre estudos culturais e feminismo, já mencionadas). Para o autor, a sociologia

se constrói como reflexão científica à medida que demonstra o caráter fundamentalmente histórico e socialmente construído dos seus objetos, antes pensados como pertencentes à natureza. Classes, raças e sexos foram, de fato, considerados como objetos naturais antes de serem transformados em artefatos culturais pelo pensamento sociológico (GUIMARÃES, 2016, p. 27).

Ou seja, o sexo não existe sem cultura, uma vez que sem ela não haveria definição, mas apenas uma ‘sequência de sexuação’. Isto permite dizer que o sexo como objeto sociológico é, portanto, uma relação de poder com a qual operam outros processos sociais diversos.

O trabalho do francês Michel Bozon acerca da sociologia da sexualidade é por ele apresentado como um viés pouco usual para o campo disciplinar da sociologia. “A sociologia da sexualidade não existe. Este livro é uma aposta”, escreve (2004, p. 13). Bozon inicia *Sociologia da sexualidade* (2004) perguntando: o que o ponto de vista sociológico terá a acrescentar à sexualidade? “Ele mostra que a construção social tem um papel central na elaboração da sexualidade humana” (BOZON, 2004, p.14).

Não é novidade pensar que não há ‘naturalidade’ na sexualidade humana (diversas teóricas de gênero já exploraram o tema de diferentes maneiras, como vimos anteriormente), mas o autor argumenta menos sobre o que nos define identitariamente como mulheres e homens ou outras identidades de gênero (trata menos sobre identidades de gênero, inclusive) para tratar mais de como precisamos de aprendizado social para saber como, quando e com quem agir sexualmente e como isso se articula aos papéis sociais assumidos, ou que se espera assumidos, por mulheres e homens. Isso quer dizer também que

Os saberes, representações e conhecimentos sobre a sexualidade e, de maneira geral, as próprias disciplinas relativas à sexualidade são produtos culturais e históricos que contribuem para moldar e modificar os cenários culturais da sexualidade e fazer acontecer, ou até mesmo fixar, aquilo que descrevem. [...] Por conseguinte, a sociologia da sexualidade deve também, necessariamente, fazer-se sociologia das representações da sexualidade (BOZON, 2004, p. 14-15).

Assim, a representação é algo que produz a cultura à medida que também é por ela produzida.

Neste livro, Bozon faz uma longa e profunda viagem aos diversos hábitos sexuais pelo mundo e ao longo do tempo para compreender aspectos da sexualidade humana em relação à organização social. É um trabalho exemplar de como a sociologia da sexualidade pode funcionar enquanto ferramenta: o que se pode observar, o que se deixa passar. Indo da Grécia Antiga e da Idade Média aos grupos de adolescentes urbanos contemporâneos na América Latina ou na

Europa, observa a constituição, reafirmação ou questionamento de determinados papéis ditos de mulheres e de homens nos diversos âmbitos da vida e em relação com as transformações da sexualidade. Destaco, a seguir, algumas ideias de Bozon que introduzem de maneira precisa o tema que esta pesquisa aborda.

O autor trata, inicialmente, de como a sexualidade está relacionada à ‘ordem do mundo’. Durante muito tempo, a sexualidade reprodutiva esteve tão imbricada à ordem social que não pôde ser percebida como um domínio separado. A ameaça de uma sexualidade que não respeitasse “a ordem do mundo” expressava-se também no período medieval e clássico: o autor lembra que a inquisição dos padres sobre hábitos sexuais era uma forma de averiguar (e agir) sobre hábitos em desacordo com papéis sociais, a exemplo do coito interrompido que buscava ‘enganar’ a natureza, ou a sodomia. “Ficavam, assim, proscritas todas as posições diferentes daquela dita natural, ou seja, do homem sobre a mulher” (BOZON, 2004, p. 20), pois considerava-se que estando o homem embaixo, ele se submetia. Ou seja, os hábitos sexuais tinham – e têm – significados sociais para além do sexo, são parte da cultura que endossa e constrói papéis e posições sociais.

Para compreender as transformações que se deram nesse sentido, Bozon dialoga com trabalhos de historiadores, antropólogos e sociólogos. Faz referência ao trabalho de Pierre Bourdieu e menciona o mito do amor físico em Cabília¹³: originalmente os atos sexuais aconteciam na fonte, um lugar público feminino, e era a mulher que ensinava ao homem o que fazer, tomava a iniciativa e se colocava sobre ele durante o sexo. Posteriormente, “Na sexualidade regulamentada, pelo contrário, tudo se passava dentro de casa: o homem dava as ordens e cavalgava a mulher” (BOZON, 2004, p. 20). A passagem de uma posição (física e comportamental) de dominação no sexo está relacionada com uma dominação do governo, por parte dos homens, inclusive domesticando o ato, levando-o para ambiente privado. Este relato é interessante, ainda, para pensar a relação entre espaço público e privado, sexualidade e gênero: as mulheres ‘perdem’ o espaço público e a liberdade durante o sexo.

Sobre a relação do espaço público e privado com a sexualidade, pode ser interessante ver os paralelos com o que sugere Margareth Rago (2014) em seu estudo sobre gênero, trabalho e cidade no Brasil de 1890 a 1930: a historiadora aponta que passa a ser vigente um modelo de

¹³ Região no norte da Argélia onde Bourdieu prestou serviço militar à França e conduziu pesquisas etnográficas. Seu primeiro livro, *Sociologia da Argélia* (1958), discute a organização social cabila.

feminilidade domesticada, ou seja, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, o que retira as mulheres operárias (trabalhadoras) do regime de verdade sobre ser mulher de então. A representação simbólica desta mulher no lar é sempre assexuada. A circulação feminina na cidade fica ligada ao deslocamento relativo ao trabalho, para que seja vista como respeitável. Mesmo assim, parece haver sempre o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize na moral do período. Mas entre o operariado anarquista, vozes libertárias surgem pautando inclusive outras formas de relação afetiva e organização familiar, onde não há a necessidade da maternidade, por exemplo. A frequência operária no espaço público ameaça as mulheres com uma sexualidade “não burguesa” (ou seja, fora daquela formação familiar em que à mulher concerne o lugar de esposa e mãe) (RAGO, 2014).

O lícito e o ilícito também são diferentes para homens e mulheres. Em todas as construções culturais da sexualidade, há distinção clara entre o que se considera uma prática lícita e uma prática ilícita ou transgressiva, cujas definições variam. No entanto, uma constante permanece: os limites entre o lícito e o ilícito não coincidem para homens e mulheres. Na institucionalização do cristianismo no Ocidente, que ergueu uma ética sexual restritiva, a partir dos séculos XII e XIII, o casamento cristão, monogâmico e indissolúvel delimita o quadro da atividade sexual legítima que não busca prazer, mas serve apenas à obra da procriação desejada por Deus e pela natureza. Por meio da ferramenta da confissão, que se torna um lugar de interrogatório detalhado, a Igreja controla a vida moral dos fiéis no sentido do sexo acontecer apenas dentro do casamento e para a reprodução, o lícito. A princípio, tanto para homens como para mulheres, a sexualidade conjugal estaria posta como única forma permitida de prática sexual. A busca pelo prazer por meio da ‘fornicação’, a sexualidade fora do casamento, era vista como transgressão para ambos, mas, na prática, tolerada para homens e moralmente inaceitável para mulheres.

Para além da moral, “Em todas as legislações influenciadas pelo cristianismo (por exemplo, na América Latina), o adultério sempre foi visto com um olhar muito mais severo quando dizia respeito às mulheres” (BOZON, 2004, p. 27). No Brasil, em pleno século XX, o caso icônico do assassinato da *socialite* mineira Ângela Diniz¹⁴ ainda registrou a defesa da moral

¹⁴ O caso chocou o Brasil em dezembro de 1976: a *socialite* mineira Ângela Diniz fora assassinada pelo seu então namorado, o empresário Doca Street, com quatro tiros no rosto após uma discussão do casal. Durante o primeiro julgamento, que só ocorreu em 1979, quase três anos após o crime, os advogados de defesa utilizaram a ideia de ‘legítima defesa da honra’ como recurso argumentativo. Ou seja, o réu teria o direito de proteger sua honra, sua

e da honra como argumentação jurídica masculina para o homicídio da mulher ‘infiel’ (ou *potencialmente* infiel).

A ordem da procriação, defendida pela Igreja como único motivo para as relações sexuais acontecerem, é enfraquecida pela construção social do amor conjugal, no entanto. O casamento cristão indissolúvel, instaurado no século XIII, excluía a possibilidade de estar apoiado em um sentimento tão ‘perigoso e imoral’ quanto o amor. “A busca do prazer nas relações conjugais era proibida e, durante muito tempo, os maridos apaixonados ou excessivamente ardentes foram considerados ‘fornicadores’” (BOZON, 2004, p. 33). Foi apenas no século XX que a Igreja Católica proclamou o amor entre cônjuges o fundamento do casamento e a relação sexual uma expressão deste amor legítimo, relacionando-se assim ao processo de mudança na ordem tradicional da procriação (BOZON, 2004).

Na sua longa caminhada histórica rumo ao amor conjugal, Bozon (2004) passa pela Grécia antiga e pela Europa medieval. Cita Ética a Nicômaco, de Aristóteles, na qual Eros e philia, representam, respectivamente, a expressão do desejo, violento e passageiro, a vontade de adquirir o objeto desejado, sem reciprocidade; e a amizade, benevolência mútua entre iguais, que só poderia dar-se entre cidadãos masculinos. O amor cortês, no século XII, é sempre representado por um amor adúltero entre uma dama de alta linhagem, casada, e um homem de baixo estrato. “Do amor cortês, o Ocidente irá reter duplamente essa oposição radical entre o casamento e o fora do casamento, quadro exclusivo do sentimento amoroso e do desejo, assim como essa tensão dialética entre o amor-sentimento e o amor carnal” (BOZON, 2004, p. 33).

Apoiado nos trabalhos de Norbert Elias que têm por referência a organização das sociedades urbanas ocidentais (europeias), Bozon remete, ainda, a como a expressão da sexualidade era, até o século XVI, muito menos escondida, mais ‘visível’ na fala porque visível nos corpos e nos hábitos cotidianos, uma vez que, não existindo cômodos separados nas moradias, o lugar em que se fazia refeições e circulava era muitas vezes o lugar em que dormiam

imagem, ameaçada pelos comportamentos da mulher – nesse caso, diante da simples possibilidade de Ângela expressar sua liberdade de desejos. O resultado deste julgamento foi de uma pena de dezoito meses, dos quais Doca já havia cumprido sete antes da condenação. No entanto, Ângela Diniz também foi moralmente e socialmente julgada durante este processo, cujo resultado deixava um triste recado a todas as mulheres do país. No segundo julgamento do caso, ocorrido em 1981, o resultado já foi bastante diferente: havia uma presença mais consolidada de grupos feministas no Brasil que fizeram vigília e pressão por uma pena menos injusta. Doca Street foi condenado a quinze anos de prisão. O podcast *Praia dos Ossos* conta os pormenores desta história e oferece pistas diversas para entrever os nós da trama entre sexualidade, moral, machismo e feminismo no Brasil das décadas de 1970 e 1980. Disponível em: <https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/>.

famílias inteiras¹⁵ sem distinções de gerações – estando as crianças no mesmo ambiente que os casais, por exemplo, e portanto não resguardadas do sexo. “No domínio do privado, pouco a pouco, criou-se uma espécie de santuário inviolável, o quarto do casal parental, que se tornou o templo secreto da sexualidade legítima” (BOZON, 2004, p. 34). Assim, torna-se raro observar atos sexuais em espaços públicos e o exibicionismo é punido por lei. O pudor passa a estar relacionado a espaços físicos de uma casa resguardados à prática sexual, tendo efeitos sobre todas as manifestações da sexualidade (algo que só pode ser feito nos ‘bastidores’ da sociedade), inclusive sobre já não se poder falar com espontaneidade nas conversas cotidianas. Vê-se a formação de uma esfera pública e uma privada, de intimidade, cada uma com seus comportamentos esperados. No caso da minha pesquisa isso fica bastante claro quando eu mesma enquadro (subjetivamente e na forma que o comunico no campo de pesquisa) meu tema como complexo por conta da ordem íntima. Nas entrevistas em si, encontrei pouca dificuldade de tratar do assunto com as mulheres que se voluntariaram para falar comigo sobre sua intimidade, mas o local, o entorno, vez ou outra foram uma questão. Em outras palavras: comigo, com quem elas já estavam dispostas a criar um vínculo de confiança, se sentiam à vontade para falar do tema, mas seria um incômodo se transeuntes ouvissem do que se tratava.

Já as diferenças sexuais biológicas só passam representadas como dois sexos no século XX, a partir de novas compreensões da reprodução por esclarecimentos científicos que descartam o anterior modelo do sexo único, em que a diferença estaria nos “graus dentro de uma escala de perfeição”, sendo o sexo masculino o mais desenvolvido nesta escala. Apenas em 1930 entende-se como a menstruação está relacionada à ovulação e, diante dessas distinções fisiológicas, uma psicologia da diferença põe-se a acompanhar essa biologia. “O pudor, a possibilidade da continência sexual, a moderação, a ausência de desejo passaram a ser considerados qualidades naturais das mulheres, vinculados à perda da antiga função do prazer feminino” (BOZON, 2004, p. 37). Perda porque, em um momento anterior, o prazer e o orgasmo haviam sido vistos como necessários à concepção, uma compreensão posteriormente superada. “Inversamente, o desejo, a agressividade e a atividade foram definidos como próprios do indivíduo masculino” (BOZON, 2004, p. 37).

¹⁵ Vale notar que ainda hoje esta circunstância habitacional, ou algo bastante semelhante, é a realidade para diversas famílias de camadas populares por todo o mundo.

A partir dos anos 1950, as pesquisas¹⁶ estadunidenses de Alfred Kinsey, William Masters e Virginia Johnson e, mais tarde, de Shere Hite, retiram a reprodução da centralidade da investigação sobre a sexualidade. Divulgadas no Brasil por meio da imprensa, especialmente por veículos dirigidos às camadas médias, causaram escândalo inicialmente, mas passaram a servir como ponto de referência para as pessoas pensarem sua sexualidade. “O assunto sexo deixava então de ser tabu para virar tema de conversas e, pouco depois, de reivindicações” (PEDRO, 2018, p. 244). Com a existência e disponibilidade da pílula anticoncepcional, a partir dos anos 1960, procriação e sexualidade puderam ser vistas como coisas distintas e o prazer das mulheres torna-se, lentamente, uma questão importante.

O feminismo dos anos 1970, responsável por tantas transformações no modo de trabalho dos estudos culturais, como anteriormente abordado, pautou também o corpo e a sexualidade, inserido num contexto de surgimento e consolidação de diversos movimentos contraculturais formados por minorias, como homossexuais e negros. Como afirma Jane Juffer (1998, p. 29), é nesse momento da luta feminista que o sexo recebe grande destaque, pois

1970 foi uma década em que os discursos da segunda onda do feminismo, da terapia sexual e do consumismo legitimaram a prática da masturbação pela estimulação do clitóris. Grande parte desses discursos enfatizavam a ideia de que os desejos das mulheres não deviam ser subsumidos às demandas do dia-a-dia, ainda que o direito à masturbação e orgasmo tenham sido postos em uma forma de normalização. [...] muitos estudos sobre o orgasmo feminino [...], salientaram a possibilidade de que o prazer sexual e a fantasia podem entrosar-se com as realidades da vida cotidiana.

A legitimação da masturbação feminina, com ênfase dada ao clitóris, efetivamente representou não apenas a colocação do corpo enquanto espaço de luta política, mas também forjou um novo regime discursivo para o entendimento do corpo e do prazer feminino, relacionado, ainda, à redução da fecundidade.

A chamada transição demográfica, representada por uma queda de nascimentos e comumente abordada como um processo econômico (transição de modelos rurais para industriais e urbanos, por exemplo) é, de acordo com Bozon, também a condição e o resultado de uma

¹⁶As publicações do biólogo Alfred Kinsey, *Comportamento Sexual no Homem Humano* (1948) e *Comportamento Sexual na Mulher Humana* (1953), inauguram o campo da sexologia norte-americana. Os trabalhos de William Masters e Virginia Johnson, publicados em 1966 (*A Resposta Sexual Humana*) e 1970 (*A Inadequação Sexual Humana*), foram a base para a formulação de técnicas e tratamento em terapia sexual utilizadas até hoje por profissionais da área clínica. Já o *Relatório Hite sobre sexualidade feminina*, da sexóloga e feminista Shere Hite, foi lançado em 1976. A partir de uma profunda pesquisa sobre o comportamento sexual feminino, composta por respostas de mais de três mil americanas, a publicação trouxe à luz, às manchetes e às conversas a palavra orgasmo. A título de curiosidade e entretenimento, o filme *Kinsey – Vamos falar de sexo* (2004) e a série *Masters of Sex* (2013) trazem versões ficcionalizadas destas histórias.

transformação das relações de gênero e das atitudes relativas à sexualidade. Mudanças no regime reprodutivo das populações estão ligadas a diversos aspectos sociais. As formas de contracepção mais confiáveis, medicalizadas e sob o controle das mulheres, disponíveis a partir dos anos 1960 e difundidas mais amplamente nos países desenvolvidos, encontraram seu espaço dentro de um novo contexto histórico-social de aumento da autonomia social feminina.

Para o sociólogo, a ‘segunda revolução contraceptiva’, vista a partir da década de 1960 (ele defende que uma primeira teria acontecido relacionada ao aprendizado do coito interrompido junto à compreensão de que não era mais preciso nem possível criar muitos filhos, diante de diversas mudanças sociais), se caracteriza pela difusão maciça de métodos contraceptivos médicos voltados às mulheres e por elas controlados, processo que o autor denomina “autonomização¹⁷ da sexualidade com respeito à procriação” (BOZON, 2004, p. 40). Ele defende que, na medida em que são controladas pelas mulheres, essas formas de contracepção (a exemplo da pílula anticoncepcional e da inserção do dispositivo intrauterino – DIU) proporcionam um sentimento de confiança e domínio jamais experimentado. Assim, a fecundidade passa a ser pensada como um projeto pessoal que demanda preparo e reflexão e se torna próprio da sexualidade em geral ser infecunda. Mas o avanço do acesso às práticas contraceptivas não acompanha, necessariamente, outras transformações nas relações de gênero, como veremos na análise das entrevistas no capítulo 3.

Este processo vai desenhando a sexualidade e subjetividade do casal contemporâneo atrelada a um enfraquecimento da instituição casamento, que passa a se caracterizar por uniões mais informais e ‘frágeis’, no sentido de que são mais facilmente dissolvidas. Assim, a atividade sexual, antes um dos atributos do papel social do indivíduo casado, torna-se uma experiência pessoal e interpessoal indispensável – condição à existência do casal, parte da linguagem básica do relacionamento. “Passou-se de uma definição institucional do casal a uma definição subjetiva e intersubjetiva, que coloca a relação sexual em primeiro plano” (BOZON, 2004, p. 49) e relacionar-se sexualmente com alguém não significa coabitar.

O papel central da sexualidade nas relações conjugais atuais manifesta-se através de “uma nítida ampliação do repertório sexual de homens e mulheres, em particular após os anos 1960, e do papel cada vez mais importante do valor de reciprocidade na atividade sexual”

¹⁷ Tal autonomização da sexualidade tem ressalvas, no entanto, como é o caso da laqueadura tubária no Brasil. O procedimento de esterilização cirúrgica só pode ser feito em mulheres maiores de 25 anos ou com pelo menos dois filhos e com anuência expressa do cônjuge, caso o tenha.

(BOZON, 2004, p. 50). Ou seja, com a sexualidade já não restrita ao casamento, torna-se comum o aumento de experiências sexuais atreladas a formas diversas de relacionamentos. Mulheres, cada vez mais numerosas, que vivem em família monoparental, experimentam com frequência relacionamentos amorosos estáveis (ou não) sem partilhar a vida em comum, o que leva à prática de uma distinção nítida entre sexualidade e conjugalidade. É um exemplo disso que a resposta mais comum das entrevistadas desta pesquisa para a pergunta sobre qual o objetivo de uma relação sexual possa ser resumida em “prazer”. O vínculo amoroso com o/a parceiro/a surge também, mas em menor incidência. “Se falo de um sexo casual, é uma coisa de bem estar individual, um relaxamento. De um casal acho que tem isso, mas também a aproximação afetiva”, responde uma das entrevistadas.

Para Bozon, as práticas sexuais passam a se definir mais nas experiências individuais e menos por instituições sociais (religião, família, escola): as pessoas se referem àquilo que fazem, que veem na televisão, que fazem seus conhecidos. A reciprocidade entre parceiros assume grande importância como princípio da sexualidade conjugal “mas essa norma funciona atrelada a um valor de autonomia individual” (BOZON, 2004, p. 57). Essa característica aliada à crescente autonomia das mulheres no casamento e na vida social, passa a se manifestar através de uma exigência maior em relação ao cônjuge, na medida em que se torna mais viável (por condições financeiras, regras sociais e, conseqüentemente, estruturas emocionais), para elas, interromper uma relação não satisfatória.

Soma-se a este cenário uma maior horizontalidade nas relações entre homens e mulheres e entre pais e filhos. Já em fins do século XX, vê-se uma vida sexual independente e/ou prévia a uma vida conjugal, o que também se torna possível a partir das mudanças na relação intergeracional familiar. Bozon identifica uma tendência a uma permanência maior dos jovens nas casas do pais a partir da década de 1980 e um dos fatores que torna possível o prolongamento dessa coabitação é o não-intervencionismo da geração mais velha na vida sexual dos filhos – ou seja, em diversas realidades deixa de ser necessário sair da casa dos pais, seja por meio de um casamento ou não, para ter uma vida sexual ativa. Em contrapartida,

os pais deixam de ser indivíduos sem sexualidade para seus filhos, na medida em que os jovens são cada vez mais testemunhas do prosseguimento da vida amorosa e sexual de seus genitores, especialmente quando estes últimos se separam para refazer (ou não) uma vida de casal (BOZON, 2004, p. 71).

Em resumo, pode-se dizer que, na atualidade, a vida sexual não está mais identificada com fecundidade e procriação e a troca sexual passou a ser um motor da conjugalidade e não o contrário. As mulheres puderam passar a ter, desde os anos 1960, experiências sexuais num contexto pré-conjugal de maneira mais aproximada às dos homens. Isso decorre de mudanças que, a princípio, não dizem respeito à sexualidade, como as descobertas científicas, médicas e suas consequências, a massificação da educação ou o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, como sugerem as estatísticas e os depoimentos coletados em dois grupos distintos de mulheres, a serem explorados de maneira mais detalhada nos próximos capítulos. Por outro lado, “as transformações das relações sociais, na e pela sexualidade, talvez sejam menos radicais do que se tem afirmado. Elas antes constituem uma interiorização do que um relaxamento dos controles sociais” (BOZON, 2004, p. 59). E essa é uma das questões que busco verificar neste trabalho.

Há algumas limitações em *Sociologia da sexualidade*, como a atenção oferecida ao ciclo de vida homossexual de homens em detrimento ao de mulheres (*gays* são tímido objeto de interesse, enquanto lésbicas praticamente não são mencionadas) e o tratamento dispensado à travestilidade – travestis com tratamento no masculino e como universo obscuro, quando atualmente é reivindicado um tratamento no feminino por travestis que entendem a expressão da sua sexualidade enquanto identidade de gênero e sem a aura fetichizada que já existiu em torno delas. Mais do que uma expressão de falha de Bozon, tais pontos são sinal de como a sexualidade está em constante e dinâmica disputa nas transformações da cultura e é objeto rico de questionamentos.

Assim sendo, a sociologia da sexualidade nos ajuda a perguntar (e entrever respostas possíveis): como está sendo concebida a atual sexualidade feminina? E o que ela nos conta? “Construída socialmente pelo contexto cultural em que está inscrita, essa sexualidade extrai sua importância política daquilo que contribui, em retorno, para estruturar as relações culturais das quais depende, na medida em que as ‘incorpora’ e representa” (BOZON, 2004, p. 14). É por isso que creio que faça sentido observar a sexualidade em relação ao trabalho na vida de mulheres autônomas. Meu esforço é por trabalhar de maneira aproximada à sociologia da sexualidade, observando o que constrói as condições para determinadas mudanças, onde se dão (ou não) as transformações, quais forças estão mobilizadas neste processo e o que isso nos mostra.

1.3 Algumas notas sobre o papel da pornografia

Considero válido retomar reflexões a partir da minha pesquisa anterior¹⁸ aqui por algumas razões. Primeiro porque a produção pornográfica não se faz observar no trabalho de Bozon (2004), que ofereceu um importante panorama da sexualidade para este trabalho. Depois, porque o histórico da pornografia permite compreender algumas construções acerca da sexualidade contemporânea na medida em que esta se entrelaça às mudanças sociais que foram, ao mesmo tempo, causadas por e causadoras do espaço que as mulheres passaram a ocupar na sociedade, no jogo de forças próprio da cultura. Por último é, ainda, um exemplo do modo de trabalho dos estudos culturais à luz da sociologia da sexualidade.

Por abarcar os limites da fantasia sexual e transgredir padrões sociais, a pornografia é considerada o discurso veiculador do obscuro. Exibe o que é ocultado pelos códigos hegemônicos de convivência social e pode interferir no desenvolvimento das reflexões sobre a sexualidade e as relações sociais, sobretudo se o debate abranger as esferas moral e política, envolvendo relações de disputa de poder. A indústria pornográfica em filme tem sua história iniciada no final do século XIX, com o alibi do pedagógico, tratando de assuntos como doenças venéreas e educação sexual, sob a capa da ciência e da moral. Ilegalmente, nesta mesma época, registra-se na Europa e nos Estados Unidos, os *stag films*: curtas-metragens experimentais, em preto e branco, direcionados ao público masculino, exibidos em lugares fechados.

Até os anos 1970, as mudanças na produção e consumo dos filmes pornográficos aconteceram lentamente no circuito legal mundial, quando houve a primeira exibição de um pornô *hard core*¹⁹ em cinemas regulares, o famoso *Garganta Profunda*²⁰ (DAMIANO, 1972). Este era o primeiro filme com cenas explícitas que tratava, propositalmente, do sexo sem desculpas, do sexo como prazer, inclusive feminino, o que mudou a maneira de se pensar,

¹⁸ Ver *Pornografia feminina: uma análise das disputas culturais e discursivas em torno do gênero filme pornográfico feminino* (NEVES, 2010).

¹⁹ Considera-se *hard core*, de acordo com especificidades do gênero fílmico pornográfico encontradas ao longo do referido trabalho, as produções que exibem nudez completa e o ato sexual em si, sem recorrer a sugestões apenas.

²⁰ A película conta a história de Linda Lovelace, uma mulher que apesar de usufruir do sexo em suas diversas variáveis, não consegue chegar ao orgasmo. Ao consultar um médico, Linda descobre que isso se deve ao fato de seu clitóris, órgão responsável pelo prazer sexual feminino, estar localizado na garganta, fazendo-a buscar o sexo oral para obter um orgasmo. O filme, que foi realizado em apenas seis dias, custou US\$ 25 mil e arrecadou mais de US\$ 600 milhões em bilheterias.

produzir e consumir pornografia (BAILEY & BARBATO, 2005) – e, mais importante para o que abordo na atual pesquisa, teve papel chave nas discussões sobre sexualidade da época e consequências posteriores. Era, então, a década que ficou marcada pela liberação sexual, o que envolveu tensões diversas. A segunda onda feminista, especialmente nos Estados Unidos, pautava o corpo e a sexualidade, fosse pela via do prazer, do direito ao próprio corpo ou pelos posicionamentos anti-pornografia. Considerando que gêneros culturais²¹ (de produtos como filmes, música, literatura, etc.) são constituídos por discursos culturais, reconhecemos que processos históricos como este estão sempre inseridos em sistemas de poder mais amplos (MITTELL, 2001), o que, no caso do pornô, inclui a política

À medida que uma parcela da população norte-americana se sentia vanguardista e libertária indo aos cinemas, o governo conclamava o apoio dos moralistas, tornava leis mais severas e processava o diretor e os atores do filme. O julgamento do caso, no entanto, mais serviu para colocar o tema em evidência. Durante o desenrolar do processo, o prazer sexual feminino acabou fazendo parte do julgamento – e sendo julgado – numa corte composta por homens que condenavam a ideia do orgasmo clitoriano²². Em contrapartida, o debate em torno do filme acabou por dar visibilidade a depoimentos que defendiam que sexo é importante para mulheres, e evidenciavam que não é preciso haver um pênis na ‘equação’ para se obter um orgasmo. Logo o assunto estava sendo tratado abertamente, das ruas aos programas de TV e jornais (BAILEY & BARBATO, 2005).

Além do governo, as feministas anti-pornografia tornaram-se também censoras deste tipo de material, apoiando ações e leis que baniram diversos produtos culturais (como livros e textos, além dos filmes). Neste momento, a cultura tomou um caminho reacionário após parecer

²¹ De acordo com Jason Mittell (2001), compreender gêneros (no sentido de gênero midiático) como categorias culturais, significa que para além dos elementos classificativos internos ao produto cultural (como usos de ângulos de câmera, no caso de vídeos, por exemplo), deve-se considerar também as relações externas ao produto, isto é, práticas culturais de produção, circulação, consumo e demais interações com o contexto social e histórico. Ou seja, compreender como gêneros trabalham dentro de instâncias específicas e como eles se encaixam em amplos sistemas de poder cultural (MITTELL, 2001).

²² Atualmente, sabe-se que todo orgasmo é clitoriano, mesmo os chamados “vaginais” (ou seja, que se atinge por meio de penetração vaginal). Tal compreensão só se tornou possível a partir do entendimento da estrutura do clitóris que, diferentemente do que se pensou por muito tempo, não se resume a um ponto externo localizado na vulva: essa é uma parte muito pequena de toda a estrutura, que está mergulhada profundamente sob a pele, com vários componentes que se encaixam em um espaço entre a vulva e o monte de Vênus, envolvendo a entrada da uretra e a vagina. E sua única função conhecida é o prazer sexual. Foi apenas em 1998 que a urologista americana Hellen O’Connell publicou um primeiro estudo sobre a anatomia completa do clitóris. Outros estudos se seguiram, mas o prazer sexual feminino é ainda hoje um objeto de pesquisa negligenciado pela comunidade médica (WAHLQUIST, 2020).

que estava se encaminhando para o clímax da revolução sexual (BAILEY e BARBATO, 2005). Ainda assim, desta década em diante, o *hard core* passou a ser considerado um gênero cinematográfico para o circuito de exibição comercial e a ocupar um lugar na cultura de massa.

Enquanto isso, no Brasil são criadas salas de exibição exclusivamente para esses filmes, onde entram em cartaz, principalmente, produções dos Estados Unidos, e a frequência é majoritariamente de homens. Também surgiam na década de 1970, as pornochanchadas, gênero calcado na exploração do erotismo, aliado à comédia popular urbana. Eram roteiros com deixas para situações de certo humor sexual, um reflexo da onda de permissividade e liberação dos costumes da época, uma ‘tematização da revolução sexual à brasileira’ (ABREU, 1996). Em parte, se dava desta maneira por estarmos vivendo o período da Ditadura Militar e suas implicações na censura.

A segunda onda feminista fazia-se presente também em território nacional. Nestes anos, instituíram-se grupos de reflexão/discussão (estes serão abordados mais detalhadamente no capítulo 2) em São Paulo (de 1972 a 1975) e no Rio de Janeiro (de 1972 a 1973), formados por mulheres intelectualizadas, algumas professoras universitárias, dedicados a discutir literatura feminista entre as mais velhas e outros temas, dentre os quais a sexualidade, entre as mais jovens. O formato importado dos Estados Unidos por mulheres que retornavam do exílio, havia nascido da necessidade de debate de assuntos específicos e maior liberdade feminina. A sexualidade aparecia como um dos temas relevantes no uso da metodologia chamada ‘linha da vida’, em que as participantes falavam de suas vivências pessoais, levando a cabo o slogan feminista difundido internacionalmente ‘O pessoal é político’ (PEDRO, 2018).

O despontar da indústria do vídeo cassete nos anos 1980 permite o surgimento do pornovídeo, dirigido ao consumo doméstico. Assim um público que antes não frequentava as salas de exibição passa a consumir estes produtos e a ter autonomia para criar sua própria programação cinematográfica na TV. E este público inclui as mulheres. Mas a maior parte dos filmes pornô amplamente conhecidos são feitos por e para homens. Nestes vídeos, o papel da mulher pode ser submisso, libertino ou encarnar uma série de personagens, mas raramente é um personagem com que a audiência se identifica. Ela está lá para fazer o que os homens esperam dela, dar prazer a eles, sob um ponto de vista masculino.

Jane Juffer (1996) defende que o consumo caseiro por parte das mulheres ora desafia, ora reforça discursos dominantes sobre o lar e domesticidade. Ademais, o fato delas só passarem

a ser público consumidor quando o pornô entra em casa, reforça um certo discurso sobre ser mulher. Ou seja, se, por um lado, assistir pornografia na sala de casa tensiona os discursos antes dominantes de que esse tipo de produto não deveria ser consumido por mulheres respeitáveis, a forma caseira em que o consumo se dá mantém parte desta ideia. Para Juffer é como se mesmo quando toma poder sobre novos lugares, a mulher carregasse consigo o simbólico do lar. Em adição, pode-se pensar que também um certo valor comercial relacionado ao prazer feminino tenha seu papel neste processo, como atualmente se vê no caso dos vibradores²³, dildos e variados acessórios sexuais destinados às mulheres, largamente comercializados em lojas virtuais e *sex shops*. Dentre as vinte entrevistadas desta pesquisa, onze afirmaram já ter feito uso de acessórios ou ‘brinquedos’ sexuais.

A massificação do uso da internet nos anos 2000, quebra com a lógica da produção pornográfica dependente de uma indústria, pois qualquer pessoa pode filmar e publicar um vídeo amador (PERDUE, 2002). O acesso fica cada vez mais viável pelos avanços tecnológicos como celulares com acesso à internet. Onze das vinte mulheres entrevistadas nesta pesquisa afirmaram navegar ou já ter navegado em sites de conteúdo pornográfico (não necessariamente as mesmas onze que utilizaram acessórios sexuais, como apontado acima). “Vejo vídeo pornô, mas só fico com medo de perder o celular, tanto que recentemente parei por conta de vírus. Sempre gostei de vídeo pornô, talvez porque sempre fui sexualmente aberta”, declarou uma delas. Morando na casa dos pais e “sem privacidade alguma”, o uso do celular se revela um importante facilitador no acesso à pornografia para mulheres como ela.

É na esteira destas transformações apontadas – da produção ao consumo, passando pelas tecnologias e disputas sociais – que surgem filmes pornô feitos por mulheres e para mulheres, provocando tensões e questionamentos dentro e fora da indústria pornográfica. Em 2010, quando concluí minha pesquisa sobre o tema, ele era tratado como novidade pelo jornalismo de cultura, e

²³ De acordo com a BBC, a história do vibrador, regularmente contada como tendo seu início em tratamentos para histeria, vem sendo questionada. Estudos mais recentes apontam para uma probabilidade do uso sexual ter partido das próprias consumidoras, como uma consequência ‘criativa’ da utilização de massageadores recomendados por médicos para diversas partes do corpo no tratamento para alívio de estresse. Durante boa parte do século XX, os vibradores foram comercializados como eletrodomésticos essenciais, quase um clássico para o dia das mães. Foi apenas a partir da década de 1960 que adquiriram conotação exclusivamente sexual. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-46444693> Acesso em 12 de maio de 2021.

agora, em 2021²⁴, ainda é com certa surpresa e com ares de inovação que se fala desta produção. Colocar um material como acessível ou não ao consumo feminino está diretamente relacionado, é claro, ao que se aceita hegemonicamente que seja visto pelas mulheres.

Por um viés dos estudos culturais, o consumo (de produtos culturais, neste caso) coloca-se para além do momento da compra, como um processo que acontece atrelado ao contexto. Martín-Barbero (2006) se aproxima dessa compreensão ao falar em “uso social”. Ele crê que as circunstâncias sociais e culturais demarcam este uso de determinados produtos culturais e o consumidor, por sua vez, não comparece ‘vazio’ ao consumo, mas carrega consigo uma bagagem que só é possível em sua cultura, tempo e contexto. Afinal, produtos culturais são produzidos por alguém em circunstâncias que envolvem relações de poder.

Pensar o consumo de pornografia feminina a partir desse viés seria, então, considerar que esse produto só pôde ser possível a partir de um determinado momento, dados processos históricos, sociais, culturais e tecnológicos. Para que mulheres pudessem produzir pornografia que, por sua vez, é direcionada a e consumida por outras mulheres, mudanças de ordem material e simbólica precisaram acontecer (e foi este o tema que explorei no trabalho anteriormente referenciado). Minha suspeita é que com a sexualidade, de maneira geral, se passa algo semelhante. E, mais, que é possível observar relações entre uma sexualidade mais autônoma e “liberta” e uma autonomia e liberdade no campo profissional. Foi esta curiosidade que motivou meu trabalho atual.

1.4 Radicalizando contextos

“Nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades”. Pego emprestada a frase de Pierre Bourdieu em *Introdução a uma sociologia reflexiva* (1989a, p. 18) para afirmar que tomar os caminhos para os quais orientei esta pesquisa não foi fácil, nem simples, nem óbvio. Neste generoso texto, Bourdieu oferece alguns conselhos à prática sociológica (ou do campo das ciências sociais e humanas, poderíamos ampliar), que revelam grande sintonia com o que vimos sobre os estudos culturais e que venho buscando seguir neste trabalho.

²⁴ A exemplo da matéria *A Bruxa Pornô*, publicada em abril deste ano, disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/sem-filtro---erika-lust/#page9> Acesso em 12 de maio de 2021.

“O sociólogo poderia tornar sua a fórmula de Flaubert: ‘pintar bem o medíocre’” (BOURDIEU, 1989a, p. 20), ou seja, em ciências sociais, o ‘cume da arte’ estaria em ser capaz de colocar em jogo a teoria e o ordinário, o empírico, o mundano, para aproveitar expressão muito utilizada por Hall e Restrepo. Para Bourdieu, um ponto de partida importante é construir a pesquisa como uma atividade racional de *postura realista* (o que não quer dizer cínica). Isto significa não fazer uma ideia exagerada de si ou da pesquisa e se dispor a correr riscos, assumir imperfeições, respeitar hesitações e possíveis ‘falhas’.

Bourdieu sabe (e eu também sei, porque me identifico e, possivelmente, meu/minha leitor/a também encontrará um clandestino sentimento de familiaridade) que “O *homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques” (BOURDIEU, 1989a, p. 19). O que quer dizer que, ainda que de maneira não planejada, é comum que as distrações e os atalhos dos caminhos de pesquisa não sejam relatados, no que há também certa ansiedade por ver o trabalho pronto, porque a ‘estética acadêmica’ deixa pouco espaço ao desalinho. O ‘ruído teórico’, anteriormente mencionado no âmbito dos estudos culturais, se relaciona a mostrar as ‘pinceladas’ ou, ao menos, reconhecer as ‘pinceladas’ necessárias para chegar à ‘obra final’. Neste trabalho, busco demonstrar estes caminhos e descaminhos ao relatar dúvidas e como construí determinadas escolhas ou ao questionar as opções que eu mesma faço.

Valorizar o processo está ligado à crença de que *uma pesquisa melhor se constrói a partir do próprio objeto*. Ou seja, as escolhas de método, técnica ou amostragem se dão em função da construção do objeto de estudo – como, no caso desta pesquisa, foi feita a escolha dos dois grupos de mulheres empreendedoras na crença de que estes permitiriam observar as relações entre autonomia, trabalho e sexualidade, ou, é mobilizada a análise de dados estatísticos porque estes enriquecem as contextualizações acerca da condição feminina. Para levar tal tarefa a cabo, é importante *refutar o monoteísmo metodológico*: a adesão rígida a alguns métodos que define a filiação a uma escola. Assim, recomenda-se desconfiança diante de posições demasiadamente dogmáticas e exclusivistas e a tentativa de, em cada caso, “mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis” (BOURDIEU, 1989a, p. 26).

Bourdieu aponta que frequentemente se procede como se o que pode ser reivindicado como evidência (no sentido de prova, evidência de pesquisa) fosse evidente. Para ele, é

importante ultrapassar este limite. É como, durante a pesquisa, perguntar-se: o que é o *dado no dado*? O que há nele que nos mostra além dele? Um exemplo, no presente trabalho, seria pensar: o que a existência e construção de estatísticas acerca da vida das mulheres diz, para além das informações que estas estatísticas oferecem? Creio que sigo esta recomendação na análise de indicadores estatísticos (no próximo capítulo) ao relacionar sua produção com a presença de mulheres nos centros de pesquisa.

Aliada a uma observação crítica dos dados, é importante *fazer a história social da emergência dos problemas*. Ou seja,

da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo — frequentemente realizado na concorrência e na luta — o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais: podemos pensar nos problemas da família, do divórcio, da delinquência, da droga, do trabalho feminino, etc. Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema, aceite como evidente pelo positivismo vulgar (que é a primeira tendência de qualquer investigador), foi socialmente produzido, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema privado, particular, singular, se tornasse num problema social, num problema público, de que se pode falar publicamente — pense-se no aborto, ou na homossexualidade — ou mesmo num problema oficial, objeto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis ou decretos (BOURDIEU, 1989a, p. 37).

Tal ‘história social da emergência dos problemas’ é o que busco fazer ao longo desta dissertação à medida que retomo o histórico dos temas relacionados às questões que me proponho abordar, como a sexualidade, a escolaridade e o trabalho femininos.

Bourdieu defende que é preciso *pensar relacionalmente*. Antes, neste capítulo, utilizei Costa (2014) para trazer formulação semelhante a partir das feministas dos estudos culturais, o que se aproxima, ainda, da *consustancialidade*, proposta por Danièle Kergoat²⁵ (2016). Se é verdade que o real é relacional, “pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo” (BOURDIEU, 1989a, p. 31). Para colaborar com tal objetivo, o sociólogo propõe a confecção do *quadro de características pertinentes* a um conjunto de agentes ou instituições pesquisados, pois crê que

²⁵ A consustancialidade é proposta neste texto como uma ferramenta útil para pensar a questão do cuidado em sua complexidade com as relações sociais em que se insere. Em contraste à interseccionalidade, que remete ao cruzamento de categorias (o que, para Kergoat, é legítimo para alguns casos, mas insuficiente para outros), a autora propõe que, aqui, “a questão não é entrecruzar *categorias*, mas partir das *relações sociais que fabricam tais categorias*, rastrear os processos que estão na origem da produção de grupos e pertencimentos objetivos e subjetivos” (KERGOAT, 2016, p. 21). Para a consustancialidade, o importante é tomar como objeto central de análise a complexidade dos mecanismos de opressão e pensar a saída destes sistemas tendo a emancipação como horizonte.

esta simples ferramenta tem a capacidade de compelir o pesquisador a *pensar relacionalmente* tanto as “unidades sociais em questão como as suas propriedades” (BOURDIEU, 1989a, p. 29). Desta forma constroem-se pouco a pouco os espaços sociais que são o que constitui toda a realidade do mundo social. Tais quadros acerca do que concerne a esta pesquisa são mobilizados ao longo do capítulo 3 e estão disponíveis nos Apêndices.

O autor ainda questiona como pode o sociólogo efetuar na prática a *dúvida radical* se tem por objeto conhecer o mundo social do qual é ele próprio produto – e “há todas as probabilidades de que os problemas que põe a si mesmo acerca desse mundo, os conceitos [...] sejam produto deste mesmo objeto” (BOURDIEU, 1989a, p. 34). Assim, trata da necessidade de uma prática científica que não se esqueça de se pôr a si mesma em causa – de outra forma, seria uma prática científica que não sabe o que faz. Se o pré-construído está em toda parte, construir um objeto científico precisa ser, sobretudo, romper com o senso comum. É nisto que reside a contradição da pedagogia da pesquisa: em, ao mesmo tempo, demonstrar os instrumentos de construção da realidade, problemáticas, conceitos, técnicas, métodos, e manter uma “formidável atitude crítica, uma tendência para pôr em causa esses instrumentos” (BOURDIEU, 1989a, p. 45).

Estas recomendações, se percorridas por outros caminhos, um tanto paralelos, se trocadas as palavras, se distintas as intensidades de algumas cores, mas ainda mantida a temperatura e a forma da paisagem retratada, se aproximariam da *contextualização radical*, pensamento desenvolvido por Lawrence Grossberg (2010). Ele está baseado na noção de articulação, ou seja, que as coisas do mundo (práticas, entidades, ideias etc.) são o resultado das relações que as constituem – relações estas que são historicamente acidentais e situadas. “O conjunto de articulações significativas para compreender a especificidade de uma coisa no mundo é a forma como o contexto é definido. O contexto não é o pano de fundo, o palco onde algo acontece, mas suas condições de existência e transformação” (RESTREPO, 2014, p. 5-6, tradução nossa). Quer dizer, o contexto é pensado como, a uma só vez, causa e consequência das transformações.

Em um nível teórico, a contextualização radical dos estudos culturais se refere a pensar a teorização como um ato derivado de investigações concretas e empiricamente orientadas, numa constante luta e negociação com os insumos teóricos com que se conta. Desta forma, a

pluralidade de metodologias e técnicas de pesquisa devem ser vistas como ferramentas a serem mobilizadas em função das questões da pesquisa, desenhando um ecletismo estratégico.

Já no nível político,

os estudos culturais são um contextualismo radical na medida em que não pressupõem que uma prática, uma concepção ou um assunto tenham o mesmo significado político fora do contexto que os constitui. O que pode operar como progressista em uma situação pode ser profundamente reacionário em outra (RESTREPO, 2014, p. 6, tradução nossa).

Em suma, “tão simples e complexo ao mesmo tempo que o significado político de algo não é dado independentemente do contexto em que existe” (RESTREPO, 2014, p. 6).

E no que tange ao projeto dos estudos culturais, o contextualismo radical se faz ver no sentido de que “em sua existência, estes estão profundamente situados” (RESTREPO, 2014, p. 6, tradução nossa). Ou seja, os estudos culturais adquirem particularidades em função dos contextos e não pretendem nem podem deixar de ser um produto autêntico destes contextos.

Creio que os conceitos e caminhos teórico-metodológicos aqui abordados possibilitam questionar e entender como as transformações da condição feminina têm (ou não) implicações na relação entre trabalho e sexualidade para mulheres autônomas – e de que maneira esta relação se expressa. Ao propor essas articulações, me reconheço enquanto pesquisadora e como resultado, também, das próprias mudanças que observo na escolaridade, no trabalho, na independência financeira, nas formações familiares, nas relações de gênero e na vida íntima (amorosa e sexual) das mulheres na contemporaneidade. Outros poderiam ser os conceitos e outros poderiam ser os caminhos para lidar com estes objetos, mas considerando esta uma pesquisa acidentalmente situada neste momento da história, nesta cidade, nesta circunstância de trajetória acadêmica, é assim que posso e acredito fazer.

2 Condição feminina no Brasil e feminismo à brasileira

Para contextualizar o país onde vivem as mulheres que participaram desta pesquisa e onde se constitui meu objeto de interesse, neste capítulo traçarei um panorama histórico acerca do aumento do nível educacional feminino, das modificações relativas ao trabalho, aos arranjos familiares e à independência financeira das mulheres no Brasil.

O meu projeto de pesquisa propunha utilizar dados estatísticos como uma ferramenta para compreender a condição feminina no Brasil com um olhar panorâmico, mas graças a uma disciplina cursada ao longo do mestrado, me aprofundei na análise de Séries Históricas e Estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que foi de grande relevância para este trabalho, como veremos.

O *site* das Séries Históricas e Estatísticas é um banco de dados oficiais onde estão disponíveis informações sobre diversos indicadores, ordenadas segundo longos intervalos de tempo. Este material é oriundo de pesquisas do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os Censos Demográficos, a Pesquisa Mensal de Emprego, ou de outras fontes governamentais. O IBGE vem produzindo as Séries Históricas e Estatísticas desde os primeiros anos de sua criação (as primeiras cobrem o período de 1911 a 1940) e atualmente contempla temas abarcados nas dimensões social, demográfica e econômica da sociedade brasileira. A escolha desta fonte de dados para este trabalho se deu por seus longos intervalos temporais, bem como sua cobertura temática e a possibilidade de desagregação de dados de acordo com algumas variáveis (sexo²⁶, cor/raça, região do país) que permitem comparações e análises úteis para esta pesquisa²⁷.

Para definir as informações a observar, parti de quatro seções temáticas iniciais, a saber: educação; famílias e domicílios; mercado e força de trabalho; população e demografia. Tendo cada uma delas um grande volume de dados disponíveis, selecionei os subtemas de maior interesse à pesquisa, sendo eles: alfabetização e instrução (em educação); mercado de trabalho,

²⁶ O IBGE costuma adotar a noção de sexo enquanto marca de características biológicas e não o conceito de gênero, o que daria espaço para acolher as diversas identidades de gênero.

²⁷ Em consonância com a produção de Fúlvia Rosemberg (2001 e 2011), os dados foram desagregados por sexo, cor/raça e região, sempre que possível, reconhecendo que uma interpretação baseada apenas na variável sexo deixaria de fora outros tensionamentos e dominações características da sociedade brasileira.

população economicamente ativa (em mercado e força de trabalho); perfil das pessoas de referência das famílias ou domicílios, características das famílias (em famílias e domicílios); dinâmica demográfica (em população e demografia). Indexadas sob os subtemas estão as Séries Históricas e Estatísticas, que organizam os dados coletados ao longo dos anos. Foi feita uma busca para priorizar indicadores que permitissem sua visualização por sexo.

Assim sendo, os dados observados encontram-se organizados de acordo com a seguinte estrutura: tema -> subtema -> Série Histórica e Estatística.

Por exemplo:

Tema: Educação

Subtema: Alfabetização e instrução

Série Histórica e Estatística: *Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo*

Após definir as Séries Históricas e Estatísticas a usar no trabalho (para uma visão esquemática das séries selecionadas, ver Apêndice A), fiz o *download* e compilei, em um documento à parte (para uma visão completa dos dados selecionados, consultar Apêndice B), a totalidade dos quadros, a fim de observar o que eles demonstram sobre as transformações da condição feminina no Brasil. Os achados desse exercício comparativo e relacional serão discutidos mais detidamente neste capítulo.

Observa-se, no entanto, algumas limitações no uso deste banco de dados: fica evidente que são distintos os intervalos de tempo disponíveis para cada série. Também não são muitas, dentre as séries selecionadas, as que permitem isolar dados por cor/raça ou idade, sendo mais disponíveis as seleções acerca do sexo e das regiões. Por isso, sempre que possível buscamos apoio em trabalhos afins às discussões aqui levantadas. Nenhuma destas limitações, no entanto, é julgada como entrave ao que este estudo propõe observar, na qualidade de visão geral da condição feminina que também se apoia na produção recente de estudiosas da área e, por sua vez, possibilitam uma reflexão crítica sobre a produção dos dados encontrados²⁸.

Este capítulo faz um histórico e uma leitura panorâmica que pretende observar o comportamento dos indicadores e contextualizar a situação das mulheres no Brasil em relação a

²⁸ Apesar da construção das Séries Históricas e Estatísticas que contam com dados oriundos da PNAD (Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua) ser limitada por alguns constrangimentos metodológicos (em linhas gerais, especificidades sobre ponderação dos resultados e abrangência do território nacional), isto não se revela uma questão problemática para o objetivo aqui proposto. É possível ler mais sobre o assunto na aba Definição e Comentário de cada série no próprio *site* do IBGE.

diversos aspectos da sua vida até a atualidade. Trago uma possível contribuição ao observar mais detidamente o indicador “pessoa de referência da família”, o que me leva a finalizar o capítulo com uma contextualização das expressões dos feminismos no Brasil.

2.1 Escolaridade e ocupação: bases para uma compreensão dos seus efeitos sobre a condição feminina

Partir de um olhar sobre a condição feminina do Brasil colônia ao começo do século XX será útil para uma compreensão histórica de aspectos sociais que foram naturalizados ao longo do tempo, como a construção familiar, a educação, o trabalho e suas especificidades de gênero no país. A economia colonial brasileira se encontrava estabelecida sob a grande propriedade rural, a mão de obra escrava, a família tradicional, o patrimonialismo e a exportação de produtos primários, ou seja, era pouco diversificada e não oferecia oportunidades de emprego extradoméstico e ensino formal para a grande maioria das mulheres.

De acordo com José Eustáquio Diniz Alves, Suzana Marta Cavenaghi, Angelita Alves de Carvalho e Maira Covre Sussai Soares (2017), a desigualdade social e de poder entre os sexos masculino e feminino era ampla, geral e irrestrita nos anos coloniais. “No Brasil Império pouca coisa avançou. O Código Civil de 1916 consagrou a superioridade e a preeminência masculina, definindo o marido como chefe da sociedade conjugal (Pátrio Poder)” (2017, p. 15). Desta maneira, a família patriarcal, ou seja, sob o poder masculino na figura do pai, constitui-se como um modelo legal que, apesar de ter sido modificado na Constituição de 1988, deixa suas raízes na cultura. “Contudo, o isolamento, a falta de instituições democráticas, a desigualdade legal de direitos e as dificuldades de comunicação não impediram o surgimento de movimentos de contestação da ordem patriarcal nem o destaque de muitas mulheres” (2017, p. 15), ressaltam os autores ao mencionar nomes de mulheres pioneiras da educação pública (Nísia Floresta, 1810-1885), da luta pelo direito de voto (Bertha Lutz 1894-1976) e da liberdade de comportamento e expressão (Patrícia Galvão 1910-1962).

A partir do fim da República Velha (1889-1930) e do começo da construção de uma sociedade urbano-industrial, há certa expansão de ideais feministas, presentes na busca por igualdade de direitos e oportunidades na família e na sociedade. A estrutura produtiva do Brasil do início do século XX – de características agrária e rural e com forte presença da economia de

subsistência sustentada no trabalho não assalariado²⁹ – oferecia poucas chances de progresso social para as mulheres. Contudo, o avanço da economia urbana favoreceu modificações nas relações de gênero: de base industrial e de serviços, ela gerou oportunidades para o aumento da renda das pessoas e das famílias e garantiu recursos para que o Estado viabilizasse políticas públicas nas áreas de saúde, educação, previdência e de infraestrutura rodoviária, portuária, saneamento, telecomunicações.

Ou seja, à medida que as mulheres encontraram mais oportunidades de emprego e, portanto, de mobilidade social e construção de possibilidades de futuro para si – que já seriam ganhos significativos em termos individuais – passaram a participar também, de maneira mais direta, da parcela da população que contribui em termos econômicos (por meio do recolhimento de impostos e do consumo) para a construção das condições que permitem modificações nas relações de gênero.

Tudo isso reunido possibilitou a passagem de uma sociedade tradicional, patriarcal e com baixa mobilidade para uma sociedade de traços pós-modernos, pós-patriarcal e marcada pelo enfraquecimento da autoridade tradicional, por uma forte mobilidade espacial com ascensão social, por mudanças significativas nas relações de geração e gênero, um maior empoderamento das mulheres e uma crescente autonomia dos indivíduos. O movimento feminista transformou e foi transformado por esse processo (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017, p.17).

A seguir, veremos mais detidamente como este processo se deu e segue acontecendo nos dias atuais.

2.1.1 Meninas educadas: de guardiãs do lar ao magistério

Na realidade da vida colonial no Brasil a escola estava destinada a formar os filhos das classes dominantes, desvinculada da realidade local e do mundo do trabalho. Por estar confiada aos jesuítas, se voltava ao fortalecimento dos dogmas e da autoridade, desprezava a ciência e exaltava as atividades literárias, o que se revelava inútil para o sistema produtivo de então. Por isso, os homens primogênitos, responsáveis por manter a estrutura produtiva, participavam do mundo educacional de maneira restrita apenas ao necessário para assumir a direção dos negócios

²⁹ Esta lógica produtiva deixou marcas tão profundas e constituidoras da sociedade brasileira que foi reiteradamente representada na nossa literatura e é, ainda hoje, tema de relevantes obras ficcionais. É exemplo disto o livro *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, um já reconhecido “clássico contemporâneo”, vencedor de diversos prêmios em 2020, que retrata a vida das irmãs Bibiana e Belonísia, sua família e sua condição de trabalhadores da terra não remunerados na região da Chapada Diamantina, Bahia.

familiares. A escola da elite colonial era destinada aos filhos homens, não primogênitos, aqueles que tinham tempo para dedicar-se aos deleites do espírito. Às populações indígenas e negras escravizadas a educação jesuítica impunha sua face catequizadora, caracterizando assim dois tipos de educação: uma, elementar e basicamente catequética; outra, que mantinha aspectos da formação religiosa mas ampliava seus conteúdos em direção a uma formação humanística e literária, destinada aos filhos da elite colonial (ROMANELLI, 1997).

Esta situação perdurou até o século XIX, quando o fortalecimento do mercado interno no país, devido à atividade de mineração, permitiu o surgimento de uma camada social intermediária, principalmente nas zonas urbanas. Os integrantes desta classe estavam ligados às atividades de artesanato, ao pequeno comércio e à burocracia. Para esta camada, portadora de algum poder aquisitivo e da ambição de aproximar-se da elite possuidora de terras, a educação se revelava uma possibilidade de ascensão social. Conseqüentemente, a educação buscada não era outra senão a educação da aristocracia rural. Sendo assim, a demanda escolar começou a sofrer um incremento.

Durante o século XIX no Brasil a escolaridade permaneceu bastante limitada às elites e havia uma diferença significativa entre homens e mulheres que recebiam educação formal. June E. Hahner (2018) retoma que o primeiro censo nacional, de 1872, apontou que apenas 19,8% da população masculina e 11,5% da população feminina sabia ler e escrever.

Ademais, a educação das mulheres era vista como um recurso de valorização no mercado matrimonial, por isso as matérias oferecidas a meninos e meninas se diferenciavam. Ler, escrever, saber as quatro operações matemáticas e conhecer a doutrina cristã era a base para ambos, mas logo isso se distinguia: para os meninos havia noções de geometria, para as meninas, bordado e costura. Interessante notar que embora a lei determinasse salários iguais para mestres e mestras, esta distinção curricular das disciplinas, acabava por representar uma diferenciação salarial, justamente causada pela inclusão do ensino de geometria para os meninos, fazendo com que os professores tivessem salários mais altos do que as professoras, de acordo com Guacira Lopes Louro (1997).

Nesse sentido, as moças de elite eram formadas para serem “guardiãs do lar, e da família e mantenedoras da ‘base moral’ da sociedade. Alguma educação poderia auxiliá-las a serem mães melhores e melhores companheiras para seus maridos” (HAHNER, 2018, p. 57).

As habilidades relacionadas às atividades do ambiente doméstico (costura, cozinha, bordado, mando de serviçais) faziam parte da sua educação, pois o domínio da casa era seu destino. “Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas e novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens” (LOURO, 1997, p. 446). Um fato cuja herança ainda nos dias de hoje se faz presente de maneiras diversas nas restrições e constrangimentos da presença feminina no espaço público, desde o assédio nas ruas à legitimação da circulação atrelada ao trabalho (RAGO, 2014).

As crianças da elite costumavam ser educadas em casa. As famílias mais abastadas contratavam preceptores ou enviavam suas filhas para internatos de freiras e até para fora do país. As crianças de famílias menos ricas frequentavam escolas particulares ou as escolas públicas (que se mantiveram prestigiosas até a década de 1960), ainda que a maior parte da população brasileira não recebesse educação alguma. Já a educação superior estava voltada a preparar homens para as profissões de maior prestígio, como Direito e Medicina. A vida acadêmica também oferecia um currículo direcionado a capacitar os homens para atuar no mundo político da elite governante, não sendo, portanto, adequada às mulheres, mesmo as de classes privilegiadas (HAHNER, 2018).

Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação a qualquer escolarização. A ‘educação’ das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. “São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas – que vai ocorrer no final do século” (LOURO, 1997, p. 445). Com descendentes indígenas, a situação era semelhante e sua educação estava ligada às práticas de seus próprios grupos de origem.

Na segunda metade do século XIX cresceu o letramento das mulheres, principalmente nas cidades, como parte do processo de urbanização e diversificação da economia a partir das exportações e importações. O contexto de complexificação da ordem social diminuiu as diferenças das vidas de mulheres de famílias privilegiadas na zona rural e urbana. Tais modificações também deram alguma autonomia às mulheres.

Após a Proclamação da República (1889), a criação das escolas normais intencionava formar professoras e professores para atender um esperado aumento na demanda escolar. No entanto, o magistério foi progressivamente se tornando uma profissão feminina, fenômeno provavelmente vinculado ao processo de industrialização que ampliava as oportunidades de

trabalho para os homens (processo também observado em outros países). Esta transformação, no entanto, não se deu sem críticas, pois a muitos parecia descabido entregar a educação das crianças a seres com cérebros “menos capazes” ou “menos desenvolvidos pelo desuso”, como as mulheres (LOURO, 1997).

Outra questão que se colocava é que com a baixa quantidade de homens que se tornavam professores, em breve as escolas de meninos estariam sem mestres. A solução seria permitir que as mulheres lhes dessem aula, mas isso exigiria algumas precauções. Havia uma preocupação quanto a salvaguardar a sexualidade dos meninos e das professoras. De acordo com Louro, “Foi também dentro desse quadro que se construiu, para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe” (LOURO, 1997, p. 543).

Esse caráter provisório ou transitório do trabalho também acabaria contribuindo para que os salários femininos se mantivessem baixos. Ou seja, o salário feminino era visto como complementar no sustento de uma casa. Ele não era considerado um rendimento indispensável para a manutenção das despesas domésticas, pois o sustento da família cabia ao homem; o trabalho simbolizava não apenas sua capacidade provedora, mas era também um sinal de sua masculinidade (LOURO, 1997).

As atividades profissionais representavam um risco para as funções sociais das mulheres.

Dessa forma, ao se feminizarem, algumas ocupações, a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestados as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc. De algum modo se poderia dizer que os 'ofícios novos' abertos às mulheres neste fim de século levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício (LOURO, 1997, p. 454).

Na virada para o século XX, grupos de trabalhadores urbanos organizados em torno de um ideal político, como socialistas e anarquistas, propuseram formas de educação, que levaram a cabo por meio da criação de escolas, que também se preocupavam com a formação das meninas. Seus jornais libertários frequentemente publicavam artigos que apontavam a instrução como uma ‘arma privilegiada de libertação’ para a mulher. Nos encontros noturnos que reuniam homens e mulheres, prolongadas discussões pautavam, entre outros temas, a educação e a participação feminina no movimento operário e na sociedade. “As últimas décadas do século XIX apontam,

pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens” (LOURO, 1997, p. 447).

2.1.2 Trabalho de mulher

O fim do século XIX fica marcado por certa preocupação em afastar do conceito de trabalho a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à *ordem e progresso*, o que levou os condutores da sociedade a arremeter as mulheres das camadas populares (LOURO, 1997).

Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (LOURO, 1997, p. 447).

Ou seja, ainda que pudessem ser trabalhadoras da classe operária, o casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a ‘verdadeira carreira’ das mulheres.

Em *Do Cabaré ao Lar* (2014), Margareth Rago também aponta que o modelo dominante de família da época (1890 a 1930) relacionava-se a esta domesticação das mulheres, cuja representação é sempre assexuada. Ainda que circulassem no espaço público de forma especialmente atrelada ao trabalho, as ruas eram vistas como inadequadas às mulheres, mas o espaço de trabalho nas fábricas tampouco lhes era muito receptivo. De modo geral, o discurso operário masculino “fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a como ‘sexo frágil’ física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra dom-juans das fábricas e conscientizá-las da importância de sua organização política” (RAGO, 2014). Ou seja, se o espaço de trabalho se revela ‘inadequado’ para as mulheres por conta do comportamento dos homens³⁰, cabia aos colegas do sexo masculino as protegerem ou a elas saírem e não aos comportamentos deste contexto serem modificados. Uma raiz de um dos porquês, ainda hoje, o mundo do trabalho formal é visto como um universo que as mulheres precisam disputar.

Entre 1956 e 1971, as mulheres saíram de 26% dos alunos inscritos no ensino superior

³⁰ Questões semelhantes são retratadas no livro *História de quem foge e de quem fica* (2013), de Elena Ferrante, tendo a Nápoles, Itália, dos anos 1970, como pano de fundo, nas situações no ambiente de trabalho vividas pela personagem Lila e a disputa política do momento, que envolve anarquistas e comunistas, de um lado, e a extrema direita do outro.

brasileiro para chegar a 40% do total de matriculados (PEROSA, 2008). De acordo com dados disponíveis nas Estatísticas de Gênero do IBGE³¹, a partir de dados do Censo de 2010, ao tomar-se por base a população de 25 anos ou mais de idade que chegam a completar o ensino superior, as mulheres somam 23,5%, e os homens, 20,7%. Quando se comparam os dados com homens e mulheres de cor preta ou parda, os percentuais são bastante inferiores: 7% entre os homens e 10,4% entre mulheres. Os dados do IBGE disponíveis sobre escolaridade, apesar de lacunares, são capazes de demonstrar que no Brasil a escolaridade feminina acompanha uma tendência mundial de crescimento. E quando há modificação na escolaridade, isso tem impacto sobre as possibilidades de trabalho.

Assim, vemos um contexto de forte expansão da escolarização feminina desde a segunda metade do século XX e, no mercado de trabalho formal, de intensidade e constância do aumento da participação feminina, que tem ocorrido desde a metade dos anos 1970.

De acordo com Fúlvia Rosemberg (2011), análises macro, com base em dados coletados pelo IBGE por meio das séries históricas, dos censos demográficos e PNADs, confirmam a diminuição do chamado ‘hiato de gênero’, em favor das mulheres brasileiras.

Com efeito, Nadya Araujo Guimarães e Murillo Marschner Alves de Brito (2016) demonstram que há pouco mais de meio século o mercado de trabalho era um domínio dos homens: em 1960, quase oito em cada dez homens aptos a trabalhar ali buscavam os meios de sobreviver, contra menos de duas em cada dez mulheres. “Nesses cinquenta anos, a incorporação feminina à população economicamente ativa (PEA) quase quadruplicou” (GUIMARÃES & BRITO, 2016, p. 72).

Antes disso, no entanto, até o fim dos anos 1960, a maioria dos indivíduos em idade para trabalhar no Brasil obtinha sua sobrevivência sem recurso à mercantilização do trabalho (ou seja, a relação salarial capitalista). Apesar dos autores não nomearem quais seriam as vias alternativas, é possível imaginar um universo de trabalhos informais, baseados na venda de serviços sem relação contratual (‘bicos’) ou artigos de consumo e alimentação, além da subsistência rural. Sendo que estes não eram oficialmente quantificados, pouco é possível saber sobre a relação entre participação de homens e mulheres neste *outro* mercado de trabalho daquele período.

Uma comparação com a França e Estados Unidos a partir de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) demonstra a celeridade da mercantilização do trabalho feminino

³¹ Informações disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>. Página visitada em fevereiro de 2021.

no Brasil. Ademais, é possível observar que a mercantilização se expressa de maneira distinta entre grupos de raça no Brasil: sejam homens ou mulheres, pessoas brancas ocupam mais postos de trabalho no mercado formal do que não brancos.

Aqui é válido fazer um balanço das ferramentas que permitiram compreender tal celeridade no caso brasileiro. De acordo com Alves, Cavenaghi, Carvalho e Soares (2017), as transformações urbanas e demográficas, bem como o avanço dos níveis educacionais, tiveram impactos positivos no mercado de trabalho, claro, no entanto não se pode deixar de notar que “Parte dessa expansão deve-se a mudanças metodológicas nos instrumentos de coleta do censo e das pesquisas domiciliares, mas a tendência de aumento de longo prazo é inegável e são as mulheres o principal ator por detrás do crescimento da força de trabalho” (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017, p. 32, grifo nosso).

Apoiando-se na produção de diversas teóricas brasileiras (Abreu, Jorge e Sorj; Bruschini; Lavinias; entre outras), Guimarães e Brito (2016) traçam um panorama de como a mercantilização do trabalho feminino pautou a agenda dos intérpretes, “notadamente feministas e estudiosas da relações de gênero” (2016, p. 75).

Em primeiro lugar, percebe-se o aumento persistente das taxas de atividade das mulheres, com uma elevação em 63% da participação feminina na PEA entre 1985 e 1995. Neste mesmo período, o engajamento feminino no mercado de trabalho se ampliou de 36,9% para 53,4%, enquanto a taxa masculina pouco se alterou (BRUSCHINI apud GUIMARÃES & BRITO, 2016). Ou seja, cresceu em 16,5% a taxa de mulheres que, se não estavam empregadas, estavam em busca de emprego. Houve ainda um incremento da participação feminina na população ocupada na ordem de 3,8% ao ano nesta década (LAVINAS, 1997). Este movimento atrelou-se a outras mudanças importantes, “tais como o comportamento demográfico (com notável queda na fecundidade), os ganhos significativos de escolaridade e as transformações na regulação dos papéis sociais de gênero” (GUIMARÃES & BRITO, 2016, p. 75).

Também são notáveis as mudanças no perfil da trabalhadora brasileira. Se até os anos 1970 ela era majoritariamente jovem, solteira e sem filhos, nos anos 1990 tornou-se mais velha, casada e mãe. Isto se deu tanto pela entrada de mulheres mais velhas no mercado de trabalho quanto por uma permanência das jovens mesmo após o início da sua ‘carreira reprodutiva’ (GUIMARÃES & BRITO, 2016), indicando que começa a ficar no passado aquela noção da ‘verdadeira carreira’ feminina ser a de esposa e mãe.

Mais um importante dado se torna visível ao observar os “padrões de segregação ocupacional”. Ou seja, embora a maior parte das mulheres se vissem desempenhando atividades ditas ‘femininas’ (serviços pessoais, administração pública, saúde, ensino privado), registrava-se algumas mudanças.

Por um lado, consolidava-se a feminização de certas atividades, como nos serviços comunitários e no que hoje denominamos atividades de cuidado. Por outro lado, mostravam-se bem sucedidas incursões de mulheres em redutos de emprego de homens, como nos serviços de reparação ou nos serviços auxiliares, ramos em que dobrou a presença feminina entre 1985 e 1995, e nos serviços industriais de utilidade pública, nos quais elas passaram de 14% para 21% dos ocupados (GUIMARÃES & BRITO, 2016, p. 75-76).

Quanto à posição na hierarquia dos postos de trabalho, Bruschini (apud GUIMARÃES & BRITO, 2016) notava um aumento da participação feminina em todos os grupos ocupacionais e o afluxo de mulheres a posições de chefia especialmente na administração. Também cresce o número de mulheres na posição de proprietárias de estabelecimentos, o que, vale notar, é um movimento distinto da ocupação de postos no mercado formal. Ele frequentemente acontece como uma resposta à rejeição do mercado de trabalho às condições necessárias para as mulheres se manterem no emprego enquanto cumprem tarefas relativas ao papel social a elas designado – ou seja, cumprir o trabalho de cuidado envolve uma necessidade de flexibilidade horária, por exemplo.

De fato, o documento *Empreendedorismo feminino como tendência de negócios*, do SEBRAE/BA (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Bahia), de 2019, afirma que ter flexibilidade de horário é atualmente a motivação de 52% das mulheres que abrem negócios próprios no país. Além disso, demonstra que no período entre 2001 e 2011 o número de mulheres empreendedoras cresceu 21% – enquanto o de homens cresceu apenas 9% – e associa o aumento do empreendedorismo feminino ao crescimento das chefias de lares por mulheres observado desde 1995. Do total dos donos de negócios no país, 43% são do sexo feminino – 57% são homens. Do total de empreendedoras do Brasil, 73% são sócias de micro ou pequenas empresas. O percentual sobe para 98,5% quando são contabilizadas, também, as empresas do tipo Microempreendedor Individual (MEI), já que mais de 1,3 milhão de mulheres brasileiras são sócias de MEI. No entanto, apenas 0,2% das mulheres empreendedoras do Brasil são sócias de grandes empresas.

Tal informação indica que as mulheres recorrem aos pequenos negócios como forma de se manterem economicamente ativas diante dos constrangimentos que restringem sua

participação no mercado de trabalho. Confirma isto o fato de que a maioria esmagadora das mulheres passa a empreender depois da maternidade³². Este movimento também está associado a dois relevantes conceitos para esta pesquisa, relacionados entre si: divisão sexual do trabalho e economia do cuidado, mencionados mais detidamente na seção a seguir.

Durante os anos 1990 o desemprego no Brasil tornou-se um grave problema, sendo ainda mais expressivo para as mulheres, crescentemente incluídas na população ativa. Aquelas mais pobres (e majoritariamente negras) e menos escolarizadas eram mais fortemente atingidas³³.

A condição precária dos postos de trabalho feminino também foi objeto de estudo daquelas teóricas brasileiras interessadas no que as estatísticas demonstravam sobre a vida das mulheres. Cristina Bruschini (2007) nota que se há a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho desde a metade dos anos 1970, é real também o elevado desemprego das mulheres e as más condições do seu cotidiano laboral: “de um lado, o acesso a carreiras e profissões de prestígio e a cargos de gerência e mesmo diretoria, por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais” (BRUSCHINI, 2007, p. 537).

Em 1994, Bruschini retoma acontecimentos importantes que iniciaram a discussão do tema do trabalho e da condição feminina: seminários e a inclusão na programação de instituições como a SBPC/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Fundação Carlos Chagas, entre 1972 e 1974. Em 1975 a designação pela ONU do Ano Internacional da Mulher constituiu um marco a partir do qual a produção sobre o tema toma seu maior fôlego. “A emergência do feminismo como movimento social (...) criou as condições necessárias para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo” (BRUSCHINI, 1994, p. 17).

³² Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2016 apontou que 24 meses depois de tirarem licença maternidade, quase metade das mulheres está fora do mercado de trabalho, um padrão que se perpetua inclusive 47 meses após a licença. No entanto, os efeitos são bastante heterogêneos e estão relacionados com o nível educacional: trabalhadoras com maior escolaridade apresentam queda de emprego de 35% 12 meses após o início da licença, enquanto a queda é de 51% para as mulheres com nível educacional mais baixo (MACHADO & PINHO NETO, 2016).

³³ Mesmo tendo sido escrito na década de 1950, o livro *Quarto de despejo – Diário de uma favelada*, de Maria Carolina de Jesus, infelizmente jamais perdeu sua atualidade. Seja como um retrato daqueles anos, dos 1990 ou dos 2020, o livro trata do cotidiano triste e cruel de uma mulher negra, mãe solo e chefe de família, em situação de extrema vulnerabilidade vivendo nas margens da cidade de São Paulo. Recentemente reeditado em edição comemorativa pelos 60 anos da primeira edição, em 1960, o livro foi incrementado com críticas da época e textos atualizados sobre sua relevância.

Para Guimarães e Brito (2016), a revisão da produção intelectual feminista deste período demonstra como os estudos de gênero se estabeleceram no Brasil entre 1980 e 1990 e ‘temperaram’ o ambiente intelectual acerca da ‘mercantilização no feminino’. Ou seja, “o debate feminista foi a um só tempo sujeito e consequência dessa crescente conscientização sobre as transformações nos padrões de engajamento no trabalho” (GUIMARÃES & BRITO, 2016, p. 77). Com isto, as categorias censitárias foram necessariamente sendo atualizadas, reformuladas em sua métrica e complexificadas na mensuração da condição de trabalho dos indivíduos para que pudessem dar conta da nova realidade.

É possível inferir que à medida que as mulheres conquistaram espaços de mais prestígio na sociedade, também como pesquisadoras do próprio IBGE e de outros institutos, as investigações passaram a se voltar ao registro e análise das especificidades de suas vidas. Desta maneira, a história da pesquisa, construção e compilação destes indicadores da condição feminina se mescla ao que eles próprios buscam registrar.

Bruschini conclui que, à luz dos dados sobre o trabalho feminino de então, o maior desafio do feminismo e dos estudos de gênero parecia ser “o de retomar a luta em duas frentes: a da igualdade entre os sexos no mercado de trabalho e a da proteção à trabalhadora na reprodução” (1994, p. 29). É com curiosidade e certa tristeza que observamos a desconcertante atualidade dos desafios e demandas de 1994 neste 2020/2021. Vemos que atualmente, apesar do crescimento da escolaridade e de certa ampliação da incorporação feminina ao mercado de trabalho formal, é importante questionar como isso se traduz na vida das mulheres. Elas estão em postos condizentes ao seu grau de formação escolar? Há paridade de remuneração em relação aos homens com as mesmas competências? E como isto se articula, ainda hoje, com o contexto doméstico, incluindo suas demandas de cuidados e responsabilidades?

2.1.3 Relações entre educação, trabalho e remuneração

As Séries contidas no tema Educação, permitem observar que os anos de estudo de mulheres e homens cresceram juntos, subindo uma média de dois anos para cada, no intervalo de 1995 a 2009. As mulheres ainda têm, em média, um maior período da vida dedicado à educação formal do que os homens, sendo 7,4 anos para elas e 7 para eles em 2009, último ano disponível desta Série Histórica e Estatística.

Entre os anos de 2001 e 2015 cresceu de maneira geral a escolaridade das mulheres, mas especialmente daquelas que ingressaram no ensino superior e não chegaram a completá-lo (11 a 14 anos de estudo), índice que quase dobrou, saindo de 8,53% para 15,86%, considerando-se todo o território nacional (Tabela 1³⁴).

Período	Sem instrução e menos de 1 ano	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
2001	9,12	6,93	8,53	3,39
2002	6,07	8,14	10,19	2,7
2003	5,94	8,42	10,82	2,87
2004	5,85	8,46	11,3	3,02
2005	5,62	8,42	11,77	3,12
2006	5,27	8,47	12,48	3,39
2007	5,19	8,63	12,84	3,64
2008	5,2	8,84	13,41	3,87
2009	4,97	8,5	13,85	4,21
2011	5,79	8,78	14,71	4,65
2012	4,56	8,79	14,96	4,89
2013	4,73	8,8	15,41	5,25
2014	4,49	8,67	15,65	5,54
2015	4,31	8,64	15,86	5,82

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2015.

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD325&t=populacao-feminina-10-anos-mais-idade>

Série: *População feminina de 10 anos ou mais, por anos de estudo*

A Tabela 2 apresenta este índice por grandes regiões da federação, demonstrando seu valor inicial, de 2001, e final, de 2015. Nota-se que aumentou a quantidade de mulheres com ensino superior ou pós-graduação (15 anos ou mais de estudo), número que quase dobrou em todas as cinco regiões, tendo um crescimento menos expressivo no sul e no sudeste, onde estes números já eram mais altos.

Período /Região	Sem instrução e menos de 1 ano	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Norte				
2001	9,16	7,56	9,72	1,96
2015	4,27	9,07	14,36	4,05

³⁴ Note-se que aqui foram replicados os dados relativos apenas às categorias mais interessantes para este trabalho. Estão disponíveis no *site* das Série Históricas as seguintes categorias de respostas: Sem instrução e menos de 1 ano; 1 a 3 anos; 4 a 7 anos; 8 a 10 anos; 11 a 14 anos; 15 anos ou mais; Não determinados e sem declaração; Não determinados.

Nordeste				
2001	17,37	4,58	6,27	1,8
2015	6,77	8,08	14,23	3,94
Sudeste				
2001	5,63	8,05	9,69	4,48
2015	3,21	8,91	17,47	6,76
Sul				
2001	4,87	7,73	8,7	3,52
2015	3,25	8,75	14,84	6,82
Centro-Oeste				
2001	7,59	7,06	8,87	3,59
2015	3,71	8,4	16,25	7,34

Fonte: Produção própria da pesquisadora.

Série: *População feminina de 10 anos ou mais, por anos de estudo*

Ao atualizar estes dados com informações da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação 2018* (PNAD Educação)³⁵ – também conduzida pelo IBGE, mas ainda não computada nesta Série – é possível perceber que o número médio de anos de estudo cresceu entre 2016 e 2018. A tendência das mulheres terem mais anos de estudo permanece: ficou em 9,5 anos, enquanto entre os homens é de 9 anos. Já ao observar a variável de cor/raça, sem distinção de sexo, há uma diferença bastante evidente. As pessoas brancas registraram 10,3 anos, mas o número cai para 8,4 anos para as pretas e pardas, uma disparidade de quase dois anos que se mantém desde 2016.

A mesma pesquisa apontou que para 27,9% das mulheres o maior empecilho para seguir os estudos era o trabalho e 23,3% indicaram afazeres domésticos e cuidados de pessoas, motivo que entre os homens é quase insignificante (0,8%). Ou seja, para uma parcela relevante das mulheres que não estuda ou trabalha fora, os afazeres e responsabilidades que lhes tomam o tempo estão pautados no trabalho de cuidado com a casa ou com outras pessoas (crianças, idosos, pessoas com deficiência), que dizem respeito às expectativas sociais sobre o papel feminino.

Aqui se faz importante reconhecer a relação com a temática da economia do cuidado, que se baseia em reflexões sobre gênero e divisão sexual do trabalho, para tratar de responsabilidades ainda percebidas como exclusivamente femininas. Atividades estas que “impõem limites importantes à inserção das mulheres nos mais variados campos da vida social, bem como às possibilidades de exercício de sua cidadania de forma plena e autônoma” (IPEA, 2016, p. 9), tendo efeitos diretos sobre a escolarização e sobre a ocupação femininas.

³⁵ Dados disponíveis e acessados em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-06/total-medio-de-anos-de-estudo-cresce-no-brasil-diz-pesquisa-do-ibge>

Sobre as informações relativas à ocupação, pode-se observar que sobe o número de mulheres ocupadas e cai o de homens ocupados entre 1992 e 2007, o intervalo de tempo disponível da série *População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, por sexo*. Nota-se uma sensível redução na proporção de mulheres com baixa escolaridade e um aumento no prolongamento da escolaridade. Dentre as mulheres ocupadas, passam a ser maioria aquelas que têm mais anos de estudo (Tabela 3). Se em 1992, apenas 22,38% das mulheres que trabalhavam tinham 11 anos ou mais de estudo (o que significa uma possível entrada no ensino superior), em 2007 esta passa a ser a condição de 44,22% da força de trabalho feminina. Isto aponta para o acesso das mulheres a postos mais qualificados de trabalho em relação a um aumento do grau de instrução feminina.

TABELA 3 – Mulheres ocupadas, por anos de estudo

Período	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 anos ou mais de estudo
1992	16,45	18,24	30,81	11,86	22,38
1993	15,05	17,77	31,49	12,23	23,23
1995	13,65	16,8	31,53	12,9	24,92
1996	12,73	14,64	30,39	14,64	27,34
1997	12,36	15,13	29,63	14,29	28,33
1998	11,39	14,58	29,24	14,8	29,66
1999	11,18	14,05	28,82	15,1	30,48
2001	9,77	12,06	26,86	15,81	35,07
2002	9,05	11,49	26,58	15,57	36,83
2003	8,58	10,71	25,67	15,84	38,81
2004	8,17	9,99	24,68	16,32	40,56
2005	8,01	9,71	24,15	15,84	42
2006	7,12	8,88	23,6	15,95	44,22
2007	6,91	8,49	22,13	16,14	46,08

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD161&t=escolaridade-anos-estudo-mulheres-10-anos>

Série: *Escolaridade - Anos de estudo de mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas*

Ainda assim, o rendimento feminino fica abaixo do masculino e se encontra descaído com o aumento dos anos de estudo das mulheres ocupadas (Tabelas 4 e 5). Como mostra a Tabela 4, o rendimento das mulheres cresceu em 28,71% (de 509 para 714 reais) no período disponível, de 1992 a 2002, enquanto o dos homens cresceu apenas 18,60% (de 827 para 1.016 reais). Ao observar estas informações diante da média de anos de estudo por sexo (Tabela 5), fica bastante claro que o sexo se impõe ao diploma na hora de remunerar: em 2002 (último ano

observado nos dados sobre rendimento da Tabela 4) eles tinham o rendimento médio de 1.016 reais, enquanto elas ganhavam 714 reais. Neste mesmo ano, a média de anos de estudos dos homens era menor, de 6,6, e das mulheres 7,6. Portanto, não é porque as mulheres ocupadas têm mais escolaridade do que os homens ocupados, que elas ganham mais do que eles.

Período	Homens	Mulheres
1992	827	509
1993	902	532
1995	1.151	721
1996	1.169	770
1997	1.155	759
1998	1.142	764
1999	1.053	728
2001	1.042	725
2002	1.016	714

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=FDT802&t=rendimento-medio-mensal-real-todos-trabalhos>

Série: *Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho, por sexo*

Período	Homem	Mulher
1995	5,4	6,1
1996	5,6	6,5
1999	6	6,9
2001	6,3	7,3
2002	6,6	7,6
2003	6,7	7,8
2004	6,9	7,9
2005	7	8
2006	7,2	8,2
2007	7,4	8,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=FDT301&t=escolaridade-media-anos-estudo-pessoas-10>

Série: *Escolaridade - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo*

Ao atualizar este dado a partir de informações da PNAD Contínua, vê-se que em 2019 os homens ganharam quase 30% a mais do que as mulheres³⁶, considerando ganhos de todos os trabalhos. O que não é uma surpresa diante do contexto histórico, social e cultural brasileiro. O

³⁶ De acordo com Agência IBGE de Notícias, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019> Acesso em dezembro de 2020.

estudo *Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais – PNAD Contínua 2018*³⁷ mostrou que o rendimento médio mais baixo no país era da mulher sem instrução ou com fundamental incompleto, de 880 reais. Aqui cabe perguntar: o que faz com que homens com o mesmo nível de instrução não estivessem pareados, e sim com rendimento acima ao destas mulheres?

O conceito de divisão sexual do trabalho oferece uma base importante para tentar compreender tais disparidades. Este é aqui entendido pela “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599). Sendo que tal forma de divisão social do trabalho é modulada histórica e socialmente, tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva “e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Assim, Helena Hirata e Danièle Kergoat compreendem que a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599). Esses princípios estão respaldados em uma ideologia naturalista, compartilhada socialmente, que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’, o que permite que uma grande quantidade de trabalho seja realizada gratuitamente pelas mulheres e tornada invisível em nome da natureza, do amor e do dever maternal (KERGOAT, 2009).

Já o rendimento mais elevado era o de homens com nível superior completo, de 5.928 reais. Cabe novamente a questão: tendo como referência esta população masculina, por que as mulheres com nível superior completo não se veem em condição financeira semelhante?

Uma das pistas para compreender esta questão está em observar a distribuição de homens e mulheres nas carreiras universitárias. De acordo com Fúlvia Rosemberg (2001), houve a persistência, considerando-se dados da década de 1990, de carreiras com proeminência masculina intensa (engenharias civil, elétrica, mecânica), outras com predomínio feminino

³⁷ Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais – PNAD Contínua 2018, disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf
Acesso em dezembro de 2020.

(odontologia, jornalismo, letras, matemática) e outras que tendiam ao equilíbrio, como administração, direito, medicina veterinária. Seria uma coincidência que as carreiras com maior presença masculina sejam aquelas comumente vistas com mais prestígio e mais valorizadas, inclusive no tocante à remuneração? Da mesma forma, as carreiras com maioria feminina costumam ser de menor status social e menor remuneração.

Em *A Dominação Masculina* (2002), Pierre Bourdieu aborda a violência simbólica, conceito que é bastante útil para pensar como se dão as dinâmicas sociais de poder, inclusive de gênero – mas não apenas. Este texto já foi criticado por feministas de diversas gerações e linhas teóricas e, independentemente de possíveis concordâncias com tais críticas, vamos aproveitar aqui suas contribuições para pensar as dissimetrias apontadas. A força da ordem masculina estaria justamente no fato dela não precisar de justificativa e se impor pela via da violência simbólica, que usa de força e violência, mas não físicas (neste caso). Por isso mesmo, tal ordem se impõe como a naturalização de condições sob as quais se vive. Mas apesar de ser simbólica, ela é concreta na medida em que tem efeitos sobre a ordem da vida, como é a adesão a uma imagem desvalorizada da mulher e do feminino, a exemplo de trabalhos e carreiras.

Assim, também observamos as mulheres em postos mais desvalorizados de trabalho, comumente ocupados por pessoas com menor grau escolar, sendo estes em grande parte relacionados ao trabalho doméstico e de limpeza. Em 2018, 93,2% dos trabalhadores domésticos eram mulheres, segundo o IBGE³⁸. Tais informações nos aproximam mais uma vez à economia do cuidado. Como aponta Françoise Vergès,

Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, ‘abrem’ a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. (...) Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas (VERGÈS, 2020, p. 18-19).

Considerando o nosso contexto nacional, estes postos de trabalho estão, ainda, relacionados a uma marca de cor/raça. Como já vimos, as condições de acesso a educação carregam uma diferença de quase dois anos entre pessoas negras e brancas e, na sua interseção

³⁸ Segundo dados da PNAD Contínua relativas ao quarto trimestre de 2017, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade> Acesso em dezembro de 2020.

com o universo do trabalho, a disparidade se torna ainda mais gritante. Sueli Carneiro (2003) demonstra esta diferença com clareza: estudos indicam que as mulheres precisam ter uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade de obter um emprego no setor formal que os homens. Já para as mulheres negras alcançarem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas que cursaram de quatro a sete anos de estudos, elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito a onze anos ao todo.

Para compreender os efeitos de todos esses fatores nas vidas das brasileiras contemporâneas, é importante observar, ainda, suas interações com o regime de fecundidade da população e as transformações nas famílias, como veremos a seguir.

2.2 O nó entre fecundidade, economia do cuidado, trabalho e arranjos familiares

Desde inícios do século XX, as Séries Históricas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilam uma grande diversidade de temas relacionados ao contexto socioeconômico e demográfico brasileiro, no entanto nem todas as pesquisas permitem observar dados próprios da realidade feminina, seja por meio da desagregação por sexo ou por indicadores específicos. A fecundidade, esta sim, está entre os indicadores mais antigos relacionados às mulheres, tendo sua cobertura iniciada em 1940.

Na virada para o século XX, a transição de sociedades rurais para sociedades urbanas teve importante papel em uma primeira mudança no regime de fecundidade, afinal ter muitos filhos em um contexto agrário significava ‘mais um braço’ na ajuda aos pais na lida com a terra, mas na cidade eles se tornavam ‘mais uma boca’. Desta forma, a família numerosa “deixou de ser funcional na sociedade urbana, onde a inserção dos filhos na produção econômica passa pela intermediação do mercado de trabalho e pelos filtros das exigências educacionais e dos padrões de produtividade da economia urbano-industrial” (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017, p. 45).

Seguindo este padrão, de acordo com estudos liderados por Elza Berquó (2006, 2014, 2017), uma das mais relevantes demógrafas brasileiras, em parceria com Suzana Cavenaghi (2006, 2014) e outros pesquisadores, é possível observar um claro declínio da fecundidade a partir da década de 1960, tendo sido as duas primeiras décadas da transição as mais significativas.

As taxas sofreram redução de 24.1% entre 1970 e 1980, de 38.6% na década de 1980 a 1990 e 11.1% entre 1991 e 2000. Para estes pesquisadores, os quatro fatores de mais impacto nesta transformação teriam sido: a seguridade social (as famílias perceberam que não era preciso ter muitos filhos para garantir sustento na velhice, pois teriam aposentadoria); o surgimento da pílula anticoncepcional; (que permitiu às mulheres um melhor planejamento familiar a partir de 1965); a televisão (e a revolução dos meios de comunicação, desde sua função informativa à representação de núcleos familiares menores nas novelas); e o crédito ao consumidor (“Quando se tem crédito e aspirações de consumo, é preciso pensar em como ajustar isso com o número de filhos”, BERQUÓ, 2017, p. 4).

Ao observar a série *Taxa de fecundidade total*, vê-se que houve uma queda de 6,16 para 1,69, considerando a primeira informação, de 1940, e a última, de 2016, para todo o território nacional (Tabela 6). Isto significa que, se na primeira década estudada a quantidade média de filhos por mulher era de seis, recentemente esse número não chega a dois filhos por mulher.

TABELA 6 – Taxa de fecundidade total – 1940 a 2016 (Decenal)

Período	Taxa de fecundidade total
1940	6,16
1950	6,21
1960	6,28
1970	5,76
1980	4,35
1991	2,85
2000	2,38
2010	1,87
2016	1,69

Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas; Dinâmica demográfica.

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP263&t=taxa-fecundidade-total>

Série: *Taxa de fecundidade total*

Também de acordo com Berquó e Cavenaghi (2006), a educação e a renda das mulheres têm um histórico de se encontrarem negativamente correlacionadas aos níveis de fecundidade. No entanto, nas últimas duas décadas, o declínio da fecundidade no Brasil se deveu majoritariamente a mudanças nos grupos de mulheres com pouca ou nenhuma instrução, como mostra a Tabela 7, abaixo.

TABELA 7 – Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudos das mulheres

Período	Ate 3 anos	4 a 7 anos	8 anos ou mais
1970	7,2	4,3	2,7
1980	6,2	3,6	2,1
1991	4	3	1,8
2000	3,5	2,8	1,6
2005	3	2,4	1,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005. <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD108&t=taxa-fecundidade-total-grupos-anos-estudo>

Todas estas transformações na fecundidade, juntamente com o maior número de separações, considerando que o divórcio foi instituído legalmente no Brasil apenas em 1977, e a maior esperança de vida, especialmente das mulheres, têm efeito sobre a diversificação dos arranjos familiares, apontando para uma mudança em curso no arranjo familiar hegemônico na sociedade brasileira (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017).

Acrescenta-se a este cenário, o adiamento (de efeito temporário ou definitivo) da reprodução por parte das mulheres (BERQUÓ & GARCIA, 2012). Nota-se que a maior motivação para as mulheres não terem filhos antes dos 30 anos é o desejo de “estudar e ter profissão” (BERQUÓ & GARCIA, 2012, p. 137), o que aponta para uma compreensão culturalmente compartilhada da responsabilidade pela prole recair sobre os ombros femininos – seja em famílias que contam com um pai ou não – e para a não escolha das mulheres por viverem isto.

Neste ponto, vale recorrer à noção de economia do cuidado para buscar entender as costuras desta trama entre uso do tempo, divisão sexual do trabalho e arranjos familiares.

A literatura mostra-nos que as mulheres estão inseridas em menos número do que os homens nas atividades produtivas remuneradas e possuem jornadas mais curtas de trabalho. Quando se trata dos trabalhos realizados na esfera da reprodução, mas que não são contabilizados na população economicamente ativa, as mulheres são ampla maioria, e o hiato de gênero é claramente desfavorável a elas. A economia do cuidado envolve a criação e a guarda dos filhos, a atenção com os parentes idosos ou com necessidades especiais, as atividades de educação, saúde e dos afazeres domésticos, assim como a convivência das pessoas que cuidam umas das outras e do ambiente natural. Dessa forma, da economia do cuidado depende toda a reprodução humana e, portanto, a própria existência da produção e do mercado (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017, p. 40).

Os autores ressaltam que embora o padrão das taxas de atividade de homens e mulheres venha se tornando mais parecido, as mulheres continuam com menor inserção no mercado de trabalho remunerado e maior presença no trabalho doméstico não remunerado por conta da divisão sexual do trabalho, anteriormente conceituada de acordo com Hirata e Kergoat (2007).

Flávia Biroli (2018) avança no assunto e afirma que

Falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. E, claro, nas consequências dessas classificações. As hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens. Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho. Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens. Trata-se de questão sensível, ainda, porque confere a todas as mulheres uma posição semelhante (BIROLI, 2018, p. 21).

A divisão sexual do trabalho codifica o que se convencionou chamar de economia do cuidado. Portanto, falar em economia do cuidado é reconhecer que o trabalho reprodutivo é fundamental para que o trabalho produtivo possa acontecer, sendo um tão importante quanto o outro – ainda que não reconhecido, valorizado ou justamente remunerado. Falar em *economia*, nestes termos, é inclusive disputar um lugar de importância. Em *O lado invisível da economia: uma visão feminista* (2017), Katrine Marçal sugere que existe uma ‘segunda economia’ (em referência ao ‘segundo sexo’ de Simone de Beauvoir), a partir do trabalho tradicionalmente executado por homens que define a visão de mundo econômica. Nessa ‘segunda economia’, o trabalho da mulher é ‘o outro’: tudo que os homens não fazem, mas de que dependem para fazer o que fazem.

A autora traz uma dimensão mais ‘realista’ – ou em ‘escala humana’ – da economia, usando como recurso ilustrativo a história de Adam Smith, conhecido como o ‘pai da economia’. Ele nunca se casou, viveu com sua mãe durante a maior parte da vida e era ela, junto com uma prima, quem cuidava da casa e garantia que o jantar fosse servido enquanto ele escrevia. Para que o açougueiro, o padeiro e o cervejeiro pudessem ir trabalhar e fazer seus produtos chegarem até a mesa do famoso economista, suas esposas, mães ou irmãs tinham que passar horas e horas, diariamente, cuidando das crianças, limpando a casa, cozinhando, lavando roupa. “Não importa como encaramos o mercado, ele sempre é construído sobre uma outra economia” (MARÇAL, 2017, p. 25).

Desta maneira,

Independentemente da elegância sedutora da matemática, não conseguimos fugir do fato de que, em sua essência, a economia se baseia no corpo humano. Corpos que funcionam, corpos que precisam de cuidado, corpos que criam outros corpos. Corpos que nascem, envelhecem e morrem. Corpos que são sexuais. Corpos que precisam de ajuda em muitas fases da vida (MARÇAL, 2017, p. 98-99).

Guimarães e Brito (2016) afirmam que já nos anos 1950, havia um “debate crucial sobre como traduzir operacionalmente o que deveria ser entendida como ‘atividade econômica’ no momento em que se reformava a métrica do censo brasileiro” (GUIMARÃES & BRITO, 2016, p. 25). Ou seja, seria possível contabilizar, nesta categoria, o trabalho de mulheres voltadas exclusivamente às necessidades do lar (e das pessoas que nele habitam) exercendo, sem remuneração, atividades essenciais para a vida familiar e social?

Ora, a solução para este desafio está longe de ser trivial. Ela depende do modo pelo qual se constrói, numa dada sociedade, a noção de atividade econômica; nesse sentido, reflete as avaliações normativas, as convenções, que sustentam a inclusão (ou exclusão) de certas atividades no cômputo geral do que se define como produção econômica (GUIMARÃES & BRITO, 2016, p. 79).

Em 2016, o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, publicou o documento *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual*, parte do projeto Economia dos Cuidados, com o intuito de contribuir para o debate e a formulação de políticas no campo dos cuidados e “avançar nas reflexões sobre como esse sistema de organização dos cuidados limita as possibilidades de participação social das mulheres e estrutura diversos aspectos da sociedade brasileira” (IPEA, 2016, p. 7). Assim, a temática ganha força e se legitima também por meio da produção de pesquisa.

Foi também em 2016³⁹ que a Pesquisa Nacional de Domicílios – PNAD Contínua, do IBGE, passou a computar *outras formas de trabalho*, ou seja, aquelas tarefas que abarcam a produção para o próprio consumo, cuidados de pessoas, afazeres domésticos e trabalho voluntário. O estudo *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, divulgado pelo IBGE em março de 2021⁴⁰, mostrou que em 2019 as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos quase o dobro de tempo dos homens. Elas empregaram 21,4 horas semanais nessas atividades contra 11 horas dos homens. Ao comparar negras e brancas, nota-se que as primeiras costumam gastar 2 horas a mais por semana. Já a taxa de ocupação das mulheres que têm crianças de até três anos é 12,6% menor daquelas sem filhos pequenos.

³⁹ Informação disponível no site da PNAD Contínua: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=18541&t=sobre> Acesso em março de 2021.

⁴⁰ Informações disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30173-mulheres-com-criancas-ate-tres-anos-de-idade-em-casa-tem-menor-nivel-de-ocupacao> Acesso em março de 2021.

É possível que os próximos estudos sobre estatísticas de gênero apresentem cenários ainda mais extremos, devido à pandemia por covid-19 e seus efeitos nas vidas das mulheres. Estas consequências vão desde a sobrecarga acentuada das tarefas de cuidado ao aumento da violência doméstica; desde a falta de trabalho, uma vez que foram cortados muitos cargos que exigem pouca qualificação ou no setor de comércio e serviços, onde elas têm mais presença, ao estresse de conciliar carreira com a rotina dos filhos sem escola ou com aulas online.

É simples compreender que se as mulheres dedicam proporcionalmente mais tempo ao trabalho do cuidado, elas têm um provável prejuízo do seu trabalho produtivo se comparadas aos homens – o que se dá tanto pela impossibilidade de empregar-se no mercado formal quanto pela adesão a atividades que possibilitem articular ambos os trabalhos, produtivo e reprodutivo. Na vida dos indivíduos, isso pode se traduzir em ter menos rendimentos e depender de um companheiro para manter a casa, por exemplo. Importante lembrar que o rendimento é “uma das principais variáveis para se mensurar a autonomia feminina e o hiato de gênero, já que a renda, principalmente aquela decorrente do trabalho, é fonte de bem-estar das mulheres e um indicador de desigualdade social” (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017, p. 32).

De acordo com estes autores, mulheres com mais escolaridade e sem filhos investem menos tempo nas atividades domésticas. Partindo da produção de pesquisa acerca de países mais desenvolvidos e do Leste Europeu, é comum observar que a diferença entre homens e mulheres no tempo dedicado aos afazeres domésticos diminui à medida que o nível educacional aumenta. No Brasil, entretanto, não se nota aumento no tempo médio dedicado pelos homens de nível educacional mais elevado aos afazeres domésticos. “Uma possível explicação para essa diferença é o fato de que as famílias brasileiras com maior nível educacional e de renda geralmente contam com o auxílio de empregadas domésticas” (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017, p. 42), sendo esta mais uma herança social da colonização escravagista a que o país foi submetido.

Nesta toada, Bila Sorj (2007) faz questionamentos sagazes acerca dos indicadores de gênero utilizados nos Relatórios de Desenvolvimento Humano produzidos pela ONU, que passaram a ser uma importante referência para as pesquisas quantitativas de gênero desde os anos 1990. Sorj sugere que os indicadores escolhidos “não são suficientemente sensíveis às variações nacionais e às formas como as desigualdades de gênero se reproduzem nas sociedades contemporâneas” (SORJ, 2007, p. 1) É exemplo disto o uso da taxa de participação das mulheres

no mercado de trabalho como medida para supor que quanto mais as mulheres participam do mercado de trabalho mais desfrutam de autonomia, independência e poder: o problema, para ela, é que este indicador é muitas vezes tratado de maneira isolada.

Como entender em termos de empoderamento (igualdade, autonomia, capacidade de decisão) o aumento da participação das mães no mercado de trabalho no Brasil nas últimas décadas, sem relacionar esse fato ao contexto da ausência de suportes públicos para a conciliação entre trabalho e vida familiar ou da fraca participação dos homens nos afazeres domésticos? (SORJ, 2007, p. 2)

Para a autora, a sobrecarga do acúmulo do trabalho remunerado e não-remunerado, pode, em um movimento contrário ao dito empoderamento feminino, ter como consequências, o fortalecimento do ideal de domesticidade, de dependência econômica e da maternagem. Isto se relaciona com a divisão sexual do trabalho doméstico, outro indicador que Sorj considera problemático. Apesar das pesquisas demonstrarem que houve um tímido aumento da participação masculina nas tarefas relacionadas à manutenção e cuidado do lar, são pouco frequentes os esforços para apreender de forma sistemática as novas assimetrias que emergiram nesta esfera, como o fato de os homens se concentrarem em apenas algumas atividades enquanto as mulheres se engajam em um leque mais amplo de responsabilidades. Esta dinâmica se resume no seguinte princípio: “os homens escolhem aquilo que querem fazer e as mulheres se ocupam do resto, i.e., daquilo que eles não querem fazer. Assim, mantém-se em operação a assimetria de gênero, na qual o exercício da escolha é uma prerrogativa apenas masculina” (SORJ, 2007, p. 2). Isso quer dizer que “no que diz respeito à desigualdade de gênero, tão importante quanto quantificar a distribuição de tarefas é analisar o princípio que organiza esta nova distribuição” (SORJ, 2007, p. 2). As entrevistas apresentadas no próximo capítulo buscam colaborar para um vislumbre da situação neste sentido.

Em um âmbito mundial, Michel Bozon (2004) também observa que a organização do trabalho doméstico e de cuidado (das necessidades da casa, dos filhos, dos idosos da família) mudou muito pouco. Para Bozon, esta obrigação social é um dos elementos que contribuem para reduzir o investimento feminino e a disponibilidade das mulheres para a sexualidade, conjugal ou não – pois provavelmente lhes falta tempo e energia para ter disponibilidade, como veremos nas análises das entrevistas no próximo capítulo.

É notável que “a organização familiar e divisão das tarefas domésticas baseadas no modelo patriarcal ainda existem, mesmo em famílias de dupla renda e, especialmente, nas classes sociais mais baixas” (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017, p. 43). Isto

demonstra que nem todas as transformações no sentido de uma maior autonomia feminina caminham juntas. Apesar de ser possível identificar um significativo avanço de um maior equilíbrio nas situações de homens e mulheres em relação ao acesso à educação, ao mercado de trabalho e à vida pública, no nível das relações familiares as mudanças se dão em um ritmo muito mais lento. Ainda assim, elas acontecem – e vamos seguir buscando compreender como.

2.2.1 Pessoa de referência: considerações sobre a chefia familiar feminina

Ao cruzar as informações obtidas a partir das temáticas de escolarização, trabalho e fecundidade com os dados relacionados a e às características das famílias e pessoa de referência, torna-se possível observar outras transformações da condição feminina no Brasil.

Alguns arranjos que notavelmente apresentaram crescimento representam as transformações apontadas anteriormente: o monoparental feminino, ou seja, mães (solteiras, separadas ou viúvas) com filhos, que passou de 11,5% em 1980 para 15,3% em 2010⁴¹. Os lares unipessoais são os que tiveram maior crescimento, indo de 2,8% em 1980 para 6,2% em 2010, no caso das mulheres, e de 3% em 1980 para 6,5% em 2010 para os homens. Sendo que a maior parte de pessoas vivendo sozinhas está em idades mais avançadas, especialmente para o caso das mulheres, que possuem maior esperança de vida e maior longevidade. Quanto à nupcialidade, nota-se que o casamento é praticamente um evento universal no Brasil, mas apenas se forem considerados todos os tipos de matrimônio, ou seja, no civil e no religioso, somente no civil, somente no religioso, uniões consensuais. “O Censo Demográfico de 2010 pela primeira vez incorporou explicitamente a possibilidade de casais do mesmo sexo, que moram no mesmo domicílio, serem considerados um núcleo familiar” (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017, p. 47).

A série *Pessoas de referência da família, por sexo* apresenta uma longa cobertura de tempo, de 1981 a 2015, com respostas anuais. Este indicador oferece um olhar importante sobre a mudança da pessoa de referência da família, categoria que determina “a responsável pela família ou que assim fosse considerada pelos demais membros da família”, (IBGE, 2020).

Por ser uma categorização declarada pelo informante, há um aspecto subjetivo nesta atribuição, não permitindo que o resultado seja exato, “pois o morador entrevistado pode entender

⁴¹ Dados do Censo Demográfico de 2012, o último disponível.

que a responsabilidade se refere à provisão de renda ou à manutenção da residência, isto é, ao cuidado com os membros residentes” (APARICIO, 2018, p. 33). Ou seja, a resposta a esta questão pode apontar tanto para a pessoa que sustenta financeiramente quanto para a que cuida, de outras formas, da sustentação do domicílio (esta ressalva não é mencionada nas notas desta Série Histórica e Estatística em seu site).

Até o início dos anos 1990, as PNADs utilizavam o termo “chefe” para designar a pessoa responsável pelo domicílio (MEDEIROS; OSORIO; VARELLA, 2002). A partir de 1992 passou-se a incorporar “pessoa de referência”, informação que é obtida por meio da pergunta “Qual é o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?” (APARICIO, 2018). Ou seja, ambos os termos (tanto “chefe” quanto a “pessoa de referência”) servem para designar o lugar da responsabilidade.

Sobre esta categoria, observa-se uma significativa mudança nas pessoas de referência da família no intervalo analisado. Se em 1981 as mulheres estavam neste posto em apenas 16,99% dos lares brasileiros, em uma década este número cresce para 21,93%. Mas especialmente nos últimos dez anos disponíveis nas Séries Históricas e Estatísticas, entre 2005 e 2015, este valor tem um aumento mais significativo, indo de 30,55 para 40,51 (Tabela 8). É uma silenciosa mutação demográfica que vem em curso contínuo desde o primeiro registro em 1981.

TABELA 8 – Resumo - Pessoas de referência da família, por sexo 1981-2015

Período	Masculino	Feminino
1981	83,01	16,99
1986	81,12	18,88
1992	78,07	21,93
1997	75,13	24,87
2001	72,65	27,35
2005	69,45	30,55
2007	67,08	32,92
2011	62,55	37,45
2015	59,49	40,51

Fonte: Fonte: Produção própria da pesquisadora.
Série: *Pessoas de referência da família, por sexo*

Algumas hipóteses poderiam ser levantadas a partir destes dados a fim de indicar caminhos possíveis que expliquem tal mudança: as mulheres passaram a trabalhar mais fora de casa (ver relação com emprego feminino), seja por oportunidade relacionada a um aumento da educação (ver relação com educação feminina) ou por necessidade (ver tipos de família na Tabela

9; fam. unipessoal e mulher s/cônjuge c/filhos seriam as mais vulneráveis); houve uma mudança da compreensão sobre a mulher e seu lugar nas famílias, permitindo que aquelas que já eram responsáveis por suas famílias passassem a ser reconhecidas como tal pelo respondente da pesquisa (fosse o respondente elas mesmas ou um familiar).

Para relacionar as pessoas de referência com as características dos arranjos familiares em questão, observamos a série *Tipo de famílias*, acompanhados de 1992 a 2009. Percebe-se que houve decréscimo apenas nas famílias de casais com filhos, com 12,2% de diminuição no intervalo observado, e crescimento das outras categorias: família unipessoal com 4,24% de aumento, casal sem filhos com 4,52% e mulher sem cônjuge com filhos com 2,34% a mais.

A página das Séries Históricas e Estatísticas não disponibiliza os tipos de família desagregados por sexo. No entanto, é possível obter alguns detalhes por meio das tabelas (ver ANEXO 1) de indicadores da pesquisa *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* do IPEA, disponível na internet⁴². No intervalo disponível, entre 1995 e 2015, a pesquisa demonstra que o total de famílias de casais com filhos a chefia feminina⁴³ foi de 2,1% para 23,5%, ou seja, aumentou em dez vezes. Já nos casais sem filhos, a chefia das mulheres saiu de 0,7 para 10,8%. O principal salto nestes casos pode ser observado na década entre 2005 e 2015, quando saiu de 11,1% para 23,5%, no primeiro tipo familiar, e de 4,2% para 10,8% no segundo.

Ano	Sexo do Chefe da Família	TABELA 9 - Tipo de Arranjo Familiar, por sexo, 1995, 2005, 2015							
		Casal com filhos	Casal sem filhos	Mulher com filhos	Mulher sem filhos	Homem com filhos	Homem sem filhos	Uni-pessoal feminino	Uni-pessoal masculino
1995	Total	57,7	12,9	15,8	2,4	1,8	1,5	4,1	3,8
	Masculino	74,2	16,5	.	.	2,3	2,0	.	4,9
	Feminino	2,1	0,7	68,8	10,5	.	.	17,9	.
2005	Total	50,1	15,2	18,2	2,6	2,2	1,6	5,0	5,1
	Masculino	67,2	20,0	.	.	3,1	2,3	.	7,3
	Feminino	11,1	4,2	59,6	8,6	.	.	16,5	.
2015	Total	42,3	19,9	16,3	3,0	2,2	1,8	7,3	7,2
	Homens	55,1	26,2	.	.	3,7	3,0	.	12,1
	Mulheres	23,5	10,8	40,4	7,4	.	.	17,9	.

Fonte: Produção própria da pesquisadora

⁴² Conteúdo disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>

⁴³ Feitas as considerações sobre o termo 'chefe' anteriormente, utilizamos aqui a palavra 'chefia' de maneira informal, como sinônimo à 'pessoa de referência do domicílio'.

O que teria acontecido mais especificamente nesta década (2005 a 2015) para que mulheres casadas passassem a ser declaradas as responsáveis pelos lares em detrimento dos seus parceiros (considerando-se casais heterossexuais, já que a pesquisa disponibiliza a comparação com homens)? Esta questão se torna ainda mais curiosa se tomamos o que observou Lena Lavinias a partir de dados da PNAD de 2003: “As mulheres declaram-se pessoa de referência quase sempre na ausência da figura masculina (81% são mães com filhos sem cônjuge ou constituem família unipessoais). Logo, chefia feminina significa estar sozinha” (LAVINAS, 2006, p. 75). Já os homens, quando tidos como pessoa de referência, eram majoritariamente (88%) aqueles em estruturas familiares em que há “a relação de subalternidade patriarcal com a figura da cônjuge” (LAVINAS, 2006, p. 75).

Voltando a observar os outros arranjos familiares na década de 2005 a 2015, vê-se também que a quantidade de famílias unipessoais femininas alterou-se de 5% para 7,3%, de acordo com os dados do IPEA (ANEXO 1). E as mulheres com filhos foram de 18,2% para 16,3%. Ou seja, o crescimento mais expressivo das mulheres como pessoa de referência, neste intervalo, parece ter-se dado internamente às famílias compostas por casais⁴⁴, diferente do que observou Lavinias a partir dos dados de 2003.

Este não era um achado esperado do panorama proposto a partir das Séries Históricas e Estatísticas, mas não podemos descartar a intrigante questão do salto de crescimento das mulheres como pessoa de referência na família entre 2005 e 2015, especialmente para aquelas casadas, com ou sem filhos. Assim, vamos explorar algumas hipóteses sobre a que esta dinâmica pode estar relacionada.

Um primeiro ponto a examinar seria a relação com a ocupação feminina – uma vez empregadas, aumentaria a probabilidade delas serem apontadas, por si ou por outros, como a referência no lar. Mas este dado pouco explica, já que a taxa de ocupação da população feminina cresceu menos de 4 pontos percentuais entre 1992 e 2007 (período disponível na série consultada). E neste mesmo intervalo, as mulheres passaram a ser apontadas como responsáveis em 32,92% dos lares, tendo saído de 21,93% (Tabela 7). Já aquelas ocupadas no setor formal, ou seja, com *status* e estabilidade oferecidos pela carteira assinada, cresceram pouco mais de 5 pontos percentuais entre 2005 e 2015 (20,08% e 25,26% respectivamente, ver em APÊNDICE B) – aqueles dez anos mais expressivos da série *Pessoa de referência da família*. As informações

⁴⁴ Cálculos mais específicos careceriam de ser feitos para uma afirmação exata.

sobre população economicamente ativa também permanecem sem mudanças significativas ao longo do período coberto.

Como notamos, apesar das mulheres dedicarem-se por mais anos à formação escolar, cuja relação com a ocupação é visível na série *Mulheres ocupadas por anos de estudo* (Tabela 3), isso dificilmente se traduz em um alcance massivo a melhores postos de trabalho, tanto em termos de condições de trabalho e de remuneração quanto de prestígio social. Assim, apesar do rendimento mensal ter crescido mais para mulheres do que para homens em relação ao seu ponto de partida aqui analisado (entre 1992 e 2002, ver Tabela 5), a remuneração média feminina segue abaixo da masculina no país na atualidade. Ou seja, dificilmente a explicação para aumento das mulheres enquanto *Pessoa de referência da família* seria porque os salários femininos são superiores aos masculinos.

De acordo com a já citada pesquisa *Retrato das Desigualdades e Raça* do IPEA, observamos que, diferente do que se poderia imaginar, o crescimento das mulheres no posto de pessoa de referência da família não se deu em concordância a um aumento daquelas famílias que poderiam ser claramente chefiadas por mulheres, como as unipessoais ou de mulheres sem cônjuge com filhos, uma vez que estes números sofreram poucas alterações. Os tipos de famílias em que houve esta ‘troca de posto’ mais significativa foram aquelas de casais, com ou sem filhos.

A publicação do IPEA (livreto) *Retrato das Desigualdades e Raça* (2011) ainda destaca que 41% das mulheres chefes de família são inativas, percentual que entre os homens chefes de família é de apenas 16%. “Este dado pode sugerir que muitas das mulheres chefes de família são donas de casa, uma vez que, entre as pessoas consideradas inativas, estão as que se dedicam ao trabalho doméstico em suas próprias residências” (IPEA, 2011, p. 19). Ou seja, o fato de serem inativas não impediu que fossem apontadas como as responsáveis pelo lar.

Visto que a categoria pessoa de referência da família pode ser tida como subjetiva – e, inclusive, referir-se tanto à pessoa responsável pela manutenção do lar, de maneira geral, quanto pelo sustento financeiro do mesmo – é possível supor que o aumento da presença das mulheres neste posto tem a ver com mudanças na compreensão do papel feminino na sociedade. Mudanças que afetam a forma de responder a pesquisa e de produzir a pesquisa. Este fenômeno, muitas vezes referido como sendo mais discursivo do que material, tem causas e efeitos relacionados aos espaços ocupados pelas mulheres.

Encontramos em Guimarães e Brito (2016) questionamento semelhante ao que nos é colocado a partir da observação destes dados:

(...) será que o notável crescimento do afluxo de mulheres ao mercado de trabalho brasileiro (...) é, efetivamente, um movimento de inflexão feito por mulheres que passam da inatividade à atividade econômica? Ou a inflexão que registramos nas estatísticas censitárias é apenas um efeito 'contábil', expressão de mudanças no modo de classificar e contar a atividade feminina – e, nesse sentido, apenas indicaria que ultrapassamos a subestimação/subnumeração do trabalho até então realizado pelas mulheres que, pura e simplesmente, escapava ao que definíamos (cultural e institucionalmente) como 'atividade econômica'? (GUIMARÃES & BRITO, 2016, p. 78-79).

Os autores relatam que a partir dos anos 1960 alterou-se o modo de colher a atividade dos indivíduos, o que também modificou as pessoas que eram qualificadas como membros da População Economicamente Ativa (PEA) e o cômputo do engajamento feminino. O debate que atravessa a literatura especializada, e relata as alternativas de 'correção', demonstra que ao modificar os modos de perguntar há efeitos no resultado e, conseqüentemente, na narrativa sobre a mercantilização do trabalho feminino. Guimarães e Brito consideram que neste caso parte da diferença poderia ter advindo do modo como se tratou o trabalho doméstico não remunerado nos diferentes censos até então ocorridos. Assim, as mudanças na forma de contar a atividade feminina relacionam-se com os modos de classificar o trabalho (e o trabalho das mulheres) em nossa história e sociedade.

Guimarães e Brito afirmam que as transformações recentes das taxas de atividade se revelam um produto histórico,

no qual se expressam tanto as mudanças efetivas no engajamento mercantil das mulheres quanto as idas e vindas na maneira como o apreendemos, contamos e contabilizamos, notadamente numa sociedade patriarcal em intensa mudança de sua estrutura social e configuração de valores (GUIMARÃES & BRITO, 2016, p. 81).

Desta mesma forma, poderia estar a classificação da chefia familiar também sujeita a tais movimentos da cultura? Na esteira do que questionam Guimarães e Brito, lançamos sobre o indicador *Pessoa de referência da família* um olhar de processo histórico.

Como buscamos demonstrar no início deste capítulo, os temas que as pesquisas censitárias e demográficas se propõem a investigar e a própria forma de mensurar determinados comportamentos da população estão sujeitos à ação da cultura, das disputas e transformações e, simultaneamente, também provocam mudanças. Considerando a compreensão de cultura a partir dos estudos culturais, uma possibilidade de entendimento do fenômeno de mudança da *Pessoa de referência da família* seria por meio da observação dos discursos em circulação. Esta seria uma

hipótese a ser verificada em um estudo mais aprofundado sobre a Série Histórica e Estatística em questão.

Apesar de não propormos este aprofundamento específico aqui, consideramos válido abrir uma ‘janela’ para observar o contexto em que esta mudança se insere. Isto seria, do meu ponto de vista, reconhecer a dimensão discursiva que constitui e deixa ver – ou não – determinados fenômenos sociais e culturais.

A variável *Pessoa de referência da família* mobiliza noções de responsabilidade – por meio da pergunta “Qual é o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?”, feita na pesquisa –, de poder, de trabalho, do que se espera por lugar de homem e de mulher. Se, como demonstram Guimarães e Brito, as estatísticas também são campo de disputa discursiva (como é toda produção cultural, afinal), esta categorização estaria, da mesma maneira, sujeita ao contexto (cultural, social, histórico) em que está inserida. Contexto este que perpassa e é perpassado pelas disputas feministas bem como pelo histórico deste movimento, como veremos a seguir.

2.3 Expressões de feminismos no Brasil

Esse movimento que identificamos parece estar relacionado ao que vem sendo chamada de ‘quarta onda feminista’ no Brasil. Uma vasta literatura já ocupou-se de escrever, criticar e reescrever a história dos feminismos no mundo e no Brasil. Portanto, não nos cabe aqui refazer esses caminhos, mas contextualizar o pano de fundo sobre o qual se conformam alguns fenômenos sociais aos quais este trabalho dedica atenção.

Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2018), a partir de uma minuciosa revisão sistemática de literatura, entendem que a quarta onda feminista⁴⁵ no Brasil tem sido caracterizada por três traços principais: a mobilização construída e divulgada na internet, a diversidade, marcada pela

⁴⁵ De acordo com as autoras, o uso do termo 'onda', é semelhante aos 'ciclos de protestos', da literatura de movimentos sociais, que equivale a uma fase de intensificação dos conflitos em que o protesto público ganha força e se difunde amplamente, tornando-se conhecido mesmo nos setores não mobilizados da sociedade. “Refletindo sobre essa analogia, é possível pensar nas 'ondas' como ciclos de protestos, associadas ao contexto político, social e histórico mais amplo” (PEREZ & RICOLDI, 2018, p. 4). Ou seja, reconhecem que os períodos e as características gerais de cada onda podem variar de acordo com os países. Assim, é interessante o uso da ideia de ondas para organizar a realidade e cercar um certo período de tempo (com muitas possibilidades de flexibilização) e algumas temáticas, mas não se deve deixar de lado as contradições e diversidades do campo social.

interseccionalidade, e a atuação por meio de coletivos. Temporalmente, a quarta onda teria seu marco inaugural nas chamadas “Jornadas de Junho de 2013”⁴⁶.

De acordo com as autoras, a popularização da internet possibilita “maior democratização na construção e divulgação de ideias, na medida em que qualquer um pode criar textos e vídeos e compartilhá-los nas redes sociais digitais” (PEREZ & RICOLDI, 2018, p. 14). Desta maneira, discursos feministas antes restritos a pequenos grupos ganham maior alcance e a internet, para além de meio de organização e comunicação, se torna um espaço onde o feminismo também acontece enquanto movimento, a exemplo de manifestações virtuais como o uso das *hashtags*.

O emprego das *hashtags* em redes sociais – uma ferramenta que é expressão e causa, a uma só vez, da característica abrangente e massiva do feminismo de internet –, ficou conhecido principalmente por seu papel de denúncia de assédio sexual em todo mundo (#metoo, de 2017, #noesno, de 2016, #balancetonporc, de 2017). No Brasil, também foi popularizada desta maneira com as *hashtags* #meuprimeiroassédio (2015), #meuamigosecreto (2015), #chegadefiuuiu (2013), #meucorpominhasregras (2014), #nãoénão (2014) dentre outras. O uso das *hashtags* como canal de expressão e divulgação de diversos temas do universo feminista foi empregado de maneira crescente entre 2015 e 2018, mas nenhuma se tornou tão popular quanto #elenão (SIQUEIRA, 2020), uma manifestação contrária à candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro, que ganhou as ruas a partir de setembro daquele ano. Tendo sido criada a partir do grupo de Facebook ‘Mulheres unidas contra Bolsonaro’, que contava com dois milhões de participantes em setembro de 2018, este é um exemplo da atuação de coletivos – uma mudança característica da quarta onda em relação a terceira onda, quando organizações feministas tinham mais proximidade com o Estado.

Tanto do lado de quem organiza um grupo, *hashtag*, fórum, página ou perfil, quanto do lado de quem participa, há maior fluidez. De acordo com Perez e Ricoldi (2018), a internet possibilita a proliferação de organizações sem compromisso com a formalidade, permanência no tempo ou existência física. “Em outras palavras, a internet permite que pessoas desconhecidas

⁴⁶ As “Jornadas de Junho” foram manifestações que aconteceram em diversas cidades brasileiras em junho de 2013, “cujo estopim foi a brutal repressão aos protestos contra o aumento das passagens de transportes coletivos em São Paulo. A rápida multiplicação dos protestos foi causada, principalmente, pela insatisfação com a política institucional, a corrupção e a escassez de investimentos públicos em educação e saúde, em contraste com aqueles destinados a megaeventos esportivos sediados pelo Brasil” (GONDIM, 2016, p. 19).

façam parte de coletivos, já que tais organizações não exigem presença ou formalizações” (PEREZ & RICOLDI, 2018, p. 21).

Notamos, ainda, que desta forma a internet também oferece a possibilidade de contornar restrições social e culturalmente relacionadas ao gênero, por exemplo: mulheres, especialmente mães, que não têm tempo ou condições de participar de grupos feministas presencialmente, passam a ter acesso a discursos feministas por meio de páginas e grupos em redes sociais, *sites* e blogs e chegam a participar de fóruns *online*.

Já a característica interseccional⁴⁷ que os movimentos ganham no Brasil na contemporaneidade está mais relacionada a dinâmicas do mundo *off-line*, para Perez e Ricoldi:

o acesso à internet também não explica sozinho a transformação da militância. A ampliação do ensino superior público nos últimos 10 anos e a adoção de cotas permitiram que alunos pobres e negros ingressassem na universidade, pautando assim o debate sobre suas dificuldades. Por outro lado, com o início da gestão Lula em 2003 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi intensificada a participação política de mulheres e LGBTs em Instituições de Participação e dentro do Estado, como ocupantes de cargos comissionados. O ativismo estatal e a maior participação de mulheres, negros e LGBTs permitiu mais conhecimento e reconhecimento de suas lutas. Acrescenta-se a isso a intensa mobilização de movimentos negros, feministas e LGBTs para que seus direitos sejam concretizados e as desigualdades superadas (PEREZ & RICOLDI, 2018, p. 21).

Ou seja, ainda que os movimentos feministas⁴⁸ contemporâneos estejam bastante caracterizados pela internet, não estão restritos a ela. Todos estes aspectos citados juntos e somados à potencialização global da circulação de ‘mensagens feministas’ em produtos (seja do mercado de consumo, como em estampas de camisetas de lojas de departamento, ou em produtos culturais como séries, filmes, *podcasts*), levam a uma massificação de discursos feministas que, por sua vez, encontram destinatárias mais escolarizadas. Do nosso ponto de vista, este processo compõe certo ‘caldo cultural’ que permite que as mulheres passem a ser mais vistas – ou a serem – como *Pessoa de referência da família*.

Mas nem sempre a circulação dos discursos feministas foi popularizada assim.

⁴⁷ A emergência do conceito de interseccionalidade é marca da terceira onda norte americana, a partir do julgamento icônico do caso de assédio de Anita Hill, em 1991, quando que Kimberlé Crenshaw, uma das juristas envolvidas na defesa de Hill, o explicou pela primeira vez utilizando o caso clássico de discriminação na contratação de mulheres negras pela General Motors (PEREZ & RICOLDI, 2018).

⁴⁸ “Falar de ‘movimentos feministas’ permite designar sob uma mesma denominação as diversas formas de movimentos de mulheres, o feminismo liberal ou ‘burguês’, o feminismo radical, as mulheres marxistas ou socialistas, as mulheres lésbicas, as mulheres negras e todas as dimensões categoriais dos movimentos atuais” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144-145).

Em todo mundo, a primeira onda feminista⁴⁹ é a onda do sufrágio que tem como grande representante no Brasil Bertha Lutz. Apesar de em diversos países o direito ao voto ter sido conquistado pelas mulheres no início do século XX, no Brasil só tínhamos este direito garantido em 1932 – e em outros países, somente décadas depois, como no caso do Paraguai, em 1961. Além de um grupo mais elitizado de feministas, também neste período há em terras brasileiras uma vertente que reúne um grupo heterogêneo de mulheres (intelectuais, anarquistas, líderes operárias) que defendem o direito à educação e falam em dominação masculina, abordando a sexualidade e o divórcio, temas delicados para a época, além do sufrágio. Uma terceira vertente se manifesta especificamente no movimento anarquista e no Partido Comunista (PINTO, 2003).

Com o golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas, ocorre um longo período de retrocesso dos movimentos feministas no país, que se estende até as primeiras manifestações feministas nos anos 1970. No entanto, isso não significa que durante esse intervalo as mulheres deixaram de ter papel no mundo público: “muito pelo contrário, houve momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida, por exemplo” (OTTO, 2004, p. 239).

A segunda onda viria em meados do século XX, a partir da década de 1960, na esteira dos movimentos dos direitos civis e da contracultura. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, o cenário era propício para o surgimento de movimentos libertários, tratando de temas como sexualidade, direitos reprodutivos, participação no mercado de trabalho e educação igualitárias, trabalho doméstico, questionamento do sistema patriarcal. Durante esta década é popularizada a pílula anticoncepcional, o que contribuiu para que a contracepção por escolha da mulher, assim como o aborto, se tornassem bandeiras do feminismo. Em consonância à liberação sexual das décadas de 1960 e 1970, a contracepção feminina possibilita tomar o sexo apenas em sua dimensão do prazer, permitindo à mulher que se desvincule da obrigatoriedade do lugar materno, conhecendo emancipação sexual.

⁴⁹ Achamos interessante relatar aqui as greves gerais da indústria têxtil de 1903 a 1907 (período de formação da COB – Confederação Operária Brasileira, primeira central sindical do Brasil), que tiveram uma maioria de grevistas mulheres e crianças, muitas delas migrantes e imigrantes. Apesar de não serem parte da história dos feminismos brasileiros, pois não eram um movimento de questionamento da condição feminina, as greves são exemplo de participação feminina na história, parte da construção do contexto para as posteriores demandas sufragistas. Uma das suas principais reivindicações, que só viria a ser conquistada muitos anos depois, era a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias (BATALHA, 2000).

Já no Brasil, a segunda onda do feminismo aportou em um contexto repleto de especificidades da vida sob uma ditadura militar (iniciada em 1964 e tomando força em 1968, com o AI-5), assim como em outros países da América Latina. As práticas de repressão por meio de desaparecimentos, assassinatos, restrições à liberdade de expressão e desarticulação de sindicatos contribuíram para aproximar a luta feminista a um viés da esquerda, bem como conformaram algumas práticas dos movimentos. Grupos de esquerda se viram forçados a ir para a clandestinidade e muitas vezes partem para a guerrilha (PINTO 2003, 2010).

Ao passo que retornavam diversas mulheres de uma elite que viajava para estudar, eram exiladas ou se auto exilavam, chegavam com elas práticas e discursos que circulavam na Europa e Estados Unidos, com que haviam tido contato. Os grupos de consciência ou reflexão – reuniões fechadas, apenas para mulheres, onde era possível compartilhar suas dores e perceber que não estavam sozinhas, e com o objetivo de formar redes e difundir discursos feministas, muitas vezes estrangeiros – são um exemplo de metodologia 'importada', que se adequava bem às circunstâncias ditatoriais em que uma discussão em público poderia se revelar perigosa às envolvidas (PEDRO, 2018).

Foi para enfrentar a ignorância e o preconceito sexual que mulheres norte-americanas (brancas e de camadas médias urbanas) inventaram de se reunir formando grupos de consciência/reflexão em que discutiam sobre corpo e sexualidade. Seu exemplo inspirou mulheres no mundo todo. A necessidade de debater sobre tais assuntos e de lutar por mudanças de comportamento que dessem mais liberdade às mulheres foi reconhecida em vários países também graças a uma conjuntura favorável de mudanças (PEDRO, 2018, p. 243-244).

Os grupos de consciência/reflexão foram amplamente criticados, inclusive por feministas. Muitas vezes acusados de serem inócuos e de não trazerem resultados concretos, entendia-se que era necessário realizar manifestações, criar centros de ajuda e causar transformações na legislação. Curioso é observar que de fato o formato desses encontros podia acabar por reforçar uma 'domesticidade' dos assuntos da intimidade das mulheres e uma sensação de inadequação destes temas e destas presenças ao espaço público. "Certas militantes diziam que a sexualidade não era relevante e que o mais importante era tratar da questão 'mulher e trabalho'. (...) Não foram poucas as vezes que as feministas se viram constrangidas a argumentar que não eram 'contra os homens'" (PEDRO, 2018, p. 249).

Militantes de esquerda muito criticaram as feministas organizadas nestes grupos, vistos como uma espécie de 'chá das cinco', um desperdício de tempo. Mas as falas aconteciam sem hierarquia e davam espaço a todas terem a palavra, como uma reação ao lugar de realização de

tarefas de 'pouca importância' (datilografar, limpar espaços, distribuir panfletos) em que muitas vezes as mulheres se viam em diversos movimentos da época (inclusive nos partidos).

Por vezes, mulheres militantes de partidos foram enviadas aos grupos com a missão de conquistar pessoas para as causas 'realmente importantes' e o resultado foi um movimento inverso ao planejado. Para Joana Pedro (2018), a circulação de pessoas e o contexto de uma certa disputa por qual militância merecia energia, tempo e atenção, conduziu à incorporação da questão de classe social à pauta do feminismo brasileiro.

Assim, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, a reivindicação feminista era simplesmente 'salário igual, por trabalho igual', no Brasil, além desta, as feministas lutavam pela participação das mulheres em sindicatos, pelos direitos das empregadas domésticas, pela saúde e a segurança das mulheres no trabalho e contra o assédio sexual de chefes e colegas (PEDRO, 2018, p.254).

Pedro (2018) salienta que o questionamento do trabalho doméstico, historicamente encarregado às mulheres, também era uma pauta das participantes dos grupos de consciência/reflexão e muitas vezes mencionada nos jornais publicados pelas integrantes (como Nós Mulheres e Brasil Mulher). Havia a reivindicação por uma divisão igualitária dos afazeres domésticos com os homens, mas que fosse promovida também por parte do Estado, a partir de condições estruturais, como lavanderias coletivas, creches para as crianças ficarem durante os turnos de trabalho dos pais e restaurantes populares.

Notamos que o evento que, de acordo com Pedro (2018), seria considerado o marco fundador do feminismo de segunda onda no Brasil, esteve ligado ao capital social de uma daquelas mulheres: Mariska Ribeiro, uma das componentes daqueles grupos, conseguiu o patrocínio da ONU para realizar na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, o encontro organizado sob o título 'O papel e o comportamento na realidade brasileira', em 1975, declarado o Ano Internacional da Mulher pela ONU. Este encontro levou à decisão de se criar o Centro da Mulher Brasileira, que depois, por acabar sendo controlado por militantes do PCB, se dividiu em um segundo grupo, o Coletivo de Mulheres, que tinha como uma de suas bandeiras o aborto livre e gratuito. Até então, o movimento se via restrito a grupos específicos, intelectualizados, de caráter quase privado (PINTO, 2003). Perez e Ricoldi ainda chamam atenção para o fato de que a proclamação do Ano Internacional da Mulher "propiciou discussões públicas quando isso era, via de regra, proibido. Segundo Alvarez (1990), as questões das mulheres não eram vistas como assuntos políticos, ou potencialmente subversivos" (PEREZ & RICOLDI, 2018, p. 6).

A redemocratização dos anos 1980 no Brasil representa uma fase de efervescência pelos direitos das mulheres. Em 1984 é criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) cujo trabalho em parceria com grandes grupos, como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA), consegue que a Constituição de 1988 seja uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo (PINTO, 2010). A partir de 1985 são criadas as delegacias especializadas e o tema da violência contra mulher entra na pauta com outro peso e legitimidade. Também nesta década, há a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde, que envolvia três temas: planejamento familiar, sexualidade e aborto.

Além do trabalho junto ao governo, havia inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões do país, que tratavam de uma ampla gama de temas. De acordo com Céli Pinto (2010), estes grupos algumas vezes organizavam-se próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando pelas demandas daquele espaço. “Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados” (PINTO, 2010, p. 17). Também surgem grupos feministas temáticos, e o desenvolvimento do que se poderia chamar de ‘feminismo acadêmico’, ancorado em departamentos de pesquisa e pesquisas de ciências humanas e educação em grandes universidades do país (OTTO, 2004) (parte desta história vimos nas primeiras seções deste capítulo).

Na década de 1990, a terceira onda feminista é vista no Brasil como um momento de 'institucionalização do movimento' por meio das ONGs e sua atuação em parceria com governos como na formulação de políticas públicas. "Nessa onda, ONGs que discutiam questões como raça e diversidade sexual surgem e fazem um trabalho importante, e pode-se afirmar que imprimem marcas para o que virá a ser a onda seguinte" (PEREZ & RICOLDI, 2018, p. 7), que tem a interseccionalidade como uma de suas marcas, conforme já vimos. Esta característica também tem relação com a terceira onda estadunidense, especialmente marcada pela emergência do conceito de interseccionalidade. Outro traço da terceira onda nos EUA é a abordagem pós-estruturalista da sexualidade e a ampla incorporação desses estudos pelo campo de gênero (PEREZ & RICOLDI, 2018).

Já nos anos 2000, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003), foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, e foi recriado o

Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) (PINTO, 2010). Também foi intensificada a participação política de mulheres LGBTs em cargos comissionados.

Assim, podemos notar que há durante o fim da Ditadura Militar e a Redemocratização, durante o período de crescimento das ONGs nos anos 1990 e durante o governo Lula, um movimento de institucionalização e profissionalização dos movimentos e pautas feministas. Parece que, de certa forma, à medida que esta história oficial foi sendo escrita pelas demandas por direitos, pelas aprovações ou questionamentos de emendas constitucionais e novas leis⁵⁰, alguns temas relacionados à esfera íntima, privada e doméstica (e aqui destacamos liberdade sexual e economia do cuidado) ficaram em segundo plano para os movimentos feministas no Brasil, se observadas diante do seu desenrolar em países da Europa ou nos Estados Unidos.

Especialmente por conta da pandemia por covid-19 que, no Brasil, vivemos de maneira expressiva no cotidiano desde março de 2020 (e que segue vigente em 2021), vemos ressurgir com força a questão da economia do cuidado – na figura do trabalho doméstico, uma das bandeiras do que ficou conhecido como feminismo de segunda onda –, bem como o tópico da renda básica, que vem sendo reivindicada por coletivos de mulheres⁵¹.

A discussão da sexualidade em sua face do direito ao prazer e da liberdade sexual (e para além da diversidade sexual e dos direitos sexuais e reprodutivos) tem certa proeminência no Brasil apenas naquele período em que os movimentos feministas se encontravam mais restritos ao ambiente privado, nos grupos de consciência/reflexão⁵² durante a Ditadura Militar, ou

⁵⁰ Para citar algumas conquistas recentes: Lei Maria da Penha (lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; PEC das Domésticas (Emenda Constitucional nº 72, de 3 de abril 2013), que garante direitos trabalhistas à esta classe profissional, formada em sua esmagadora maioria por mulheres; Lei de Femicídio (lei nº 13.104, de 9 de março de 2015), que tipifica o feminicídio como homicídio qualificado e o inclui no rol dos crimes hediondos; Lei de Importunação Sexual (lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018), que torna crime casos como cantadas invasivas, beijos forçados, toques sem permissão e até mesmo casos de ejaculação ‘contra’ uma vítima.

⁵¹ Especialmente no 8 de março, Dia Internacional da Mulher, de 2021, vimos coletivos se manifestarem em todas as regiões do país, apontando para a urgência da renda básica e para a vulnerabilidade do grupo mais afetado pelas condições criadas pela pandemia: mulheres pobres e mães.

⁵² De acordo com Pedro (2018) a sexualidade aparecia como um dos temas relevantes nos grupos de reflexão/discussão, no uso da metodologia chamada 'linha da vida', em que as participantes falavam de suas vivências pessoais, levando a cabo o slogan feminista difundido internacionalmente 'O pessoal é político'. As falas aconteciam sem hierarquia e dando espaço a todas terem a palavra. Pedro compartilha um relato de Branca Moreira Alves, uma das fundadoras de um dos grupos, em que ela descobre o orgasmo por intervenção de uma companheira de reuniões, um exemplo dos assuntos discutidos e da intimidade que existia entre as participantes.

relacionados à característica revolucionária da contracultura⁵³, datado no tempo e limitado a uma camada social⁵⁴. O curioso é que, assim, o tema da intimidade ficou restrito à... intimidade. Enquanto isso, nos Estados Unidos as pesquisas sobre sexualidade (Kinsey, Masters & Johnson e, especialmente, *O Relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina*, que mencionou pela primeira vez e com toda clareza a importância da estimulação do clitóris para o prazer feminino) davam às manifestantes feministas combustível e credibilidade para pautar a temática publicamente.

Mais recentemente, a Marcha das Vadias, que acontece desde 2011 em diversas cidades do mundo, inclusive do Brasil, tendo se iniciado em Toronto⁵⁵, Canadá, foi vista como uma expressão feminista que levou as questões do corpo e das liberdades sexuais às ruas (SORJ & GOMES, 2014). “Ao subverter o uso acusatório do termo ‘vadia’, a *marcha* reivindica o termo para si e o ressignifica positivamente como ‘empoderamento’. O slogan ‘Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias’, comum às *marchas* de diversas cidades, ilustra esta ideia central” (SORJ & GOMES, p. 437, *italico original*).

A ‘massificação’ recente dos feminismos e a maior circulação de discursos⁵⁶ ajudou a produzir um léxico que, muitas vezes saído do meio acadêmico, toma outros espaços quando recebido pelo senso comum e representa a diversidade dos feminismos atuais. Lugar de fala, gatilho, performance, sororidade, empoderamento: são só alguns exemplos. Empoderamento, especificamente, é usado em contextos diversos, mas comumente levado à categoria de adjetivo,

⁵³ Apesar do caráter repressivo e da censura durante a Ditadura Militar, diversos grupos encontraram suas formas de existir e questionar a ordem das coisas, como parte de uma tendência global que incluía a revolução sexual, sendo o Movimento Tropicalista e o Grupo Oficina de teatro grandes expressões nacionais.

⁵⁴ De acordo com Cynthia Sarti, “Pesquisas etnográficas sobre os pobres urbanos, desenvolvidas nos anos 1980, momento de efervescência do movimento feminista no Brasil, demonstraram que, para as mulheres pobres, a questão ontológica do ser mulher se fundava no valor da família e da localidade e a sexualidade inexistia como uma realidade autônoma, com significação em si. Evidenciava-se o descompasso entre seu discurso e aquele do feminismo que se instituiu no Brasil, o que aponta para a relevância social e política de pensar os limites do feminismo em sua perspectiva universalista”. (SARTI, 2004, p. 44)

⁵⁵ A primeira Slutwalk surgiu como “reação à declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no *campus*, de que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* (vagabundas, putas, vadias). Reconhecendo nesta declaração um exemplo amplamente aceito de como a violência sexual é justificada com base no comportamento e corpo das mulheres, a primeira *Slutwalk* de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos” (SORJ, 2014, p. 437).

⁵⁶ Em 2017, o dicionário norte-americano Merriam-Webster elegeu ‘feminismo’ como a palavra do ano, após constatar um aumento de 70% nas buscas pelo termo em seu site.

fazendo com que as mulheres se tornem ‘empoderadas’. Do quê? Dos seus trabalhos, da sua renda, da sua circulação na cidade, das suas casas, dos espaços de poder, das suas vidas afetivas, da sua sexualidade⁵⁷. “Desde os seus primeiros passos, a razão de ser do movimento feminista foi ‘empoderar’ as mulheres (mesmo que o conceito tenha sido incorporado como vocabulário muito posteriormente)” (PINTO, 2010, p. 22).

Desta maneira, nos parece interessante buscar observar maneiras de empoderamento – e uma possível interseção entre empoderamento profissional e sexual – por meio das entrevistas realizadas com 20 mulheres, que serão tema do capítulo a seguir e nos conduziram na produção de informações sobre trabalho e sexualidade.

⁵⁷ Recentemente no Brasil, e seguindo a lógica dos movimentos contemporâneos (quarta onda feminista), mais pulverizados e horizontais, a partir da internet e das redes sociais vêm surgindo páginas, grupos, perfis, *sites* que pautam o prazer sexual feminino, muitas vezes como parte de um discurso feminista e de ‘empoderamento’.

No tempo em que Lião fazia milhares de pesquisas, fez uma entre as meninas da Faculdade, quantas se masturbavam? Incrível o resultado entre as virgens. Incrível. “Estamos saindo da Idade Média”, disse ela examinando a papelada. “Heranças de nossas mães e avós”, entende? Somadas aos hábitos da adolescência, dá essa porcentagem alarmante. “Você também se masturba?”, perguntou cravando em mim o olho negro da Inquisição.

Duas abelhinhas louras, dessas que só fazem mel e amor, pousaram no meu pé, primeiro uma e depois a outra. Afasto-as brandamente, o gesto tem que ser brando para que não se sintam rejeitadas, viu, M.N? Se você não me quiser, é assim que deve fazer comigo, vai, minha abelhinha, vai. Antes de voar, a maiorzinha delas esfregou as duas patinhas dianteiras, como quando se lavam as mãos e em seguida esfregou uma das patas até a extremidade do abdômen listrado de amarelo. Não deu para ver onde exatamente a mão foi parar, mas se Lião fosse pesquisar também entre as abelhas, *tu quoque, bestiola?! Bestiola é inseto. E abelha?* Enfim, ela perguntou e se não respondi com maior nitidez foi porque *nunca* podia bem alcançar aquela tarde lá atrás. Masturbação? Aquilo? Treze anos, lição de piano. O *Camponês Alegre*. Participei tanto da alegria que a banquetta oscilava para a frente e para trás, o ritmo se acelerando, acelerando. A ânsia no peito, o sexo pisoteando a almofada com a mesma veemência das mãos martelando o teclado sem vacilação, sem erro. Nunca toquei tão bem como naquela tarde, o que hoje me parece completamente extraordinário. Desci da banquetta como de um cavalo. Na hora do jantar, mãezinha me beijou toda comovida: “Ouvi seu plano enquanto mexia a goiabada, você tocou divinamente”. Então fiquei sorrindo para o prato: meu primeiro segredo. Rômulo atirou em mim uma bolota de miolo de pão e Remo enfiou um besouro no meu cabelo, mas quando fomos para a varanda, me senti luminosa como uma estrela.

Lygia Fagundes Telles, 1973

3 Vida laboral e vida sexual em dois grupos de mulheres empreendedoras

“O feminismo está na moda. Virou pop”. Quem diz é Margareth Rago, historiadora e estudiosa dos movimentos feministas no Brasil há mais de trinta anos⁵⁸. Nas primeiras décadas do século XXI, na esteira de grandes movimentos de mulheres nas redes sociais e nas ruas, na América Latina e na Europa provocaram uma politização excepcional das violências sexuais e contribuíram para a visibilização da causa feminina nas redes sociais e em outras instituições sociais, como o Estado e as ONGs (BLANCHARD, PERRIN & ROMERIO, 2018)⁵⁹.

Talvez esta possa ser mais uma característica da *quarta onda* feminista: a pulverização e incorporação do discurso feminista a situações das mais diversas. No momento atual do capitalismo e da sociedade de consumo, em que consumidores buscam marcas de produtos com valores simbólicos alinhados aos seus, isso passa por uma inclusão às lógicas mercadológicas também. Das estampas ‘feministas’ em camisetas de lojas de departamento às grandes empresas que buscam se posicionar, ao menos na construção de imagem de marca, a partir de valores ditos feministas. Do mercado editorial⁶⁰ às letras de música⁶¹. O feminismo vem se tornando parte da cultura em um sentido *mainstream*. E mais uma expressão deste movimento é o fato das empresas passarem a pregar valores feministas – e não apenas porque despertaram

⁵⁸ Em entrevista à revista *Época* (GARCIA, 2015). Ela ilustra a afirmação com um relato quase anedótico: “Eu saí de casa para ver uma peça chamada *Femicídio*, no metrô ouvia-se um alerta contra o assédio sexual e homofobia. Voltei para casa e na televisão havia uma enxurrada de discussão sobre assédio e estupro. Fiquei impressionada. Gente, o mundo está feminista e eu não tinha percebido?” (GARCIA, 2015).

⁵⁹ Entendendo-se por causa feminina a defesa do interesse das mulheres e de suas condições de vida para além dos limites das associações feministas que historicamente lideraram esse processo e assumindo um lugar maior no debate político com maior frequência (Blanchard, Perrin & Romerio, 2018). A “institucionalização da causa feminina”, de acordo com esse estudo, nos remete a realidades e instituições distintas, como a transformação de associações militantes em estruturas profissionais, a captação das reivindicações feministas pelo Estado, a criação de serviços na administração pública e no terceiro setor, etc.

⁶⁰ A matéria *Literatura feminista puxa negócios na contramão do mercado editorial*, do jornal *Estadão* (24 de março de 2020), versa justamente sobre este movimento. Disponível em: <https://pme.estadao.com.br/noticias/geral,literatura-feminista-puxa-negocios-na-contramao-do-mercado-editorial,70003245812>.

⁶¹ O funk feminino, que se viu quase solitário na toada do empoderamento por longo período, ainda que acompanhado por pontuais expressões de punk rock feminino, foi seguido mais recentemente pelo chamado ‘feminejo’, o sertanejo universitário feito por mulheres. Há extensa produção acadêmica acerca deste universo, a exemplo de Moreira & Oliveira (2014, p. 5): “Com ‘a porra da buceta é minha’, Deize Tigrona reclama a posse da mulher sobre seu próprio corpo. Um discurso consideravelmente revolucionário, porquanto elimina a existência materializada da mulher do domínio masculino. Se o corpo da mulher é dela própria, o prazer também o é.”.

repentinamente para o que é justo em termos de igualdade, embora realmente seja, mas também porque isso lhes confere valor simbólico.

Daí derivam discussões sobre o que seria, de fato, feminismo, e sobre os tipos de feminismo⁶² em circulação atualmente, com críticas diversas, especialmente ao chamado feminismo neoliberal (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019) – mas também a muitos outros, partindo não só da academia, como de uma intensa disputa de perfis em redes sociais, sejam de indivíduos ou de organizações e coletivos, por ‘legitimidade feminista’, uma já conhecida ‘cassação de carteirinha feminista’ na internet.

Os feminismos diversos – sejam neoliberal, social, negro, branco, popular ou de elite – aparecem aqui como um contexto histórico ‘participativo’ e de valorização da igualdade entre homens e mulheres, condições sociais necessárias para que o discurso feminista esteja em circulação. Entendo que é em meio a este atual ‘caldo cultural’ que são levantadas algumas bandeiras feministas (ainda que este nome seja, dubiamente, evitado ou esvaziado a depender da situação), inclusive nos grupos que propus enquanto campo de pesquisa. É válido notar que a este trabalho interessa menos qualificar o *tipo* de feminismo ao qual cada grupo se vincula: mais interessante é observar como estes valores circulam e são incorporados na cultura de maneiras diversas – e por meio de projetos igualmente diversos.

Como relatei na introdução desta dissertação, a escolha dos grupos onde pesquisar a questão do trabalho e sexualidade aconteceu juntamente com a construção do objeto desta pesquisa. Conhecendo de antemão, ainda que brevemente, o trabalho da *Associação de Mulheres e Economia Solidária* – Amesol e do Grupo *Mulheres do Brasil*, dentre outros, me pareceu que ambos atendiam os requisitos do meu interesse: tratavam da autonomia feminina via trabalho por meio de um discurso de independência, liberdade e empoderamento femininos, ainda que, cada um à sua maneira. Isso porque, se retomo aquelas perguntas que impulsionaram minha pesquisa, minha intenção era compreender as possíveis relações entre empoderamento profissional e um empoderamento sexual. Portanto, que sejam grupos voltados a negócios, a mulheres

⁶² “A oposição politicamente mais frontal recai sobre as feministas liberais, de um lado, e feministas radicais e socialistas, de outro. Por ‘corrente liberal’, devem-se entender os movimentos fundados na promoção dos valores individuais; com a luta pela total igualdade entre mulheres e homens, pode-se falar de um feminismo reformista que conta, por meio de políticas de ação positiva, com a prioridade dada às mulheres para reduzir as desigualdades. Ao contrário, os movimentos de liberação das mulheres querem romper com as estratégias de promoção das mulheres em proveito de uma transformação radical das estruturas sociais existentes” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147).

empreendedoras (nem sempre usando este termo), é apenas um enorme detalhe, se é que posso recorrer a esta combinação ambígua. Em outras palavras, poderiam ser engenheiras, advogadas, cozinheiras, psicólogas, garis, artistas plásticas, torneiras mecânicas, professoras, motoristas de ônibus: contanto que estivessem unidas em grupos que tratassem destes valores acima citados, o que, não por coincidência, costuma circular no meio empreendedor, quase como sua identidade.

É válido pontuar que do total de empreendedoras do Brasil, 73% são sócias de micro ou pequenas empresas. O percentual sobe para 98,5% quando são contabilizadas, também, as empresas do tipo *Microempreendedor Individual* (MEI), já que mais de 1,3 milhão de mulheres brasileiras são sócias de MEI. No entanto, apenas 0,2% das mulheres empreendedoras do Brasil são sócias de grandes empresas (SEBRAE/BA, 2019). Portanto, falar de empreendedorismo feminino no Brasil é falar majoritariamente de pequenos negócios.

Neste capítulo, apresento como foi feita a pesquisa empírica, as características dos dois grupos pesquisados e o que os resultados permitem observar sobre a relação entre trabalho e sexualidade diante dos contextos históricos e observações teóricas anteriormente apresentadas.

3.1 Amesol e Grupo Mulheres do Brasil: aproximações e distanciamentos

A Associação de Mulheres da Economia Solidária – Amesol foi fundada em abril de 2013, para ser uma “ferramenta importante para a auto organização das mulheres em empreendimentos mistos ou só de mulheres, assim como um apoio financeiro, já que um de seus principais objetivos é a criação de um fundo rotativo que contribua para ampliação e qualificação grupos”, segundo o *site*⁶³, a partir de uma articulação do Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum Paulista de Economia Solidária de São Paulo. Inserida na Sempreviva Organização Feminista – SOF (uma organização militante), como um de seus projetos, a Amesol propõe dentre as atividades de suas participantes a frequência nas reuniões mensais onde são planejadas as feiras, que acontecem uma vez ao mês no Ponto de Economia Solidária do Butantã (um equipamento público da Prefeitura de São Paulo), e discutidos temas caros ao seu cotidiano, como viabilização do trabalho em termos de materiais e tempo, gestão do grupo e do caixa,

⁶³ Foi publicada em 15 de abril de 2013 a nota *Associação das Mulheres na Economia Solidária (AMESOL) é fundada em São Paulo*. Disponível em: <https://www.sof.org.br/associacao-das-mulheres-na-economia-solidaria-amesol-e-fundada-em-sao-paulo/>.

economia solidária e compartilhamento do que é “ser mulher”. Além disso, são convidadas a estar próximas de outras ações da SOF, como a Marcha Mundial das Mulheres, e atividades de caráter formativo, como grupos de estudo, encontros e planejamento de ações feministas. Quando conheci o grupo, eram 50 participantes, divididas em três principais áreas de atividade: moda, artesanato e alimentação. Em 2021 o número atualizado é de 35 a 50, não há exatidão pela falta de atividades das feiras por conta da pandemia.

Na primeira reunião em que estive, como haviam diversas participantes indo pela primeira vez, foi feito um breve resumo de como se considera economia solidária⁶⁴ ali, com a ressalva de que não há apenas uma única forma de fazer (“Economia solidária é isso aqui: sentar junto, discutir, conversar”, de acordo com uma das participantes): caixa único; comercialização justa; evitar concorrência e buscar um arranjo que seja produtivo para todas; sociedade justa e igualitária; autonomia econômica das mulheres; aproveitamento de materiais e da cadeia produtiva; coletiva, procura não ser individual. Era uma manhã fria de setembro e *quórum* foi baixo para o normal, conforme fui informada. Neste dia, 15 mulheres estavam presentes, nas reuniões seguintes pude ver este número dobrar.

Apesar de declararem não ter uma porta-voz (pois todas são) ou líder, é visível que há algumas lideranças entre elas (notei três), responsáveis por conduzir aspectos das reuniões e organizar os temas e momentos de debate. De acordo com o que presenciei, há espaço para as participantes falarem e fazerem questionamentos. Uma delas, que depois eu viria a entrevistar, perguntou “como de fato ter a renda da Economia Solidária para ter um rendimento que chegue a pagar as contas?”, levando a uma discussão sobre participação coletiva e a reflexão de que as mulheres mais jovens estão ‘ainda’ no mercado de trabalho, ou seja, têm outra atividade como sua principal fonte de renda que não os negócios que as levam à Amesol.

Em uma reunião, presenciei a decisão sobre um posicionamento a ser tomado em relação um conflito relativo ao Ponto de Economia solidária, que foi feito a partir de discussão coletiva

⁶⁴ De acordo com Sandra Quintela (2006, p. 22), “a economia solidária busca criar e recriar a economia, na prática e na teoria, de forma que ela seja centrada no trabalho, na cooperação e na solidariedade”. Para o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), se trata do “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (2005, p. 11). A Economia Solidária surgiu da articulação de diversos movimentos sociais e religiosos, sindicatos e ONGs, diante da precarização do trabalho e do desemprego, frente a crescente política neoliberal da década de 90, como via alternativa para trabalhadoras e trabalhadores. A grande maioria dos grupos voltados para atividades do campo da economia solidária é formada por mulheres (QUINTELA, 2006).

em que as participantes se sentiram à vontade para mencionar inclusive incômodos emocionais. Há uma atmosfera de solidariedade entre elas. “As mulheres não têm tempo de produzir coletivamente como gostaríamos que fosse, têm que produzir de noite, em casa, sozinhas. O peso da sociedade pesa sobre elas”, diz uma das participantes. Percebo também um respeito mútuo pelas opiniões e um *a priori* de compreensão sobre a vida das outras, como por exemplo a falta de tempo, a dificuldade de deslocamento, a necessidade de pagar as contas e equilibrar tudo com os diversos campos da vida. Não é necessário, assim, ficarem justificando muitas coisas que já parecem estar compreendidas – aquele lugar do constrangimento no trabalho (tempo, faltas...) não existe muito aqui.

Os negócios das participantes são, em sua maioria, relacionados ao artesanato ou ao ramo de alimentos, como é possível observar no Quadro 1 (item área do empreendimento), abaixo, junto a uma caracterização geral referente ao universo das dez entrevistadas. Os insumos para o seu trabalho muitas vezes são compartilhados e reaproveitados entre o grupo, como parte da gestão baseada na economia solidária. Presenciei o compartilhamento de tecidos e material de costura, momento em que as participantes levaram em consideração o que cada uma produz para fazer esta divisão.

Quadro 1 – Caracterização geral de participantes da Amesol

AMESOL											
Cor/raça		Idade		Escolaridade		Início vida laboral		Tempo de empreendimento		Área do empreendimento	
branca	4	entre 30 e 40	2	Fundamental	1	até 12	3	até 2 anos	4	agricultura	1
negra (pardas e	6	entre 40 e 49	3	Ensino Médio	4	de 13 a 17	4	de 2 a 5 anos	2	alimentícia	4
		entre 50 e 59	2	Superior incomp	1	de 18 a 22	3	de 5 a 10 anos	3	artesanato	4
		acima de 65	3	Superior	4	acima de 22	0	acima de 10 anos	1	moda	1

Fonte: produção própria da pesquisadora.

A sede da SOF fica em uma casa localizada em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, um bairro reconhecidamente de elite. As participantes da Amesol são advindas de diversas regiões da cidade e de cidades do ABC Paulista, inclusive áreas periféricas. Nas paredes da sede, há alguns quadros e pôsteres “de luta”. Um deles diz em espanhol “¡Cuidado! El machismo mata”. Na pequena sala da entrada, anterior ao salão onde acontecem as reuniões, é possível ter acesso às publicações impressas da SOF (também disponíveis *online* em seu *site*), que reúnem desde textos de cunho acadêmico à cartilhas sobre violência contra a mulher e diversos outros temas, sempre a partir de um viés declaradamente feminista. A cada reunião, as participantes são encorajadas a

levar algo para um lanche coletivo, que acontece entre a cozinha e o quintal da casa. A maioria delas leva alimentos feito por si, como bolos, tortas salgadas e biscoitos.

Já as Feiras de Economia Solidária, onde as participantes expõem e vendem sua produção uma vez ao mês pela Amesol, acontecem no Ponto de Economia Solidária, no Butantã, na zona oeste da cidade. Outros expositores, de programas vinculados à Prefeitura de São Paulo, também participam destes eventos. As integrantes se envolvem com as decisões desde a montagem das barracas à gestão do caixa no momento posterior à feira. Também se preocupam em promover espaços e atrações para as crianças, sejam as visitantes ou as filhas das expositoras. O espaço do Ponto de Economia Solidária é um grande terreno a céu aberto onde são montadas as barracas. Ao fundo, há uma horta e um salão fechado onde uma comedoria funciona permanentemente. Além desta, as mulheres também participam de outras feiras de iniciativa de outros órgãos e algumas expõem na Avenida Paulista, tradicional local de comércio de rua.

O Grupo Mulheres do Brasil também foi criado em 2013, a partir da iniciativa de 40 mulheres empreendedoras, com o objetivo de “conquistar melhorias para o país”, conforme informou a porta-voz que primeiro me recebeu na sede. De acordo com ela, como em uma empresa, o grupo tem metas globais – a saber: igualdade racial, educação, fim da violência contra a mulher, sustentabilidade – e missão: construir um Brasil melhor a partir da atuação feminina. Também fui informada de que a cada ano as causas são revistas e o grupo funciona como um grande *networking*.

Liderado por Luiza Helena Trajano⁶⁵, a responsável pelo sucesso comercial do Magazine Luiza, onde atualmente é presidente do Conselho de Administração, o grupo teve seu *début* em uma reunião com os congressistas em Brasília em que as participantes foram discutir o protagonismo feminino junto à política: “como podemos ocupar os espaços e mudar o país?”. Apesar dessa estreia e de uma frequente proximidade com a política (buscando influenciar na legislação, por exemplo), o grupo se declara apartidário. Seu slogan é “Protagonismo que Transforma”.

Quando visitei o Grupo Mulheres do Brasil pela primeira vez, eram contabilizadas 34 mil mulheres vinculadas a ele em todo o mundo, organizadas em diversos comitês por tema e

⁶⁵ Luiza Helena Trajano é atualmente considerada uma das mulheres mais poderosas do Brasil. Tendo herdado de um casal de tios o Magazine Luiza, fundado em 1957 em Franca, interior de São Paulo, ela tornou a rede de varejo uma gigante no mercado brasileiro e é reconhecida por ações progressistas na gestão dos funcionários, como políticas afirmativas de cotas para mulheres e pessoas negras para altos cargos no escalão da empresa.

núcleos por localidade. Em 2021, este número já soma mais de 90 mil participantes mobilizadas no sentido do “desenvolvimento do país”, segundo com o *site*⁶⁶, conectadas por meio de ferramentas digitais.

Os comitês agrupam as participantes de acordo com seu interesse temático de trabalho e elas podem participar de mais de um ao mesmo tempo. O Comitê de Empreendedorismo, do meu interesse, é um desses. Mais exemplos são: Sustentabilidade, Políticas Públicas, Agronegócio, Igualdade Racial, dentre outros. Cada um conta com algumas líderes, pessoas que normalmente têm experiência no campo temático do comitê em questão e que são responsáveis por coordenar as atividades do seu grupo. No caso do Comitê de Empreendedorismo, sua atuação é bastante focada em eventos de formação e de *networking*, como o Conecta Empreendedoras, em formato de encontro com palestras e *workshops*, realizado em novembro de 2019, cuja repercussão pude acompanhar por vídeo apresentado na reunião geral seguinte. A ‘mentoria’ também aparece como uma atividade importante neste Comitê, ou seja, a orientação de negócios, normalmente oferecida por pessoas com mais experiências às iniciantes.

As reuniões dos Comitês acontecem na sede do Mulheres do Brasil, um prédio corporativo no Paraíso, bairro nobre da zona centro-sul de São Paulo. Há algumas salas de reuniões disponíveis, o que permite que mais de um Comitê se reúna ao mesmo tempo, se for o caso. Lanches simples, como biscoito de polvilho, café e chá são disponibilizados pela sede. É também neste prédio que acontecem as reuniões mensais chamadas Portas Abertas, em três turnos (uma pela manhã, uma durante a tarde e uma à noite), para novas participantes, em um salão de reuniões que esteve lotado por mais de 100 integrantes nas duas vezes que acompanhei. São apresentados vídeos sobre os Comitês e há uma fala descontraída de Luiza Helena e outras lideranças. Lanches ou pequenas refeições são oferecidas às participantes.

É na reunião Portas Abertas que se busca esclarecer a atuação do Mulheres do Brasil. Como eu, muitas mulheres que vão pela primeira vez pensam que o grupo em si é o que na verdade se trata do Comitê de Empreendedorismo: uma congregação de mulheres empreendedoras. Luiza Helena pergunta o que se ouve sobre o grupo ‘lá fora’: “É um grupo de mulheres empoderadas? Se é isso que dizem, não estamos comunicando certo”. Uma das pessoas na audiência responde que é um grupo de empreendedorismo, outra diz que são mulheres que

⁶⁶ Disponível em: <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/>

querem mudar o Brasil e mais outra fala que é por equidade de gênero. Luiza Helena resume: “Nós somos um grupo político. Político é quando a gente ajuda. Mas apartidário”.

Já as reuniões maiores, chamadas Plugar ou Geral, acontecem na Torre Santander, que fica no shopping JK Iguatemi, no Itaim Bibi, bairro da zona leste conhecido como centro corporativo da cidade. Nas duas que acompanhei, havia um grande serviço de *buffet* para as mais de 500 mulheres presentes – algumas delas com pequenas malas, indicando que viajaram de outras cidades para o evento. As reuniões gerais com tantas participantes permitem perceber que o público é bastante diverso, ao menos em diversidade racial e etária (as mais jovens parecem ter menos de 20 anos e as mais velhas perto de 80).

O momento anterior às falas era de muita conversa e *networking*, assim como de promover pontualmente algumas ações (uma das participantes pega o microfone e diz: “quem quiser comprar a camiseta do compromisso de igualdade racial, pega aqui, é 45 reais”). Com a música alta de fundo, muitas aproveitavam para fazer *stories* e fotos para redes sociais. Para começar, Luiza Helena diz em tom de brincadeira “Vamo fazer um pacto de silêncio? Apesar que mulher é difícil fazer isso, mas vamos?” (*sic*). As pessoas em volta se divertem “ela é assim mesmo?”, ouço dizerem. As falas dela, de Marisa Cesar, CEO do grupo, ou dos convidados, traziam as pautas comemorativas por marcas alcançadas (como a abertura de novos núcleos em outros países ou novos programas de Comitês) e de incentivo ao crescimento do Grupo Mulheres do Brasil. Vídeos sobre eventos que aconteceram e notícias do trabalho em diversos estados eram exibidos intercalados com esses momentos. Em uma das reuniões que presenciei, uma das convidadas foi Maria Aparecida Silva Bento, fundadora do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), que falou sobre o pacto narcísico da branquitude na seleção corporativa de profissionais⁶⁷. A temática de equidade racial vinha sendo uma das de maior destaque da atuação do Grupo.

Ou seja, estive em três distintos tipos de encontros coletivos do Mulheres do Brasil: as reuniões gerais, grandes, com clima festivo; as reuniões de Portas Abertas, também para muitas participantes, onde ingressantes e veteranas têm momentos específicos para falar (usando um microfone), o que gera um clima de desabafo e cumplicidade; e as reuniões do Comitê de

⁶⁷ BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Empreendedorismo, meu principal interesse, onde as participantes planejam seus trabalhos e ações, majoritariamente voltados para eventos sobre sua área temática. As integrantes de todos os Comitês são estimuladas a participar dos diferentes tipos de reunião, o que colabora para que ampliem sua rede de contatos.

Esta característica ‘corporativa’ fica expressa no foco dos negócios das minhas entrevistadas, como é possível ver no Quadro 2 (item área do empreendimento), abaixo, já que quase todas são da área de consultoria. Durante o tempo que acompanhei seu trabalho, estavam planejando um evento de premiação para ‘empreendedoras maduras’, fazendo reflexões e balanços sobre eventos anteriores ou a sobre a criação de um novo grupo de trabalho com foco na formação de empreendedoras. Estes eventos acontecem em espaços diferentes dos anteriormente citados, como auditórios, salas e cinemas de prestígio da cidade, aos quais elas têm acesso facilitado por meio de sua extensa rede de contatos.

Quadro 2 – Caracterização geral de participantes do Mulheres do Brasil

MULHERES DO BRASIL											
Cor/raça	Idade			Escolaridade		Início vida laboral		Tempo de empreendimento		Área do empreendimento	
branca	10	entre 30 e 40	0	Fundamental	0	até 12	2	até 2 anos	4	consultoria	9
negra	0	entre 40 e 49	4	Ensino Médio	0	de 13 a 17	4	de 2 a 5 anos	0	varejo	1
		entre 50 e 59	6	Superior incompleto	0	de 18 a 22	1	de 5 a 10 anos	1		
		acima de 65	0	Superior	10	acima de 22	3	acima de 10 anos	5		

Fonte: produção própria da pesquisadora.

Em uma das reuniões em que estive presente, ouvi de uma das lideranças do Comitê: “as coisas acontecem, vocês vão ver. Aqui tudo aparece, a gente se fala, vem uma [diretora de uma grande empresa] e dá isso, outra aquilo... É assim”. De fato, em outra reunião vi uma das líderes rapidamente conseguir uma sala de cinema para um evento que planejavam por meio de uma rápida troca de mensagens de WhatsApp com a diretora do dito cinema. Nesse sentido, a detenção de maior capital social é um marco distintivo em relação ao grupo da Amesol (BOURDIEU, 1989b).

As diferenças entre os grupos são muitas, como se pode notar e se traduzem nos espaços que eles ocupam na cidade, nos prédios que ocupam, nos materiais a que têm acesso e dos quais lançam mão durante as reuniões, nas comidas que são servidas. Para além de uma distinção que poderia ser simplificada como ‘de classe’, há uma diferença de proposta, que se nota de maneira mais simbólica, nas falas e definições, nas interações e vínculos e na finalidade das redes.

Enquanto na Amesol há o objetivo das participantes buscarem tornar seus negócios sua principal atividade econômica, a partir do projeto da economia solidária – o que também se expressa nos laços de camaradagem e se relaciona aos valores e posicionamentos políticos compartilhados, como parte da SOF –, várias integrantes do Comitê de Empreendedorismo já têm nos seus negócios sua principal atividade econômica e veem as ações do grupo como oportunidades de crescimento ou “de ajudar outras mulheres”, em um sentido próximo ao do trabalho voluntário. Também a autodeclaração de cor/raça se mostra como um elemento importante de diferença entre elas: no Mulheres do Brasil há certa diversidade visível nas reuniões gerais, mas isto não estava representado no Comitê de Empreendedorismo e, portanto, também não se faz ver dentre as minhas entrevistadas, grupo em que as dez se declararam brancas. Já no grupo de entrevistadas da Amesol, uma maioria declara-se negra.

E as aproximações? Ambos os grupos objetivam o desenvolvimento de suas participantes por meio do trabalho e no sentido da sua autonomia⁶⁸, o que se relaciona a valores feministas. A Amesol, enquanto parte da Sempre Viva Organização Feminista, vê o feminismo expresso no nome do seu grupo e reiterado nas atividades. O Comitê de Empreendedorismo, enquanto parte do Mulheres do Brasil, vê este título ser explicado e reexplicado nas reuniões gerais, conforme testemunhei Luiza Helena Trajano fazer: “‘Somos feministas’ é a primeira premissa. Ser feminista não é feminismo, é simplesmente querer igualdade com os homens. A gente acha que feministas são aquelas mulheres que tiraram o sutiã – e tiveram seu valor – mas é quem luta pela igualdade entre homem e mulher. A gente tem que aprender a não fugir dessa palavra” (*sic*). Em mais de uma ocasião, a vi reafirmar, ainda, sua feminilidade, como alguém que conquistou espaço num campo majoritariamente masculino “sem precisar usar calça comprida” e lançando mão da “intuição” para lidar com os negócios.

Este lugar pouco confortável em relação aos feminismos é histórico e ficou nítido durante as entrevistas, em que a adesão ou negação, expressa nas respostas, variavam para três formas distintas de perguntar (O que você pensa sobre o feminismo? O que é feminismo para você? Você é feminista?). De acordo com Joana Pedro, “Durante muito tempo, no Brasil, as

⁶⁸ No sentido individual e coletivo, o que se alinha aos resultados encontrados a partir da investigação de perfis em redes sociais de coletivos feministas, expressões da quarta onda feminista, feita por Perez e Ricoldi: “De forma geral, os coletivos feministas ressaltam o caráter horizontal e autônomo, o que discursivamente denota o afastamento das instituições parlamentares e seus partidos políticos, embora muitos de seus membros sejam ligados a partidos políticos” (PEREZ & RICOLDI, 2018, p. 19). Esta é uma diferença expressiva entre os dois grupos.

peças separaram *feminista* de *feminina*, como se fossem coisas opostas” (PEDRO, 2018, p. 238). A autora argumenta que isso se deu de tal maneira porque no senso comum o feminismo ficou associado à luta de mulheres masculinizadas, dentre outros estereótipos preconceituosos. Esta impressão tem ainda hoje certa atualidade, como se vê. É válido notar tal construção como parte da dinâmica de restrições a pessoas e grupos no tensionamento e na disputa a espaços de poder. Conforme Céli Pinto (2010) pontua, ao próprio feminismo foi dado um lugar neste arranjo de dominação:

As mulheres feministas podem falar algumas coisas e não outras. As mulheres não-feministas terão poderes outros, porque não-feministas. Quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista. A recepção destas falas por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, portanto particular, em oposição à fala masculina/universal. Se for a fala de uma mulher feminista, é o particular do particular (PINTO, 2010, p. 20).

A seguir, trarei alguns aspectos que foram possíveis observar sobre a relação entre a vida laboral e a vida sexual a partir das vinte entrevistas realizadas com as participantes destes dois grupos. Vidas essas marcadas pelas relações de gênero, pelos seus contextos e pela atual condição feminina no Brasil, anteriormente vista.

3.2 Controle dos corpos e exercício da pesquisa

“Como, de fato, não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar *públicas* conversas *privadas*, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas?” (BOURDIEU, 2008, p. 9, itálico do autor), questiona Pierre Bourdieu na introdução⁶⁹ d’*A Miséria do Mundo*. Este é um desassossego que creio tomar os pensamentos de uma maioria dos que trabalham com entrevistas. Talvez possa dizer que ainda mais quando se trata de relatos de temas tão íntimos e comumente tratados com pudor, como no presente trabalho.

É necessário, de acordo com a recomendação de Bourdieu, evitar proceder como se diante de um caso clínico precedido de um diagnóstico classificatório e, então, assumir que “a

⁶⁹ Nesta rápida introdução ao livro *A Miséria do Mundo* – obra publicada originalmente em 1993, composta de entrevistas feitas por uma equipe de sociólogos ao longo de três anos, com pessoas diversas, e dedicada a compreender a produção das formas contemporâneas da miséria social – Bourdieu escreve um belo texto que trata da experiência do trabalho, suas intenções e limites enquanto pesquisador. Além de inspirador, o texto é um alento às angústias de quem utiliza entrevistas como ferramenta de pesquisa.

intervenção do analista [o pesquisador] é tão difícil quanto necessária: ela deve ao mesmo tempo declarar-se sem a menor dissimulação e trabalhar sem cessar para fazer-se esquecer” (BOURDIEU, 2008, p. 10). Para tanto, é preciso abandonar um ponto de vista único, central, dominante, e assumir um perspectivismo que “está realmente fundado na própria realidade do mundo social e contribui para explicar grande parte do que acontece neste mundo” (BOURDIEU, 2008, p. 12).

Me parece que em certa medida a motivação de boa parcela das pesquisas, ao menos no campo das ciências humanas e sociais, trata um pouco disso. Talvez descobrir que compartilhamos desejos, questões, estranhezas, inseguranças, dúvidas e hábitos com mais pessoas. Ou, melhor, descobrir que podem haver algumas razões coletivas, sociais, para sermos como somos e fazermos o que fazemos, inclusive no campo da sexualidade.

A quem (não) interessa ouvir relatos íntimos? Segredos, o que acontece entre quatro paredes (ou não), entre duas pessoas (ou mais), na intimidade. Acontecimentos restritos do saber público, pela ‘invenção’ do quarto de casal (BOZON, 2004), parte de um dispositivo de controle de corpos, de modos de existência e de populações. Dispositivo da sexualidade, segundo Michel Foucault:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2013, p. 364).

Ou seja, uma estratégia de gerenciamento e controle da produção de corpos, subjetividades e populações capaz de produzir formas e experimentações da sexualidade como legítimas e ilegítimas (parte da complexa manutenção das relações de poder).

Em consonância com esta proposição, Gayle Rubin trata de diversas formas de punição e inibição de comportamentos sexuais (principalmente os relativos à masturbação) que foram amplamente utilizadas ao longo do século XIX para afirmar: “Ainda que as mais horríveis destas técnicas tenham sido abandonadas, as atitudes que as produziram permanecem” (RUBIN, 2017, p. 65). Algumas destas veremos a seguir, sejam reafirmadas ou tensionadas, ao observar o que trazem as entrevistas.

3.2.1 “Ter dinheiro é ter poder, né?” – o prazer de trabalhar

Era esperado que, em meio a tantas diferenças, eu buscasse um ponto de encontro, ao menos um aspecto que se repetisse nas falas de todas as minhas entrevistadas, que as unisse independentemente da área de atuação, cidade de origem, local onde vivem, da expressão da sua sexualidade, do estado civil, da escolaridade, da identificação de raça ou etnia, do que pensam sobre os feminismos. E encontrei isso no seu prazer pelo trabalho, na satisfação que experimentam seja por ganharem dinheiro suficiente para ter *alguma* liberdade, para se sustentarem sozinhas ou por sentir que estão realizando algo que gostam.

“A gente diz que empreendedora é quem faz dinheiro”, vi uma delas dizer em uma reunião do Comitê Empreendedorismo para, na sequência, ampliar esta definição afirmando que, mais do que isso, elas “fazem acontecer”. A maior parte das minhas vinte entrevistadas afirmou trabalhar com o que gosta e encontrar neste lugar uma identificação importante. Vê-se um fortalecimento da posição social feminina bastante relacionada às posições ocupadas no mercado de trabalho e a uma valorização do lugar feminino neste espaço específico, o que faz com que a identidade social das mulheres se torne menos dependente da dimensão familiar (BOZON 2004).

Ganhar dinheiro por meio do trabalho “também é bom”, é o que permite pegar o ‘bonde para ir à cidade’, como na história que relatei na introdução desta dissertação, é o que permite que se saia de um arranjo conjugal ruim (e muitas vezes abusivo) tendo independência, é o que oferece acesso a mudanças na condição de vida. De acordo com Marília, uma das minhas entrevistadas, “ter dinheiro é ter poder, né?”.

A história de Marília, participante da Amesol, é exemplar neste sentido. Ela é uma moça jovem, de 33 anos, que se disponibiliza a me encontrar em uma manhã de sol no Sesc Pompéia, próximo à casa dos seus pais, onde vive. É minha primeira entrevistada. Apesar da nossa idade ser próxima, temos experiências de vida muito distintas e me parece que encontramos uma conexão que se dá inclusive pela diferença. Esta se torna a base para todas as outras entrevistas. Fico muito agradecida que seja com ela, por se abrir de maneira tranquila e generosa para mim.

Marília conheceu a Amesol recentemente e entrar para o grupo se tornou parte de um capítulo de reconstrução da sua vida e de si. Anos antes, quando estava cursando a graduação em engenharia florestal, se apaixonou e resolveu se mudar para a cidade do rapaz, no litoral de outro estado. A faculdade ficou incompleta, mas logo ela conseguiu um emprego como professora no

ensino médio. Durante um período, o companheiro se tornou seu dependente financeiro. “Eu pegava meu salário, fazia a compra do mês e ia pra casa com o restante, mas quando eu buscava já tinha acabado. A dependência nunca foi colocada numa conversa, mas gerava incômodo”, ela conta.

Pouco depois, começou sua experiência com o empreendedorismo, quando o casal abriu uma pizzaria. “Eu acho que a gente ganhava muita grana, mas não conseguia gerir. Eu ficava muito sobrecarregada, porque fazia as coisas de casa mais as da pizzaria”. Com o passar do tempo, Marília observou que o peso das responsabilidades sempre pesava sobre si, especialmente após o nascimento da sua filha. “Não havia divisão de trabalhos de casa. Numa sociedade que é muito machista, é difícil discutir essas questões. Quando eu trabalhava, principalmente de noite, e ele tinha que ficar com a Joana⁷⁰, isso era um incômodo muito grande. Muitas vezes quando eu chegava ele me dava ela e dizia ‘não aguento mais essa menina’ e saía fora”.

A repetição desta dinâmica passou a fazer mal a Marília, que já não tinha ganhos financeiros independentes do seu companheiro. “Lá eu me sentia culpada, com a autoestima muito baixa. Não podia conversar com ninguém, chegou a um ponto que eu não podia sair de casa e tinha ‘permissão’ para ter apenas uma amiga. Ele é muito machista. Então era assim: a criança é responsabilidade sua, a casa é responsabilidade sua. Começou a ter muita agressão verbal, ameaças de violência física. Aí eu soube que ele estava me traindo, só que nosso acordo era de vida monogâmica, tradicional. Mudei de casa, ainda lá mesmo. Depois pedi ajuda pra ir embora porque não tinha dinheiro pra sair de lá. Voltei fugida para São Paulo”.

Livre desta situação e em segurança na casa dos pais, Marília pode avaliar o que viveu: “Eu falo que desse meu relacionamento eu tirei duas coisas muito boas: a Joana, porque não teria um filho se não fosse assim, ter filho nunca foi uma coisa que eu desejasse; e ter amor próprio. Não sei se sou uma boa mãe, porque não me vejo muito como mãe... procuro conversar sobre tudo de uma forma que ela possa entender. Eu me sinto bem mais forte agora. Antes eu não conseguia nem falar. Demorei até conseguir lembrar das situações. Eram situações tão ruins que eu preferia esquecer do que reviver. Mas agora minha avaliação é que a gente tem que falar. Não pode esconder isso”.

⁷⁰ Nome fictício para proteger a identidade da criança.

Foi por intermédio de sua mãe que conheceu a Amesol e, conseqüentemente, a economia solidária. Passou a trabalhar, dentro deste modelo, com produção de cerveja artesanal, acreditando na ideia de uma remuneração adequada da cadeia produtiva. Questiono se o trabalho tem a ver com seu atual sentimento de autoconfiança. “É muito legal quando digo ‘isso fui eu que fiz’. A participação na Amesol me trouxe relações de fortalecimento pessoal, voltar a me sentir útil, economicamente mais forte, integrante de algo e capaz⁷¹. Me trouxe uma busca do meu autoconhecimento para saber quem eu me tornei depois de tudo isso. Acho que a gente ter um papel social é determinante. E o trabalho dá isso, esse lugar. Não consigo ficar feliz, confortável enquanto eu sei que os gastos estão sendo bancados pela minha mãe. É importante pra mim, pra minha autoestima, pro meu desenvolvimento, trabalhar, ganhar meu dinheiro, poder pagar minhas contas, comprar as coisas que eu quero, ter esse poder de escolha, aquisitivo. Acho que isso fortalece a autoestima, o emocional, ajuda a se sentir... é muito bom ser elogiada, né? Fazia muito tempo que eu não era elogiada por nada que fazia, então quando alguém toma minha cerveja e diz ‘nossa que cerveja gostosa!’ isso é emocionante. Por mais que eu ainda não esteja conseguindo o bastante para alugar uma casa, pelo menos eu mantenho a cerveja e tenho a grana pra pagar o ônibus. Eu digo: ter dinheiro é ter poder, né? A gente tá inserido no sistema, a gente muda o que a gente pode”.

Pergunto se diante deste cenário de reconstrução de si ela busca um relacionamento amoroso ou parcerias casuais para o sexo. “Não muito. Saí com uma pessoa ou outra, mas não consegui muito ir pra frente. Ter um filho não é um problema, mas é uma demanda grande. Se a pessoa não entende a restrição de horários, dificulta. E eu estou num momento que eu quero muito uma independência financeira, conseguir uma casa pra morar com a Joana, nem que seja uma casa minúscula. Eu não estou disposta a gastar a energia que seria pro trabalho com uma

⁷¹ Encontro em um trabalho de Bila Sorj e Carla Gomes (2011) sobre o programa público Mulheres da Paz formulação semelhante quando discorrem sobre “a reconstrução do *self* e o empoderamento”: “Elas são estimuladas a falar sobre seus “sentimentos” e “autoimagem” e identificar “o que deve ser preservado e o que pode ser transformado”. O empoderamento das mulheres como cidadãs ativas é, assim, fundamentado na construção da autoestima do *self* feminino e na valorização da ação junto à comunidade” (2011, p. 155). Adiciona-se a educação e a ocupação como parte deste processo: ““A gente tem que estudar, para não ser apenas uma porta aberta para os outros’, diz uma Mulher da Paz, para quem o estudo formal é a única chance de ingressar no mercado de trabalho. Principalmente, a valorização da participação no mercado de trabalho ou de geração de renda por meio de algum empreendimento parece resumir o momento considerado mais bem-sucedido do empoderamento” (SORJ & Gomes, 2011, p. 156).

pessoa. Quando as coisas começam a demandar um pouco mais, deixa de valer a pena e eu me distancio. Além disso, as relações que eu faço são principalmente pra trabalho. Desmamei a Joana há pouco tempo e agora ela dorme a noite inteira, mas desde que ela desmamou ainda não saí. Depois que tive ela fiquei com medo de engravidar de novo, pus um DIU”.

E como era no casamento?, eu pergunto. “A sexualidade não era importante. Inclusive eu nem me achava bonita o suficiente... nem sei o que é suficiente. Eu não transava porque eu queria, eu transava porque era minha obrigação”. Sempre? “Depois que eu engravidei, sim. Como você vai sentir vontade de estar com uma pessoa que te trata mal? Por meses eu negava, e ficávamos sem. Mas era ruim. Acho que é bom equilibrar um romance mais erótico, ou um amor, com o resto da vida. Você vive melhor e mais feliz, sabe?”. E como era antes do casamento? “Sempre me dei bem, acho. Na faculdade eu era bem tranquila em relação a isso. Ficava com quem eu queria, transava com quem quisesse. Tive até relacionamento aberto”.

Para outra entrevistada da Amesol, Rita, de 41 anos, se sentir livre e poderosa na vida sexual tem relação com sentir-se assim também na vida profissional/financeira. Ela afirma que as coisas se relacionam “pela questão do meu bem estar. Se eu tô me sentindo bem, tudo fica bem... já tive muito tempo desempregada, dependente. É diferente. É financeira a questão”.

Graduada em psicologia, ela nunca atuou na profissão. Além de trabalhar com faxina há 30 anos, é musicista e se dedica ao artesanato de joias e bijuterias, negócio que a levou até a Amesol. O trabalho aparece também para ela como um importante lugar social: “Acho a coisa mais importante da vida. Na minha terapia, tudo que eu falo gira em torno disso. Faxina não é o que mais gosto, mas gosto também, se não, não faria. Artesanato é o que mais gosto, mas ainda não me dá o retorno que preciso. O trabalho é minha forma de me posicionar socialmente, politicamente. Sempre que escrevo de faxina [nas redes sociais], vem alguém falar comigo no *inbox* como se eu fosse digna de pena. Concordo muito com a @pretarara [perfil de redes sociais] nisso. A gente vê na pele a questão da luta de classes. O trabalho é um jeito que me coloco no mundo, digo as coisas que penso”.

Quando pergunto se o trabalho faz com que se sinta poderosa, Rita me diz que especialmente com o artesanato se sente muito bem, mas também “sinto uma grande satisfação quando vou embora e deixo uma casa limpa, cheirosa, organizada. Com artesanato me sinto mais poderosa do que com as diárias. Embora eu receba mais dinheiro com as diárias, ter uma peça que criei é mais legal. Tenho o desejo de deixar de trabalhar como diarista e poder trabalhar com

o que mais gosto. Já tive muita vergonha, mas hoje tenho mais consciência. Diaristas são mulheres inteligentes, que falam coisas bacanas, lindas. Elas falam com poder. Já vi discussões sobre diarista andando de Uber e digo: vamo sim andar de Uber, sim, vamo fazer curso de prata, sim. Ver os relatos nas redes sociais e pensar isso na terapia me ajudou muito”.

De um ponto de vista mais poético, o trabalho visto pelas entrevistadas como uma fonte de realização e forma de estar no mundo se aproxima da noção de erótico de Audre Lorde (2019), que o vê como um poder interno e intrínseco a todos nós. “O erótico é uma dimensão entre as origens da nossa autoconsciência e o caos dos nossos sentimentos mais intensos. É um sentimento íntimo de satisfação, e, uma vez que o experimentamos, sabemos que é possível almejá-lo”. Lorde afirma que uma vez que experimentamos a plenitude dessa profundidade de sentimento e reconhecemos sua potência, “em nome de nossa honra e de nosso respeito próprio, esse é o mínimo que podemos exigir de nós mesmas” (LORDE, 2019, p. 68). É o saber-se capaz.

Tanto a história de Marília quanto a de Rita demonstram como o trabalho se torna um espaço de obtenção de certo *status* social, com efeitos na subjetividade. De acordo com Michel Bozon (2004), a participação mais contínua das mulheres no mercado de trabalho durante o decorrer de suas vidas – e o acesso a determinados postos anteriormente reservados aos homens, eu acrescento – não só permite que alcancem uma autonomia material, como que também tenham acesso a diversos círculos sociais e possibilidades de encontros.

Na mesma medida em que a atividade profissional das mulheres - em igualdade com os homens - permite a elas um *status* social distinto de seu *status* familiar, ela contribui para que a crescente mobilidade conjugal - ligada às separações - corresponda a uma mobilidade sexual, assim como que a atividade sexual e o encontro de novos parceiros possam se prolongar até idades bem avançadas (BOZON, 2004, p. 92).

Este movimento estaria atrelado, ainda, à massificação e ao prolongamento da escolaridade, que contribuíram para aproximar a experiência da juventude entre rapazes e moças. Tal “homogeneização do desenrolar da juventude criou condições para uma aproximação dos calendários e para os modos de entrada na sexualidade” (BOZON, 2004, p. 92), bem como aspectos da sua experiência, como creio não ser coincidência que Marília remeta à faculdade ao falar da vivência de uma sexualidade mais ‘livre’.

Além disso, vale pontuar que há efeitos das trajetórias profissionais sobre a sexualidade mais difíceis de medir, segundo Bozon. Um exemplo seria o aumento das responsabilidades profissionais e da carga de trabalho, que são “frequentemente mencionadas como explicação da

falta de tempo para a atividade sexual”, o que “ainda indica a escolha individual de privilegiar investimentos pessoais em detrimento da manutenção do casal” (BOZON, 2004, p. 73).

Paralelamente a essas transformações, a divisão do trabalho doméstico e de cuidado (das necessidades da casa, dos filhos, dos idosos da família) mudou muito pouco e ainda recai sobre as mulheres. Para Bozon, esta obrigação social é um dos fatores que reduziriam o investimento feminino e a disponibilidade das mulheres para a sexualidade, conjugal ou não. Ou seja, para poderem se voltar à sexualidade, é preciso que as mulheres estejam ao menos parcialmente ‘liberadas’ destas funções, isto é, que haja uma divisão e um compartilhamento de tais responsabilidades, como ilustra a seção a seguir.

3.2.2 “O sexo termina quando ele diz que não vai lavar a louça”

Bella faz parte do Comitê de empreendedorismo do Grupo Mulheres do Brasil e é minha sexta entrevistada remota. Com todas as outras cinco, encontrei cenários parecidos: entrei nas casas dessas mulheres por meio de uma câmera (sempre do computador) que me deixava ver pouco, de um ambiente controlado. Um escritório ou uma sala: paredes, uma estante, uma janela, um pedaço do sofá ou de uma cadeira, cortina, um ou dois quadros ao fundo. Nunca tive conversas interrompidas – apenas uma delas me avisou que teria hora para terminar porque aguardava a fisioterapeuta. Com Bella, de 41 anos e consultora de *branding* e *coaching*, a entrevista já começou diferente. Ela me atendeu no celular, em um espaço que pude rapidamente identificar como a cozinha de sua casa. Foi de lá, aliás, que respondeu a maior parte da entrevista.

Logo no começo da comunicação, mencionou as três filhas e, na sequência, a menor, de dois anos, apareceu na câmera assim que ouviu a mãe me dizer que ia fazer um café. Entrando na cozinha, pediu: “faz o meu também”. Bella respondeu que faria e seguiu a conversa comigo enquanto preparava seu café, uma bisnaguinha e um leite para as filhas. Em alguns momentos, mudou de ambiente em busca de silêncio. Esta experiência me remeteu às interferências dos lares na vida profissional, à impossibilidade de separar “vida privada” e “vida profissional”, comumente pautada no universo corporativo.

A família e as filhas perpassaram toda nossa conversa. Bella é também minha primeira entrevistada remota com filhas pequenas e que não conheci pessoalmente antes, pois foi indicada por uma das amigas do Mulheres do Brasil, mas isso não foi entrave para a fluidez da nossa

conversa. Em momento nenhum ela se desculpou pela balbúrdia das filhas, o que pessoalmente me pareceu positivo, mas me marcou porque pensei nisso como uma expressão da vida acontecendo, apenas, como acontece dentro de todas as casas, também dos homens, enquanto a maioria deles se fecham em seus escritórios e buscam se descolar desta realidade doméstica.

Quando pergunto quem se dedica mais à vida profissional, ela ou o marido, Bella responde que ela. A resposta é a mesma quando pergunto quem se dedica mais à vida doméstica. “E ele colabora, tem a responsabilidade tanto quanto eu. Mas eu me envolvo mais porque estou em casa” (porque *trabalha* de casa, ela quer dizer). Neste ponto, ela me conta que quando fez um processo de *coaching*, contabilizou as horas do dia em relação às tarefas, compromissos e hábitos: “Deu que meu dia tinha 36 horas”, ri. “Enquanto amamentava, fazia outras coisas junto, não conseguia ficar parada amamentando, era um tempo que não podia perder. Trabalhava no celular, no computador. Sou multitarefa. Não consigo ser diferente”. Quando pergunto quanto tempo costuma dedicar às tarefas domésticas ela diz ser difícil contabilizar porque isso se mistura ao trabalho e a todo o resto: enquanto se comunica com alguém de vínculo profissional, pode estar resolvendo algo de abastecimento da casa em outra janela de *chat*, por exemplo. Por fim, conta algo entre duas e três horas por dia, “mas sem incluir o tempo de cuidado com filhas pequenas, esse não consigo contar”, diz enquanto carrega uma das meninas no colo.

Por isso, não é de se estranhar sua resposta para a minha pergunta sobre quando uma relação sexual começa e quando termina (assim, bastante aberta, de maneira a oferecer diferentes possibilidades de interpretação). Ela diz: “Puts! Esse é o ponto. Ela começa junto com o dia, quando você levanta, porque uma frase pode acabar com tudo. Um ‘eu não vou lavar a louça’, ferra. Então depende das ações durante o dia. Se a gente fica de bode, acaba que não faz [sexo], pela raivinha”. Desta forma, a frequência sexual também é atingida. “Esse é o tema da casa. Antes das crianças eu costumava tomar mais iniciativa para o sexo. Entendo que é uma dinâmica muito complexa depois de filhos. Não que acaba com o relacionamento, mas se não existe a colaboração necessária para que as coisas aconteçam, a gente não consegue pensar e fazer. Digo, a colaboração da parte do outro. Quando você não tem tempo nem pra respirar não consegue dar conta do sexo também”.

De maneira mais branda, também Talita, 40 anos, mais uma integrante do Mulheres do Brasil, dona de uma agência de consultoria (“*experience, branding e digital*”), nota a interferência do trabalho do cuidado sobre sua disponibilidade sexual. Em um relacionamento há

três anos, apesar de viverem em casas separadas, ela costuma receber o filho do seu ‘namorado’ (um *status* entre namorado e marido), um menino de quatro anos, quando é a semana dele no arranjo de guarda compartilhada. “Quando ele não tá, eu me dedico mais pro Fernando [namorado]. Na semana que o Bernardo⁷² está aqui eu fico com menos energia, é outro tipo de atenção e cansaço físico. Ele fica aqui o dia inteiro, eu sou a mãe do coração dele. Mas o Fernando é super presente, super querido, trabalha muito pra dar uma vida legal ao filho. Quando ele chega, o Bernardo já tá de banho tomado, e aí ele cozinha para a gente”. Talita costuma contar com o trabalho de uma funcionária no cuidado das necessidades da casa, já que seu tempo se divide em “80% trabalho, 20% casa”.

Vale notar que tais aspectos levantados pelas entrevistadas nas relações com seus cônjuges se relacionam ao conceito de divisão sexual do trabalho (a partir do qual o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado puderam passar a ser intelectualmente pensados como trabalho). Danièle Kergoat (2016) aponta que no atual contexto⁷³ as mulheres progressivamente assumem postos de comando e investem em suas carreiras. E como o trabalho doméstico não é considerado nas sociedades de mercado, elas precisam externalizar o “seu” trabalho doméstico contando com a enorme reserva de mulheres em condições muitas vezes precárias. Ou seja, apesar das diversas mudanças que se percebe nas relações de gênero, há uma faceta muitas vezes não observada que em nada contribui para uma real transformação nas vidas das mulheres, como demonstra Kergoat:

a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses e também permite uma maior flexibilidade das mulheres conforme as demandas de envolvimento das empresas. Em um nível mais macro, isso permite evitar uma reflexão sobre o trabalho doméstico. Mas essa pacificação das interações sociais nos casais e nas empresas não faz avançar um milímetro a luta pela igualdade entre mulheres e homens. Ao contrário, ela tem uma função regressiva a esse respeito, pois funciona no âmbito da dissimulação e da negação (KERGOAT, 2016, p. 24).

É assim que, de acordo com Kergoat, o trabalho doméstico é ao mesmo tempo “um fator de alienação e de liberação, que percorre sem cessar o espaço entre subjetividade e materialidade” (KERGOAT, 2016, p. 25).

⁷² Nome fictício para proteger a identidade da criança.

⁷³ Apesar de falar a partir do Norte global e, mais especificamente, das relações que se dão na França, boa parte do que a autora apresenta pode ser tomada também para o contexto brasileiro e/ou metrópoles do Sul global. Note-se que ela se refere a casais heterossexuais mas que, feitas ressalvas e reavaliações, estas observações não se tornariam inadequadas em uma dinâmica homossexual.

De acordo com Bozon (2004), a organização do trabalho doméstico vai ter efeito sobre o regime sexual do casal. Para ele, uma visão mais igualitária do funcionamento da sexualidade para homens e mulheres

não está ligada estritamente a um nível cultural mais elevado ou a uma posição social superior que indicaria uma atitude de ‘liberalismo cultural’. De modo mais amplo, ela reflete a organização do casal: à divisão sexual estrita do trabalho corresponde um desejo feminino inibido e, inversamente, à representação de um desejo compartilhado corresponde uma divisão das tarefas e das responsabilidades mais flexível e igualitária (BOZON, 2004, p. 100-101).

O autor crê que disso deriva que “a representação dominante das relações sexuais é que elas resultam muito mais do desejo dos homens” (BOZON, 2004, p. 100), ou seja, uma minoria dos casais viveria as relações como resultantes do desejo mútuo. Apesar disso não parecer se verificar na minha amostragem (como se nota nos Quadros 3 e 4, abaixo, no item ‘Toma iniciativa para o sexo’), vale notar a concordância com as entrevistas realizadas.

Quadro 3 – Resumo vida sexual entrevistadas da Amesol

AMESOL						
Identificação de gênero	Relação sexual e amorosa c/	Vida sexual ativa atualmente	Conversa sobre sexo c/ parceiro/a	Sente prazer c/ parceiro/a		
mulher	9 homens	9 sim	7 sim	5 sim		7
mulher transgênero	1 mulheres	0 não	3 não	3 não		1
	ambos	1	às vezes	2 às vezes		2
Início vida sexual	Já se masturbou	Visitou sites de conteúdo pornô?	Utilizou acessórios ou brinquedos?	Precisa ter orgasmo na relação?		
14 a 19	6 sim	8 não	5 não	6 sim		6
21 ou mais	4 não	2 sim	5 sim	4 não		4
Frequência sexual semanal	Satisfeita com frequência	Toma iniciativa p/ o sexo	Conhece próprias zonas erógenas			
nenhuma	3 muito satisfeita	0 sim	3 bastante	6		
menos de 1 vez	2 satisfeita	7 às vezes	6 completamente	3		
1 a 2 vezes	4 pouco ou insatisfeita	3 não	1 não	1		
3 ou mais vezes	1					

Fonte: produção própria da pesquisadora.

Quadro 4 – Resumo vida sexual entrevistadas do Mulheres do Brasil

MULHERES DO BRASIL						
Identificação de gênero	Relação sexual e amorosa c/	Vida sexual ativa atualmente	Conversa sobre sexo c/ parceiro/a	Sente prazer c/ parceiro/a		
mulher	10 homens	10 sim	10 sim	9 sim		9
mulher transgênero	0 mulheres	0 não	0 não	0 não		0
	ambos	0	às vezes	1 às vezes		1
Início vida sexual	Já se masturbou	Visitou sites de conteúdo pornô?	Utilizou acessórios ou brinquedos?	Precisa ter orgasmo na		

						relação?			
14 a 19	7	sim	10	não	4	não	3	sim	5
21 ou mais	3	não	0	sim	6	sim	7	não	5
Frequência sexual semanal		Satisfeita com frequência		Toma iniciativa p/ o sexo		Conhece próprias zonas erógenas			
nenhuma	0	muito satisfeita	2	sim	7	bastante	7		
menos de 1 vez	3	satisfeita	3	às vezes	3	completamente	3		
1 a 2 vezes	5	pouco ou insatisfeita	5	não	0	não	0		
3 ou mais vezes	2								

Fonte: produção própria da pesquisadora.

A partir deste inventário das práticas sexuais realizado por meio das entrevistas experimentamos tratar todas essas informações, desde a caracterização sociodemográfica (idade, estado civil, escolaridade) até os hábitos declarados em relação à vida sexual.

3.2.3 O espaço da independência feminina: escolaridade, renda, estado civil e vida sexual

Em referência a uma pesquisa acerca de comportamentos sexuais na Finlândia e na França – nações sabidamente com maior igualdade de gênero em âmbitos diversos, se comparadas ao Brasil – Bozon (2004) aponta que a passividade feminina deixou de ser um valor: em comparação entre os anos 1970 e 1990, cresceu tanto a iniciativa feminina para o sexo, quanto a quantidade de mulheres que atingiram um orgasmo, se aproximando bastante das respostas dos homens. “Esta aproximação entre as declarações de homens e mulheres provavelmente está ligada a uma atitude mais ativa destas últimas em suas relações amorosas, que as torna menos dependentes da boa vontade masculina” (BOZON, 2004, p. 84). Isto é, além de não esperarem pela procura do outro, elas passaram a conduzir o sexo de maneira a chegarem ao orgasmo, estando, assim, duplamente ativas na relação sexual (momento do início e desfecho prazeroso).

O autor relaciona este movimento com o papel da politização da intimidade e da sexualidade a partir dos movimentos feministas dos anos 1960, que passaram a trazer a público o debate sobre questões até então não-ditas do funcionamento da família patriarcal. “Essa exteriorização não era um exibicionismo: antes de qualquer outra coisa, ela expressava uma reivindicação radical de autonomia e de igualdade nas relações com os homens” (BOZON, 2004, p. 85), inclusive no tocante aos hábitos e prazeres sexuais, completo eu, além da luta pelo direito de dispor dos próprios corpos e capacidades reprodutivas.

Com base no material empírico elaborado a partir das entrevistas realizadas com vinte mulheres empreendedoras, as informações foram transpostas para uma planilha EXCEL, categorizadas e exploradas à luz da técnica Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), com o objetivo de buscar identificar como os múltiplos fatores sociais se combinam e contribuem para determinados padrões identificados de vida sexual, em termos de frequência, de iniciativa, dentre outros. A ACM é útil porque permite capturar a hierarquia de fatores que mais contribuem na configuração das experiências de vida nesta pequena amostra de mulheres para observar como se articulam as trajetórias de suas experiências sociais (a partir dos dados sobre educação, vida profissional, financeira e familiar) e a experiência da sexualidade (frequência, práticas e percepções).

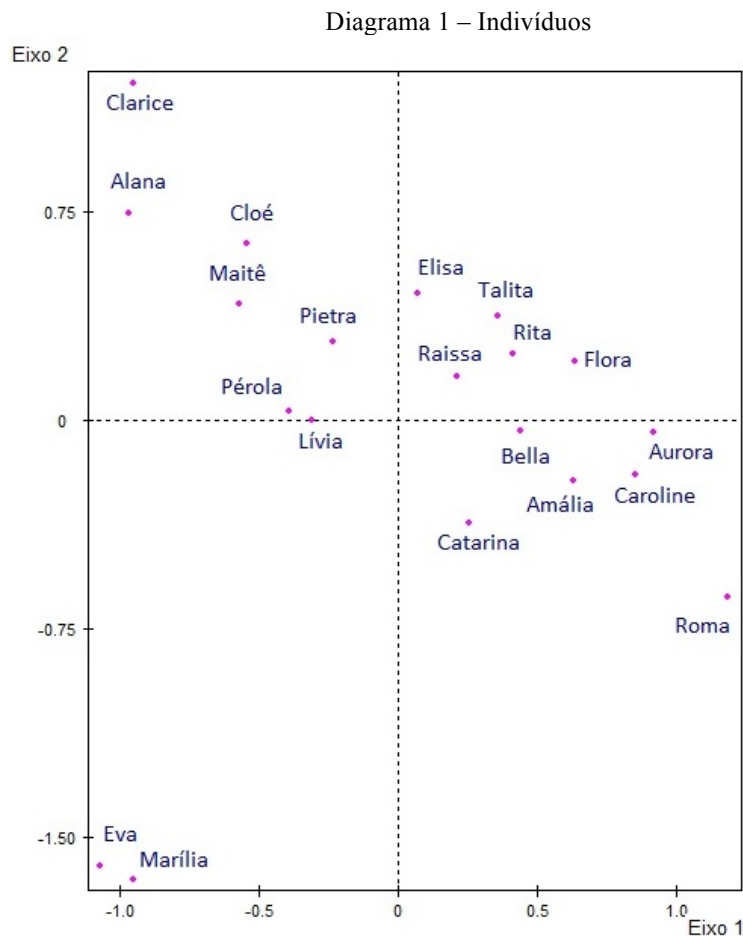
Extraí do material empírico as respostas sobre: nível de escolaridade; idade; renda mensal (capacidade de se sustentar sozinha no momento); estado civil; e nível de escolaridade da mãe (para mais detalhes, ver Apêndice D). A lógica que orientou a escolha das variáveis ativas – que definem o espaço das diferenças – pretendeu por à prova algumas de minhas hipóteses de pesquisa. Em que medida, a autonomia financeira e a escolaridade estariam correlacionados a determinados padrões da experiência sexual? É possível identificar outros fatores sociais que pesariam na definição de suas experiências sexuais?

Variáveis ativas
Idade
Escolaridade
Início da vida laboral
Autonomia financeira
Escolaridade da mãe

Além disso, estas variáveis compõem a experiência social e dialogam com as informações abordadas no capítulo anterior, isto é, aqueles indicadores da condição feminina do IBGE. A ACM sintetiza essas informações ao identificar como essas dimensões interagem, trazendo à tona uma estrutura de correlações. Diferentemente de outras técnicas estatísticas como a regressão linear, não testamos a correlação por pares de variáveis que supomos estarem correlacionadas. Incluímos um número maior de variáveis e observamos, *a posteriori*, como elas se correlacionam. O espaço das práticas sexuais (ou das percepções sobre as práticas) se define a partir da variância estatística entre as variáveis ativas. A ACM permite reconstruir um dado espaço social, o que quer dizer, definir uma distância entre os indivíduos estatísticos a partir de

um conjunto de variáveis chamadas de variáveis ativas. A variância estatística entre elas é que define o espaço. Ao sintetizar e correlacionar toda a informação das variáveis ativas, a ACM cria uma nova forma de visualização dos resultados, compondo um sistema de eixos (LEBARON, 2006).

Assim, a partir do cruzamento das variáveis, resultou uma matriz complexa, multidimensional, articulada em dois eixos fatoriais, representados nos Diagramas 1, 2 e 3. No Diagrama 1 vemos como as entrevistadas estão distribuídas neste espaço, que por sua vez foi definido pelas variáveis ativas (características visíveis no Diagrama 2). Assim, pode-se identificar neste espaço as posições possíveis e dimensionar as distâncias e as proximidades entre elas. Já no Diagrama 3 estão as variáveis ilustrativas, neste caso, especificamente, as informações escolhidas sobre a experiência sexual. As variáveis ilustrativas na ACM não constroem o espaço, mas são projetadas sobre ele, ilustrando-o e enriquecendo a representação obtida sobre a variedade das experiências possíveis.



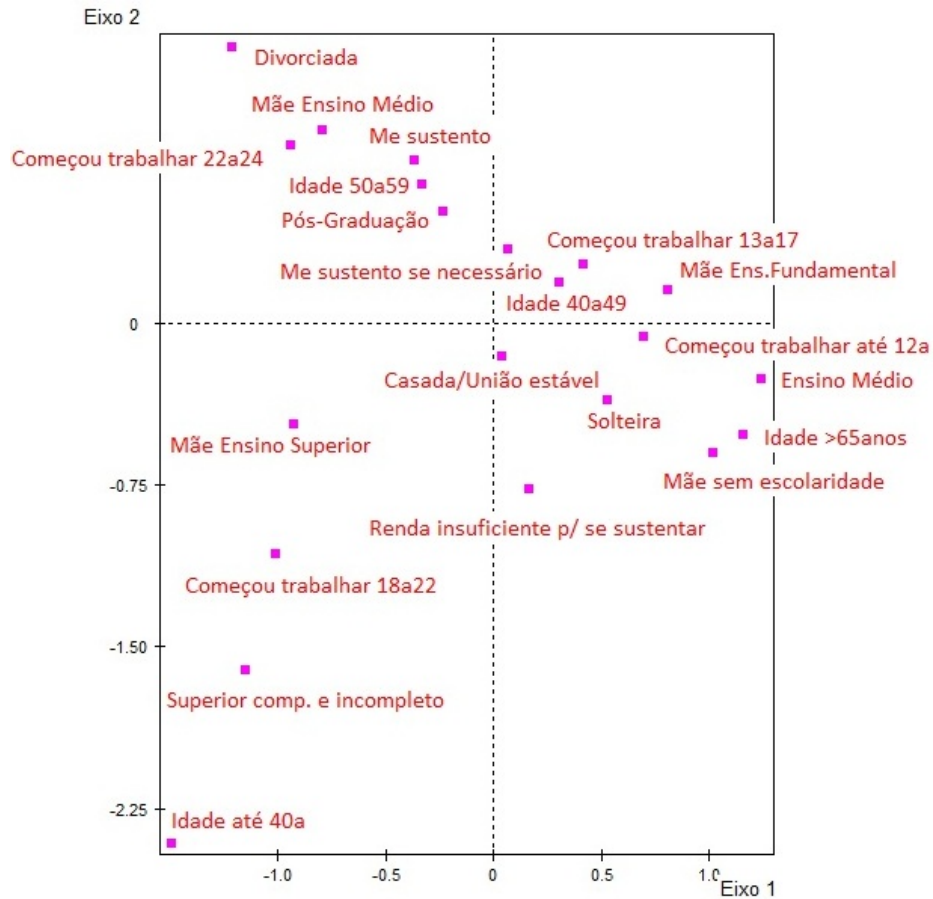
Fonte: produção própria da pesquisadora

A matriz do Diagrama 2 organiza as categorias selecionadas em torno de dois eixos principais 1 e 2. O primeiro eixo contribuiu com 18,40% da variância do espaço e o segundo com 18,18%. O eixo 3 contribuiu com 13,55%. Aqui será analisada a estrutura das correlações que definem os eixos 1 e 2.

No Diagrama 2, pode-se notar como as variáveis ativas se correlacionam aos eixos 1 e 2. O eixo horizontal (Eixo 1), opõe majoritariamente as experiências de mulheres de gerações mais velhas, acima dos 65 anos, que possuem como nível educacional o ensino secundário, ou seja, as que têm menor escolaridade entre as entrevistadas, cujas mães não frequentaram a escola e que declararam não ter renda para se sustentar sozinhas e também as solteiras. Neste extremo do espaço, nos quadrantes à direita, estão aquelas de origem social mais modesta, o que pode ser concluído, pela baixa escolaridade de suas mães, mas também pela idade em que começaram a trabalhar e por elas mesmas possuírem o diploma de ensino secundário como último diploma. No outro extremo, à esquerda dos Diagramas 1 e 2, estão aquelas com ensino superior, divorciadas, mais jovens, que começaram a trabalhar entre 18 e 22 anos, cujas mães cursaram até o ensino superior e que declararam mais frequentemente se sustentarem sozinhas.

Desta forma, o Eixo 1, sintetiza as dimensões socioeconômica e geracional entre elas. As primeiras, à direita do Diagrama 1, são provenientes de famílias com poucas condições financeiras, o que se expressa pela falta de educação formal de suas mães, também desfrutaram ainda de maneira tímida das conquistas femininas sobre a escolarização, constatada mais massivamente a partir dos anos 1970, como vimos. Isto também fica expresso na necessidade de trabalhar tão cedo, enquanto provavelmente ainda estavam na escola. Como uma consequência, seus negócios podem se focar majoritariamente nas áreas de artesanato, alimentação e moda. Negócios estes que oferecem um rendimento insuficiente para se sustentarem sozinhas e menor se comparado a aqueles obtidos pelas empreendedoras de nível superior, onde os negócios envolvem consultorias e varejo. Do outro lado, nos quadrantes a esquerda, estão aquelas mulheres mais jovens e de famílias com melhores condições financeiras, o que permitiu que começassem a trabalhar entre os 18 e 22 anos, possivelmente durante a graduação. Como suas mães, puderam desfrutar do acesso feminino ao ensino, o que traz consequências sobre o tipo de trabalho que realizam e conseqüentemente, sobre sua capacidade de se sustentar sozinhas.

Diagrama 2 – Variáveis ativas



Fonte: produção própria da pesquisadora

O Eixo 2 traz uma segunda dimensão de diferenciação. Surge uma nova camada da diferenciação educacional: uma oposição entre as que têm graduação e as que têm pós graduação. As pós graduadas são também, mais frequentemente, as divorciadas, na faixa dos 50 aos 59 anos, que começaram a trabalhar na vida adulta, possivelmente após a graduação, entre os 22 e 24 anos, se sustentam sozinhas e cujas mães tinham pelo menos o nível secundário de ensino. Em oposição a elas, localizadas no quadrante superior esquerdo no Diagrama 1, estão aquelas situadas no quadrante inferior esquerdo. Elas são mais jovens e por isso se diferenciam das anteriores, mas partilham com elas o fato de serem diplomadas no ensino superior. São elas mulheres de até 40 anos, com ensino superior, que começaram a trabalhar entre 18 e 22 anos, mas não têm renda suficiente para se sustentar sozinhas. Diferentemente das mulheres de 50 a 59

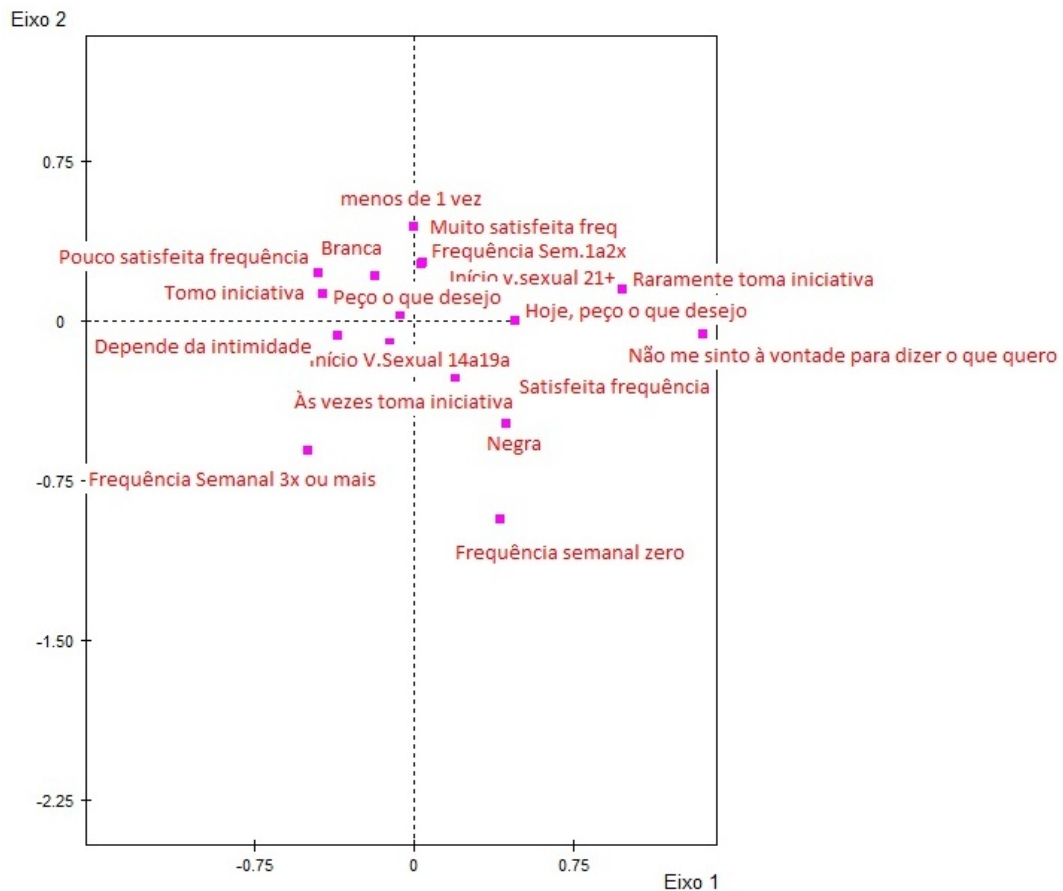
anos, elas são mais frequentemente solteiras e filhas de mães que não frequentaram a escola. O que sugere igualmente uma origem familiar nos grupos populares e, por serem mais jovens, se beneficiaram da expansão do acesso ao sistema de ensino das décadas de 1990 e 2000 e cursaram o ensino superior. No caso de Marília, vive na casa dos pais, o que somado à escassez de renda sugere uma situação de maior dependência da estrutura da família de origem.

No caso do Eixo 1, parece ser a presença da pós graduação e de um ex-marido o que mais distancia as experiências representadas. As pós graduadas são mulheres provavelmente provenientes de classe média (cujas mães puderam estudar até o ensino médio), mais maduras profissionalmente, que dedicaram tempo à sua formação e acumulam experiência de trabalho, o que faz com que seus negócios possam se centrar majoritariamente na oferta de consultorias diversas. Sendo esta uma área de trabalho valorizada e bem remunerada, elas têm condições de se sustentar sozinhas após um divórcio. Do outro lado, as mais jovens de até 40 anos, como Eva e Marília, apesar de terem ensino superior, não conseguem renda suficiente para viverem sozinhas.

No Diagrama 3 aparecem as variáveis ilustrativas, ou seja, aquelas que não constroem o espaço, mas se projetam sobre ele, ilustrando-o com maior detalhes sobre como se associam ao espaço da independência feminina neste pequeno grupo de mulheres. Este espaço está estruturado na primeira dimensão (Eixo 1), pelo volume de capital (econômico e cultural). Em uma segunda dimensão (Eixo 2), segundo a composição do seu capital educacional (BOURDIEU, 1989b).

Uma das vantagens da noção de espaço social, tal como ela foi desenvolvida na sociologia *bourdiesiana*, é a possibilidade de investigar a relação entre a posição no espaço e as percepções, os gostos, no caso desta pesquisa, as “tomadas de posição” relativas à sexualidade. Foram selecionadas para compor esta matriz as repostas relativas às seguintes questões: cor/raça; idade de início da vida sexual; frequência sexual semanal; se toma iniciativa para o sexo; e se sente bem para pedir coisas no sexo. O espaço da experiência íntima neste caso revela de um lado, uma timidez socialmente constituída, daquelas que raramente tomam a iniciativa de propor a relação sexual e também declaram não se sentir à vontade para dizer ao parceiro sobre suas preferências. Uma experiência socialmente distinta daquelas experimentadas pelas mulheres com maior capital escolar e econômico.

Diagrama 3 – Variáveis ilustrativas



Fonte: produção própria da pesquisadora

É possível observar uma proximidade entre respostas vistas como indicativas de maior liberdade ou protagonismo da própria sexualidade, como “tomo iniciativa” e “peço o que desejo”. Estas são, também aquelas mulheres divorciadas de 50 a 59 anos, pós graduadas e, mais frequentemente, brancas. A variável da pouca satisfação com a frequência sexual aparece bem próxima a elas. Por que? Bozon (2004) oferece algumas pistas para entender. Com base em dados de pesquisa sobre hábitos sexuais na França, o sociólogo afirma que as pessoas têm tido uma vida sexual mais longa⁷⁴ e satisfatória.

A menopausa, construção social e psicológica elaborada a partir de uma realidade biológica, já não é mais o fim da vida sexual das mulheres, como ainda ocorria para uma boa parte delas durante os anos 1960. E se hoje ela corresponde a uma passagem menos determinante e menos traumática na vida das mulheres, isso ocorreu, por um lado, em

⁷⁴ É válido reconhecer aqui um lapso na elaboração do roteiro de perguntas que conduziu as entrevistas: não foram incluídas questões acerca da menopausa, o que fez com que o tema aparecesse apenas quando mencionado espontaneamente pelas entrevistadas. Assim, tenho alguns poucos registros de incômodos relacionados a esta fase da vida, mas nenhum registro neutro ou positivo. Também não tenho relatos que ofereçam detalhes sobre a vida sexual no climatério e na menopausa. Uma falha lamentável que deve ser corrigida em trabalhos futuros.

virtude de o tratamento preventivo das consequências fisiológicas da menopausa ter melhorado bastante, resultado de uma demanda social das próprias mulheres, e, por outro lado, porque as consequências psicossociais dessa passagem foram reduzidas, diante do fortalecimento da posição social feminina, especialmente no mercado de trabalho, fazendo com que as mulheres se tornem menos dependentes da dimensão familiar de sua identidade social (BOZON, 2004, p. 75-76).

No entanto, o autor aponta que a viuvez ou o divórcio, à época de sua pesquisa, seguiam representando, mais para as mulheres do que para os homens, um ponto final da vida sexual. De acordo com este estudo, as separadas voltariam a buscar novos parceiros sexuais mais do que as viúvas. Mas buscar não quer dizer, necessariamente, encontrar companhia de seu agrado, o que pode estar por trás da insatisfação da experiência declarada, de parte das minhas entrevistadas.

Outra proximidade interessante se dá entre aquelas que de menor capital econômico, mas que declararam “Hoje, peço o que desejo”, o hoje, indicando uma conquista recente, talvez relativa ao acesso a determinados discursos. Há ainda a proximidade entre aquelas que raramente tomam a iniciativa e que não se sentem à vontade para conversar sobre o sexo com o parceiro.

A maior satisfação aparece próxima à frequência sexual de uma a duas vezes por semana e das que afirmam pedir o que desejam durante o sexo. Estas características, se sobrepostas ao Diagrama 2, estão próximas à idade de 40 a 49 anos e à possibilidade de se sustentar sozinha se necessário. A resposta ‘às vezes toma iniciativa’ parece se referir às casadas, que também se autorizam a pedir o que lhes dá prazer sexual.

Já as mulheres que não se sentem à vontade para pedir o que desejam durante o sexo são aquelas mais velhas (com mais de 65 anos), com menos escolaridade e negras. Também estão próximas das que raramente tomam iniciativa e cujas mães cursaram apenas o ensino fundamental. Assim, o elemento geracional entra em jogo novamente, apontando para as transformações que ocorreram ao longo das últimas décadas na compreensão do que é ser mulher na nossa sociedade e cultura, e até onde essas transformações chegam, em termos de gerações.

3.2.4 “Não é sempre que os anjos dizem amém”: observações sobre o prazer

Dentre as entrevistadas, as que se declaram ‘abertas’ ou ‘em busca de novidades’ são solteiras e divorciadas, mas também algumas das casadas. As que afirmaram ‘não buscar novidades’ no campo sexual ou que ‘nunca pensaram nisso, mas podem ter interesse’, são as casadas. O que não as impede de buscar estratégias para contornar algumas situações, como é o

caso da consultora Pietra (economista de formação com pós graduação em marketing, 53 anos), participante do Mulheres do Brasil.

É dela a frase que dá título à presente seção deste capítulo: apesar de nem sempre os “anjos dizerem amém” ao orgasmo, isso para ela é muito importante e não é possível ficar muito tempo sem tê-lo. Ou seja, trata-se de uma mulher que valoriza o próprio prazer e encontra as maneiras de garanti-lo. “É imprescindível, né? E essa é a forma mais simples de conseguir prazer, ela não depende de dinheiro... No nosso mundo capitalista pra tanta coisa precisa pagar, esse é um que nem precisa pagar, todo mundo pode ter acesso. Nós fomos ensinar a mãe de uma amiga minha a se masturbar com 70 anos de idade. Ela ia morrer sem ter um orgasmo, imagina! Ela deu até uma remoçada, mudou, deve ter tido a ver com outras coisas também, mas teve isso”.

Em um relacionamento há 20 anos, ela e o marido são sócios de uma consultoria de marketing e gestão há 16, fonte de renda que mantém o apartamento onde vivem junto com as duas filhas adolescentes em um bairro nobre da cidade. Apesar de haver certa dificuldade de privacidade para o casal, por serem abertos na conversa sobre sexualidade chegaram a um combinado interessante: “temos o horário da ‘função’. A gente brinca que tem direito de ‘reclamar função’, os dois têm que poder pedir uma vez na semana. Se não tiver esse combinado, desanda. O sexo no casamento é um esforço, um exercício, como o casamento em si. As pessoas querem que as coisas aconteçam de forma fácil, mas é preciso também batalhar pelo sexo. Eu acho que se a pessoa olhar e disser ‘isso me broxa’, tipo uma peça de roupa, você ‘ranca’ e joga fora” (sic).

Quando pergunto se ela se sente à vontade para pedir o que quer durante o sexo, responde que sim, principalmente para dizer o que não gosta. “A mulherada às vezes tem vergonha, acha que o outro lá vai se sentir mal, mas ele precisa saber se você não gosta daquilo. Imagina: daqui 20, 15, cinco anos ele vai saber que uma coisa que pensava que você achava o máximo, que ele fazia tentando agradar, você na verdade não gosta. Ah, não vamo perder tempo não, é só falar com carinho, no momento certo: ‘eu prefiro assim’”.

Como boa parte das entrevistadas com filhos, ela afirmou que a mudança na vida sexual foi profunda após o nascimento das filhas. No seu caso, impactos relacionados, também à vida profissional. “Tive uma depressão pós parto depois da minha primeira filha. Cê pega uma mulher que trabalha 15 horas por dia e joga ela dentro de casa dando peito de duas em duas horas: para a mulher, isso é difícil demais”.

A resolução por ter um negócio próprio foi bastante relacionada à decisão familiar de se tornar mãe. Após trabalhar por dez anos em grandes empresas, Pietra decidiu se desligar para ter filhos, trajetória que concorda com observações de Bozon (2004), que afirma que a fecundidade passou a ser pensada como um projeto pessoal cuja execução demanda preparo e reflexão – em um momento que é próprio da sexualidade em geral ser infecunda, é o fato de interromper a contracepção que demanda uma decisão, muito mais do que iniciá-la.

Escolhas são feitas: ter ou não ter filhos, o momento de tê-los, o intervalo entre o primeiro e o segundo, ter ou não ter mais filhos. Essas decisões não escapam mais das mulheres (e de seus parceiros), podendo, então, ser coordenadas junto às outras escolhas realizadas em outros domínios de suas vidas, especialmente o profissional (BONZON, 2004, p. 44).

Quando procriam, há para homens e mulheres, segundo o autor, uma transição dos papéis conjugais para os papéis parentais, em que a sexualidade deixa de ser o vetor principal da relação. Além disso, em nossas sociedades, “o investimento em uma parentalidade declina de forma diferente para mulheres e homens, o que também contribui para afastar os interesses dos parceiros” (BOZON, 2004, p. 73). Adiciona-se a isso o fato de que, como já vimos, o avanço do acesso às práticas contraceptivas não acompanhou, necessariamente, outras transformações importantes nas relações de gênero. O que é bastante visível no relato de Pietra.

“Eu sabia que depois do 30, 35 anos seria fácil ser demitida. Não foi o meu caso porque antes eu pedi demissão e vim pra casa. Estava com quase 40 anos e tinha feito minha reserva financeira. Alguns clientes vieram me procurar, então segui por conta própria e criei a consultoria. Mas vi todos meus amigos serem mandados embora dos seus empregos, ajudei vários a montar empresa. Por isso eu digo: não seja uma coisa só. No caso da mulher tem um agravante, a mulher é mãe, ela é empregada da casa dela. Isso ainda não mudou. O homem, quando é bom e faz alguma coisa, ele ainda tá fazendo um grande favor, parabéns pra ele. A gente evoluiu muito, mas nisso não. A cria é da mãe, a síndica da própria casa ainda é a mulher e ela ainda tem que trabalhar. Mas o trabalho dela ainda é menos importante do que do homem, mesmo ganhando mais, falo por experiência própria. E olha ainda tenho um marido ótimo, daqueles que recebem parabéns [ri]. Lava uma louçazinha de vez em quando, cuidava das nenês, mas o puxado era meu”.

Assim, ela tece críticas à lógica do mundo do trabalho pautada em um sujeito masculino. “Quando meu marido voltou da licença paternidade e das férias ele ainda tinha emprego, porque o macho branco alfa tem espaço. Nessa época, já consultora, eu fui apresentar um projeto

importante e usei o intervalo do almoço para dar de mamar no carro, na garagem no subsolo. A gente esconde que é mulher, pra não enfraquecer. Os executivos que estavam na minha apresentação não souberam que fui amamentar em vez de almoçar. Subi de volta com minha voz grossa de falsa empoderada, né, porque isso não é empoderamento. A gente se mata pra se igualar na nossa desigualdade. É assim pra mulher, pelo menos a da minha geração de 50 anos. E seguramente pra mim já foi melhor do que pra minha mãe, mas só foi melhor porque ela queimou sutiã na praça em Brasília. Eu pude ser protagonista da minha carreira. Comecei a trabalhar com 16 ou 17 anos, já tinha um espírito empreendedor desde essa época. Fiz um curso de fotografia e cismeiei que queria ter um estúdio. Mas eu morava numa cidade pequena e aristocrática de Minas Gerais, onde se você não é de uma família tradicional, você não consegue empreender, não contratam seu serviço. Ser empreendedor ali é só pros ricos. Eu não conseguia decolar. Fazer magistério e casar com homem rico e pra mim era a morte, mas também eu não tinha *pedigree* pra isso. Aí vim pra São Paulo. Mas na cabeça da minha mãe até hoje eu ainda sou desempregada. Veja: tô aqui sentada no metro quadrado mais caro de São Paulo [gargalha]”.

Por outro lado, talvez a somatória dos fatores geração e escolaridade possam contribuir para compreender a falta de interesse e de prazer sexual de Aurora. Atualmente participante da Amesol, ela foi artesã “a vida inteira”, além de ter tido um salão de beleza e outros empregos. Tendo feito até o ensino médio (“até gostaria de ter feito mais, mas é aquilo: a gente quer na cabeça, mas no corpo...”), ela foi criada pela mãe “em casa de família”, que chegou a trabalhar apenas tendo a alimentação e o teto como “pagamento”, em um casarão no Jardim Paulista, para não se ver subjugada ao casamento com um homem violento.

Aurora está casada há 52 dos 70 anos de sua vida. Mãe de quatro filhos, ela afirma já não ter vida sexual ativa há mais de 15 anos, desde que descobriu um possível caso de infidelidade do marido. Além disso, houve um momento que ela se apaixonou por alguém (“nem tinha interesse sexual, mas queria ficar junto, conversar”) e se confidenciou com uma cunhada, que a “dedurou” para o marido. Depois destes eventos, o sexo ficou inviável. Pergunto porque optaram por seguir casados: “Não sei! Gozado né? Tenho bem querer, gosto dele. Mas não sei. Eu tenho a minha vida e ele tem a vida dele. E ninguém depende de ninguém, se quero sair, viajar, ele não fala nada”.

Ela diz que mesmo antes nunca foi “muito de sexo. Acho que é coisa minha, tenho uma amiga com 86 anos que ela namora, ela quer”, ri. Ela não procurava ter relações e sente que era

excessivamente procurada pelo marido, que usava o sexo inclusive como pedido de desculpas para discussões e humilhações ao longo do dia, o que a incomodava e agravava seu distanciamento. Parece estar aí, aliás, a principal fonte de desinteresse de Aurora: nos desentendimentos ao longo dos dias e dos anos, em um certo desencantamento. Por isso, somente às vezes encontrava prazer nas relações. Nunca se masturbou, mas se considera uma pessoa aberta às experiências sexuais, como por exemplo navegar em *sites* de conteúdo pornográfico (“tenho curiosidade”). Também sente que não saberia como e o que pedir no sentido de ter prazer durante a relação sexual, pois sente que viveu o sexo ao longo da vida “pra satisfazer o outro. Porque você faz e depois fica no vácuo, não tem felicidade, carinho, companheirismo”.

O casamento chegou para ela como uma obrigação “da época”, porque estava grávida. “Hoje não, acho que se não quiser casar, tudo bem. Os direitos são os mesmos. Agora, minha mãe não ligava que eu tava grávida, dizia que a gente cuidava da criança, não precisava casar, meu pai que pressionou. Me levaram no cartório, eu nem sabia direito das coisas. Até hoje eu falo: se soubesse que casamento era isso, não queria não”.

Nada disto impede que Aurora se veja como uma mulher de personalidade forte, independente e segura. O casamento se tornou um arranjo de convivência em que ambos mantêm a casa juntos (“eu fico mais na cozinha e o resto deixo pra ele, mas nem sempre ele faz”). A família, filhos e netos, e o trabalho parecem ser sua principal fonte de alegria. “Eu acho trabalhar muito bom. Me ocupa a cabeça, me dá novas ideias, conheço gente nova que nem você, tenho independência. Não conto com homem”.

3.3 Observações a partir da autonomia financeira

Estes relatos me remetem às minhas perguntas iniciais, sobre os efeitos de um histórico de conquistas femininas, mais especificamente os relacionados ao campo do trabalho, nas vidas sexuais das mulheres contemporâneas. É possível observar algumas relações fazendo um recorte das respostas a partir da independência e autonomia financeira, ou seja, a *capacidade de se sustentarem sozinhas*, na minha amostragem, aquelas que se sustentam ou poderiam se sustentar sozinhas, se necessário (12 ao todo), a grande maioria tem ensino superior com pós graduação (são três as exceções: uma tem ensino médio; uma fundamental; e uma superior sem pós). Estas exceções estão relacionadas a uma história de necessidade extrema como é o caso de Flora – que

tem apenas ensino fundamental mas construiu uma autonomia financeira a muito custo para sobreviver enquanto mulher trans e migrante de uma origem de privações da região nordeste do país – e também o caso de Lívia, com ensino superior, mas outra migrante nordestina que muito cedo se viu desamparada em São Paulo, tendo ambas começado a trabalhar antes dos 12 anos. Para Aurora, a terceira exceção, a independência financeira se dá pela presença da renda da aposentadoria além do seu trabalho. O que indica que a independência financeira está bastante atrelada a um grau de escolaridade mais alto e, portanto, ao acesso a possibilidades de tipos de negócios que oferecem melhor remuneração a estas empreendedoras. Não só, isto se relaciona ao fato de a escola ser, ainda, lugar de reprodução das desigualdades sociais⁷⁵.

Em sua maioria, elas estão satisfeitas com a frequência sexual semanal, conversam com parceiros/as sobre o que gostam no sexo e sentem prazer no ato sexual. As insatisfeitas com a frequência são as divorciadas, como vimos anteriormente, e uma solteira.

⁷⁵ Segundo Graziela Serroni Perosa (2006), é possível perceber, por meio de estudos que focalizam a relação entre escola e estrutura social, como a escola está encarregada de inculcar nos alunos valores e atitudes que pautam tanto a formação de automatismos intelectuais de base, quanto a construção da percepção que o indivíduo forma de si próprio na confrontação cotidiana da vida em sociedade. “Aprende-se na escola uma concepção do masculino e do feminino que possibilita julgar natural que meninos e meninas desenvolvam determinadas competências, habilidades e sensibilidades. Aprende-se também que ocupamos uma posição na hierarquia social, o que nos permite aceitar as diferenças sociais” (PEROSA, 2006, p. 89).

Quadro 5.1 – Recorte a partir da capacidade de se sustentar: Sim

NOME FICTÍCIO	Idade	Escolaridade	início vida laboral	Estado civil	Sobre seus ganhos mensais	Renda total da casa (salários mínimos)	Rendimento mensal (salários mín.)
Alana [MdB]	entre 50 e 59	sup. com pós graduação	18 a 22	divorciada	me sustento sozinha	Acima de 20 SM	acima de 20 SM
Aurora [Amesol]	acima de 65	médio	13 a 17	casada / u. estável	sou capaz de me sustentar sozinha	Até 2 SM	inferior a 1 salário mínimo
Catarina [Amesol]	acima de 65	sup. com pós graduação	18 a 22	casada / u. estável	sou capaz de me sustentar sozinha	De 2 a 5 SM	1 a 2,5 SM
Clarice [MdB]	entre 50 e 59	sup. com pós graduação	22 a 24	divorciada	me sustento sozinha	De 5 a 10 SM	5 a 10 SM
Cloé [MdB]	entre 50 e 59	sup. com pós graduação	13 a 17	divorciada	sou capaz de me sustentar sozinha	Acima de 20 SM	10 a 20 SM
Elisa [Amesol]	entre 40 e 49	sup. com pós graduação	13 a 17	solteira	sou capaz de me sustentar sozinha	De 5 a 10 SM	2,5 a 5 SM
Flora [Amesol]	entre 50 e 59	fundamental	até 12	solteira	me sustento sozinha	Até 2 SM	1 a 2,5 SM
Lívia [MdB]	entre 40 e 49	superior	até 12	casada / u. estável	me sustento sozinha	De 5 a 10 SM	5 a 10 SM
Maitê [MdB]	entre 50 e 59	sup. com pós graduação	22 a 24	casada / u. estável	sou capaz de me sustentar sozinha	Acima de 20 SM	5 a 10 SM
Pietra [MdB]	entre 50 e 59	sup. com pós graduação	13 a 17	casada / u. estável	sou capaz de me sustentar sozinha	Acima de 20 SM	10 a 20 SM
Rita [Amesol]	entre 40 e 49	sup. com pós graduação	até 12	casada / u. estável	sou capaz de me sustentar sozinha	De 5 a 10 SM	2,5 a 5 SM
Talita [MdB]	entre 40 e 49	sup. com pós graduação	13 a 17	solteira	me sustento sozinha	Acima de 20 SM	acima de 20 SM

Fonte: produção própria da pesquisadora

Quadro 5.2 – Recorte a partir da capacidade de se sustentar: Sim + sexualidade

NOME FICTÍCIO	Frequência sexual semanal	Satisfeita com frequência	Conversa sobre sexo com parceiro/a	Prazer com parceiro/a	Prazer sozinha	Conhece suas zonas erógenas	Toma iniciativa para o sexo	Sexo sem seu orgasmo é incompleto?
Alana [MdB]	1 a 2	pouco ou insatisfeita	sim, conversa	sim	sim	bastante	toma iniciativa	sim, incompleto
Aurora [Amesol]	0	satisfeita	não / pouco conversa	às vezes	não	não	raramente / não toma iniciativa	não, eu não faço questão
Catarina [Amesol]	1 a 2	satisfeita	sim, conversa	sim	não	completamente	toma iniciativa	sim, incompleto
Clarice [MdB]	1 a 2	pouco ou insatisfeita	sim, conversa	às vezes	sim	bastante	toma iniciativa	sim, incompleto
Cloé [MdB]	menos de 1	pouco ou insatisfeita	sim, conversa	sim	sim	bastante	às vezes toma iniciativa	não, também pode ser prazeroso
Elisa [Amesol]	menos de 1	pouco ou insatisfeita	não / pouco conversa	sim	sim	bastante	às vezes toma iniciativa	sim, incompleto
Flora [Amesol]	menos de 1	satisfeita	sim, conversa	sim	não	bastante	às vezes toma iniciativa	sim, incompleto
Lívia [MdB]	3 ou mais	muito satisfeita	sim, conversa	sim	sim	bastante	toma iniciativa	não, também pode ser prazeroso
Maitê [MdB]	1 a 2	satisfeita	sim, conversa	sim	sim	completamente	toma iniciativa	não, também pode ser prazeroso
Pietra [MdB]	1 a 2	satisfeita	sim, conversa	sim	sim	completamente	toma iniciativa	sim, incompleto
Rita [Amesol]	1 a 2	satisfeita	sim, conversa	sim	sim	completamente	raramente / não toma iniciativa	sim, incompleto
Talita [MdB]	3 mais	muito satisfeita	sim, conversa	sim	sim	bastante	toma iniciativa	não, também pode ser prazeroso

Fonte: produção própria da pesquisadora

Quadro 6.1 – Recorte a partir da capacidade de se sustentar: Não

NOME FICTÍCIO	Idade	Escolaridade	início vida laboral	Estado civil	Sobre seus ganhos mensais	Renda total da casa (salários mínimos)	Rendimento mensal (salários mín.)
Amália [Amesol]	entre 50 e 59	médio	13 a 17	casada / u. estável	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Até 2 SM	inferior a 1 salário mínimo
Bella [MdB]	entre 40 e 49	sup. com pós graduação	até 12	casada / u. estável	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Acima de 10 SM	2,5 a 5 SM
Caroline [Amesol]	entre 40 e 49	médio	13 a 17	solteira	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	De 2 a 5 SM	1 a 2,5 SM
Eva [Amesol]	até 40	superior	18 a 22	casada / u. estável	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	De 2 a 5 SM	inferior a 1 salário mínimo
Marília [Amesol]	até 40	superior incompleto	18 a 22	solteira	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Até 2 salários mínimos	inferior a 1 salário mínimo
Pérola [MdB]	entre 40 e 49	sup. com pós graduação	22 a 24	casada / u. estável	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Acima de 10 SM	2,5 a 5 SM
Raissa [MdB]	entre 50 e 59	sup. com pós graduação	13 a 17	casada / u. estável	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Acima de 20 SM	5 a 10 SM
Roma [Amesol]	acima de 65	médio	até 12	solteira	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Acima de 10 SM	1 a 2,5 SM

Fonte: produção própria da pesquisadora

Quadro 6.2 – Recorte a partir da capacidade de se sustentar: Não + Sexualidade

NOME FICTÍCIO	Frequência sexual semanal	Satisfeita com frequência	Conversa sobre sexo com parceiro/a	Prazer com parceiro/a	Prazer sozinha	Conhece suas zonas erógenas	Toma iniciativa para o sexo	Sexo sem seu orgasmo é incompleto?
Amália [Amesol]	1 a 2	satisfeita	sim, conversa	sim	não	completamente	às vezes toma iniciativa	sim, incompleta
Bella [MdB]	1 a 2	pouco ou insatisfeita	sim, conversa	sim	sim	bastante	às vezes toma iniciativa	sim, incompleto
Caroline [Amesol]	0	pouco ou insatisfeita	não / pouco conversa	sim	sim	bastante	toma iniciativa	não, também pode ser prazeroso sem orgasmo
Eva [Amesol]	3 ou mais	satisfeita	sim, conversa	sim	não	bastante	às vezes toma iniciativa	não, também pode ser prazeroso sem orgasmo
Marília [Amesol]	0	pouco ou insatisfeita	não / pouco conversa	não	sim	bastante	toma iniciativa	não, também pode ser prazeroso sem orgasmo
Pérola [MdB]	menos de 1	pouco ou insatisfeita	não / pouco conversa	sim	sim	completamente	toma iniciativa	não, também pode ser prazeroso sem orgasmo
Raissa [MdB]	menos de 1	satisfeita	sim, conversa	sim	às vezes	bastante	às vezes toma iniciativa	sim, incompleto
Roma [Amesol]	1 a 2	satisfeita	sim, conversa	às vezes	não	bastante	às vezes toma iniciativa	sim, incompleto

Fonte: produção própria da pesquisadora

As divorciadas estão no grupo das que podem se sustentar sozinhas, já as solteiras dividem-se igualmente entre um e outro. Dentre as que não podem se sustentar sozinhas, a maior parte tem menos de 49 anos, mesmo aquelas com graus mais altos de escolaridade. As solteiras

deste grupo vivem nas casas dos seus pais, o que possivelmente contribui para que tenham baixa ou nenhuma frequência sexual semanal, uma fonte de insatisfação para elas.

De maneira geral, as entrevistadas afirmam conhecer bastante ou completamente as áreas dos seus corpos mais capazes de lhes oferecer prazer. Elas se dividem quase igualmente entre as que veem e as que não veem uma relação sexual sem seu orgasmo como uma relação incompleta. Dentre as que afirmam que o orgasmo é necessário, são enfáticas as respostas, como: “Tem que ser pros dois. Se o homem chegar pra mim e achar que ele tem que gozar e eu não, vai porta afora”; “Sim. Se não tem, pra quê fazer?”; “Claro! Totalmente. [sem meu orgasmo] Não acabou ainda.”; “Não dá pra ter todo dia, não é sempre que os anjos dizem amém, mas também não dá pra ficar muito tempo sem”. Já dentre as que consideram válido o sexo sem seu orgasmo, o complemento à resposta vai desde crer que mesmo assim a relação é prazerosa a uma certa ‘cumplicidade’ sexual, no sentido de permitir e achar positivo que o outro tenha prazer.

É possível encontrar algumas convergências de resultados com um levantamento mais amplo, a pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*⁷⁶ (SESC & FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010), cujas declarações sobre o prazer sexual demonstram que, em relação à idade, as que menos afirmam ter sentido muito prazer são as mais velhas (60 anos ou mais), que são também as que mais fizeram sexo por obrigação, resposta que cai proporcionalmente à diminuição da idade (respondentes de 15 a 24 anos são as que menos passaram por esta situação). Já as de 15 a 34 anos são as que mais afirmam ter muito prazer nas relações – no tocante à situação conjugal, esta resposta é mais incidente entre as solteiras. Na comparação com dados da mesma pesquisa feita nove anos antes, em 2001, a proporção daquelas que fizeram sexo por obrigação ou viram um sofrimento na relação sexual, caiu. É curioso observar que caiu também a quantidade das que afirmaram ter sentido muito prazer, mas cresceu consideravelmente as respostas daquelas que acharam gostoso. Esta relação geracional sugere uma crescente ‘liberação’ de comportamentos e uma possível busca mais desenvolvida por prazer sexual, além da consciência sobre o que lhes dá prazer, possivelmente um resultado histórico do acúmulo das discussões e reivindicações das gerações anteriores de mulheres, relacionado, ainda,

⁷⁶ Relatório de pesquisa elaborado a partir de 2.365 entrevistas com mulheres e 1.181 com homens, distribuídas em 25 estados nas cinco macrorregiões do país, cobrindo as áreas urbana e rural de 176 municípios na amostra feminina e 104 municípios na masculina, estratificados por porte (tercis macrorregionais: municípios grandes, médios e pequenos) e mesorregião, agosto de 2010.

à maior circulação de um discurso sobre prazer sexual feminino nos produtos culturais e na mídia.

Interessante notar que sobre a concordância com frases machistas, a exemplo da afirmação “a mulher casada deve satisfazer o marido sexualmente mesmo quando não tem vontade”, faz mais diferença nas respostas (gradação entre concorda totalmente e discorda totalmente) o grau de escolaridade do que a geração a que a respondente pertence. A relevância da instrução formal aparece novamente nas declarações sobre o prazer sexual (SESC & FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010).

Em relação à renda familiar e escolaridade (categorizadas separadamente) nota-se que as que mais afirmam sentir muito prazer são as entrevistadas de renda familiar mais alta (acima de cinco salários mínimos) e as de maior escolaridade (ensino superior). As que mais afirmaram ter feito sexo por obrigação são aquelas que estudaram menos (até 4ª série) e as que têm renda familiar baixa, de até um salário mínimo. O número de parceiros também sobe à medida que a renda familiar e a escolaridade aumentam, apontando para um distanciamento da representação de ‘mulher de família’, relativa à condição social mais elevada. Além disso, em relação à situação conjugal (casada, solteira, separada ou viúva) as casadas e viúvas são aquelas que permanecem com apenas um parceiro sexual, o que encontra com as afirmações de Bozon (2004) acerca da viuvez ser frequentemente um ponto final na experiência sexual feminina. A separação, por sua vez, representa cada vez menos o fim da vida sexual ativa, ainda que elas possam encontrar com menos facilidade do que os homens novos parceiros/as. Nesta pesquisa (SESC & FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010), foram as separadas as que afirmaram ter um maior número de parceiros sexuais.

Foi complexa a tarefa de compor as questões que contribuiriam para compreender as transformações possíveis na experiência da sexualidade feminina. Em parte, me apoiei nas perguntas da pesquisa *Où en est la vie sexuelle des Françaises en 2019?* (IFOP, 2019); nas transformações observadas por Bozon (2004); também na observação do discurso em circulação acerca da sexualidade feminina nas redes sociais (perfis e páginas dedicados ao tema do prazer sexual feminino) e na mídia, como revistas femininas, que anos atrás se pautavam em como oferecer prazer ao outro e passaram a falar mais no prazer delas, além de fazer uma outra representação da mulher (MANDAJI, SOUZA & TERHAAG, 2016; SANTOS & SILVA, 2008); por último, nas experiências vividas e compartilhadas com outras mulheres. Assim, considerei

mais importantes aquelas perguntas que tratam da satisfação sexual, seja relativa à frequência ou às práticas sexuais, sozinha ou acompanhada; da busca e comunicação sobre que oferece prazer; e da importância da presença do orgasmo.

Menos do que oferecer um diagnóstico claro sobre se *sim ou não, estas mulheres têm maior liberdade, protagonismo, autonomia e empoderamento sexual* ou se o *comportamento sexual feminino se assemelha ao comportamento sexual masculino*, partindo dos grupos com todas aquelas características anteriormente citadas, as respostas oferecem mais uma temperatura e uma ideia de como o prazer sexual pode estar relacionado aos demais fatores observados. Permite observar a miséria de condição e a miséria de posição (BOURDIEU, 2008). Ou seja, o sofrimento daquelas que não se sentem à vontade, não sentem prazer e aquelas que por sua condição privilegiada, experimentam outra forma de sofrimento social, aquelas que “ocupam uma posição inferior e obscura no interior de um universo prestigioso e privilegiado” (BOURDIEU, 2008, p. 13), como as brancas, com independência financeira, altamente escolarizadas e divorciadas que declaram mais frequentemente do que as demais sentirem-se insatisfeitas. Seria preciso refletir sobre cada correlação entre os diagramas do espaço social neste microcosmo restrito de mulheres para apreender tanto a “miséria de condição”, como a “miséria de posição”. E isso porque é preciso apreender tanto as formas de sofrimento social derivadas da “grande miséria de condição”, nas palavras de Bourdieu, e que é materializada neste estudo pelo caso das filhas de mãe de baixa escolaridade, que começaram a trabalhar muito jovens e que são também aquelas que declaram nem sempre se sentirem bem para pedir o que desejam no sexo. E a “miséria de posição” daquelas altamente qualificadas do ponto de vista escolar, com maior renda, e que mais frequentemente do que as outras relataram a experiência do divórcio.

Conclusões

Esta pesquisa só poderia acontecer nesta cidade, onde se encontra histórica e acidentalmente situada, para falar nos termos de Eduardo Restrepo (2014). Em São Paulo, culturalmente construída como cidade do trabalho, como fica o prazer? Penso que fosse outra a minha localização de moradia, talvez outras fossem também as questões e interações de temas que comporiam meu campo de trabalho. Me apoiando em bases dos estudos culturais, da sociologia da sexualidade de inspiração *bourdieusiana*, a partir de uma perspectiva de gênero, busquei desenvolver nesta pesquisa um trabalho de contextualização das transformações na condição feminina no Brasil que contribuisse para observar as possíveis interações entre autonomia na vida profissional e na vida sexual de vinte mulheres entrevistadas.

Mergulhar nas estatísticas do IBGE sobre as mulheres e manter um olhar crítico sobre as próprias ferramentas de pesquisa ao longo do trabalho me levou a um achado inicialmente inesperado acerca da chefia familiar feminina. Observando um conjunto de dados estatísticos, o aumento das mulheres enquanto “pessoa de referência na família” aparece relacionado a um conjunto de mudanças mais amplas, culturais e sociais, acerca das relações de gênero, notadamente, a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade e do emprego feminino formal, fenômeno amplamente discutido pela literatura internacional e bem documentado pelas estatísticas do IBGE. É possível supor que o aumento da presença das mulheres no posto de “pessoa de referência na família” tenha a ver com mudanças na compreensão do papel feminino na sociedade, mas também com mudanças na forma de perguntar e de produzir a pesquisa censitária. Assim, notei como as próprias pesquisas que se propõem a mensurar os diferentes aspectos da população feminina podem, por sua vez, provocar transformações discursivas – à medida que se atualizam ao longo dos anos também de maneira atrelada a tais mudanças. Além disto, estas mudanças se fazem observar na interação com fenômenos sociais tais como os movimentos feministas. Parte desta dissertação foi dedicada a colocar tudo isso em relação, as mutações captadas pelas estatísticas, a literatura das ciências sociais brasileiras sobre a condição feminina, e os discursos que tais informações podem engendrar.

Colocando nos termos de Raymond Williams, podemos pensar que há modos *emergentes* de existir enquanto família, que tensionam uma formação familiar *dominante*. Isto é, ainda que a família nuclear, heterossexual se encontre em um lugar *dominante*, a lógica patriarcal das

relações entre pessoas e a distribuição de responsabilidades podem estar se tornando, lentamente, um elemento *residual*⁷⁷. A experiência feminina (e masculina) hoje não pode ser bem compreendida se desconsideramos essas modificações demográficas mais amplas.

As entrevistas com vinte participantes de dois grupos ligados ao “empreendedorismo feminino”, cada um à sua maneira, permitiram observar que as expressões de liberdade e autonomia sexual destas mulheres interagem com diversos aspectos de suas vidas, podendo se relacionar com a independência financeira, mas tendo outros fatores relevantes na sua configuração, como a escolaridade, a idade e o estado civil.

Isto aponta que a hipótese e os resultados são, ao mesmo tempo, convergentes e divergentes. Quero dizer, eu propus investigar se e como a independência e autonomia financeiras por meio do trabalho, junto à exposição a discursos feministas, diante de um histórico de acesso feminino à educação e a postos de trabalho formal, teriam efeito sobre as vidas íntimas (afetivas e sexuais) das mulheres. Propus isto acreditando que tivessem efeito – e têm, mas talvez não como eu inicialmente esperava.

Vejamos o caso de Aurora (artesã participante da Amesol, de 70 anos, casada, com escolaridade até o ensino médio, aposentada, cuja mãe cursou apenas ensino fundamental): a independência e a liberdade que compõem seu senso de autonomia se relacionam ao trabalho e à autossuficiência financeira, mas não têm a consequência imaginada sobre sua experiência sexual, num primeiro olhar. Isto é, se o que eu supunha era que ao serem independentes financeiramente, “empoderadas” por meio do trabalho, “autônomas”, isso se traduziria em uma sexualidade mais livre para as mulheres, no sentido de “liberada” e propositiva, não é bem assim que isto se dá. No entanto, há outros resultados possíveis como, por exemplo, a possibilidade de sentir-se “livre” justamente para abrir mão de uma vida sexual e afetiva insatisfatória, tal como vimos no relato de Aurora.

Algo semelhante acontece com as entrevistadas separadas, pois ao observar suas respostas nota-se que têm certo nível de exigências acerca de uma possível parceria sexual (situação que não ocorre com as casadas, que não “precisam pensar” pois têm parceria garantida),

⁷⁷ “Existem, portanto, no mesmo momento histórico, elementos do passado/presente (residuais), do presente/presente (dominantes) e do presente/futuro (emergentes), demonstrando que estamos inseridos num contexto com distintas temporalidades. Há ainda os elementos do passado/passado (arcaicos) que ajudam a compreender certas configurações culturais que existiam no passado, mas não atuam mais no tempo presente” (FERREIRA, 2019).

ao mesmo tempo em que se sentem à vontade para tomar iniciativa, e para exercer sua sexualidade, o que parece caminhar juntamente à sua alta escolarização.

Como em Bozon (2004) e na pesquisa *Où en est la vie sexuelle des Françaises en 2019?* (IFOP, 2019) sobre a vida sexual das francesas, a origem social, apreendida aqui por meio das variáveis início da vida laboral e escolaridade das mães, revelou-se de grande importância. O espaço criado pela ACM opõe a experiência das mulheres das camadas médias e altas à experiência feminina nas classes populares. Como esperado, a escolaridade acompanha essa diferenciação já que é altamente correlacionada à origem social. Contudo, isso não é tudo. Outros fatores, como a idade e o estado civil, contribuem fortemente para a configuração da experiência sexual. Ademais, o fato de observarmos diversos comportamentos sexuais no centro do diagrama 1 (tomar a iniciativa para o sexo e pedir as carícias que deseja, por exemplo), mostra que a experiência da sexualidade vem se alterando mesmo em mulheres de origem social mais modesta e cujas mães possuíam menor escolaridade.

É o caso de Bella, (consultora participante do Grupo Mulheres do Brasil, de 41 anos, casada, com pós-graduação, cuja mãe cursou apenas ensino primário), próxima de Aurora no espaço social, ou seja, situada no quadrante de menor renda e menor escolaridade. É sugestivo que exatamente neste quadrante incidam com maior força, as respostas “*atualmente, peço...*”, “*às vezes, tomo a iniciativa...*”, afirmações mais ambíguas e tímidas, se comparadas àquelas de Clarice, Alana e Cloé (todas participantes do Grupo Mulheres do Brasil), mais escolarizadas, divorciadas e com fontes de renda mais sólida – provenientes tanto do trabalho, quanto de investimentos ou aposentadoria. Elas declaram com maior frequência e sem ambiguidades que sim “tomam a iniciativa”, “pedem o que desejam”, ainda que isso possa também depender da intimidade com o parceiro e não sem calcular o risco, sempre presente, de “assustá-lo”, uma vez que as respostas apontam para uma falta de receptividade masculina a posturas sexuais mais diretas e ousadas.

As atualizações e modificações nos comportamentos sexuais destas mulheres também podem se justificar por algo que não fica visível nos diagramas e nas tabelas, mas que se nota nas falas das entrevistadas: a exposição a discursos feministas nos grupos que frequentam talvez seja um fator equalizador para alguns comportamentos – que também se expressam nos comportamentos sexuais. Ao ouvirem sobre e vivenciarem “protagonismo” e “empoderamento”, diferenças que inicialmente seriam maiores na maneira de experiência da sexualidade, se

consideradas as diferenças geracionais e de escolaridade, podem tender a serem atenuadas. É exemplo disto o fato de nenhuma das entrevistadas ver o sexo como “uma obrigação da mulher”, mesmo dentre as mais velhas e casadas.

Por fim, a maior parte da bibliografia acerca de comportamentos sexuais que encontrei é oriunda das áreas de saúde ou assistência social. Algumas encomendadas por laboratórios cujos medicamentos tratam disfunções sexuais, a exemplo da disfunção erétil. Já no campo das ciências sociais isto é mais raro. Encontro uma outra bibliografia, que observa as relações de gênero em diversos campos, tendo sido especialmente proveitosa para a minha pesquisa aquela porção que discute a relação com trabalho, inclusive em suas nuances possíveis no espectro da divisão sexual do trabalho. Mas a ocorrência do encontro destes temas (gênero, trabalho e comportamentos sexuais) é mais rara. Em parte minha dissertação busca contribuir com este campo, afirmando a relevância de tratar tais dimensões da vida social, integradas, evitando separar artificialmente o que ocorre na esfera pública e privada, e pautando estes temas no âmbito acadêmico.

O trabalho que desenvolvi nesta dissertação levou em conta minhas reais condições de realização de pesquisa e o desejo de produzir conhecimento acerca das mutações do comportamento sexual feminino no Brasil, nos dias atuais, ou seja, após a trajetória histórica de aumento da escolaridade feminina e à multiplicação dos lares chefiados por mulheres. Seria interessante ver a produção de enquetes mais completas acerca deste assunto, algo que cheguei a idealizar como uma extensa e profunda investigação sobre os hábitos sexuais dos brasileiros, dando ênfase às práticas de prazer das mulheres. Seria uma pesquisa conduzida presencialmente, que precisaria contar com uma equipe para cobrir todo território nacional, realizando entrevistas em profundidade, para além de um extenso questionário sobre caracterização social e comportamentos íntimos (da constituição dos vínculos amorosos às práticas sexuais). Esta pesquisa não estava ao meu alcance realizar ao longo deste mestrado. Então busquei executar a pesquisa que poderia existir de acordo com meus interesses, minhas possibilidades e buscando contribuir para adensar o conhecimento nas ciências sociais brasileiras sobre a reinvenção da condição feminina, com todos os seus paradoxos.

Referências

- ABREU, Alice Rangel de Paiva, HIRATA, Helena & LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ABREU, Nuno Cesar. **O olhar pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- ALVES, José Eustáquio Diniz, CAVENAGHI, Suzana Marta, CARVALHO, Angelita Alves de, SOARES, Maira Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações demográficas do Brasil. In: BLAY, Eva Alterman & AVELAR, Lúcia (orgs). **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. 1ª ed. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2017.
- ANIS, Instituto de Bioética. Aborto: por que precisamos descriminalizar? Brasília, 2019. Disponível em: <https://anis.org.br/wp-content/uploads/2020/07/RELATORIO-ABORTO-PT.pdf> Acesso em junho de 2021.
- APARICIO, Cimar Alejandro Prieto. Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV. Unicamp: Textos NEPO, Vol. 85, Campinas, 2018.
- ARAÚJO, Carolina Santos Garcia de. **Cultura popular e telejornalismo local: uma análise do modo de endereçamento do programa na mira, da tv aratu**. 2010. Mestrado em Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAUDELLOT, Christian. Conclusão: Nada está decidido. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: Homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.
- BATALHA, Claudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. (1949) 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana Cavenaghi. Fecundidade em declínio. **Revista Novos Estudos**. Novos Estudos, CEBRAP: 2006.
- BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana Cavenaghi. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 471-482, jul./dez. 2014

- BERQUÓ, Elza. Elza Berquó: Marcas do pioneirismo na demografia. **Revista Pesquisa Fapesp**. São Paulo, ed. 262, dez. 2017. Entrevista a Neldson Marcolin. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/elza-berquo-marcas-do-pioneirismo-na-demografia/> Acesso em março de 2021.
- BERQUÓ, Elza; GARCIA, Sandra Mara. Algumas considerações sobre a reprodução tardia no Brasil. In: **População e desenvolvimento em debate**: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. TURRA, Cassio Maldonado (Org.); DA CUNHA, José Marcos Pinto (Org.). Belo Horizonte: ABEP, 2012.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: Limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BLANCHARD, Soline; JACQUEMART, Alban; PERRIN, Marie; & ROMERIO, Alice. (2018). La cause des femmes dans les institutions. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 223, 4-11. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989a.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e a gênese das classes. In: **O poder simbólico**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989b.
- BOURDIEU, Pierre (coord.). Ao leitor; O espaço dos pontos de vista. In: **A Miséria do Mundo**. 7a Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção – Crítica social do julgamento**. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e poder simbólico**. Texto francês da conferência pronunciada na Universidade de San Diego, em março de 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3935267/mod_resource/content/1/Espa%C3%A7o%20social%20e%20poder%20simb%C3%B3lico.pdf Acesso em janeiro de 2019.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros – os estudantes e a cultura**. 1ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015.
- BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRUSCHINI, Cristina. “Trabalho Feminino trajetória de um tema perspectivas para o futuro”. *Revista Estudos Feministas*; Vol. 2, n. 3, Florianópolis, 1994.
- BRUSCHINI, Cristina. “Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos”. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, n. 132, p. 537-572, São Paulo e Rio de Janeiro, set./dez. 2007.
- CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. *Estudos Avançados*, vol. 17, no 49, São Paulo. 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNETI, Karen. **Brasil tem mais de 5 milhões de mulheres empreendedoras, revela estudo**, 24 de fevereiro de 2015. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/carreira/brasil-tem-mais-de-5-milhoes-de-mulheres-empendedoras-revela-estudo/>> . Acessado em: abril de 2019.

CORREA, Mariza. **O sexo da dominação**. Novos Estudos. CEBRAP. n. 54, julho 1999, pp. 43-53.

COSTA, Cláudia de Lima. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 44, p. 79–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9985>. Acesso em: 01 maio 2021.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. Contribuições para a definição dos Conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v.39, n01, p. 19-36. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, Ladislau. Prefácio à edição brasileira. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: Homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

DIAS, Amália & JARA, Isabela Bolorini. Educação e emancipação feminina em Celina Padilha, a “educadora transviada” (1927-1930). **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, set./dez.2017. p. 229-255.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. "Uma introdução Estudos Culturais". *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 9, dezembro de 1998.

FERRANTE, Elena. **História de quem foge e de quem fica**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

FERREIRA, Thiago Emanuel. **Transformações de Políticas e Afetos no Brasil: Contextualizando radicalmente o acontecimento Junho de 2013 em fluxos audiovisuais**. 2019. Doutorado em Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FÍGOLI, Moema Gonçalves Bueno. Evolução da educação no Brasil: uma análise das taxas entre 1970 e 2000 segundo o grau da última série concluída. *R. bras. Est. Pop*, v. 23, n. 1, , jan./jun. São Paulo, 2006. p. 129-150

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 26^a ed., 2013.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, pp. 67-75.

GARCIA, Sergio. Margareth Rago: “O feminismo está na moda. Virou pop”. **ÉPOCA | Vida**. São Paulo, 15 de novembro de 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/margareth-rago-o-feminismo-esta-na-moda-virou-pop.html>. Acesso em abril de 2019.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner de. Mercantilização no feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva, HIRATA, Helena & LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. 1^a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOLDMAN, Emma. **A Tragédia da emancipação feminina**. 1917. Disponível em <<https://www.scribd.com/document/200602235/EMMA-GOLDMAN-A-tragedia-da-emancipacao-feminina>> Acesso em fev. 2019.

GOMES, Itania M. M.. Leituras Ideológicas. Ou: Como o estruturalismo conduziu os estudos culturais ingleses às análises de recepção. **Textos de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 41, n.40, p. 35-47, 2000.

GOMES, Itania M. M.. **Efeito e Recepção: A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

GONDIM, Linda M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis**, n. 44. 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/11944>

GROSSBERG, Lawrence. **Cultural Studies in the Future Tense**. Durham e Londres: Duke University Press, 2010.

HAHNER, June E.. Honra e distinção das famílias. In: PINSKI, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.) **Nova História das mulheres no Brasil**. 1a ed., São Paulo: Contexto, 2018.

HALL, Stuart. **El trabajo de la representación** (Trad. Elías Sevilla Casas). Lima: Instituto de Estudios Peruanos (IEP), 1997. Disponível em <http://metamentaldoc.com/14_El_trabajo_de_la_representacion_Stuart_Hall.pdf> Acesso 22 jul. 2018.

HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. V. II. São Paulo: ANPOCS, 2002. P. 183 – 221.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IFOP, Institut Français d'Opinion Publique. **Où en est la vie sexuelle des Françaises en 2019?**. Paris, França, 2019. Disponível em: https://www.ifop.com/wp-content/uploads/2019/02/116130>Ifop_ELLE_Mag_2019.02.014.pdf Acesso em abril de 2019.

INSIDE Deep Throat. Direção: Fenton Bailey, Randy Barbato. Roteiro: Fenton Bailey, Randy Barbato. Intérpretes: Linda Lovelace, Harry Reems e Dennis Hopper (narrador). USA: 2005. 1 DVD (92 min), anamorphic widescreen, color. Documentário baseado na história do filme “Garganta Profunda”.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Economia dos cuidados**: marco teórico-conceitual. Rio de Janeiro, 2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais Pnad Contínua -2018. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf Acesso em dezembro de 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ONU Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4a edição. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada – Edição comemorativa. São Paulo: Editora Ática, 2021.

JUFFER, Jane. Introduction: from the profane to the mundane. *In*: **At home with pornography**: women, sex and everyday life. Nova Iorque: NYU Press, 1998.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, pp. 67-75.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva, HIRATA, Helena & LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 3^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e Vulnerabilidade: Quais os Arranjos Familiares em Risco? **Dados**, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 1, pp. 67 a 97. 2006.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 41-67. 1997.

LEBARON, Frédéric. **L'enquête quantitative en sciences sociales**. Dunod, Paris. 2006.

MACHADO, Cecília e PINHO NETO, Valdemar. The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil. **RP/PPA**, FGV, 2016. Disponível em: https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/the_labor_market_consequences_of_maternity_leave_policies_evidence_from_brazil.pdf. Acesso em 18 de novembro de 2020.

MANDAJI, Carolina Fernandes da Silva; SOUZA, Maurini de, TERHAAG, Priscila. “Discursos do feminino na contemporaneidade: Revista TPM”. *Revista Ártemis*, Vol. XXI, pp.102-115, jan-jul 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús.. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 1a.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Jesus Martín-Barbero: as formas mestiças da mídia. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 163, set. 2009a. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/09/01/as-formas-mesticas-da-midia/>. Acesso em: 13 de set. de 2014. Entrevista concedida a Mariluce Moura.

MAZAURETTE, Maïa. En matière de sexualité, mieux vaut être riche et bien portant. **Le Monde**, 24 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.lemonde.fr/m-le-mag/article/2019/02/24/en-matiere-de-sexualite-mieux-vaut-etre-riche-et-bien-portant_5427551_4500055.html. Acesso em abril de 2019.

MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael Guerreiro; VARELLA, Santiago. **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999**. Seminário PNADs da década de 90: uma avaliação. Rio de Janeiro, 2002.

MITTELL, Jason. A Cultural Approach to Television Genre Theory. **Cinema Journal**, Vol. 40, No. 3 , pp. 3-24, Spring, 2001.

MOTTA, Flávia de Mattos. Bem mulherzinha: o sexo, o corpo e a relação homem/mulher. *In*: BRITES, Jurema e MOTTA, Flávia de Mattos (orgs.). **Etnografia, o espírito da antropologia**: Tecendo linhagens. 1^a ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

MOREIRA, Felipe Flites; OLIVEIRA, Raul Nunes. Funk carioca: o cheiro que incomoda. *In*: VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. **Anais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

NATANSOHN, L.G. Os Estudos Culturais e o feminismo. In: **Consultando médicos na Televisão: mulheres, medicina e meios de comunicação**. Tese de doutorado. PPGCCC, UFBA, 2003.

NEVES, Nina. **Pornografia Feminina: uma análise das disputas culturais e discursivas em torno do gênero filme pornográfico feminino**. 2010. Monografia (graduação). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 237-253. maio-agosto/2004.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKI, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.) **Nova História das mulheres no Brasil**. 1a ed., São Paulo: Contexto, 2018.

PERDUE, Lewis. **Eroticabiz: how sex shaped the internet**. Califórnia: IdeaWorkx, 2002.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In: 42 Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu-MG. **Anais do 42 Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo: ANPOCS, 2018.

PEROSA, Graziela Serroni. A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas. **cadernos pagu** (26), Campinas, p. 87-111. janeiro-junho de 2006

PEROSA, Graziela Serroni. Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 51-68. 2008.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PINTO, Céli. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli. "Feminismo, história e poder". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 18, n. 36, p. 15-23, Junho de 2010.

QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**, Rio de Janeiro: PACS, 2006.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIAL, Carmen; LAGO, Maria Coelho de Souza; GROSSI, Mirian Pilar. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol. 13, n. 3, p. 677-689. 2005.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RESTREPO, E. Estudios culturales en América Latina. **Revista Estudos Culturais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98369>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: L. LINHARES BARSTED; J. PITANGUY (orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, v. 1, p. 390–434.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal: mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. 1ª ed. São Paulo: Ubu, 2017.

SANTOS, Daniela Barsotti; SILVA, Rosalina Carvalho da. Sexualidade e Normas de Gênero em Revistas para Adolescentes Brasileiros. **Revista Saúde Soc.**, São Paulo, v.17, n.2, p.22-34. 2008.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. Transcrição revisada de comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: trilhas do empoderamento de mulheres. Promovido pelo MEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5 a 10 de junho de 2006.

SARDENBERG, Cecília. Liberal vs Liberating Empowerment: A Latin American Feminist Perspective in Conceptualising Women's Empowerment. **IDS Bulletin** (Brighton. 1984), v. 47, p. 18-27, 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (2), p. 35-55. 2004.

SEBRAE/BA (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Bahia). *Empreendedorismo feminino como tendência de negócios*. Disponível em https://www.sebraeatende.com.br/system/files/produtos_-_bahia_-_e-book_-_64_-_empreendedorismo_feminino_como_tendencia_de_negocios_1.pdf Acesso em: 18 de novembro de 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. **Atlas da Economia Solidária**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

SÉRIES HISTÓRICAS E ESTATÍSTICAS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

SESC & FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pdf Acesso em fevereiro de 2021.

SCOTT, Joan (1991). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife, SOS Corpo. (sd)

SIQUEIRA, Elis Nazar Nunes. Folksomanias, hashtags, e campanhas feministas na internet: como #meuamigosecreto, #belarecatadaedolar e #meuprimeiroassédio nos levaram a #elenão. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, vol. 59, n. 1, maio de 2020.

SORJ, Bila. Pesquisas Comparativas: uma análise crítica dos indicadores de gênero. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, v. III, p. 01-08. 2007.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O Gênero da "Nova Cidadania": o Programa Mulheres da Paz. **Sociologia & Antropologia**, v. 01, p. 147-164, 2011.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n 2. 2014.

SPIELMANN, Ellen. Nosotros habíamos hecho estudios culturales mucho antes que esta etiqueta apareciera: una entrevista con Jesús Martín-Barbero. **Dissens**, nº 3, 1997, p.47- 53. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/eccscol/barbero-entrevista.doc>. Acesso em: 01 mai. 2021.

TELLES, Lygia Fagundes. **As Meninas**. São Paulo: Companhia das Letras. 1973, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora. 2020

WAHLQUIST, Calla. The sole function of the clitoris is female orgasm. Is that why it's ignored by medical science? **The Guardian**, 31 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2020/nov/01/the-sole-function-of-the-clitoris-is-female-orgasm-is-that-why-its-ignored-by-medical-science>. Acesso em 10 de junho de 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SITES CONSULTADOS

IBGE. Estatísticas de Gênero: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>

IBGE. Séries Históricas e Estatísticas: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>

APÊNDICE A – Um mergulho no IBGE: Séries Históricas e Estatísticas

Por causa da disciplina de Redação Científica (EAH5003) mergulhei na análise das Séries Históricas e Estatísticas do IBGE, pois era importante ter resultados a partir de dados para executar as atividades propostas. Tal exercício me ofereceu uma fundamental perspectiva sobre aspectos relacionados ao meu objeto de pesquisa.

Após fazer uma seleção inicial dos temas (educação; mercado e força de trabalho; famílias e domicílios; população e demografia), explorei os subtemas de interesse para selecionar as Séries Históricas e Estatísticas cadastradas sob cada um deles. Feita esta triagem, consultei e compilei, em um documento à parte (Apêndice B), os dados apresentados em quadros pelo próprio *site* do IBGE, a fim de observar o que eles demonstram sobre as transformações da condição feminina no Brasil. Os achados desse exercício comparativo e relacional são discutidos no capítulo 2.

Abaixo apresento a estrutura dos dados observados de acordo com sua organização no *site* do IBGE:

Tema: Educação

Subtema: Alfabetização e instrução

Série: *Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo*

Série: *População feminina de 10 anos ou mais, por anos de estudo (2001 a 2015)*

Tema: Mercado e Força de Trabalho

Subtema: Mercado de trabalho

Série: *População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, por sexo (1992 a 2007)*

Série: *Carteira de trabalho assinada – Empregados total e por sexo (2001 a 2015)*

Subtema: População economicamente ativa

Série: *Sexo (2001 a 2015)*

Série: *Escolaridade - Anos de estudo de mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (1992 a 2007)*

Série: *Escolaridade - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo* (1995 a 2007)

Subtema: Rendimento do trabalho

Série: *Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho, por sexo* (1992 a 2002)

Tema: Famílias e Domicílios

Subtema: Características das famílias

Série: *Tipos de família* (1992 a 1999 e 2001 a 2009)

Série: *Pessoas de referência na família por anos de estudo* (2001 a 2015)

Subtema: Perfil das pessoas de referência das famílias ou domicílios

Série: *Pessoas de referência da família, por sexo* (1981 a 1990, 1992 a 1999 e 2001 a 2009)

Tema: População e Demografia

Subtema: Dinâmica demográfica

Série: *Taxa de fecundidade total* (Decenal e anual de 1940 a 2016)

Série: *Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres* (1970 a 2005)

APÊNDICE A – Um mergulho no IBGE: Séries Históricas e Estatísticas

Por causa da disciplina de Redação Científica (EAH5003) mergulhei na análise das Séries Históricas e Estatísticas do IBGE, pois era importante ter resultados a partir de dados para executar as atividades propostas. Tal exercício me ofereceu uma fundamental perspectiva sobre aspectos relacionados ao meu objeto de pesquisa.

Após fazer uma seleção inicial dos temas (educação; mercado e força de trabalho; famílias e domicílios; população e demografia), explorei os subtemas de interesse para selecionar as Séries Históricas e Estatísticas cadastradas sob cada um deles. Feita esta triagem, consultei e compilei, em um documento à parte (Apêndice B), os dados apresentados em quadros pelo próprio *site* do IBGE, a fim de observar o que eles demonstram sobre as transformações da condição feminina no Brasil. Os achados desse exercício comparativo e relacional são discutidos no capítulo 2.

Abaixo apresento a estrutura dos dados observados de acordo com sua organização no *site* do IBGE:

Tema: Educação

Subtema: Alfabetização e instrução

Série: *Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo*

Série: *População feminina de 10 anos ou mais, por anos de estudo (2001 a 2015)*

Tema: Mercado e Força de Trabalho

Subtema: Mercado de trabalho

Série: *População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, por sexo (1992 a 2007)*

Série: *Carteira de trabalho assinada – Empregados total e por sexo (2001 a 2015)*

Subtema: População economicamente ativa

Série: *Sexo (2001 a 2015)*

Série: *Escolaridade - Anos de estudo de mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (1992 a 2007)*

Série: *Escolaridade - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo (1995 a 2007)*

Subtema: Rendimento do trabalho

Série: *Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho, por sexo* (1992 a 2002)

Tema: Famílias e Domicílios

Subtema: Características das famílias

Série: *Tipos de família* (1992 a 1999 e 2001 a 2009)

Série: *Pessoas de referência na família por anos de estudo* (2001 a 2015)

Subtema: Perfil das pessoas de referência das famílias ou domicílios

Série: *Pessoas de referência da família, por sexo* (1981 a 1990, 1992 a 1999 e 2001 a 2009)

Tema: População e Demografia

Subtema: Dinâmica demográfica

Série: *Taxa de fecundidade total* (Decenal e anual de 1940 a 2016)

Série: *Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres* (1970 a 2005)

APÊNDICE B – Dados selecionados para análise

Visão completa dos dados selecionados para análise, incluindo tabelas originais do site do IBGE a partir das quais elaborei tabelas resumidas.

As tabelas que contêm a palavra “Resumo” nos títulos compilam informações de acordo com os interesses deste trabalho e são de autoria desta pesquisadora.

A partir deste trabalho de seleção e observação de dados, foi possível elaborar as análises presente no capítulo 2.

TEMA: EDUCAÇÃO

Em alfabetização e instrução, subtema indexado sob o tema Educação, está a série *Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo*, com informações de 1995 a 2009, onde é possível observar a progressão do crescimento da escolaridade feminina (fez-se fundamental a desagregação por sexo, neste caso). Já a série *População feminina de 10 anos ou mais, por anos de estudo* permite conhecer as transformações relativas ao grau de instrução da população de mulheres entre 2001 e 2015 (os dados estão disponíveis em diversas categorias crescentes por quantidade de anos de estudo). É criticável, no entanto, que tais informações sobre a população feminina só estejam disponíveis a partir de 2001.

Subtema: Alfabetização e instrução

Série: *Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo*

Média de anos de estudo			
	Período	Homens	Mulheres
o	1995	5	5,3
	1996	5,2	5,5
	1999	5,7	5,9
	2001	5,9	6,2
	2002	6,2	6,4
	2003	6,3	6,6
	2004	6,4	6,7
	2005	6,5	6,8
	2006	6,7	7
	2007	6,8	7,1
	2008	6,9	7,2
	2009	7	7,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2009

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=ECE370&t=media-anos-estudo-pessoas-10-anos>

Série: *População feminina de 10 anos ou mais, por anos de estudo*

População feminina de 10 anos ou mais de idade				
Período	Sem instrução e menos de 1 ano	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
2001	9,12	6,93	8,53	3,39
2002	6,07	8,14	10,19	2,7
2003	5,94	8,42	10,82	2,87
2004	5,85	8,46	11,3	3,02
2005	5,62	8,42	11,77	3,12
2006	5,27	8,47	12,48	3,39
2007	5,19	8,63	12,84	3,64
2008	5,2	8,84	13,41	3,87
2009	4,97	8,5	13,85	4,21
2011	5,79	8,78	14,71	4,65
2012	4,56	8,79	14,96	4,89
2013	4,73	8,8	15,41	5,25
2014	4,49	8,67	15,65	5,54
2015	4,31	8,64	15,86	5,82

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2015.

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD325&t=populacao-feminina-10-anos-mais-idade>

Resumo - Anos de estudo da população feminina de 10 anos ou mais de idade, por região				
Período /Região	Sem instrução menos de 1 ano	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Norte				
2001	9,16	7,56	9,72	1,96
2015	4,27	9,07	14,36	4,05
Nordeste				
2001	17,37	4,58	6,27	1,8
2015	6,77	8,08	14,23	3,94
Sudeste				
2001	5,63	8,05	9,69	4,48
2015	3,21	8,91	17,47	6,76
Sul				
2001	4,87	7,73	8,7	3,52
2015	3,25	8,75	14,84	6,82
Centro-Oeste				
2001	7,59	7,06	8,87	3,59
2015	3,71	8,4	16,25	7,34

TEMA: MERCADO E FORÇA DE TRABALHO

O tema mercado e força de trabalho apresenta informações relevantes em três subtemas: mercado de trabalho; população economicamente ativa e rendimento do trabalho. No primeiro, as séries: *População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, por sexo*

(1992 a 2007) e *Carteira de trabalho assinada – Empregos total e por sexo* (2001 a 2015) oferecem informações desagregadas por sexo, onde é possível ver como progride cada dado sobre homens e sobre mulheres. O segundo subtema permite observar a população economicamente ativa relacionando trabalho, educação formal e sexo nas séries *Sexo* (2001 a 2015), *Escolaridade – Anos de estudo de mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas* (1992 a 2007) e *Escolaridade – Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo* (1995 a 2007). E no terceiro subtema, os dados disponíveis em *Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho, por sexo* (1992 a 2002) permitem observar as diferenças de rendimento entre mulheres e homens e sua evolução neste período de dez anos.

Subtema: Mercado de trabalho

Série: *População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, por sexo*

Período	População ocupada	
	Homens	Mulheres
1992	61,2	38,8
1993	61	39
1995	60,1	39,9
1996	60,7	39,3
1997	60,5	39,5
1998	60,5	39,5
1999	59,7	40,3
2001	59,3	40,7
2002	58,7	41,3
2003	58,5	41,5
2004	58,1	41,9
2005	57,8	42,2
2006	57,4	42,6
2007	57,5	42,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD157&t=populacao-10-anos-mais-idade-ocupada>

Série: *Carteira de trabalho assinada – Empregados total e por sexo*

Empregados com carteira de trabalho assinada		
Período	Homem	Mulher
2001	35,38	18,79
2002	34,98	19,07
2003	35,46	19,52
2004	35,54	19,39
2005	36,19	20,08

2006	36,01	20,5
2007	37,14	20,72
2008	37,73	21,15
2009	37,98	21,65
2011	39,61	24,05
2012	39,17	24,43
2013	39,38	24,92
2014	38,98	25,18
2015	38,71	25,26

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD352&t=carteira-trabalho-assinada-empregados-total-sexo>

Subtema: População economicamente ativa

Série: *Sexo*

População economicamente ativa		
Período	Homem	Mulher
2001	35,14	25,31
2002	35,28	26,03
2003	35,2	26,19
2004	35,3	26,72
2005	35,57	27,32
2006	35,17	27,26
2007	35,02	27,02
2008	34,98	27
2009	34,87	27,26
2011	34,05	25,99
2012	33,97	25,94
2013	33,77	25,96
2014	34,14	26,82
2015	33,44	25,95

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2015.

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD295&t=sexo>

Série: *Escolaridade - Anos de estudo de mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas*

Mulheres ocupadas, por anos de estudo					
Período	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 anos ou mais de estudo
1992	16,45	18,24	30,81	11,86	22,38
1993	15,05	17,77	31,49	12,23	23,23
1995	13,65	16,8	31,53	12,9	24,92
1996	12,73	14,64	30,39	14,64	27,34
1997	12,36	15,13	29,63	14,29	28,33
1998	11,39	14,58	29,24	14,8	29,66
1999	11,18	14,05	28,82	15,1	30,48
2001	9,77	12,06	26,86	15,81	35,07
2002	9,05	11,49	26,58	15,57	36,83
2003	8,58	10,71	25,67	15,84	38,81
2004	8,17	9,99	24,68	16,32	40,56
2005	8,01	9,71	24,15	15,84	42

2006	7,12	8,88	23,6	15,95	44,22
2007	6,91	8,49	22,13	16,14	46,08

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD161&t=escolaridade-anos-estudo-mulheres-10-anos>

Série: *Escolaridade - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo*

Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas, por sexo		
Período	Homem	Mulher
1995	5,4	6,1
1996	5,6	6,5
1999	6	6,9
2001	6,3	7,3
2002	6,6	7,6
2003	6,7	7,8
2004	6,9	7,9
2005	7	8
2006	7,2	8,2
2007	7,4	8,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=FDT301&t=escolaridade-media-anos-estudo-pessoas-10>

Subtema: Rendimento do trabalho

Série: *Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho, por sexo*

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos		
Período	Homens	Mulheres
1992	827	509
1993	902	532
1995	1.151	721
1996	1.169	770
1997	1.155	759
1998	1.142	764
1999	1.053	728
2001	1.042	725
2002	1.016	714

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=FDT802&t=rendimento-medio-mensal-real-todos-trabalhos>

TEMA: FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS

O tema Famílias e Domicílios disponibiliza informações sobre as formações familiares. Dentre os dados inseridos no subtema perfil das pessoas de referência das

famílias ou domicílios, foi interessante observar a evolução da série *Pessoas de referência da família, por sexo* (1981 a 1990, 1992 a 1999 e 2001 a 2009), que fornece dados sobre a mudança da pessoa vista como responsável pela família. Ainda consultamos o subtema características das famílias, que dispõe das séries *Tipos de família* (1992 a 1999 e 2001 a 2009) – com as categorias unipessoal, casal com filhos, casal sem filhos, mulher sem cônjuge com filhos – e *Pessoas de referência na família por anos de estudo* (2001 a 2015).

Série: *Pessoas de referência na família por anos de estudo*

Pessoas de referência da família por anos de estudo			
Período	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
2001	13,62	16,84	6,43
2002	13,25	17,92	6,74
2003	13,66	18,8	6,89
2004	13,73	19,99	7
2005	13,59	21,01	7,18
2006	14,17	22,09	7,58
2007	14,76	23	8,01
2008	14,97	24,16	8,44
2009	14,16	25,24	8,93
2011	15,17	26,82	9,62
2012	14,87	27,59	9,98
2013	14,98	28,07	10,48
2014	14,82	28,23	10,96
2015	14,76	29,04	11,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2015.

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=PD284&t=pessoas-referencia-familia-anos-estudo>

Subtema: Perfil das pessoas de referência das famílias ou domicílios

Série: *Pessoas de referência da família, por sexo*

Resumo - Pessoas de referência da família, por sexo 1981-2015		
Período	Masculino	Feminino
1981	83,01	16,99
1986	81,12	18,88
1992	78,07	21,93
1997	75,13	24,87
2001	72,65	27,35
2005	69,45	30,55
2011	62,55	37,45
2015	59,49	40,51

Fonte: Produção própria da pesquisadora com base em: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981-1990; 1992/1999; 2001-2009.

Pessoas de referência da família, por sexo 1981-1990		
Período	Masculino	Feminino

1981	83,01	16,99
1982	83,32	16,68
1983	82,63	17,37
1984	81,59	18,41
1985	81,82	18,18
1986	81,12	18,88
1987	80,9	19,1
1988	80,07	19,93
1989	79,88	20,12
1990	79,7	20,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981-1990.

<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=FED309&t=pe-soas-referencia-familia-sexo>

Pessoas de referencia da família, por sexo 1992-1999		
Período	Masculino	Feminino
1992	78,07	21,93
1993	77,74	22,26
1995	77,09	22,91
1996	75,75	24,25
1997	75,13	24,87
1998	74,1	25,9
1999	73,94	26,06

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/1999.

<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=FED306&t=pe-soas-referencia-familia-sexo>

Pessoas de referencia da família, por sexo 2001-2009		
Período	Homem	Mulher
2001	72,65	27,35
2002	71,59	28,41
2003	71,2	28,8
2004	70,63	29,37
2005	69,45	30,55
2006	68,67	31,33
2007	67,08	32,92
2008	65,16	34,84
2009	64,91	35,09
2011	62,55	37,45
2012	61,93	38,07
2013	61,15	38,85
2014	60,16	39,84
2015	59,49	40,51

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009.

<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=FED307&t=pe-soas-referencia-familia-sexo>

Subtema: Características das famílias

Série: *Tipos de família*

Resumo - Tipos de família 1992/2009				
Período	Fam.Unipessoal	Casal c/ filhos	Casal s/ filhos	Mulher s/ conge c/

				filhos
1992	7,26	59,35	12,88	15,06
2001	9,2	53,3	13,8	17,8
2009	11,5	47,3	17,4	17,4

Fonte: Produção própria da pesquisadora com base em: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/1999.

Tipos de família 1992/1999				
Período	Fam.Unipessoal	Casal c/ filhos	Casal s/ filhos	Mulher s/ conge c/ filhos
1992	7,26	59,35	12,88	15,06
1993	7,4	59,26	12,44	15,34
1995	8,1	57,76	12,93	15,77
1996	8,1	57,44	13,09	15,8
1997	8,3	56,67	12,9	16,54
1998	8,4	55,77	13,28	16,72
1999	8,6	55,03	13,55	17,05

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/1999.
<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=FED303&t=tipos-familia>

Tipos de família 2001-2009				
Período	Fam.Unipessoal	Casal c/ filhos	Casal s/ filhos	Mulher s/ conge c/ filhos
2001	9,2	53,3	13,8	17,8
2002	9,3	52,8	14,1	17,9
2003	9,9	51,5	14,4	18,1
2004	10	50,9	14,6	18,2
2005	10,4	50	15,1	18,1
2006	10,7	49,4	15,6	18,1
2007	11,1	48,9	16	17,4
2008	11,6	48,2	16,7	17,2
2009	11,5	47,3	17,4	17,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009.

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=FED304&t=tipos-familia>

TEMA: POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA

O subtema dinâmica demográfica, cadastrado no tema População e Demografia, traz diversos dados sobre fecundidade, um indicador reconhecidamente em queda e diretamente relacionado à vida das mulheres. As informações disponíveis para o indicador *Taxa de fecundidade total (Decenal e Anual)* cobrem um período de tempo especialmente longo e estão disponíveis desde 1940 a 2016. Já a série *Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres* (1970 a 2005) permite observar a relação entre o número de filhos e a formação escolar feminina.

Subtema: Dinâmica demográfica

Série: *Taxa de fecundidade total*

Taxa de fecundidade total - 1940 a 2016 (Decenal)	
Período	Taxa de fecundidade total
1940	6,16
1950	6,21
1960	6,28
1970	5,76
1980	4,35
1991	2,85
2000	2,38
2010	1,87
2016	1,69

Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas; Dinâmica demográfica.

Taxa de fecundidade total (Anual)	
Período	Taxa de fecundidade
2000	2,39
2001	2,32
2002	2,26
2003	2,2
2004	2,14
2005	2,09
2006	2,04
2007	1,99
2008	1,95
2009	1,91
2010	1,87
2011	1,83
2012	1,8
2013	1,77
2014	1,74
2015	1,56
2016	1,69

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2009.

<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP264&t=taxa-fecundidade-total>

Série: *Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres*

Taxa de fecundidade total			
Período	Ate 3 anos	4 a 7 anos	8 anos ou mais
1970	7,2	4,3	2,7
1980	6,2	3,6	2,1
1991	4	3	1,8
2000	3,5	2,8	1,6
2005	3	2,4	1,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD108&t=taxa-fecundidade-total-grupos-anos-estudo>

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista

Roteiro de perguntas aplicado às entrevistadas.

Identificação

Nome:

Profissão:

Data e local de nascimento:

Local de moradia:

Raça autodeclarada:

Você tem religião? Qual?:

Há quanto tempo você participa deste grupo? O que participar da Amesol / Mulheres do Brasil trouxe a você?

O que é a Amesol/ Mulheres do Brasil?

I – Questões sobre escolaridade e trabalho

1. Qual o seu grau de formação escolar?
2. Com que idade você começou a trabalhar?
3. Há quanto tempo você tem o seu negócio / empreendimento / marca?
4. Como chegou até ele? O que fazia antes?
5. Você tem funcionários/as? Se sim, quantos?
6. Seu empreendimento é sua única atividade remunerada?

II – Questões sobre vida financeira

1. De onde veio o investimento inicial para empreender? (Compra dos primeiros materiais, por exemplo)
2. Sobre os seus ganhos mensais, atualmente você:
 - () seria capaz de me sustentar sozinha
 - () seria capaz de sustentar a minha família (pessoas que moram na sua casa)
 - () não teria renda suficiente para me sustentar ou à minha família
3. Quem é o principal provedor (paga a maior parte das contas) da sua casa?
 - () eu
 - () parceiro/parceira

- () meus pais
 () meus filhos
 () outros familiares

4. Qual a renda total da sua casa?

- () Até dois salários mínimos
 () De dois a cinco salários mínimos
 () De cinco a dez salários mínimos
 () Acima de dez salários mínimos
 () Acima de vinte salários mínimos

5. Deste total, a sua renda corresponde a:

- () Metade
 () Menos da metade
 () Mais da metade, 90%
 () Ao total

6. Ter dinheiro é ter poder?

Caso você tenha vivido com um/a parceiro/a e não viva mais, por favor responda de acordo com o que você lembra.

Se você nunca viveu com um/a parceiro/a, seguimos para o próximo bloco de perguntas.

7. Você foi ou é dependente do/a seu/sua parceiro/a? (marcar com X)

	Parcialmente	Totalmente	Não dependo	Ele/a é meu dependente	Dividimos as contas igualmente
Fui					
Sou					

8. Se não trabalhava antes, você percebe mudanças no relacionamento com seu/sua parceiro/a desde de que você passou a trabalhar?

9. Você se dedica mais à vida profissional ou às tarefas da casa?

E em comparação ao/à companheiro/a?

9a. Sobre a dedicação à vida profissional:

- () eu me dedico mais do que ele/a
 () ele/a se dedica mais do que eu
 () nos dedicamos de maneiras equivalentes

9b. Sobre a dedicação às tarefas domésticas:

- () eu me dedico mais do que ele/a
 () ele/a se dedica mais do que eu
 () nos dedicamos de maneiras equivalentes

10. Quanto tempo você costuma dedicar por semana às tarefas domésticas, aproximadamente? E seu/sua parceiro/a?

11. Contrata ou contratou serviços de faxineira, empregada doméstica ou babá?

III - Questões sobre a família

1. Quantos irmãos você tem?

2. Qual é o seu estado civil?

3. Informe o grau de instrução dos seu pais e cônjuge, por favor:

	ensino fundamental	ensino médio	ensino superior (Graduação)	pós-graduação
Mãe				
Pai				
Parceiro/a				

4. Trabalho dos pais e seu/sua parceiro/a, quando houver:

Mãe	
Pai	
Parceiro/a	

5. Com quem você mora? Quantas dessas pessoas têm renda?

5a. Há quanto tempo você divide o lar com seu/sua parceiro/a?

5b. Tem espaço de privacidade na sua casa?

6. Como você conheceu seu cônjuge?

7. Você tem filhos? Se sim, quantos?

8. Você parou de trabalhar quando seus filhos nasceram? Por quanto tempo?

IV - Questões sobre vida privada e sexual

1. Você se identifica como:

- mulher
- mulher transgênero⁷⁸
- prefiro não declarar

2. Você namora/namorou com:

- homens
- mulheres
- ambos

3. Você se relaciona sexualmente com:

- homens
- mulheres
- ambos

4. Você tem se relacionado com alguém?

5. Encontrar uma parceria é um desejo?

6. Por favor, enumere de 1 a 5 (sendo 1 mais importante e 5 menos) a importância que estas dimensões da vida têm para você:

- Vida profissional
- Vida familiar
- Vida financeira
- Vida social
- Vida sexual

7. Você tem vida sexual ativa⁷⁹ atualmente?

8. Você tem parceiro/a fixo/a?

9. Você usa ou usou ao longo da vida algum método contraceptivo? Qual(is)?

10. Com que frequência, aproximadamente, você faz sexo na semana?

- Menos de uma vez
- Uma a duas vezes
- Duas a três vezes
- Três a cinco
- Mais do que cinco

11. Você se sente satisfeita com a frequência que faz sexo?

- Muito satisfeita
- Satisfeita

⁷⁸ Identifica-se com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento.

⁷⁹ Considerar vida sexual ativa a troca com outras pessoas, ou seja, não as práticas solitárias.

() Pouco ou nada satisfeita

12. Você conversa sobre sexualidade com o/a seu/sua parceiro/a?

() Sim

() Às vezes

() Não Por que?

13. Você se sente tem prazer com as práticas sexuais com o/a seu/sua parceiro/a?

() Sim

() Às vezes

() Não

14. E sozinha?

() Sim

() Às vezes

() Não

15. Já fez sexo sem vontade?

O sexo sem vontade te comprometeu com o prazer com você mesma?

16. Você está em um relacionamento? Se sim, de que tipo?

17. Quando você iniciou sua vida sexual?

18. Você costuma tomar iniciativa para o sexo?

19. Qual a sua opinião:

19.a Sobre o sexo no casamento:

19.b E sobre sexo casual?

20. Em relação à sua disposição para práticas sexuais você se considera:

() Aberta a novidades

() Em busca de novidades

() Nunca pensei nisso, mas me interesse

() Não tenho interesse

21. Ao longo da sua vida você alguma vez...?

21a. Se masturbou?

21b. Navegou em um site de imagens ou vídeos pornográficos?

21c. Utilizou acessórios e brinquedos sexuais?

23. Você sente que conhece as suas zonas erógenas, ou seja, áreas do corpo capazes de te proporcionar prazer?

() Completamente

() Bastante

() Não muito

() Não conheço

24. Pessoalmente, você poderia continuar a viver com alguém com quem você não tem mais relações sexuais?

25. Quando uma relação sexual começa/termina?

26. Você acha que sexo sem o seu orgasmo é uma relação sexual incompleta?

27. Precisa ter penetração pra ser uma relação sexual?

28. Você se sente bem para pedir coisas no sexo?

29. Você se sente 'empoderada' no sexo?

30. Qual o objetivo de uma relação sexual?

31. Sua vida sexual mudou depois que você teve filhos? Como?

V – Questões opinativas

1. O que você pensa sobre estes temas:

1a. Aborto

1b. Divórcio

1c. Homens que batem em mulheres

1d. Casamento

1e. Trabalhar (Como você se sente no trabalho? O trabalho te faz se sentir poderosa?)

1f. Feminismo

2. Na sua opinião, há alguma relação entre se sentir poderosa na vida profissional e se sentir poderosa na vida sexual?

3. Como a sociedade vê o prazer feminino? E você?

4. O que é ser uma mulher empoderada? Isso significa algo para você?

5. O que é ser uma mulher emancipada? Isso significa algo para você?

6. O que é feminismo para você?

7. Você se considera feminista? Por que?

APÊNDICE D – Quadros de entrevistadas

Quadro 1 – Identificação

NOME FICTÍCIO	Grupo	Local de origem	Cor/raça	Idade	Religião
Alana	Mulheres do Brasil	Rio de Janeiro - RJ	branca	entre 50 e 59	religião cristã
Amália	Amesol	Campina Grande - PB	branca	entre 50 e 59	religião cristã
Aurora	Amesol	São Paulo - SP	negra	acima de 65	religião não cristã
Bella	Mulheres do Brasil	São Paulo - SP	branca	entre 40 e 49	s/ religião
Caroline	Amesol	Andirá - PR	branca	entre 40 e 49	religião não cristã
Catarina	Amesol	Mantenópolis - MG	negra	acima de 65	religião cristã
Clarice	Mulheres do Brasil	São Paulo - SP	branca	entre 50 e 59	religião cristã
Cloé	Mulheres do Brasil	São Paulo - SP	branca	entre 50 e 59	s/ religião
Elisa	Amesol	São Paulo - SP	negra	entre 40 e 49	religião cristã
Eva	Amesol	Campina Grande - PB	branca	entre 50 e 59	religião cristã
Flora	Amesol	Fortaleza - CE	branca	entre 50 e 59	religião cristã
Lívia	Mulheres do Brasil	Irecê - BA	branca	entre 40 e 49	s/ religião
Maitê	Mulheres do Brasil	Pontal - SP	branca	entre 50 e 59	religião cristã

Marília	Amesol	São Paulo - SP	branca	até 40	s/ religião
Pérola	Mulheres do Brasil	São Paulo - SP	branca	entre 40 e 49	s/ religião
Pietra	Mulheres do Brasil	Brasília - DF	branca	entre 50 e 59	religião cristã
Raissa	Mulheres do Brasil	São Paulo - SP	branca	entre 50 e 59	religião cristã
Rita	Amesol	Santo André - SP	negra	entre 40 e 49	s/ religião
Roma	Amesol	Bariri - SP	negra	acima de 65	religião cristã
Talita	Mulheres do Brasil	Santo André - SP	branca	entre 40 e 49	religião não cristã

Quadro 2 – Escolaridade e trabalho

NOME FICTÍCIO	Escolaridade	início vida laboral	Tempo empreendimento	Área do empreendimento	O que fazia antes
Alana	sup. com pós graduação	18 a 22	até 2 anos	consultoria	empregada nível superior
Amália	médio	13 a 17	até 2 anos	artesanato	faxineira
Aurora	médio	13 a 17	5 a 10 anos	artesanato	comércio/serviços
Bella	sup. com pós graduação	até 12	até 2 anos	consultoria	empregada nível superior
Caroline	médio	13 a 17	2 a 5 anos	alimentícia	empregada nível médio
Catarina	sup. com pós graduação	18 a 22	5 a 10 anos	alimentícia	funcionária pública nível superior
Clarice	sup. com pós graduação	22 a 24	até 2 anos	consultoria	profissional autônoma
Cloé	sup. com pós graduação	13 a 17	10 a 20 anos	consultoria	empregada nível superior
Elisa	sup. com pós graduação	13 a 17	5 a 10 anos	alimentícia	empregada nível superior
Eva	superior	18 a 22	até 2 anos	agricultura	empregada nível superior
Flora	fundamental	até 12	2 a 5 anos	moda	profissional do sexo
Lívia	superior	até 12	até 2 anos	varejo	empregada nível superior
Maitê	sup. com pós graduação	22 a 24	10 a 20 anos	consultoria	funcionária pública nível superior
Marília	superior incompleto	18 a 22	até 2 anos	alimentícia	comércio/serviços
Pérola	sup. com pós graduação	22 a 24	5 a 10 anos	consultoria	profissional autônoma
Pietra	sup. com pós graduação	13 a 17	10 a 20 anos	consultoria	empregada nível superior
Raissa	sup. com pós graduação	13 a 17	10 a 20 anos	consultoria	empregada nível superior
Rita	sup. com pós graduação	até 12	até 2 anos	artesanato	faxineira
Roma	médio	até 12	10 a 20 anos	artesanato	funcionária pública nível médio
Talita	sup. com pós graduação	13 a 17	10 a 20 anos	consultoria	empregada nível médio

Quadro 3 – Vida financeira

NOME FICTÍCIO	Sobre seus ganhos mensais	Renda total da casa (salários mínimos)	Participação na renda domiciliar	Rendimento mensal (salários mín.)	Empreendimento é única fonte de renda?
Alana	me sustento sozinha	Acima de 20 SM	100%	acima de 20 SM	não, tem aposentadoria
Amália	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Até 2 SM	inferior 50%	inferior a 1 SM	única atividade remunerada
Aurora	sou capaz de me sustentar sozinha	Até 2 SM	50%	inferior a 1 SM	não, tem aposentadoria
Bella	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Acima de 10 SM	inferior 50%	2,5 a 5 SM	única atividade remunerada
Caroline	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	De 2 a 5 SM	inferior 50%	1 a 2,5 SM	única atividade remunerada
Catarina	sou capaz de me sustentar sozinha	De 2 a 5 SM	superior 50%	1 a 2,5 SM	não, tem aposentadoria
Clarice	me sustento sozinha	De 5 a 10 SM	100%	5 a 10 SM	não, tem rendimentos de imóveis/ investimentos
Cloé	sou capaz de me sustentar sozinha	Acima de 20 SM	superior 50%	10 a 20 SM	única atividade remunerada
Elisa	sou capaz de me sustentar sozinha	De 5 a 10 SM	inferior 50%	2,5 a 5 SM	única atividade remunerada
Eva	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	De 2 a 5 SM	inferior 50%	inferior a 1 SM	única atividade remunerada
Flora	me sustento sozinha	Até 2 SM	100%	1 a 2,5 SM	única atividade remunerada
Lívia	me sustento sozinha	De 5 a 10 SM	100%	5 a 10 SM	única atividade remunerada
Maitê	sou capaz de me sustentar sozinha	Acima de 20 SM	inferior 50%	5 a 10 SM	não, tem rendimentos de imóveis/ investimentos
Marília	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Até 2 SM	inferior 50%	inferior a 1 SM	única atividade remunerada

Pérola	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Acima de 10 SM	inferior 50%	2,5 a 5 SM	única atividade remunerada
Pietra	sou capaz de me sustentar sozinha	Acima de 20 SM	50%	10 a 20 SM	única atividade remunerada
Raissa	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Acima de 20 SM	inferior 50%	5 a 10 SM	única atividade remunerada
Rita	sou capaz de me sustentar sozinha	De 5 a 10 SM	superior 50%	2,5 a 5 SM	não, tem outras atividades profissionais
Roma	n tenho renda p/ me sustentar sozinha	Acima de 10 SM	inferior 50%	1 a 2,5 SM	não, tem aposentadoria
Talita	me sustento sozinha	Acima de 20 SM	100%	acima de 20 SM	não, tem outras atividades profissionais

Quadro 4 – Vida doméstica

NOME FICTÍCIO	Tempo: vida profissional x vida doméstica	Tarefas domésticas X companheiro/a	Contrata diarista/ babá/ emp.doméstica
Alana	me dedico + vida profissional	eu + do que ex-companheiro/a	contrata diarista/ faxineira / babá
Amália	me dedico igualmente	eu + do que companheiro/a	nunca contratou
Aurora	me dedico + tarefas de casa	dedicação equivalente	nunca contratou
Bella	me dedico igualmente	eu + do que companheiro/a	contrata diarista/ faxineira / babá
Caroline	me dedico + vida profissional	dedicação equivalente	não contrata
Catarina	me dedico + vida profissional	eu + do que companheiro/a	contrata diarista
Clarice	me dedico + vida profissional		contrata diarista/ faxineira / babá
Cloé	me dedico + vida profissional		contrata diarista/ faxineira / babá
Elisa	me dedico + vida profissional		nunca contratou
Eva	me dedico + vida profissional	dedicação equivalente	nunca contratou
Flora	me dedico + vida profissional	eu + do que ex-companheiro/a	nunca contratou
Lívia	me dedico + vida profissional		não contrata
Maitê	me dedico + vida profissional	dedicação equivalente	contrata emp. doméstica
Marília	me dedico + vida profissional	eu + do que ex-companheiro/a	não contrata
Pérola	me dedico igualmente	eu + do que companheiro/a	contrata emp. doméstica
Pietra	me dedico + vida profissional	dedicação equivalente	contrata emp. doméstica
Raissa	me dedico + vida profissional	dedicação equivalente	contrata diarista/ faxineira / babá
Rita	me dedico + vida profissional	eu + do que companheiro/a	nunca contratou
Roma	me dedico + vida profissional		nunca contratou
Talita	me dedico + vida profissional	eu + do que companheiro/a	contrata diarista/ faxineira / babá

Quadro 5.1 – Vida familiar

NOME FICTÍCIO	Estado civil	Número de filhos	Escolaridade mãe	Escolaridade pai
Alana	divorciada	1	mãe e. médio	pai e. superior
Amália	casada / u. estável	2	mãe s/ escola	pai s/ escola
Aurora	casada / u. estável	4	mãe e. fund.	pai e. médio
Bella	casada / u. estável	3	mãe e. fund.	pai e. médio
Caroline	solteira	0	mãe e. fund.	pai e. fund.
Catarina	casada / u. estável	3	mãe s/ escola	pai s/ escola
Clarice	divorciada	1	mãe e. médio	pai e. superior
Cloé	divorciada	2	mãe e. superior	pai e. superior
Elisa	solteira	0	mãe e. médio	pai e. médio
Eva	casada / u. estável	3	mãe e. superior	pai e. superior
Flora	solteira	0	mãe e. fund.	pai s/ escola
Lívia	casada / u. estável	1	mãe e. médio	pai e. fund.
Maitê	casada / u. estável	0	mãe e. superior	pai e. superior
Marília	solteira (separada)	1	mãe e. superior	pai e. médio
Pérola	casada / u. estável	1	mãe e. superior	pai e. superior
Pietra	casada / u. estável	2	mãe e. superior	pai e. superior
Raissa	casada / u. estável	0	mãe e. fund.	pai e. fund.
Rita	casada / u. estável	3	mãe e. fund.	pai e. fund.
Roma	solteira	0	mãe s/ escola	pai s/ escola
Talita	solteira (separada)	0	mãe e. fund.	pai e. fund.

Quadro 5.2 – Vida familiar

NOME FICTÍCIO	Escolaridade cônjuge	Ocupação cônjuges ou ex-cônjuges	Parou de trabalhar após ter filhos?	Tempo s/ trabalhar
Alana	conj. e. superior	empregado nível superior	n parou	
Amália	conj. e. médio	empregado nível médio	durante um período	1 ano e meio
Aurora	conj. e. fund.	profissional autônomo	durante um período	poucos meses
Bella	conj. e. superior	empregado nível superior	n parou	
Caroline				
Catarina	conj. e. fund.	empregado nível médio	n parou	
Clarice	conj. e. superior	empregado nível superior	durante um período	3 anos
Cloé	conj. e. superior	empregado nível superior	n parou	
Elisa				
Eva	conj. e. médio	empregado nível médio	durante um período	2 anos
Flora				
Lívia	conj. e. superior	empregado nível superior	n parou	
Maitê	conj. e. superior	empregado nível superior		
Marília		comércio/serviços	n parou	
Pérola	conj. e. superior	profissional autônomo	durante um período	
Pietra	conj. e. superior	empregado nível superior	n parou	
Raissa	conj. e. superior	empregado nível superior		
Rita	conj. e. superior	empregado nível superior	durante um período	1 ano
Roma				
Talita	conj. e. superior	empregado nível superior		

Quadro 6.1 – Vida sexual

NOME FICTÍCIO	Identificação de gênero	Relação sexual e amorosa c/	Vida sexual ativa atualmente	Frequência sexual semanal
Alana	mulher	homens	sim	1 a 2 vezes
Amália	mulher	homens	sim	1 a 2 vezes
Aurora	mulher	homens	não	0
Bella	mulher	homens	sim	1 a 2 vezes
Caroline	mulher	homens	não	0
Catarina	mulher	homens	sim	1 a 2 vezes
Clarice	mulher	homens	sim	1 a 2 vezes
Cloé	mulher	homens	sim	menos de 1 vez
Elisa	mulher	homens	sim	menos de 1 vez
Eva	mulher	homens	sim	3 vezes ou mais
Flora	mulher transgênero	homens	sim	menos de 1 vez
Lívia	mulher	homens	sim	3 vezes ou mais
Maitê	mulher	homens	sim	1 a 2 vezes
Marília	mulher	homens	não	0
Pérola	mulher	homens	sim	menos de 1 vez
Pietra	mulher	homens	sim	1 a 2 vezes
Raissa	mulher	homens	sim	menos de 1 vez
Rita	mulher	homens e mulheres	sim	1 a 2 vezes
Roma	mulher	homens	sim	1 a 2 vezes
Talita	mulher	homens	sim	3 vezes ou mais

Quadro 6.2 – Vida sexual

NOME FICTÍCIO	Satisfeita com frequência	Conversa sobre sexo c/ parceiro/a	Sente prazer c/ parceiro/a	Sente prazer sozinha
Alana	pouco ou insatisfeita	sim, conversa	sim	sim
Amália	satisfeita	sim, conversa	sim	não
Aurora	satisfeita	não / pouco	às vezes	não
Bella	pouco ou insatisfeita	sim, conversa	sim	sim
Caroline	pouco ou insatisfeita	não / pouco	sim	sim
Catarina	satisfeita	sim, conversa	sim	não
Clarice	pouco ou insatisfeita	sim, conversa	às vezes	sim
Cloé	pouco ou insatisfeita	sim, conversa	sim	sim
Elisa	pouco ou insatisfeita	não / pouco	sim	sim
Eva	satisfeita	sim, conversa	sim	não
Flora	satisfeita	sim, conversa	sim	não
Lívia	muito satisfeita	sim, conversa	sim	sim
Maitê	satisfeita	sim, conversa	sim	sim
Marília	pouco ou insatisfeita	não / pouco	não	sim
Pérola	pouco ou insatisfeita	não / pouco	sim	sim
Pietra	satisfeita	sim, conversa	sim	sim
Raissa	satisfeita	sim, conversa	sim	às vezes
Rita	satisfeita	sim, conversa	sim	sim
Roma	satisfeita	sim, conversa	às vezes	não
Talita	muito satisfeita	sim, conversa	sim	sim

Quadro 6.3 – Vida sexual

NOME FICTÍCIO	Idade início vida sexual	Já se masturbou	Conhece próprias zonas erógenas	Toma iniciativa para o sexo
Alana	18	sim	bastante	toma iniciativa
Amália	21	não	completamente	às vezes toma iniciativa
Aurora	16	não	não	raramente / não toma
Bella	17	sim	bastante	às vezes toma iniciativa
Caroline	18	sim	bastante	toma iniciativa
Catarina	25	sim	completamente	toma iniciativa
Clarice	16	sim	bastante	toma iniciativa
Cloé	16	sim	bastante	às vezes toma iniciativa
Elisa	21	sim	bastante	às vezes toma iniciativa
Eva	14	sim	bastante	às vezes toma iniciativa
Flora	22	sim	bastante	
Lívia	14	sim	bastante	toma iniciativa
Maitê	21	sim	completamente	toma iniciativa
Marília	16	sim	bastante	toma iniciativa
Pérola	22	sim	completamente	toma iniciativa
Pietra	17	sim	completamente	toma iniciativa
Raissa	18	sim	bastante	às vezes toma iniciativa
Rita	16	sim	completamente	raramente / não toma
Roma	16	sim	bastante	às vezes toma iniciativa
Talita	21	sim	bastante	toma iniciativa

Quadro 6.4 – Vida sexual

NOME FICTÍCIO	Disposição para práticas sexuais	Sexo s/ seu orgasmo é incompleto?	Precisa ter penetração na relação sexual?	Se sente bem para pedir coisas no sexo?
Alana	aberta a novidades	sim, incompleto	não, mas prefiro que tenha penetração	sim, peço o que desejo
Amália	aberta a novidades	sim, incompleto	não	sim, peço o que desejo
Aurora	aberta a novidades	não, eu não faço questão	não	não me sinto à vontade
Bella	nunca pensei nisso, mas me interessa	sim, incompleto	não	sim, peço o que desejo
Caroline	aberta a novidades	não, também pode ser prazeroso sem	não	depende da intimidade
Catarina	não busco novidades	sim, incompleto	não	sim, peço o que desejo
Clarice	aberta a novidades	sim, incompleto	não	depende da intimidade
Cloé	nunca pensei nisso, mas me interessa	não, também pode ser prazeroso sem	não	sim, atualmente peço
Elisa	aberta a novidades	sim, incompleto	não	depende da intimidade
Eva	aberta a novidades	não, também pode ser prazeroso sem	sim, precisa	sim, peço o que desejo
Flora	não busco novidades	sim, incompleto	sim, precisa	sim, peço o que desejo
Lívia	aberta a novidades	não, também pode ser prazeroso sem	não	sim, peço o que desejo
Maitê	aberta a novidades	não, também pode ser prazeroso sem	não	sim, peço o que desejo
Marília	aberta a novidades	não, também pode ser prazeroso sem	não	depende da intimidade
Pérola	aberta a novidades	não, também pode ser prazeroso sem	não	sim, peço o que desejo
Pietra	nunca pensei nisso, mas me interessa	sim, incompleto	não	sim, peço o que desejo
Raissa	nunca pensei nisso, mas me interessa	sim, incompleto	não	sim, peço o que desejo

Rita	em busca de novidades	sim, incompleto	não	sim, peço o que desejo
Roma	aberta a novidades	sim, incompleto	sim, precisa	sim, atualmente peço
Talita	aberta a novidades	não, também pode ser prazeroso sem	não	sim, peço o que desejo

APÊNDICE E – Entrevistadas: respostas abertas

Quadro 1 – Trabalho

Codinomes	O que você pensa sobre trabalhar?	Como se sente trabalhando? O trabalho te faz se sentir poderosa?
Alana	Ah, eu acho ótimo, eu adoro trabalhar. Acho que essa questão dos relacionamentos que você estabelece... os relacionamentos familiares são vínculos que se estabelecem por uma questão do universo, os vínculos afetivos e de amizade do universo profissional são todos escolhas. Por isso são mais genuínos.	Me sinto bem, e sim, poderosa.
Amália	Trabalhar é bom, não demais, demais cansa. Mas é bom porque você tem mais liberdade, seu dinheiro o que você quiser.	Muito bem, quase realizada. Falta eu conseguir minha casa, que aí vou trabalhar com mais prazer ainda. Poderosa é uma palavra muito pesada pra mim. Eu não tenho esse poder todo. Mas a força de trabalho sim. Isso nos dá um certo poder.
Aurora	Eu acho muito bom, me ocupa a cabeça, me dá novas ideias, conheço gente nova que nem você, tenho independência.	
Bella	Trabalhar pra mim é tudo na vida. É o que falo pras minhas filhas, é como se eu tivesse brincando o dia inteiro.	É uma delícia. Eu não sei se é a palavra poderosa, mas uma realização pessoal muito grande.
Caroline	Gosto mais de ganhar dinheiro, mas quando você trabalha com algo não te estresse é muito bom.	A sociedade nos ensina muito errado que trabalhar é sofrimento, mas não é, é empoderamento, é muito positivo.
Catarina	Maravilhoso. É de encher o coração - o coração é o único órgão do corpo que não dá câncer.	Sinto, meu nome inclusive quer dizer poder.
Clarice	Acho ótimo. Adoro trabalhar.	Me sinto poderosa.
Cloé	Se o trabalho se está alinhado com o proposito é tudo de bom. Pela obrigação de gerar renda, é sofrido.	Nossa, me sinto realizada, empoderada, faço escolhas que ajudam as pessoas a sair de lugares de depressão, sempre supero a entrega, é muito mais completa. Realizada é a palavra.
Elisa	Acho que é vida. Trabalho é uma coisa que você fica cansada de fazer, mas eu, eu vivo do que gosto. Cansa, desgasta, mas não me vejo fazendo outra coisa e sou realizada fazendo o que faço.	Realizada. Mesmo que eu tivesse com muita grana, ia procurar algum tipo de ocupação. Sim, porque consigo perceber que, dependendo de onde estou, sou espelho pra

	<p>outras mulheres, principalmente entre mulheres negras. Fui falar de afroempreendedorismo em um evento recentemente. Independente da economia solidária, tudo que eu tô fazendo tem um recorte voltado pra raça. O feminismo e o empreendedorismo não abrangem mulheres negras, elas não se veem como empreendedoras, acham que o negócio que têm é uma 'coisinha' que está fazendo. Se você não explicar, elas não sabem. Precisam aprender a ter uma segurança.</p>
<p>Eva</p>	<p>Depois que comecei a trabalhar com isso [agricultura familiar], apesar de não conseguir me sustentar, me sinto mais segura, sinto que vai frutificar muito mais lá na frente. Mas sofro uma certa desaprovação do meu marido. Ele diz “isso não vai dar certo, ganha muito pouco”, mas eu sempre disse que uma hora vou ganhar mais. Tento manter minha posição porque se não vou atualizar meu CV e vou esperar me chamarem pra um trabalho de caixa de supermercado. Meus familiares, a maioria também não aprova, sempre dizem “você estudou tanto, por que está fazendo isso agora?”. Sofro um certo constrangimento, mas tento manter o foco. Meu marido tá me mantendo mas ele me cobra o retorno financeiro, já tivemos brigas e discussões sobre isso eu disse “fiquei te sustentando 3 anos e você vai ficar aqui me cobrando?”. Acho que todo mundo precisa trabalhar. O trabalho realmente... tem aquele ditado que o trabalho enobrece o homem. Acho que quando você trabalha no que gosta, é maravilhoso. Ainda que não tenha uma contrapartida, é muito importante.</p> <p>Me sinto plena com o que eu trabalho hoje, conectada com a terra...</p> <p>Sim. Demais. A grande questão é que não ganho dinheiro com isso, mas me sinto tão valente! Arrasando, acho isso muito importante. Tô conseguindo germinar um trabalho sem precisar de investimentos, apesar de depender do meu marido. É um aprendizado diário. Procuro anotar tudo, registrar tudo porque acho que pode ser um modelo de negócio, apesar dessa linguagem capitalista.</p> <p>As pessoas acham muito promissor o que estou fazendo, alimentos agroecológicos, de produção familiar.</p>
<p>Flora</p>	<p>Hoje eu posso falar que eu gosto do que faço [moda], nunca pensei que ia dizer isso. Antes estava na prostituição, 50% do dinheiro era dela que vinha. Eu não via a prostituição como um trabalho, era uma sobrevivência.</p> <p>As pessoas que nos procuram pra ter um relacionamento é pelo que a gente tem a oferecer pra eles. Você não vê uma trans, uma travesti, casada com um doutor. Eles usam da gente e vai embora. Uma trans é ela que dá o carro pro marido, não o</p> <p>Orgulho.</p> <p>Prefiro que a pessoa compre meu trabalho porque gostou, não por dó.</p> <p>As vezes pergunto pra mim mesma: será que meu produto é bom, tá agradando as pessoas? Eu não sou coitadinha, tenho opinião própria e sei o que quero da vida.</p> <p>PODEROSA. Muito mesmo.</p>

	<p>contrário. As travestis que conquistam o próprio império, nunca ninguém dá pra elas.</p> <p>Trabalhar é uma maravilha, né? Sem isso a gente não é nada.</p>	
Lívia	<p>Antes eu pensava que trabalhar era tudo na vida, mas hoje acho que trabalhar é bom se é algo que você gosta, que te realize, a realização de um propósito.</p>	<p>Me sinto a pessoa mais realizada do mundo porque estou fazendo uma coisa que realmente gosto de fazer, mergulho mesmo [varejo]. Num digo poderosa, mas me faz realizar coisas.</p>
Maitê	<p>Acho que trabalhar é uma autorealização, uma atividade essencial do ser humano. Transforma as sociedades, garante a comunidade, as relações afetivas. A grande invenção do ser humano.</p>	<p>Me sinto poderosa.</p>
Marília	<p>É importante pra mim, pra minha autoestima, pro meu desenvolvimento. Trabalhar, ganhar meu dinheiro, pagar minhas contas, ter esse poder de escolha, aquisitivo... acho que isso fortalece a autoestima emocional, se sentir... é muito bom ser elogiada, né? Fazia muito tempo que eu não era elogiada por nada que fazia, então quando alguém toma e diz 'nossa, que cerveja gostosa!' isso é emocionante. Pelo menos eu tenho a grana pra pagar o ônibus.</p>	<p>A sensação de empoderamento não vem exatamente da grana, mas de fazer meu negócio.</p>
Pérola	<p>Nossa, trabalhar é fundamental. Ter independência econômica e fazer o que gosta é fundamental.</p>	<p>Muita realização, gosto muito do que eu faço [consultoria]. Sim.</p>
Pietra	<p>Necessário. Tanto quanto se alimentar.</p>	<p>Sou muito feliz. Tenho a sorte de trabalhar com o que eu gosto [consultoria] e tenho pena de quem não achou até hoje o que tem tesão de fazer. Totalmente, poder de felicidade.</p>
Raissa	<p>Acho que o trabalho é uma questão da identidade da gente. De utilidade, de desenvolvimento.</p>	<p>Me sinto super bem. Dependendo do trabalho me sinto poderosa.</p>
Rita	<p>Acho a coisa mais importante da vida. Na minha terapia, tudo que eu falo gira em torno disso. Tô pensando no jeito que me coloco no mundo. Tenho a formação em psicologia, não atuei, trabalho com faxina há mais de 30 anos, não é o que mais gosto, mas gosto também, se não, não faria. Artesanato é o que mais gosto, mas</p>	<p>Olha, quando é com artesanato eu me sinto muito bem. Quando tenho um dia de folga nem sei por onde começar, meu sonho era apenas me dedicar a fazer. Quando estou trabalhando nas casas com faxina, já passei por lugares de humilhação, me sentia muito mal. Sempre tem alguma coisa relacionada a comida. Agora tenho a sorte de estar numas casas melhores. Sinto</p>

	<p>ainda não me dá o retorno que preciso. O trabalho é minha forma de me posicionar socialmente, politicamente. Sempre que escrevo de faxina [nas redes sociais], vem alguém falar comigo no inbox como se eu fosse digna de pena. Concordo muito com a @pretarara nisso. A gente vê na pele a questão da luta de classes. O trabalho é um jeito que me coloco no mundo, digo as coisas que penso.</p>	<p>uma grande satisfação quando vou embora e deixo a casa limpa, cheirosa, organizada.</p> <p>O trabalho te faz se sentir poderosa? Com artesanato faz, mais do que as diárias. Embora eu receba mais dinheiro com as diárias, ter uma peça que criei é mais legal.</p>
Roma	<p>Depois que eu conheci a Amesol... eu sempre tive uma mente aberta mas não dava valor a tudo que fazia. Depois que entrei pra Amesol meu pensamento mudou. Entendi que desde pequena era empreendedora, sabia o que queria fazer, não depender de ninguém.</p> <p>Conheci a Amesol e foi muito libertador, eu tinha aquilo só comigo, vi aquela mulherada pensando igual eu. Pensei 'caralho, não é só eu'.</p> <p>Cheguei convidada. Elas tavam falando e eu só ouvindo. No fim do encontro, foi tão libertador, que quando pediram uma fala eu disse "Eu sou foda".</p> <p>Trabalhar é necessário, mas nunca por imposição dos outros. Se possível, fazer o que você gosta e do jeito que você quer.</p>	<p>Me sinto orgulhosa, feliz comigo mesma, depois que aprendi a gostar do que eu faço [tear], é uma realização pra mim. Cada fiozinho que eu uso ali eu penso.</p> <p>Sim!</p>
Talita	<p>Acho libertador. Acho que onde você consegue realizar os seus sonhos, materializar toda tua arte, teu ofício, onde tem valorização. Você não veio pra esse mundo a passeio, mas com um propósito, você acaba colocando.</p>	<p>Realizada. Essa palavra poderosa acho que depende muito, mas acho que sim, dentro das coisas que consigo ter poder... me sinto muito fazedora, conquistadora, mas não sei se poderosa é palavra. O trabalho ajuda a gente a materializar sonhos</p>

Quadro 2 – Feminismo / Prazer

Codinomes	O que você pensa sobre feminismo? / Você é feminista?	Há alguma relação entre ter poder no trabalho e na vida sexual?
Alana	Sou favorável. Acho que as mulheres precisam verbalizar nossas diferenças e desigualdades.	Não
Amália	Feminismo O que eu entendo por feminismo é essa luta constante de não deixar o homem comandar, mandar em tudo, a gente abaixar a cabeça. A gente jamais deve abaixar a cabeça, quem tá do lado, tem que respeitar.	Você ter poder na sua vida profissional é muito bom, na vida sexual é bom ter um pouquinho de poder.
Aurora	Acho uma situação legal, você não pode ficar contando com homem. Feminismo pra mim é não se deixar ser comandada ou dependente de homens, ter vontade própria e também poder ter suas ideias aceitas. Poder falar e ter suas vontades respeitadas.	
Bella	Puxa, vou te falar que assim, acho que rasgar o sutiã não leva alguém a lugar algum. Acho que tem os extremos, que não gosto. Mas meu trabalho é mais pra mulheres que pra homens. Acredito naquelas coisas: sororidade, ninguém solta a mão de ninguém, vamos juntas que vamos mais longe. Mas algumas coisas no feminismo me incomodam. Não me enxergo como feminista, mas sou muito atuante. Me enxergo como uma pessoa que quer igualdade na sociedade, num trabalho, mesmo que diante das diferenças. Força nem tem como ser igual. Biologicamente a gente é diferente. Mas por que a gente ganha menos quando é tão boa quanto? Ou por que quando a gente ganha mais os homens se sentem oprimidos?	Eu acredito que se você não tem trabalho interfere psicologicamente e acaba que resulta em não pensar ou não querer fazer.
Caroline	Desde que não seja confundido com libertinagem, é maravilhoso. Porque o feminismo sério, real, vim a conhecer há menos de 2 anos. A imagem que eu tinha do feminismo era daquelas mulheres que tiravam a roupa, confundiam sua liberdade com libertinagem. Mulheres que não tavam nem aí pro casamento dos outros, saíam com roupas curtas demais. Eu me achava muito liberal e não via o quanto eu era retrógrada! Agora eu sei que você tem	

	<p>direito de andar como quiser. É mostrar que se você trabalha e eu também, porque só eu faço a janta e busco a criança na escola? Foi na Amesol que acabei conhecendo mais.</p>	
Catarina	<p>São mulheres que estão em busca da sua independência social, financeira. Algumas em busca de uma liberdade sexual. - Pra que serve? Uma ascensão social, econômica, profissional. Os homens achavam que só eles podiam trabalhar, estudar, ganhar dinheiro...</p>	
Clarice	<p>Eu não sou feminista, não tô em nenhum movimento... mas talvez eu seja. Acho que é necessário. Mas nada de fanatismo.</p>	<p>Tem. Eu acho que é uma coisa de empoderamento, uma pessoa que é super poderosa e com grana fica com mais tesão em tudo. Vontade, capacidade, pá.</p>
Cloé	<p>Todas as posições muito radicais são cansativas. Elas têm que existir, só que são geralmente pessoas que têm protagonismo mais agressivo e radical, então é cansativo pra mim.</p>	<p>É uma pergunta bem polêmica, porque pra uma mulher pode fazer sentido, mas pra um homem pode inibir. Pra mulher é tudo de bom. Em tese um cara só vai se sentir muito seguro comigo se for muito superior a mim.</p>
Elisa	<p>Necessário. Foi quando conheci a mulherada da Amesol que percebi que já era feminista sem ter o rótulo, foi só dar o nome.</p>	<p>Sim. Porque as relações de poder permeiam toda a vida, então se você é uma pessoa de destaque na sociedade, tem grana, isso cria um apelo sexual, cria um poder.</p>
Eva	<p>Sabe que uns 3 anos atrás eu dizia que não era feminista, mas feminina? - O que mudou? Mudou que tô me inteirando do assunto, estudando... pra você ver como é tudo aprendido. Feminismo falavam que era o contrário do machismo, mas vi que não era isso. Eu não entendia o que era o feminismo e ainda tô aprendendo, me instruindo.</p>	<p>Acho que se você tem poder na vida profissional... se a gente sugere que tem a ver, tá se comparando a esses homens que se sentem livres pra passar a mão na bunda e serem invasivos por serem poderosos... Mas acho que sim porque alguma promoção, dinheiro, envolve uma empolgação, uma vontade de comemorar e uma coisa leva a outra.</p>
Flora	<p>As vezes as pessoas exageram no sentido de querer mostrar que é feminista. - É uma luta que é pra você? Claro, com certeza.</p>	<p>Sim, porque tudo tá bem. Eu me sinto com mais objetivo.</p>
Lívia	<p>Eu acho interessante o modelo, a estrutura de que a mulher tem que ser igual mas não no sentido da mulher ter que virar um homem. Igualdade no sentido das possibilidades, os direitos. Levar pro extremo não acho legal, como achar que nenhum homem presta ou que tenho que</p>	<p>São áreas diferentes. As duas são importantes. Mas não se relacionam. Primeiro quando me libertei foi só do lado financeiro. Peguei meu filho e fomos pro nosso canto. Só depois que eu já estava com tudo estruturado fui ter uma vida sexual. A vida financeira que me</p>

	deixar o pelo crescer, etc. - Se considera feminista? Acho que não, porque ainda tenho um pouco da questão da mulher princesinha. Mas sempre fui lutadora, sempre me virei.	empoderou.
Maitê	Já participei, quando acabou a ditadura, fazia parte do movimento feminista, mas tenho críticas quando se pega mais a questões posturais do que essenciais. Como por exemplo acho que se aceita pouca diversidade. Eu, por exemplo, não valorizo nada da dona de casa, mas acho que o feminismo tem que poder valorizar. O movimento feminista nega posições de mulheres. Por outro lado valoriza algumas coisas... não me conformo de ter a Frida como referência feminista quando temos uma Tarsila. Eu por exemplo militei em partido comunista e eles eram extremamente machistas. Eu não podia me arrumar, diziam que era coisa de burguesa, mas é coisa de mulher. Há um certo radicalismo sem substância, sem consistência social.	
Marília	Na minha opinião o feminismo é quando lutamos para que as pessoas tenham direitos iguais e que as pessoas tenham o mesmo valor independente do sexo. Mais ou menos isso. Me considero feminista pois todos os dias temos que nos colocar contra as desigualdades do dia a dia pensando que mudamos algo... E conversar com os homens mais acessíveis e tal.	
Pérola	Me considero feminista nesse sentido: acredito que mulheres têm toda capacidade pra fazer o que bem entenderem. Não é questão de gênero. Acho que é defender que mulheres têm as mesmas condições que os homens. Se não, é preconceito, assim como tem preconceito com os homens principalmente nas classes baixas.	Pra mim não, mas que existe, existe. Como casos de assédio seríssimos por aí. Mas acho que é um fator que te faz se sentir muito bem, realizada e poderosa em todos os sentidos. E assim me sinto mais atraente.
Pietra	Acho que o feminismo é uma corrente, um movimento, uma forma de pensar em favor da situação da mulher. Não tenho muita simpatia, porque acho que tem uma visão equivocada, eles pecam nas nuances. Tem uns exageros. Tem algumas bandeiras de um radicalismo que não acho inteligente.	Não

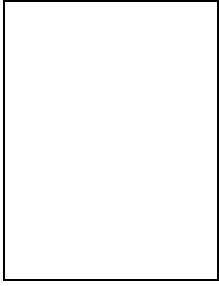
Raissa	Acho que a mesma coisa do machismo. Acho que tem muitos pólos, gostaria que fosse algo mais intermediário. Gostaria que tivesse um meio termo.	Não
Rita	Ah, necessário. Me tornei feminista mesmo quando entrei na Amesol, em 2018. Cheguei pelos convites das colegas. Lá tem formação, né, não somos só uma feira. Tem curso, debate sobre aborto, reforma da previdência. Antes eu não tinha poder pra dizer daquilo, não tinha o discurso, hoje consigo falar sobre piadas mal colocadas e coisas assim.	Sim, pela questão do meu bem estar. Se eu tô me sentindo bem... já tive muito tempo desempregada, dependente. É diferente. É financeira a questão.
Roma	É a luta das mulheres por empoderamento. É o que a gente tá fazendo, já evoluímos bastante. Antigamente ouvia as coisas mais ridículas: que era sapatão, mulher que gosta de briga. Mas sei que é ser luta, alegria, garra, vontade.	Sim. Tipo você tá naquela relação, é importante ter os seus direitos e as suas escolhas. Nos dois lados.
Talita	Eu acho fundamental essa organização de mulheres para conseguirem seu espaço. Quando a gente estuda um pouco de antroposofia, antropologia descobre que a mulher nunca teve um papel de fala e protagonismo, então hoje a gente precisa se organizar para construir o nosso espaço. Mas precisa ser algo através do amor, tem muita feminista fazendo muito errado. Então a mulher tem algo diferente do útero pra cima que faz com que ela seja muito mais amor, muito mais companheira, coração. Por mais que eu não tenha um filho biológico sinto isso.	Eu acho que cada um é do jeito que a gente é. Muitas vezes a gente acaba se anulando por n situações, tenho amigas que não trabalham e que os maridos falam mais alto, isso vem de uma herança histórica. Eu acho que tô aqui pra servir, por exemplo, mas não o cafezinho. Muitas vezes a que fica muito tempo em casa tem falta de conhecimento e acha que esse é o lugar dela.

Quadro 3 – Prazer

Codinomes	Como a sociedade vê o prazer feminino?	Como você vê o prazer?
Alana	Com ressalvas. Acho que as mulheres... não, os homens, a sociedade em geral teme as mulheres livres. Existe uma pecha em relação a isso, “essa aí transa com quem quiser”. As mulheres sempre têm essa questão do sexo livre e casual.	Ah, eu acho que é pra ser desfrutado. Eu pensava que era uma coisa que fazia parte da vida, mas nunca pensei em sexo casual. Essa sensação de liberdade dos próprios sentimentos.
Amália	Pra alguns é como se fosse um mercado. Alguns tratam as mulheres como se fossem uma mercadoria.	Acho que até hoje, me sinto bem, passados esses anos todos. Ele foi a única pessoa que eu conheci, sempre foi uma pessoa muito boa comigo e sempre senti prazer com ele. Se você for parar pra analisar, se você estiver com a vida financeira em ordem, até sua vida sexual fica em ordem. Se eu estiver em casa e não puder comprar um mimo pra mim, minha autoestima fica lá embaixo, um dinheiro pra comprar minhas coisas me levanta. Também me deixa sexualmente melhor. Tudo que eu fizer vai estar no auge.
Aurora		
Bella	Olha, boa pergunta. Acredito que ainda tem muito a ser falado, não escrachado, mas conversado, acho que é um assunto como se não pudesse falar.	Normal, como tem que ser.
Caroline	Dizem que homens gostam mais de sexo que mulheres. Essa é uma ideia pré formatada e completamente mentirosa! É o contrário. A mulher aprende a se controlar mais, ser recatada... e o homem é estimulado a aflorar, mas isso passa a visão errada. A mulher é mais sexual do que o cara. Só que as pessoas tentam passar o contrário.	Além de ser um direito, óbvio, é maravilhoso.
Catarina	Dizem que homens gostam mais de sexo que mulheres Acho que todos os 2 sentem necessidade de uma relação sexual. Mas isso do homem achar que é ele que precisa, que tem que ter, é algo que foi passado pra eles, põe na mente, daí que vem o poderio deles. - Como assim? A mulher ser comandada, dominada em outros aspectos da vida tem a ver com isso. Mulher mandada existe e os relacionamentos não são duradouros, tem que haver harmonia.	A gente precisa pensar sobre isso. Eu mesma tenho algumas curiosidades de saber como são relações homossexuais. Tem mulher, coitada, que fica sem falar. “Mulher foi feita pra trabalhar, de preferencia na casa”, a mulher tem que lutar pra sair dessa. - Você já ouviu isso? Ouvi não, já senti. Como te disse, nossa maturidade foi plantada, colho hoje as sementes que plantei. Compreensão, sabedoria. E tem mulheres que faz faz faz

		e não recebe uma palavra de reconhecimento. A mulher fica frustrada, com problemas emocionais sérios.
Clarice	Ai, eu acho que tá mudando mas ainda tem uma longa caminhada, ninguém tá muito preocupado por enquanto. Até levarem um susto. Por exemplo chegar pra uma pessoa e falar vou embora porque não gozei com você. Eu não fico com uma pessoa com quem não tenha prazer sexual, eu falo e eles ficam inseguros porque não estão acostumados.	Acho ótimo, quanto mais liberdade, mais feliz ela vai ficar e cada vez menos objeto sexual, ela é objeto porque não fala sobre isso, deixa isso na mão dos caras. quando começa a falar do sexo delas, tira o poder da mão dos caras.
Cloé	De várias formas bem machistas, a real é que é como se ele não pudesse existir. O que é surreal, porque pra existir de um, tinha que existir do outro. Cultura é uma coisa complexa.	Eu acho que é o empoderamento máximo, por isso que há tantos objetos e busca do prazer sozinho. Tantra é algo que eu gostaria de conhecer porque parece fazer sentido com meu jeito de ser.
Elisa	Um tabu, um pecado você ter um prazer. Você tá ali só pra procriar.	Nessa parte o feminismo é muito libertador porque você consegue conversar sobre sexo com outras pessoas. Tem mulheres lésbicas, mulheres que já sofreram violência, que não querem ter relações sexuais... Então dentro do feminismo a gente ouve relatos sobre outras coisas.
Eva	Pintam a gente da pior possível. Eu, ainda, que falava que não era feminista, mas feminina... as pessoas têm uma concepção mais atrasada, muito difícil falar sobre isso. Difícil abordar essas coisas, você ainda sofre constrangimento e escárnio. Tem que fazer uma escolinha do feminismo. Apesar do sexo ser muito importante e ter um poder, acho que a gente não sabe usar. Qual parte do corpo você vende? O que me difere da profissional do sexo? Por que é uma profissão tão estigmatizada?	
Flora	Vê como uma coisa banal, que não é pra ser tanto assim. Não é isso...	Eu vejo como tudo de bom, maravilhoso. O que a gente quer é isso, o poder feminino e poder fazer o que a gente quer, o que a gente gosta.
Lívia	Acho que pras pessoas que eu convivo a mulher não tem que ter prazer.	É fundamental. quando a mulher se sente realizada em todas as áreas da vida dela, as coisas fluem muito bem, a área sexual é importante. Tiro por experiência própria
Maitê	Nunca achei que a nossa sociedade fosse contra. Acho que a repressão é em outros pontos, não no prazer sexual.	Acho essencial, importantíssimo. Afinal de contas eu sou uma taurina! <i>Tem a ver com ser uma mulher empoderada? Isso significa algo para</i>

		<p><i>você?</i></p> <p>Eu não gosto do termo porque ele ficou relacionado a um modismo de autoafirmação sem consistência. Mas acho que é a mulher que tem prazer e é feliz nas decisões que toma. Aquela que é ousada, em qualquer área.</p>
Marília		
Pérola	Vê como algo normal. Não vejo que existe algum preconceito ou algo de achar que a mulher não deveria.	Vejo assim também.
Pietra	A sociedade não pensa na mulher o suficiente pra chegar nesses meandros. A mulher incomoda em outras esferas.	É imprescindível. Essa é a forma mais simples de conseguir prazer, nem precisa pagar. Nós fomos ensinar a mãe de uma amiga minha a se masturbar com 70 anos.
Raissa	Acho que ainda é tabu, é muito mais falado com relação aos homens. Tem uma questão que ainda tá obscura. Algumas mulheres querem se comparar, então começam a agir como homens. Trair, assediar no trabalho...	Eu acho que é tão importante como o masculino. Tem homens que pensam muito na mulher, eles demoram mais de ter o prazer. Mulher ainda tem muito a coisa de romantismo, homem tem mais uma coisa física. Também acho que não tem nada errado de uma mulher também poder ajudar um marido.
Rita	Acho que ainda vê como se não pudesse... mas as vezes a gente ouve em roda de conversa de mulheres mesmo coisas muito moralistas, tipo “tem 13 anos e tá abrindo as pernas”, mas abrir as pernas é ter o prazer sexual! Como se fosse pejorativo, ruim.	Eu acho o máximo. Quando penso em pornografia vejo que a indústria pornográfica é muito cruel, não consumo mais. Quando eu buscava vídeo para assistir sempre era só com mulheres. Achava tão mais genuíno.
Roma	Agora acho que já se vê com mais abertura, mais natural, que as mulheres têm direito disso, mas é uma pequena parcela.	É liberdade, liberação total. Agora sinto que tô mais feliz, empoderada, tô podendo. Tô podendo me sintonizar com essa vida, com essa liberdade toda. Quero mostrar pra minha mãe pros meus irmãos, que todos podem. Me sinto orgulhosa, tenho orgulho de mim mesma.
Talita	Acho que agora as pessoas e os homens estão vendo que é importante e valorizando sim. Acho que não existe mais aquela coisa de só “vamo comer aí”.	Eu acho maravilhoso, acho que o corpo da mulher é uma caverna, dá pra descobrir muita coisa nova e cada relacionamento é um. Deve se valorizar como uma deusa mesmo, que consegue. <i>Tem a ver com ser uma mulher empoderada? Isso significa algo para você?</i> É ser uma mulher que tem os poderes de si. Sabe o que gosta, o que quer, vai atrás



dos sonhos, não é vitimista, não coloca a culpa no governo no bolsoloco, na cloroquina. Vai e faz as coisas de acordo com o que tem. Importante é nunca deixar de sonhar e ir atrás daquilo que é importante pra ela, se deus colocou um sonho no seu coração é porque você é capaz de realizar.

Quadro 4.1 – Relações Sexuais

Codínomes	Precisa ter penetração pra ser uma relação sexual?	Você se sente bem para pedir coisas no sexo?	Você se sente empoderada em relação a sua sexualidade?
Alana	Acho que não, mas eu prefiro	sim	Sim. Acho que tudo mudou, me sinto mais bonita, atraente, me sinto mais desejada. E tem essa soltura de poder falar sobre os assuntos de uma forma natural. O fato de me relacionar [socialmente] só entre casais me tolhia de certa maneira na conversa. Agora me sinto mais à vontade.
Amália	não	sim	sim
Aurora	não	não	Não mudou ao longo da vida. Nem quando tava trabalhando muito e ganhando bem
Bella	não	sim	sim
Caroline	Eu acho que não.	Depende da cabeça	Mais amadurecida sim. Acho que hoje sei o que quero e até onde vou e deixo ir. Então sim.
Catarina	não	sim	não usaria essa palavra
Clarice	não	Depende da intimidade.	Eu me sentia muito empoderada, mas agora mais ou menos, depois da menopausa. Acho que simbolicamente tem a ver com a menstruação. Eu ainda não descobri o poder da menopausa.
Cloé	Eu, hoje, mais madura, acredito que não.	Com certeza. Se for uma pessoa que tem afinidade ética.	Pode ser, depende. Provocativa sim.
Elisa	Não necessariamente.	Dependendo do parceiro. Não quando tem pouca intimidade.	sim
Eva	Pessoalmente sim. No geral, acho que tem gente que não gosta, é que eu gosto de pinto [ri].	sim	Acho que mudou pra melhor porque o que eu trabalho é uma atividade física, emagreci, estou mais disposta e menos cansada. Tô mais leve. Acho que eu me sinto meio poderosa mesmo, porque eu acabo com meu marido [risos].
Flora	Pra mulher trans precisa. porque o útero da gente é mais fundo [gargalha].	sim	Sim. Pela idade, a gente vai sabendo o que quer... a gente passa a ver a sexualidade com outros olhos. Envolve muito mais coisas. Desde que deixei a prostituição também me sinto diferente. Não pode dizer que tá gostoso com ele pagando, porque se não ele quer de graça.

Livia	não	sim	Sim. O que mudou foi o amor. Nunca me senti amada por ninguém e nunca me entreguei a ninguém como consigo me entregar hoje. Há uma conexão de almas.
Maitê	não	sim	sim
Marília	não	No sexo casual, não.	Na época da faculdade acho que eu tinha um empoderamento sexual muito bom. Era “eu gozei, tô de boa, se vira aí”. Assim como tantas vezes tive que lidar com isso. Depois [no casamento] era minha obrigação fazer tudo direitinho, rs. Mas claro que quando você está com a pessoa quer que seja tudo bem gostoso pra todo mundo.
Pérola	não	sim	sim
Pietra	não	Sim. Principalmente pra dizer o que não gosto.	sim
Raissa	não	sim	Acho que mais a questão da libido que vai perdendo com a menopausa.
Rita	não	sim	Sim, já teve momentos que me disseram: vc domina a parada, diz o que quer, assusta até. Às vezes, ele pergunta se eu tenho certeza que gosto de homem, porque sabe que também gosto de mulher. Eu respondo que eu gosto de homem sim, mas na verdade eu nem sei por que [ri].
Roma	Pra mim precisa	atualmente sim	Sempre pensei que o sexo eu tinha que estar preparada, fazer o que quero e como quero. Mas me abriu um pouco mais depois das conversas da Amesol.
Talita	não	sim	sim

Quadro 4.2 – Relações Sexuais

Codinomes	Quando uma relação sexual começa/termina?	Você acha que sexo sem o seu orgasmo é uma relação sexual incompleta?	Qual o objetivo de uma relação sexual?
Alana	Começa até com uma conversa mais picante, com o olhar. Termina com a conversa depois, como foi ou como poderia ser melhor. Não acontecia no casamento, mas hoje em dia tento fazer algo melhor.	Acho que sim	Ah, é ficar feliz.
Amália	Começa quando você tá ali sentadinho vendo uma TV e começa as carícias, dali pra frente, só alegria. Termina no fim mesmo, quando termina. Quando os dois têm um orgasmo.	Sim, é.	É os dois sentirem prazer, terminarem felizes e relaxados. Bem relaxados.
Aurora	Começa quando você tem um carinho e termina quando acaba o respeito, quando a pessoa fala o que quer, te colocar embaixo, com a humilhação.	Às vezes tinha orgasmo, mas quando não tinha, não era incompleta. Por isso que te falo, acho que nunca fui muito do negócio. [diz que nunca gostou muito de sexo]	Pro homem acho que é se sentir aliviado, não é? E pra mulher... não sei. Se sentir amada? Não é, porque acho que o amor não vem por aí, mas pelo sentimento de carinho e de cuidado... acho que é pra satisfazer o outro. Porque você faz e depois fica no vácuo, não tem felicidade, carinho companheirismo.
Bella	Puts! Esse é o ponto. Ela começa junto com o dia, quando você levanta, porque uma frase pode acabar com tudo. Um "eu não vou lavar a louça", ferra. São as ações durante o dia. A pessoa fica de bode e aí acaba que não faz [sexo], pela raivinha.	Sim. Se não tem, pra quê fazer?	Aliviar o estresse e adrenalina. O corpo pede e a gente acaba não dando atenção a isso, mas é uma sensação de relaxamento igual comer chocolate.
Caroline	Honestamente, é no olhar. Só no olhar. Termina quando você tá com sono. A melhor parte é quando eu tô com sono.	Não, pode ser bom mesmo assim	Pra mim, sentir prazer. Dando e recebendo, mas tendo uma sensação de relaxamento.
Catarina	No carinho. Até porque meu marido não pode beijar muito que meu marido teve uma questão de saúde. Não é só com um beijo que se carinha não. Termina quando a gente se sente bem, descansado, os dois. Eu falo que é um relax. Hoje eu vejo que uma relação sexual é um relax.	Sim. Chegar ao orgasmo é importantíssimo numa relação, muitas mulheres têm problemas porque não sabem conduzi-la para isso.	Relax, demonstração de amor, uma relação não é só lá na cama, começa antes. Quando ele quer alguma coisa, já sabe que tem que lidar durante o dia. O sexo pra mim é o ápice de tudo de bom que aconteceu durante o dia.
Clarice	Com desejo por de uma coisa que você não tem. Um interesse pela pessoa, você fica muito ligada,	sim	Atualmente é intimidade, mas já foi muita competição na minha vida. Acho que eu tinha inveja do pau, era

	começa a achar interessante. Termina com alguma traição fudida, quando não respeita você como pessoa como mulher.		poderoso, eu tinha inveja deles, eles tinham mais liberdade do que eu.
Cloé	É como num tango, começa num olhar, numa conquista, ficar perto, até no soltar.	Acho que não, tudo é gostoso.	Bom, claro que é o orgasmo, mas o contato, essa troca. Já o beijo é uma coisa muito bacana. Uma paquera e um beijo ruim não vai pra outro lugar. Acho que é uma entrega, a proposta é essa.
Elisa	Na troca de olhares. Mas hoje também já é tecnológico. Acho que no recadinho com segunda intenção, malicioso. Devia começar com a intimidade, mas hoje em dia não tem tempo pra criar intimidade, tem pressa [ri]. Ninguém conhece ninguém... Legal seria começar com conhecer o outro. Termina quando tá todo mundo satisfeito - primeiro eu, depois você. Ou quando falta o respeito, se a pessoa quer te pegar a força.	Claro! Totalmente. Não acabou ainda.	Acho que é o alívio que orgasmo proporciona.
Eva	A partir do momento que a gente se beija, eu já sei que vai acontecer alguma coisa. Tem a rotina. A gente tem 2 filhos, então costuma ser a noite depois que eles dormiram, mas se eles não tiverem em casa vai acontecer na hora que der. Termina quando ele ejacula, aí eu já tô muito cansada também. A gente dorme. Eu sempre tenho um orgasmo antes.	Eu não diria incompleta, porque eu já aprendi a não dar tanta importância. Mesmo que eu não goze, que é bem pouco, acho que tem validade se senti prazer.	O encontro: ele é meu marido, o cara que eu gosto. Consigo enxergar ele como ele é e acho que ele também consegue me enxergar despida não só de roupa, mas de outras coisas. O bastão é passado de uma mão pra outra e a gente vai dividindo a vida...
Flora	Ah, pra começar basta ver que o bofe é gostoso.. haha Termina quando chega os dois ao orgasmo. A não ser se ele estiver pagando porque aí não chego ao orgasmo nunca. Não tô ali pra isso, mas pra dar prazer.	Sim. Tem que ser pros dois. Se o homem chegar pra mim e achar que ele tem que gozar e eu não, vai porta afora.	O prazer dos dois. Ter prazer.
Lívia	Nos beijos e toques e termina quando os dois sentem prazer.	não	Prazer, disposição, alimentar o amor.
Maitê	Começa no contato físico e termina... me veio a cena do abraço, aconchego relaxado. Físico também.	Eventualmente não. Nunca tive dificuldade com isso, mas tem vezes que tá sendo importante pra ele e está tranquilo.	Prazer
Marília	Começa quando as pessoas ficam... não na hora do beijo, mas quando ficam propícias a isso, ficam mais a vontade e deixam o	Não. Já fiz sexo sem o meu orgasmo e mesmo assim foi bom. Não passando dos	De um sexo casual, no momento, é uma coisa de bem estar individual, um relaxamento. De um casal acho que tem isso, mas

	momento acontecer, ficam peladas, da penetração. Eu ia dizer que termina quando ficam satisfeitas, mas nem sempre ficam. [ri]	limites, tá tudo bem.	também a aproximação afetiva.
Pérola	Começa na provocação, né? Insinuação. Termina quando você se sente satisfeito.	Não.	prazer
Pietra	Quando você já está excitado pelo outro, pode até ser conversando e gargalhando, já é uma preliminar. Termina depois do orgasmo.	Sim. Não dá pra ter todo dia, não é sempre que os anjos dizem amém, mas também não dá pra ficar muito tempo sem.	O imediato é o prazer e o segundo é manter o casal unido.
Raissa	Acho que nas preliminares que podem ser ao longo do dia. Conexão, um beijo, um carinho gostoso, uma coisa, sinais. Termina depois mesmo.	sim	Acho que é ter prazer, uma troca de carinho, a conexão, de retroalimentar o relacionamento. Pensando na produção de hormônios do bem.
Rita	No olhar, que diz muito. Você tá em casa, olha e já sabe que aquele dia vai ter festinha. Termina depois, quando fuma um cigarro... pegar uma água um pro outro ainda faz parte do processo todo.	é	O prazer é o principal, relaxar, se conectar afetivamente.
Roma	Começa quando você se sente preparada, à vontade. Termina na hora que todo mundo está satisfeito.	é	prazer
Talita	Começa pela questão de carinho, cuidado, amor. Termina... é uma coisa que nem tem fim, você termina o ato.	Não, tem dias que por mais que a gente tente, não tô a fim.	Descarregar energia, carinho, conexão, estar junto.

ANEXO 1 – Tabela Retrato das Desigualdade de Gênero e Raça

Distribuição percentual das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família - Brasil, 1995 a 2015

Ano	Sexo do Chefe da Família	Tipo de Arranjo Familiar								Total
		Casal com Filhos	Casal sem Filhos	Mulher com Filhos	Mulher sem Filhos	Homem com Filhos	Homem sem Filhos	Unipessoal Feminino	Unipessoal Masculino	
1995	Total	57,7	12,9	15,8	2,4	1,8	1,5	4,1	3,8	100,0
	Masculino	74,2	16,5	.	.	2,3	2,0	.	4,9	100,0
	Feminino	2,1	0,7	68,8	10,5	.	.	17,9	.	100,0
1996	Total	57,4	13,0	15,8	2,5	1,8	1,5	4,2	3,7	100,0
	Masculino	74,1	16,6	.	.	2,4	2,0	.	4,8	100,0
	Feminino	5,4	2,0	65,2	10,3	.	.	17,2	.	100,0
1997	Total	56,6	12,9	16,5	2,4	2,0	1,5	4,1	4,0	100,0
	Masculino	73,5	16,6	.	.	2,6	2,0	.	5,3	100,0
	Feminino	5,5	1,8	66,5	9,7	.	.	16,5	.	100,0
1998	Total	55,7	13,3	16,8	2,6	2,0	1,5	4,2	4,0	100,0
	Masculino	72,9	17,1	.	.	2,7	2,0	.	5,4	100,0
	Feminino	6,7	2,4	64,7	9,9	.	.	16,3	.	100,0
1999	Total	55,0	13,5	17,1	2,5	2,1	1,5	4,3	4,1	100,0
	Masculino	72,1	17,5	.	.	2,8	2,1	.	5,6	100,0
	Feminino	6,4	2,3	65,6	9,4	.	.	16,3	.	100,0
2001	Total	53,3	13,8	17,8	2,6	2,1	1,5	4,5	4,4	100,0
	Masculino	70,9	18,1	.	.	2,8	2,1	.	6,1	100,0
	Feminino	6,5	2,2	65,2	9,5	.	.	16,5	.	100,0
2002	Total	52,7	14,0	17,9	2,7	2,0	1,5	4,5	4,6	100,0
	Masculino	70,3	18,4	.	.	2,9	2,1	.	6,4	100,0
	Feminino	8,5	3,0	63,2	9,5	.	.	15,9	.	100,0
2003	Total	51,5	14,3	18,1	2,7	2,2	1,5	4,9	4,8	100,0
	Masculino	69,1	19,0	.	.	3,1	2,2	.	6,7	100,0
	Feminino	8,0	2,8	62,9	9,3	.	.	16,9	.	100,0
2004	Total	51,0	14,6	18,3	2,6	2,2	1,4	4,9	4,9	100,0
	Masculino	68,6	19,3	.	.	3,1	2,0	.	6,9	100,0
	Feminino	8,8	3,3	62,4	8,9	.	.	16,6	.	100,0
2005	Total	50,1	15,2	18,2	2,6	2,2	1,6	5,0	5,1	100,0
	Masculino	67,2	20,0	.	.	3,1	2,3	.	7,3	100,0
	Feminino	11,1	4,2	59,6	8,6	.	.	16,5	.	100,0
2006	Total	49,4	15,6	18,1	2,8	2,2	1,6	5,1	5,3	100,0
	Masculino	66,3	20,5	.	.	3,2	2,3	.	7,7	100,0
	Feminino	12,4	4,6	57,8	8,9	.	.	16,3	.	100,0
2007	Total	49,0	16,0	17,4	2,8	2,2	1,7	5,4	5,5	100,0
	Masculino	64,9	21,1	.	.	3,3	2,5	.	8,2	100,0
	Feminino	16,5	5,5	53,0	8,5	.	.	16,5	.	100,0
2008	Total	48,2	16,7	17,1	2,8	2,1	1,6	5,8	5,7	100,0
	Masculino	63,6	22,1	.	.	3,3	2,4	.	8,7	100,0
	Feminino	19,4	6,7	49,2	8,1	.	.	16,6	.	100,0
2009	Total	47,3	17,4	17,3	2,9	2,2	1,7	5,7	5,6	100,0
	Masculino	62,7	22,9	.	.	3,3	2,5	.	8,6	100,0
	Feminino	19,0	7,1	49,3	8,2	.	.	16,3	.	100,0
2011	Total	46,3	18,5	16,4	2,9	2,1	1,7	6,3	5,9	100,0
	Masculino	60,4	24,2	.	.	3,3	2,7	.	9,5	100,0

	Feminino	22,8	9,0	43,8	7,7	.	.	16,8	.	100,0
	Total	45,0	19,0	16,3	2,9	2,2	1,7	6,6	6,4	100,0
2012	Masculino	58,5	24,9	.	.	3,5	2,8	.	10,3	100,0
	Feminino	22,9	9,4	42,8	7,7	.	.	17,2	.	100,0
	Total	44,0	19,4	16,5	2,9	2,2	1,7	6,7	6,6	100,0
2013	Masculino	57,3	25,5	.	.	3,6	2,7	.	10,8	100,0
	Feminino	22,9	9,7	42,6	7,6	.	.	17,2	.	100,0
	Total	42,9	19,9	16,3	2,9	2,1	1,7	7,2	7,1	100,0
2014	Homens	55,9	26,0	.	.	3,5	2,8	.	11,8	100,0
	Mulheres	23,2	10,6	40,9	7,4	.	.	18,0	.	100,0
	Total	42,3	19,9	16,3	3,0	2,2	1,8	7,3	7,2	100,0
2015	Homens	55,1	26,2	.	.	3,7	3,0	.	12,1	100,0
	Mulheres	23,5	10,8	40,4	7,4	.	.	17,9	.	100,0

Fonte: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html Tabela 2.2a